

Ata n.º 3/2018

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 28 de fevereiro de 2018, pelas 15:15, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Acta da sessão anterior.**
- 2. Distribuição de serviço docente**
- 3. Preparação do novo ano lectivo.**
- 4. Órgãos do Conselho Científico e Unidades Administrativas técnico-científicas.**
- 5. Pessoal.**
- 6. Mestrados e doutoramentos.**
- 7. Regulamento de avaliação.**
- 8. Creditações e equivalências.**
- 9. Regulamento de pós-doutoramento.**
- 10. Regulamento da fraude.**
- 11. Regulamento de pós-graduação.**
- 12. Avaliação de desempenho.**
- 13. Cooperação jurídica.**
- 14. Relações internacionais.**
- 15. Outros assuntos e informações.**

Estiveram presentes, para além do Presidente e da Secretária, os Professores Luís de Lima Pinheiro, Fernando Araújo, Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Manuel Januário da Costa Gomes, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Morais, Ana Maria Guerra Martins, Jorge Duarte Pinheiro, Ana Paula Dourado, Margarida Salema, Miguel Nogueira de Brito, Miguel Moura e Silva e Miriam Afonso Brigas. O Professor António Menezes Cordeiro foi substituído pelo Professor Pedro Romano Martinez, o Professor Miguel Teixeira de Sousa foi substituído pela Professora Elsa Dias Oliveira, o Professor Eduardo Paz Ferreira foi substituído pelo Professor Nuno Cunha Rodrigues, a Professora Maria

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Fernanda Palma foi substituída pelo Professor Paulo Sousa Mendes até às 16h, momento em compareceu, o Professor Luís de Menezes Leitão foi substituído pela Professora Adelaide de Menezes Leitão, a Professora Maria Luísa Duarte foi substituída pelo Professor Daniel Morais, o Professor Pedro Caridade de Freitas foi substituído entre as 16h e as 17h pela Professora Sílvia Alves, tendo estado presente durante a restante sessão, o Professor Lourenço Vilhena de Freitas foi substituído pela Professora Raquel Brizida de Castro até às 17h 25, momento em compareceu. O Dr. Vítor Fidalgo esteve presente enquanto representante dos Assistentes.

1. Ponto 1 (Acta das sessão anterior).

A ata da sessão do Conselho Científico de 7 de fevereiro de 2018 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2. Ponto 2 (Distribuição de serviço docente).

Foram aprovadas por unanimidade as distribuições de serviço docente dos Grupos de Jurídicas e Ciências Jurídico-Económicas (documentos 1 e 2). Estas distribuições ficarão ainda sujeitas a retificações pontuais.

3. Ponto 3 (Preparação do novo ano letivo.)

O Presidente do Conselho recordou a importância de se apresentar antecipadamente uma distribuição do serviço docente para o próximo ano letivo.

O Professor Carlos Blanco de Morais deu conta que a distribuição do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas estava quase ultimada e que em março estaria pronta. O Professor Pedro Romano Martinez disse que a distribuição do Grupo de Ciências Jurídicas também estava quase terminada. O Professor Duarte Nogueira referiu que a do seu Grupo estava também em fase de ultimateção.

Foi debatida a importância de apresentar uma distribuição de serviço docente atempada. Participaram no debate os Professores Carlos Blanco de Morais, Margarida Salema, Januário da Costa Gomes, Vasco Pereira da Silva e Pedro Romano Martinez.

Os Professores Januário da Costa Gomes, Vasco Pereira da Silva e o Presidente felicitaram o Professor Carlos Blanco de Morais pela eleição como Presidente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas. Os Professores Carlos Blanco de Morais, Manuel Januário da Costa Gomes, Pedro Romano Martinez e o Presidente do



9
B

Conselho louvaram o trabalho desenvolvido pelo anterior Presidente do Grupo, o Professor Vasco Pereira da Silva, tendo sido aprovado um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido por este Professor.

O Professor Vasco Pereira da Silva agradeceu ao Presidente do Conselho Científico, ao Diretor da Faculdade e a todos os membros do Conselho Científico a colaboração prestada enquanto Presidente do Grupo, afirmando-se disponível para continuar o seu trabalho em prol do Grupo e da Faculdade em geral.

O Professor Carlos Blanco de Morais agradeceu as felicitações e sublinhou a importância e o contributo que o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas tem tido para a Faculdade.

4. Ponto 4 (Órgãos do Conselho Científico e Unidades Administrativas técnico-científicas.)

4.1. No que concerne ao Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, o Presidente do Conselho Científico propôs a recondução como Presidente do Professor Vasco Pereira da Silva, com quem já falara e lhe havia manifestado a sua disponibilidade.

O Professor Pedro Romano Martinez louvou o trabalho desenvolvido pelo Professor Vasco Pereira da Silva à frente do Gabinete, sendo acompanhado em geral pelo Conselho. O Professor Jorge Duarte Pinheiro fez notar que, em seu entender, qualquer candidatura deve ser precedida de um programa para o mandato e que o candidato, em caso de recondução ao cargo, deve prestar contas do trabalho realizado. Tomando a palavra, o Professor Vasco Pereira da Silva apresentou o Relatório das actividades desenvolvidas (documento 3), explicando nas linhas gerais o que havia sido o trabalho do Erasmus e indicou as linhas futuras do que se propunha realizar caso fosse reconduzido. Na sequência, os Professores Carlos Blanco de Morais, Pedro Romano Martinez, Jorge Duarte Pinheiro, Miguel Moura e Silva subscreveram a proposta de recondução do Professor Pereira da Silva.

Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida o Professor Vasco Pereira da Silva agradeceu a confiança do Conselho.

4.2. No que respeita ao Gabinete de Consultoria Jurídica, o Presidente do Conselho Científico propôs como Presidente a Professora Maria Fernanda Palma, com



quem já falara anteriormente, tendo mostrado disponibilidade para continuar no cargo. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

4.3. O Presidente propôs ao Conselho a eleição para a Comissão Permanente, dos Professores Margarida Salema, Nuno Cunha Rodrigues, Isabel Alexandre e Miriam Afonso Brigas. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

4.4. O Presidente do Conselho Científico propôs a recondução do Professor Dário Moura Vicente nas funções de Presidente do Instituto da Cooperação Jurídica. O Professor Dário Moura Vicente referiu que havia colocado o lugar à disposição do Conselho, mas que, se este assim o entendesse, teria gosto em continuar a prestar serviço à Faculdade. Assinalou que havia já apresentado em dezembro o Relatório das actividades desenvolvidas e os objectivos prosseguidos, propondo-se dar-lhes continuidade se o Conselho o reconduzir. Indicou ainda que, nesse caso a equipa com que gostaria de trabalhar, seria constituída pelos Professores Luís Morais, Fernando Loureiro Bastos, Jaime Valle, Margarida Seixas e Catarina Salgado. Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Professor Pedro Romano Martinez louvou o trabalho desenvolvido pelo Professor Dário Moura Vicente à frente do Instituto. Foi acompanhado pelos Professores Carlos Blanco de Morais e Manuel Januário da Costa Gomes e, em geral, pelo Conselho.

4.5. O Presidente do Conselho Científico disse que tinha falado com o Professor Miguel Teixeira de Sousa, que tinha mostrado disponibilidade para continuar no cargo de Professor Bibliotecário, pelo que propunha a sua recondução.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro, tal como havia feito anteriormente, sublinhou a importância de ser apresentado um programa. O Presidente do Conselho disse que o Professor Miguel Teixeira de Sousa apenas não estava presente por razões de saúde, mas que tem vindo a dar conta da situação da Biblioteca e de iniciativas a promover, sublinhando que tendo sido a sua eleição muito recente, tinha sentido poder dar continuidade ao trabalho iniciado.

Procedeu-se em seguida à votação da proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

4.6. O Presidente do Conselho Científico disse que tinha falado com o Professor Luís de Lima Pinheiro, o qual tinha mostrado disponibilidade para continuar



no cargo de Presidente do Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios (CARL). Os Professores Jorge Duarte Pinheiro e Miguel Moura e Silva fizeram notar que a recondução deveria ser precedida de um balanço da atividade desenvolvida, do ponto em que se encontra a situação do Centro e da identificação dos projetos. Não estando o Professor Luís de Lima Pinheiro na sala para dar conta da situação do Centro e dos objectivos a prosseguir, foi a eleição suspensa, aguardando-se pela sua presença.

5. Ponto 5 (Pessoal)

5.1. Foi dado conhecimento dos resultados dos procedimentos para convite para Assistente Convidado, desencadeados pelos Grupos de Ciências Jurídicas e de Ciências Histórico-Jurídicas (documentos 4 e 5). Os Professores Jorge Duarte Pinheiro e Miguel Moura e Silva notaram que os resultados não estavam acompanhados dos critérios seguidos.

O Professor Duarte Nogueira referiu que tinha conhecimento de que o Grupo de Ciências Jurídicas tinha seguido critérios objectivos. No caso do seu Grupo, os critérios haviam ficado exarados em documento subscrito por todos os membros do júri, anexo à Ata do procedimento para convite e que apenas não tinham sido levados ao documento, para não o tornar demasiado extenso, mas que em qualquer momento os poderia trazer ao Conselho. Em qualquer caso pedia a concordância do Conselho para se dar continuidade ao processo de contratações dos assistentes convidados, dada a urgência em iniciar as aulas. O Conselho não manifestou oposição, tendo os Professores Jorge Duarte Pinheiro e Miguel Moura e Silva declarado que não participavam na tomada de posição, por entenderem que nos documentos não estavam explicitados os critérios utilizados.

4. Ponto 4 (Órgãos do Conselho Científico e Unidades Administrativas técnico-científicas.) (continuação)

Entretanto, o Professor Luís de Lima Pinheiro regressou à reunião tendo sido retomado o ponto 4, no que respeitava à proposta de eleição para Presidente do Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios (CARL). Este Professor fez uma síntese da atividade desenvolvida no âmbito do Centro e enunciou os objetivos. Participaram no debate que se seguiu a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho e os Professores Jorge Duarte Pinheiro e Miguel Moura e Silva. O Professor Miguel Moura e Silva

declarou que se opunha à candidatura, por entender que os objectivos enunciados pelo Professor Lima Pinheiro na sua intervenção, não correspondiam aos que considerava suficientes e exigíveis ao Centro. Sublinhou, porem, que a oposição não se prendia com a pessoa do candidato, mas antes com o projeto em si.

Submetida a proposta a votação secreta foi a mesma aprovada com 13 votos a favor, 7 votos contra e uma abstenção. O Professor Luís de Lima Pinheiro agradeceu a confiança depositada pelo Conselho e aceitou o mandato.

5. Ponto 5 (Pessoal) (continuação).

5.2. Foi dado conta ao Conselho de que o Professor Paulo Otero não podia integrar o júri encarregado da apreciação do *curriculum vitae* e do Relatório do Professor Auxiliar Domingos Farinho, do Grupo de Ciências Jurídico Políticas, relativos à nomeação definitiva. O Professor Carlos Blanco de Moraes referiu que iria apresentar uma proposta de substituição.

5.3. A designação do júri encarregado da apreciação do *curriculum vitae* e do Relatório dos Professores Auxiliares Lurdes Pereira e João Espírito Santo Noronha foi adiada por não ter sido possível contactar os docentes a encarregar.

5.4. Foi dado conhecimento do pedido de acumulação de funções docentes com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, apresentado pelo Professor Carlos Lobo. O Conselho entendeu por unanimidade nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

5.5. Foi dado conhecimento do pedido de acumulação de funções docentes com a Universidade Lusíada, apresentado pelo Professor João Gomes de Almeida. O Conselho entendeu por unanimidade nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

5.6. Foi dado conhecimento do pedido de acumulação de funções docentes com a Universidade Lusíada, apresentado pelo Professor Hugo Ramos Alves. O Conselho entendeu por unanimidade nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

6. Ponto 6 (Mestrados e doutoramentos).

6.1. No que concerne ao Mestrado em Direito.

6.1.1. O Conselho aprovou por unanimidade a candidatura extemporânea à

segunda fase do mestrado, com indicação de tema e orientador, de Tânia Isabel Correia Mendes conforme consta do documento 6 em anexo.

6.1.2. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição dos júris de mestrado em Ciências Jurídico-Forenses (Mestrado Profissionalizante), de Joana Rijo Pedrosa Cabral (documento 7).

6.1.3. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição dos júris de mestrado em Ciências Jurídicas (Mestrado Científico), de Delmar Pereira Júnior e Marcelo Matos Amaro Silveira (documento 8).

6.1.4. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição dos júris de mestrado em Direito Intelectual (Mestrado Científico), de Marissol Barbosa de Souza Pinheiro (documento 9).

6.1.5. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição dos júris de mestrado em Direito Bancário e dos Seguros (Mestrado Científico), de Carlos Alberto Monteiro Pessoa (documento 10).

6.1.6. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição dos júris de mestrado em Ciências Jurídico-Laborais (Mestrado Científico), de Ana Carolina Reis Pinto, Natasha Schneider e Paula Castro Collesi (documento 11).

6.1.4. O Conselho aprovou por unanimidade a constituição dos júris de mestrado em Ciências Jurídico-Laborais (Mestrado Científico), de Angélica Rodrigues da Silveira, Daniel Diamantaras de Figueiredo, Felipe Soares Tavares Morais, Gabriele da Costa Frias Ambrosio e Mariana Oliveira do Nascimento (documento 12).

6.2. No que concerne ao Doutoramento em Direito.

6.2.1. Foram aprovados por unanimidade os júris de doutoramento de Adisson Taveira Rocha Leal e de Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra, conforme indicado nos documentos 13 e 14.

6.2.2. Foi dada conta da situação em que se encontrava o doutoramento em co-tutela do candidato Eduardo Ferreira Gomes (Universidade da Bahia). Participaram no debate que se seguiu os Professores Maria do Rosário Palma Ramalho, Manuel Januário da Costa Gomes, Jorge Duarte Pinheiro, Fernando Araújo, Jorge Duarte Pinheiro, Miguel Moura e Silva e Maria Fernanda Palma. O Conselho entendeu que, existindo designação de orientador incidente em docente especialista e experiente na

matéria e, bem assim, concordância com o Parecer pelo mesmo elaborado, que não era possível reponderar o assunto. Foi tido em conta, por um lado, o facto de, face à legislação vigente, salvo quanto a aspectos formais e de procedimento, o doutoramento em co-tutela ser análogo ao doutoramento concedido apenas pela Faculdade, devendo assim a exigência ser similar quanto à dissertação levada a provas; por outro, o facto de tais aspectos terem sido tidos em conta no Parecer do Prof. Moura Vicente.

6.3. Foram aprovados os Programas de Pós-Doutoramento em Direito de Alexandre Dartanhan de Mello Guerra, Andrea Boari Caraciola, Artur Cortez Bonifácio, Fernando Fernandes da Silva, Osvaldo Ferreira de Carvalho, Rosalina Corrêa de Araújo Wander Bastos e Thiago Felipe Vargas Simões, conforme documento 15. Foi sublinhado pelo Professor Manuel Januário da Costa Gomes que cabia a estes candidatos entregarem e discutirem um relatório de atividades e um trabalho científico desenvolvido no âmbito deste programa.

7. Ponto 7 (Regulamento de avaliação)

A Professora Sílvia Alves, na qualidade de Presidente do Conselho Pedagógico, relatou ao Conselho Científico as deliberações que haviam sido tomadas no Conselho Pedagógico com respeito ao Regulamento de Avaliação no curso da licenciatura. Participaram no debate que se seguiu os Professores Dário Moura Vicente, Maria do Rosário Palma Ramalho, Ana Maria Guerra Martins, Miguel Moura e Silva, Carlos Blanco de Morais, Manuel Januário da Costa Gomes, Jorge Duarte Pinheiro e Maria João Estorninho.

Foi designado pelo Conselho uma Comissão que apresentará ao Conselho uma proposta de Parecer a apresentar ao Conselho Pedagógico acerca do referido Regulamento de Avaliação, composta pelos Professores Miguel Teixeira de Sousa, Vasco Pereira da Silva, Fernando Araújo e António Pedro Barbas Homem.

8. Ponto 8 (Creditações e equivalências)

8.1. Foram aprovadas por unanimidade as equivalências entre as unidades curriculares de mestrados e de doutoramentos, conforme consta do documento 16 com o título Equivalências entre Unidades Curriculares de Mestrado e Doutoramento.

8.2. Foi colocada a questão de saber em que termos deveria ser feita a

creditação da experiência profissional. Participaram na discussão os Professores Dário Moura Vicente, Manuel Januário da Costa Gomes, Luís de Lima Pinheiro e Margarida Salema. O Conselho entendeu que este tipo de situações deve ser apreciada pela Comissão de Equivalências a quem caberá também apresentar um Regulamento acerca desta questão.

9. Ponto 9 (Regulamento de pós-doutoramentos)

O Regulamento foi apresentado pelo Professor Manuel Januário da Costa Gomes. A análise ficou adiada para sessão posterior.

10. Ponto 10 (Regulamento da fraude).

O Regulamento foi apresentado pelo Professor Manuel Januário da Costa Gomes. A análise ficou adiada para sessão posterior.

11. Ponto 11 (Regulamento de pós-graduação).

A proposta de alterações ao Regulamento foi apresentada pelo Professor Manuel Januário da Costa Gomes. A análise ficou adiada para sessão posterior.

12. Ponto 12 (Avaliação de desempenho).

A análise deste ponto ficou adiada para sessão posterior.

13. Ponto 13 (Cooperação jurídica).

Foi aprovado por unanimidade o Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas em parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Jurídicas de Cabo Verde, conforme consta do documento 17.

14. Atendendo ao adiantado da hora e à ausência de alguns membros, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas 18:30, ficando adiados os pontos da OT que não chegaram a ser tratados. Ficou acordado que a presente sessão continuaria no dia 7 de março de 2018, pelas 14h30, tendo especialmente em vista, dada a urgência, a matéria relativa à revisão Regulamento de Mestrados e Doutoramentos (Ponto 11), para a qual seria enviada uma recordatória



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor José Duarte Nogueira

A Secretária do Conselho Científico

Professor Doutora Elsa Dias Oliveira

DISTRIBUIÇÃO SERVIÇO DOCENTE**2017/2018****VERSÃO 2º SEMESTRE****26-FEV.-2018****1.º CICLO****LICENCIATURA****1.º ano****Unidades curriculares obrigatórias**

101-Introdução ao Estudo do Direito I - Dia A - 8 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores	Prof. Doutor Francisco Aguilar (3) Dr. Miguel Brito Bastos (3) Dra. Nádia Reis (2)

201-Introdução ao Estudo do Direito II - Dia A - 8 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores	Prof. Doutor Francisco Aguilar (3) Dr. Miguel Brito Bastos (3) Dra. Nádia Reis (2)

101-Introdução ao Estudo do Direito I - Dia B - 8 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro
Colaboradores	Mestre Sónia Viana (5) Dr. Nuno Abecassis (3)

201-Introdução ao Estudo do Direito II - Dia B - 8 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro
Colaboradores	Mestre Sónia Viana (4) Dr. Nuno Abecassis (3) Dr. Dinis Braz Teixeira (1)

trazer

101-Introdução ao Estudo do Direito I - Dia C - 8 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem
Colaboradores	Doutor Luís Vasconcelos de Abreu (3) Dr. Dinis Braz Teixeira (1) Dr ^a Susana Coelho (3)

	Dra. Nádía Reis (1)
--	---------------------

201-Introdução ao Estudo do Direito II - Dia C - 8 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem
Colaboradores	Doutor Luís Vasconcelos de Abreu (3) Profª Doutora Catarina Salgado (3) Dra. Nádía Reis (2)

105-Teoria Geral do Direito Civil I - Dia A - 8 subturmas - S.1.

Regente	Profª Doutora Mª do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos (2) Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte (3) Mestre David Martins (3)

205-Teoria Geral do Direito Civil II - Dia A - 8 subturmas - S.2.

Regente	Profª Doutora Mª do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos (2) Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte (3) Mestre David Martins (3)

105-Teoria Geral do Direito Civil I - Dia B - 8 subturmas - S.1.

Regente	Profª Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (4) Prof. Doutora Catarina Monteiro Pires (2) Dra. Julieta Dias Ribeiro (2)

205-Teoria Geral do Direito Civil II - Dia B - 8 subturmas - S.2.

Regente	Profª Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (3) Prof. Doutora Catarina Monteiro Pires (3) Dra. Julieta Dias Ribeiro (2)

105-Teoria Geral do Direito Civil I - Dia C - 8 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	Profª. Doutora Catarina Monteiro Pires (1) Lic. Ana Alves Leal (3) Dra. Joana Dias Barata (3) Dra. Julieta Dias Ribeiro (1)

205-Teoria Geral do Direito Civil II - Dia C - 8 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	Profª. Doutora Catarina Monteiro Pires (1) Lic. Ana Alves Leal (3) Dra. Joana Dias Barata (3) Dra. Julieta Dias Ribeiro (1)

105-Teoria Geral do Direito Civil I – Noite – 4 subturmas – S.1.	
Regente	Prof ^a . Doutora Adelaide Menezes Leitão
Colaboradores	Mestre Fátima Manso (2) Mestre João Pedro Marchante (2)

205-Teoria Geral do Direito Civil II – Noite – 4 subturmas – S.2.	
Regente	Prof ^a . Doutora Adelaide Menezes Leitão
Colaboradores	Mestre Fátima Manso (2) Mestre João Pedro Marchante (2)

Unidades curriculares opcionais

Filosofia do Direito - Dados 2014/2015 [partilhado entre Históricas, Económicas, Políticas e Jurídicas]

DIA: 153 (79+74)

NOITE: 48

231-Filosofia do Direito – TA – 3 subturmas – S.2.	
Regente	
Colaboradores	

231-Filosofia do Direito – TB – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor José Lamego
Colaboradores	Prof. Doutor José Lamego (3)

231-Filosofia do Direito – TAN – 2 subturmas – S.2.	
Regente	
Colaboradores	

2.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

111-Direito das Obrigações I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Dr. Nuno Trigo dos Reis (3) Dr ^a Madalena Perestrelo de Oliveira (3) Dr ^a Marisa Vaz (1)

211-Direito das Obrigações II – Dia A – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Dr. Nuno Trigo dos Reis (4) Dr ^a Madalena Perestrelo de Oliveira (3)

111-Direito das Obrigações I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
--	--

Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (3) Prof. Doutor David Festas (4)

211-Direito das Obrigações II - Dia B - 8 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (3) Prof. Doutor David Festas (4) Dr ^a Marisa Vaz (1)

111-Direito das Obrigações I - Noite - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof ^a . Doutora Maria de Lurdes Pereira
Colaboradores	Prof. Doutor José Alves de Brito (2) Mestre Carlos Lacerda Barata (2) Dr ^a Joana Vitorino (2) Dr ^a Marisa Vaz (1)

211-Direito das Obrigações II - Noite - 7 subturmas - S.2.

Regente	Prof ^a . Doutora Maria de Lurdes Pereira
Colaboradores	Prof. Doutor José Alves de Brito (2) Dr. Carlos Lacerda Barata (2) Dr ^a Joana Vitorino (2) Dr ^a Marisa Vaz (1)

119-Direito da Família - Dia A - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira
Colaboradores	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira (2) Mestre Sofia Henriques (4) Dr. Lourenço Santos (1)

119-Direito da Família - Dia B - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira
Colaboradores	Mestre Sofia Henriques (1) Mestre Neuza Lopes (2) Dr. Lourenço Santos (1) Dr. Sérgio Fagundes Conceição (3)

119-Direito da Família - Noite - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutor Daniel Morais
Colaboradores	Prof. Doutor Daniel Morais (2) Prof. Doutora Sofia Casimiro (2) Mestre Paulo Nascimento (3)

220-Direito das Sucessões - Dia A - 7 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	Mestre Sofia Henriques (4) Mestre Neuza Lopes (3)

220-Direito das Sucessões - Dia B - 8 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira
Colaboradores	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira (2) Mestre Neuza Lopes (1)

	Dr. Lourenço Santos (3) Dr. Sérgio Fagundes Conceição (1) Dr ^a Sara Leitão (1)
--	---

220-Direito das Sucessões - Noite - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Daniel Morais
Colaboradores	Prof. Doutor Daniel Morais (1) Prof ^a Doutora Sofia Casimiro (2) Mestre Paulo Nascimento (1) Dr. António Rodrigues (3)

Unidades curriculares opcionais

Direito Comparado - Dados 2014/2015

DIA: 76 (41+35)

NOITE: 46

147-Direito Comparado - Dia A - 3 subturmas+1subturma em inglês - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	Mestre Catarina Granadeiro (4)

147-Direito Comparado - Dia B - 3 subturmas - S.2. + 1subturma em inglês	
Regente	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Colaboradores	Mestre Catarina Granadeiro (4)

147-Direito Comparado - Noite - 2 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
Colaboradores	Dr ^a Inês Sítima (1)

3.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

117-Direito Comercial I - Dia A - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (3) Mestre Carita Simão (3) Dr. Paulo Abreu Santos (1)

217-Direito Comercial II/Sociedades Comerciais - Dia A - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (3) Mestre Carita Simão (3) Dr. Paulo Abreu Santos (1)

117-Direito Comercial I - Dia B - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Prof. Doutor José Ferreira Gomes (4) Lic. David Reis (3)

--	--

217-Direito Comercial II/Sociedades Comerciais - Dia B - 7 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Prof. Doutor José Ferreira Gomes (4) Lic. David Reis (3)

117-Direito Comercial I - Noite - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Colaboradores	Mestre João de Oliveira Geraldês (3) Mestre Ricardo Bernardes (2) Lic. Diogo Coelho (2)

217-Direito Comercial II/Sociedades Comerciais - Noite - 7 subturmas - S.2.

Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Colaboradores	Mestre João de Oliveira Geraldês (3) Mestre Ricardo Bernardes (2) Lic. Diogo Coelho (2)

118-Direito Penal I - Dia A - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma
Colaboradores	Prof. ^a . Doutora Inês Ferreira Leite (3) Mestre João Matos Viana (3) Mestra Sónia Reis (1)

239-Direito Penal II - Dia A - 7 subturmas - S.2.

Regente	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma
Colaboradores	Mestre João Matos Viana (3) Mestra Sónia Reis (3) Dr. ^a Rita Rosário (1)

118-Direito Penal I - Dia B - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma
Colaboradores	Mestra Sónia Reis (2) Dr. ^a Rita do Rosário (2) Mestra Catarina Abegão Alves (3)

239-Direito Penal II - Dia B - 7 subturmas - S.2.

Regente	Prof. ^a Doutora Maria Fernanda Palma
Colaboradores	Mestre António Neves (3) Dr. ^a Rita do Rosário (2) Mestre Catarina Abegão Alves (2)

118-Direito Penal I - Noite - 7 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutor Augusto Silva Dias
Colaboradores	Prof. Doutor Rui Soares Pereira (2) Mestre António Neves (2) Dr. Tiago Geraldo (2) Dra. Mafalda Moura Melin (1)

239-Direito Penal II - Noite - 6 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Augusto Silva Dias
Colaboradores	Prof. Doutor Rui Soares Pereira (2) Dr. Tiago Geraldo (2) Dra. Mafalda Moura Melin (2)

112-Direito Processual Civil I - Dia A - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores	Mestre Cláudia Trindade (4) Mestre Pedro Lacerda (3)

212-Direito Processual Civil II - Dia A - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores	Dr. ^a Filipa Lemos Caldas (4) Dra. Iolanda Bastos (3)

112-Direito Processual Civil I - Dia B - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (1) Mestre Paula Lourenço (3) Mestre Joana Pinto Monteiro (3)

212-Direito Processual Civil II - Dia B - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (1) Mestre Paula Lourenço (3) Mestre Joana Pinto Monteiro (3)

112-Direito Processual Civil I - Noite - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor José Luís Ramos
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (1) Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre (1) Mestre Diogo Castanheira Pereira (3) Dr. Paulo Abreu Santos (2)

212-Direito Processual Civil II - Noite - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor José Luís Ramos
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre (2) Mestre Diogo Castanheira Pereira (3) Dr. Paulo Abreu Santos (2)

171-Direito dos Contratos - Dia A - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Pedro Albuquerque
Colaboradores	Prof. Doutor João Marques Martins (3) Mestre Joana Pereira Dias (3) Dra. Iolanda Bastos (1)

171-Direito dos Contratos - Dia B - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Maria de Lurdes Pereira
Colaboradores	Prof. Doutor João Marques Martins (2) Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (1) Mestre Joana Pereira Dias (2)

	Dr. Dinis Braz Teixeira (2)
--	-----------------------------

171-Direito dos Contratos - Noite - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque
Colaboradores	Dr. João Serras de Sousa (2) Dr ^a Inês Sítima (1) Dr ^a Teresa Faria (2) Dr. António Ramalho Rodrigues (2)

213-Direito Reais - Dia A - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor José Alberto Vieira
Colaboradores	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (4) Dr. Vítor Fidalgo (3)

213-Direito Reais - Dia B - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
Colaboradores	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca (4) Dr. Vítor Fidalgo (3)

213-Direito Reais - Noite - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor José Luís Ramos
Colaboradores	Dr. João Serras de Sousa (2) Dr. João Lemos Esteves (3) Dr. Tiago Henrique Sousa (2)

Unidades curriculares opcionais

Direito dos Contratos II - Dados 2014/2015

DIA: 178 (79+99)

NOITE: 73

271- Direito dos Contratos II - Dia A - 3 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Maria de Lurdes Pereira
Colaboradores	Dr ^a Susana Coelho (3)

271- Direito dos Contratos II - Dia B - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Rui Ataíde
Colaboradores	Mestre Joana Pereira Dias (1) Dr. Dinis Braz Teixeira (3)

271- Direito dos Contratos II - Noite - 3 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Rui Ataíde
Colaboradores	Dr. João Lemos Esteves (1) Dr ^a Inês Sítima (2)

Direito Marítimo - Dados 2014/2015

DIA: 45 (18+27)

NOITE: 10

275- Direito Marítimo - Dia A - 1 subturma - S.1.	
--	--

Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Mestre Francisco Rocha (1)

275- Direito Marítimo - Dia B - 1 subturma - S.2.

Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Mestre Francisco Rocha (1)

275- Direito Marítimo - Noite - 1 subturma - S.1.

Regente	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
Colaboradores	Mestre Francisco Rocha (1)

4.º ano
Unidades curriculares obrigatórias
Direito do Trabalho I - Dia - 12 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (4) Prof. Doutor Guilherme Dray (4) Prof. Doutora Cláudia Madaleno (2) Dra. Sara Leitão (2)

Direito do Trabalho II - Dia - 12 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Colaboradores	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (4) Prof. Doutor Guilherme Dray (4) Prof. Doutora Cláudia Madaleno (2) Dra. Sara Leitão (2)

127-Direito do Trabalho I - Noite - 4 subturmas - S.1.

Regente	Profª Doutora Mª do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (1) Prof. Doutora Isabel Vieira Borges (3)

227-Direito do Trabalho II - Noite - 4 subturmas - S.2.

Regente	Profª Doutora Mª do Rosário Palma Ramalho
Colaboradores	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (1) Prof. Doutora Isabel Vieira Borges (3)

133-Direito Internacional Privado I - Dia - 12 subturmas - S.1.

Regente	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro
Colaboradores	Profª Doutora Elsa Dias Oliveira (2) Prof. Doutor João Gomes de Almeida (4) Mestre Nuno Piçarra (5) Dr. Miguel Machado (2)

133-Direito Internacional Privado I - Noite - 4 subturmas - S.2.

Regente	Prof. Doutora Elsa Oliveira
---------	-----------------------------

Colaboradores	Prof ^a Doutora Elsa Dias Oliveira (1) Prof. Doutor João Gomes de Almeida (2) Mestre Nuno Piçarra (2)
---------------	---

228-Direito Processual Penal - Dia - 12 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
Colaboradores	Prof ^a . Doutora Teresa Quintela (3) Mestre João Caires (4) Mestre David Silva Ramalho (4) Dra. Mafalda Moura Melin (1)

228-Direito Processual Penal - Noite - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
Colaboradores	Prof ^a Doutora Teresa Quintela (2) Mestre João Caires (2)

149-Direito Processual Civil III - Dia - 12 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
Colaboradores	Prof. Doutor Rui Pinto (3) Mestre Cláudia Trindade (2) Dr. Miguel Câmara Machado (4) Dr ^a Teresa Faria (3)

149-Direito Processual Civil III - Noite - 5 subturmas - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Rui Pinto
Colaboradores	Dr. António Garcia Rolo (2) Dr. Pedro Callapez (3)

Unidades curriculares opcionais

Direito Internacional Privado II - Dados 2014/2015

DIA: 14

NOITE: 0

233-Direito Internacional Privado II - TA - 1 subturma - S.2.	
Regente	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro
Colaboradores	Prof. Doutor João Gomes de Almeida (1)

233-Direito Internacional Privado II - TAN - 1 subturma - S.1.	
Regente	Prof. Doutora Elsa Dias Oliveira
Colaboradores	Prof. Doutora Elsa Dias Oliveira (1)

Direito Comercial III - Dados 2014/2015

DIA: 115

NOITE: 27

317-Direito Comercial III - TA - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo Oliveira
Colaboradores	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo Oliveira (1) Dr. António Garcia Rolo (3)

317-Direito Comercial III - TAN - 1 subturma - S.2.	
Regente	Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
Colaboradores	Dr. Sérgio Fagundes Conceição (1)

Direito Penal III - Dados 2014/2015

DIA: 95

NOITE: 65

339-Direito Penal III - TA - 5 subturmas - S.2.	
Regente	Profª Doutora Inês Ferreira Leite
Colaboradores	Profª Doutora Inês Ferreira Leite (3) Dra. Mafalda Moura Melin (2)

339-Direito Penal III - TAN - 2 subturmas - S.1.	
Regente	Prof. Doutora Helena Morão
Colaboradores	Mestre David Silva Ramalho (2)

2.º CICLO

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

O número de subturmas previsto tem em conta o número de alunos inscritos no ano letivo 2015/2016, tomando como limites mínimos e máximos de referência, respetivamente, 15 e 25 alunos.

Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses (Dia e Noite)

Quadro n.º 37 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Processual Penal II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Registos e Notariado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil Internacional I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Penal IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Probatório	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Contratação Pública	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Processual do Trabalho I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Processual Penal II – S.1	
Turma A/D	Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes/Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Helena Morão
Turma C/N	Prof. Doutora Helena Morão

- Registo e Notariado – S.1. -	
Turma A/D	Prof. Doutor José Luís Ramos
Turma B/N	Prof. Doutor Rui Ataíde

- Direito Processual Civil Internacional I S.1	
Turma A/D	Prof. Doutora Isabel Alexandre
Turma B/N	Prof. Doutora Isabel Alexandre

- Direito Penal IV – S.1.	
Turma A/D	Prof. Doutor Francisco Aguilar
Turma B/N	Prof. Doutora Teresa Quintela

OPTATIVAS

- Direito Probatório – S.1.	
Turma A/D	Prof. Doutor José Luís Ramos
Turma B/N	Prof. Doutora Isabel Alexandre

- Direito da Insolvência – S.1	
Turma A/D	Prof. ^a Doutora Adelaide Menezes Leitão
Turma B/N	Prof. Doutor Rui Pinto

- Direito Processual do Trabalho I – S.1	
Turma A/D	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Isabel Borges

Quadro n.º 38 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Justiça Constitucional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil V	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória

Contencioso Administrativo e Tributário	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil Internacional II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Contencioso da União Europeia	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Contraordenações	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Processual do Trabalho II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
			<i>Total</i>	840		30

OBRIGATÓRIAS

- Direito Processual Civil V – S.2.	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Pinto
Turma B/N	Prof. Doutora Isabel Alexandre

OPTATIVAS

- Direito dos menores – S.2	
Turma A/D	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira
Turma B/N	Prof. Doutor Daniel Morais

- Direito Processual Civil Internacional II – S.2	
Turma A/D	Prof. Doutora Isabel Alexandre

- Direito das Contraordenações – S.2.	
Turma A/D	Prof. Doutor Augusto Silva Dias

- Direito Processual do Trabalho II – S.2	
Turma A/D	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Isabel Borges

Especialidade de Direito da Empresa – Dia e Noite

Quadro n.º 40 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área	Tipo	Tempo de trabalho (horas)	ECTS	Observações
-----------------------	------	------	---------------------------	------	-------------

	científica		Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito das Sociedades Comerciais I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Comercial IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Valores Mobiliários II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Registos e Notariado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Arbitragem e da Mediação I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Bancário II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
		<i>Total</i>	840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito das Sociedades Comerciais I – S.1	
Turma A/D	Prof. Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Turma B/N	Prof. Doutor David Oliveira Festas

- Direito Comercial IV – S.1	
Turma A/D	Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos
Turma B/N	Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte

OPTATIVAS

- Direito dos Valores Mobiliários II – S.1	
Turma A/D	Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
Turma B/N	Prof. Doutor José Ferreira Gomes

- Direito da Arbitragem e da Mediação I – S.1	
Turma A/D	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Turma B/N	Prof ^ª Doutora Elsa Oliveira

- Direito Bancário II – S.1.	
Turma A	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia

- Direito dos Seguros II – S.1	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez/Prof. Doutor José Miguel Alves

	de Brito
Turma B/N	Prof ^o Doutor João Marques Martins

- **Direito da Insolvência** (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- **Registo e Notariado** (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

Quadro n.º 41 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito do Trabalho III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito das Sociedades Comerciais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contratos Internacionais	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Arbitragem e da Mediação II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Financeiro	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Transportes	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Tributação das Empresas	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita

OBRIGATÓRIAS

- Direito das Sociedades Comerciais II - S.2	
Turma A/D	Prof. Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Turma B/N	Prof. Doutor José Ferreira Gomes

- Direito do Trabalho III - S.2.	
Turma A/D	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva
Turma B/N	Prof. Doutor Guilherme Dray

OPTATIVAS

- Contratos internacionais - S.2	
Turma B/N	Prof. Doutor Diogo Pereira Duarte

- Direito da Arbitragem e da Mediação II - S.2.	
Turma A/D	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves

Turma B/N	Prof ^a Doutora Elsa Oliveira
-----------	---

- Direito Financeiro – S.2

Turma A	Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
---------	--

- Direito dos Transportes – S.2

Turma A	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
---------	--------------------------------------

Especialidade de Direito Penal

Quadro n.º 43 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Penal IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Penal II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Medida da Pena e Direito da Execução das Penas	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Estudos de Criminalidade	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Justiça Internacional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Sociedades Comerciais I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Valores Mobiliários II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Introdução ao Direito da Concorrência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Medida da Pena e Direito da Execução das Penas - S.1. - Obrigatória	
Turma A	Prof. ^a Doutora Inês Ferreira Leite

Direito Penal IV (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

Direito Processual Penal II (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Estudos de Criminalidade - S.1	
Turma A	

- Justiça Internacional - S.1 -	
Turma A	

- Introdução ao Direito da Concorrência - S.1	
Turma A	

Direito das Sociedades Comerciais I (vide Especialidade de Direito da Empresa)

Direito da Insolvência (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

Direito dos Valores Mobiliários II (vide Especialidade de Direito da Empresa)

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Penal V	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Penal III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito das Contraordenações ou Direito Penal Económico ou Direito Penal Médico ou Direito Penal Internacional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Estudos de Jurisprudência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Penal e Processual Penal Comparado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Sociedades Comerciais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Concorrência Avançado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Penal V – S.2	
Turma A	Prof. Doutor Francisco Aguilar
Turma B	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes/Prof. Doutora Teresa Quintela de Brito

- Direito Processual Penal III – S.2	
Turma A	Prof. Doutor Francisco Aguilar
Turma B	Prof. Doutor Rui Soares Pereira

- Direito das Contradordenações – S.2.	
Turma A	Prof. Doutor Augusto Silva Dias

OPTATIVAS

- Estudos de Jurisprudência – S.2	
Turma A	Prof. Doutor Francisco Aguilar

- Direito Penal e Processual Penal Comparado – S.2	
Turma A	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

- Direito da Concorrência Avançado – S.2	
Turma A	

Direito das Sociedades Comerciais II (vide Especialidade de Direito da Empresa)
Direito dos Menores (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

Especialidade de Direito Civil - Dia

Quadro n.º 46 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito dos Contratos III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito da Responsabilidade Civil	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória

Direito da Família e das Sucessões	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Bancário II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito dos Contratos III - S.1	
Turma A	Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
- Direito da Responsabilidade Civil - S.1	
Turma A	Prof. Doutor Rui de Ataíde
- Direito da Família e das Sucessões - S.1	
Turma A/D	Prof. Doutora Margarida Silva Pereira

OPTATIVAS

Direito dos Seguros II (vide Especialidade de Direito da Empresa)
Direito Bancário II (vide Especialidade de Direito da Empresa)

Quadro n.º 47 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direitos Reais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito de Personalidade	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Expropriações	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Transportes	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Financeiro	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direitos Reais II – S.2.	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Ramos

Direito dos Menores (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito de Personalidade – S.2	
Turma A	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves

Direito dos Transportes (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

Especialidade de Direito dos Transportes - Noite

Quadro n.º 52 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Marítimo II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Aéreo I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Transportes Terrestres I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Portuário e Aeroportuário	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Marítimo II – S.1	
Turma A	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes

- Direito Aéreo I – S.1	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

- Direito dos Transportes Terrestres I – S.1	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

OPTATIVAS

- Direito Portuário e Aeroportuário – S.1.	
Turma A	

Direito dos Seguros (vide Especialidade de Direito da Empresa)**Quadro n.º 53 – 1.º Ano / 2.º Semestre**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Marítimo III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Aéreo II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Transportes Terrestres II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contratos Internacionais	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Negócios	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Marítimo III – S.2	
Turma A	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes

- Direito Aéreo II – S.2	
---------------------------------	--

Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves
---------	-------------------------------

- Direito dos Transportes Terrestres II - S.2	
Turma A	Prof. ^a Doutora Catarina Salgado

OPTATIVAS**Especialidade Direito Comercial Internacional**

- Direito Comparado II - S.1	
Turma A	Prof. Doutor João Marques Martins

- Direito Processual Civil Internacional II	
Turma A	Prof. Doutor João Marques Martins

2.º CICLO

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

- Direito Civil I	
Turma A	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa/Prof. ^a Doutora Maria de Lurdes Pereira
Turma B	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão/Prof. Doutor Rui de Ataíde

- Direito Civil II	
Turma A	Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro/ Prof. ^a Doutora Elsa Oliveira

- Direito Processual Civil I	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Ramos/Prof. Doutor Rui Pinto/Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre

- Direito Civil III	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Turma B	Prof. Doutor Carlos Pamplona Corte-Real / Prof. Doutor Daniel Morais

- Direito da Insolvência	
Turma A	Prof. ^a Doutora Adelaide Menezes Leitão

- Direito Penal II	
Turma A	Prof. Doutor Augusto Silva Dias

- Direito Processual Penal I	
Turma A	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes/Prof. Doutor Rui Soares Pereira

- Direito Penal I	
Turma A	Prof. ^a Doutora M. ^a Fernanda Palma

- Criminologia	
Turma A	Prof. Doutor Augusto Silva Dias

- Direito do Trabalho	
Turma A	Prof. ^a Doutora M. ^a do Rosário Palma Ramalho

- Direito Comercial I	
------------------------------	--

Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Turma B	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos/Prof Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos

- Direito das Sociedades Comerciais I	
--	--

Turma A	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque/Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro
---------	--

- Direito Comercial Internacional	
--	--

Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro/Prof. Doutor Catarina Monteiro Pires
---------	---

- Direito Bancário	
---------------------------	--

Turma A	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
---------	--------------------------------------

- Direito dos Seguros	
------------------------------	--

Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez/Prof. Doutor José Miguel Alves de Brito
---------	--

- Direito do Autor e da Sociedade da Informação	
--	--

Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira
---------	----------------------------------

- Direito da Propriedade Industrial	
--	--

Turma A	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão/Prof. Doutor Dário Moura Vicente
---------	---

- Direito dos Valores Mobiliários	
--	--

Turma A	Prof. Doutora Paula Costa e Silva/Profª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
---------	--

- Direito Privado do Ambiente	
--------------------------------------	--

Turma A	
---------	--

- Direito Penal e Contraordenacional do Ambiente	
---	--

Turma A	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
---------	------------------------------------

- Direito Marítimo	
---------------------------	--

Turma A	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes
---------	--------------------------------------

- Direito Comparado	
----------------------------	--

Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
---------	----------------------------------

3.º CICLO

DOUTORAMENTO

- Direito Civil I	
Turma A	Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa/Prof. ^a Doutora Maria de Lurdes Pereira
Turma B	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão/Prof. Doutor Rui Ataíde

- Direito Civil II	
Turma A	Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro/ Prof. Doutora Elsa Oliveira

- Direito Processual Civil I	
Turma A	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva

- Direito Comercial I	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Turma B	Prof. Doutor Pedro Pais de Vasconcelos/Prof Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos

- Direito do Trabalho	
Turma A	Prof. ^a Doutora M. ^a do Rosário Palma Ramalho

- Direito Penal I	
Turma A	Prof. Doutora Maria Fernanda Palma

- Direito Processual Penal I	
Turma A	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

- Criminologia	
Turma A	Prof. Doutor Augusto Silva Dias

- Direito Bancário	
Turma A	Prof. Doutor Januário da Costa Gomes

- Direito Civil III	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente
Turma B	Prof. Doutor Carlos Pamplona Corte-Real / Prof. Doutor Daniel Morais

- Direito Comercial Internacional	
Turma A	Prof. Doutor Luís Lima Pinheiro/Prof. ^a Doutora Catarina Monteiro Pires

- Direito Comparado	
Turma A	Prof. Doutor Moura Vicente

- Direito da Insolvência	
Turma A	Prof. ^a Doutora Adelaide Menezes Leitão

- Direito da Propriedade Industrial	
Turma A	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão/Prof. Doutor Dário Moura Vicente

- Direito das Sociedades Comerciais I	
Turma A	Prof. Doutor Pedro de Albuquerque

- Direito do Autor e da Sociedade de Informação	
Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira

- Direito dos Seguros	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez/Prof. Doutor José Miguel Alves de Brito

- Direito Penal II	
Turma A	Prof. Doutor Augusto Silva Dias

- Introdução ao Direito Privado	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Leitão Pais de Vasconcelos

- Filosofia do Direito	
Turma A	Prof. ^a Doutora M ^a Fernanda Palma

- Teoria da Justiça e o Problema da Verdade	
Turma A	Prof. ^a Doutora M ^a Fernanda Palma

- Responsabilidade Civil Extracontratual	
Turma A	Prof. ^a Doutor Adelaide Menezes Leitão

- Direito dos Valores Mobiliários	
Turma A	Prof. Doutora Paula Costa e Silva/Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de

	Oliveira
--	----------

Sabática/Licença



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS
ANO LETIVO 2017/2018**

**1.º CICLO
LICENCIATURA**

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

103-Economia I - Dia A - 8 subturmas - S.1.	
Regente	Fernando Araújo
103-Economia I - Dia B - 8 subturmas - S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
103-Economia I - Dia C - S.1. 8 subturmas - S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
103-Economia I - Noite - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Miguel Patrício
Colaboradores	André Marçalo (4 subturmas) Filipe Vasconcelos Fernandes (4 subturmas) Alexandra Marques (3 subturmas) Raquel Franco (5 subturmas) Miguel Patrício (1 subturma) Inês Pisco Bento (3 subturmas) Ricardo Reigada Pereira (4 subturmas) Tânia Faria (4 subturmas)

Unidades curriculares opcionais

203-Economia II - Dia A - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Fernando Araújo
Colaboradores	Sara Rodrigues (2 subturmas)
203-Economia II - Dia B - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
Colaboradores	Miguel Patrício (2 subturmas)
203-Economia II - Dia C - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
Colaboradores	Raquel Franco (2 subturmas)

203-Economia II - Noite - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Miguel Patrício
Colaboradores	Ricardo Reigada Pereira (2 subturmas)

Filosofia do Direito - Dia - 1 subturma - S.2.	
Regente	Fernando Araújo
Colaboradores	Miguel Patrício (1 subturma) Rute Saraiva (1 subturma)

2.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

51-Direito da União Europeia - Dia A - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
Colaboradores	Miguel Moura e Silva (2 subturmas) José Renato Gonçalves (1 subturma) Nuno Cunha Rodrigues (1 subturma) Marco Capitão Ferreira (1 subturma) Miguel Sousa Ferro (2 subturmas)

210-Finanças Públicas - Dia A - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Nazaré da Costa Cabral
210-Finanças Públicas - Noite - 7 subturmas - S.2.	
Regente	Marco Capitão Ferreira
Colaboradores	Nazaré Costa Cabral (1 subturma) Alexandra Pessanha (3 subturmas) Marco Capitão Ferreira (4 subturmas) André Marçalo (2 subturmas) Inês Pisco Bento (3 subturmas) Paulo Marques (1 subturma)

210-Finanças Públicas - Dia B - 7 subturmas - S.1.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
Colaboradores	Nazaré da Costa Cabral (1 subturma) Alexandra Pessanha (3 subturmas) Alexandra Marques (3 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.º ano

Unidades curriculares opcionais

116-Direito da Economia - Dia A- 2 subturmas - S.1.	
Regente	Miguel Sousa Ferro
Colaboradores	Leonor Nunes (2 subturmas)

116-Direito da Economia - Dia B- 1 subturma - S.1.	
Regente	Miguel Sousa Ferro
Colaboradores	Leonor Nunes (1 subturma)

116-Direito da Economia - Noite - 1 subturma - S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
Colaboradores	Sara Rodrigues (1 subturma)

116-Economia Internacional - Dia A - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota
Colaboradores	Joana Baptista (1 subturma) Sérgio Alves (3 subturmas)

116-Economia Internacional - Dia B - 1 subturma - S.1. (inglês)	
Regente	Miguel Sousa Ferro
Colaboradores	Miguel Sousa Ferro (1 subturma)

116-Economia Internacional - Noite - 1 subturma - S.1.	
Regente	Carlos Lobo
Colaboradores	Sara Rodrigues (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros - Dia A - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Luís Morais
Colaboradores	Sónia Martins Fernandes (1 subturma) Joana Baptista (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros - Dia B - 3 subturmas - S.2.	
Regente	Rute Saraiva
Colaboradores	Filipe Santos Fernandes (2 subturmas) Sónia Martins Fernandes (1 subturma)

256-Direito dos Mercados Financeiros - Noite - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Rute Saraiva
Colaboradores	Tânia Faria (2 subturmas)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

134-Direito Internacional Económico - Dia A - 1 subturma - S.2.	
Regente	José Renato Gonçalves
Colaboradores	José Renato Gonçalves (1 subturma)

134-Direito Internacional Económico - Dia B - 1 subturma - S.2. (inglês)	
Regente	Miguel Moura e Silva
Colaboradores	Joana Baptista (1 subturma)

134-Direito Internacional Económico - Noite - 1 subturma - S.2.	
Regente	Pedro Infante Mota
Colaboradores	Pedro Infante Mota (1 subturma)

4.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

115-Direito Fiscal - Dia - 12 subturmas - S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado
Colaboradores	Nuno Oliveira Garcia (4 subturmas) Sónia Fernandes (4 subturmas) Sérgio Alves (4 subturmas)

115-Direito Fiscal - Noite - 4 subturmas - S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado
Colaboradores	Paulo Marques (4 subturmas)

Unidades curriculares opcionais

260- União Económica e Monetária - TA - 2 subturmas - S.1.	
Regente	Nazaré Costa Cabral
Colaboradores	Paulo Marques (2 subturmas)

260- União Económica e Monetária - Noite - 1 subturma - S.1.	
Regente	Renato Gonçalves
Colaboradores	Renato Gonçalves (1 subturma)

264- Direito Fiscal Internacional - TA - 2 subturmas - S.2.	
Regente	Ana Paula Dourado
Colaboradores	Gustavo Courinha (1 subturma) Nuno Oliveira Garcia (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

260- Direito Fiscal Internacional - TAN - 1 subturma - S.2.	
Regente	Ana Paula Dourado
Colaboradores	Nuno Oliveira Garcia (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CURSO DE ESTUDOS EUROPEUS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2017/2018

Direito da União Europeia - S.1.	
Regente	Nuno Cunha Rodrigues
Colaboradores	Joana Baptista (1 subturma)

Introdução à Economia - S. 2	
Regente	Paula Vaz Freire
Colaboradores	Raquel Franco (1 subturma)

Economia Internacional - S.1	
Regente	Pedro Infante Mota
Colaboradores	Leonor Nunes (1 subturma)

União Económica e Monetária - S.2	
Regente	Nazaré da Costa Cabral
Colaboradores	Leonor Nunes (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1ºano/ 1º semestre	
Direito e Economia	Miguel Patrício
Direito e Economia (inglês)	Paula Vaz Freire
Políticas Públicas	Nazaré Costa Cabral
Contratação Pública e Concorrência	Nuno Cunha Rodrigues
Contratação Pública e Concorrência (inglês)	Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Capitão Ferreira) Regulação Financeira (Rute Saraiva) Mercados Financeiros (Rute Saraiva)	

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1ºano/ 2º semestre	
Economia Comportamental e Direito	Rute Saraiva
Economia Comportamental e Direito (inglês)	Rute Saraiva
Finanças Locais e Regionais	Nazaré Costa Cabral/ Nuno Cunha Rodrigues
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo) Direito da Concorrência Avançado (Luís Morais) Regulação das Indústrias de Rede (Carlos Lobo) Contencioso Administrativo e Tributário (Carlos Lobo) ** Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

* Turma única comum à especialidade *Direito da Concorrência e da Regulação*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas* e *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL
(turma de dia)

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL 1ºano/ 1º semestre	
Políticas Fiscais e Governação Global	Ana Paula Dourado
Harmonização Fiscal Europeia	Gustavo Courinha
Convenções de Dupla Tributação (1 turma)	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Pedro Infante Mota
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (1 turma)	Miguel Sousa Ferro
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Mercados Financeiros (Rute Saraiva) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Nazaré Costa Cabral) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Marco Capitão Costa Ferreira) Regulação Financeira (Rute Saraiva) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues)	

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL 1ºano/ 2º semestre	
Tributação das Empresas (1 turma)	Gustavo Courinha
Tributação das Empresas (1 turma)	Carlos Lobo
Tributação das Empresas (1 turma - inglês)	Carlos Lobo
Integração Fiscal Negativa na EU	Gustavo Courinha
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Pedro Infante Mota
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (1 turma)	Miguel Sousa Ferro
UCs de Opção	
Finanças Locais e Regionais (Nazaré Costa Cabral/ Nuno Cunha Rodrigues) Contencioso Administrativo e Tributário (Gustavo Courinha) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO*

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1ºano/ 1º semestre	
Introdução ao Direito da Concorrência	Miguel Moura e Silva
Teoria Geral da Regulação Económica	Marco Capitão Ferreira
Regulação Financeira	Rute Saraiva
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Nazaré Costa Cabral) Contratação Pública e Concorrência (Nuno Cunha Rodrigues) Mercados Financeiros (Rute Saraiva)	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1ºano/ 2º semestre	
Direito da Concorrência Avançado	Luís Morais
Regulação das Indústrias de Rede	Carlos Lobo
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Carlos Lobo*
UCs de Opção	
Economia Comportamental e Direito (Rute Saraiva) Finanças Locais e Regionais (Nazaré Costa Cabral/ Nuno Cunha Rodrigues) Economia e Fiscalidade do Ambiente e da Energia (Carlos Lobo) Contencioso Administrativo e Tributário (Carlos Lobo) ** Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos	

Regulação e concorrência no sector da energia (Curso de mestrado de ciências jurídico-políticas) – Miguel Sousa Ferro

* Turma única comum à especialidade de *Economia e Políticas Públicas*

** Abertura de nova turma (noite) comum às especialidades de *Economia e Políticas Públicas e Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUTORAMENTO:

1- DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo / Paula Vaz Freire
Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva
Economia – Pedro Soares Martinez
Direito da Regulação – Marco Capitão Ferreira

2- DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira
Direito Fiscal – Ana Paula Dourado
Direito Fiscal Europeu – Ana Paula Dourado
Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

3- DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Rute Saraiva
Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota
Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira/ Nazaré Costa Cabral
Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves

MESTRADO EM CIÊNCIA DO DIREITO

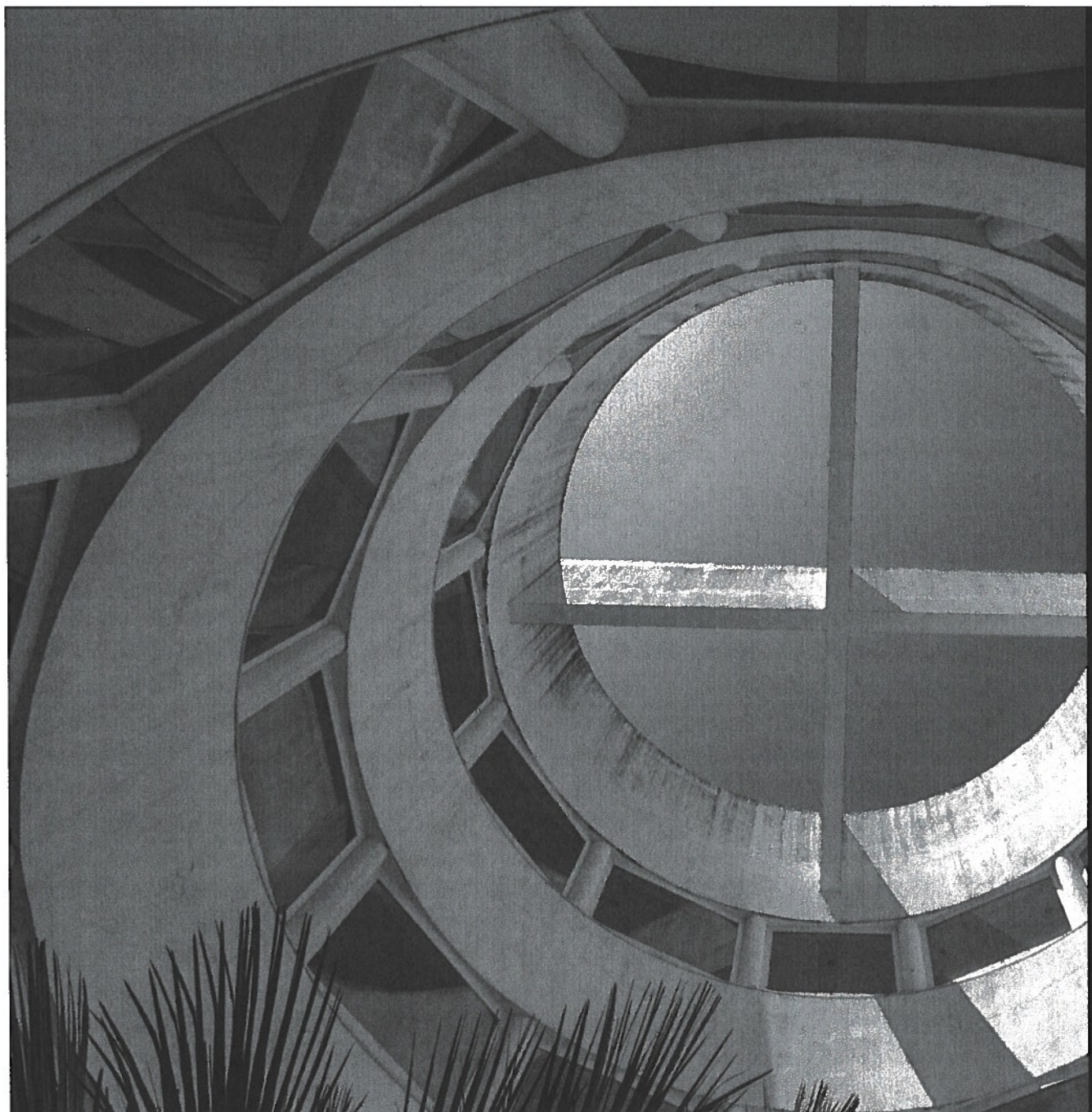
1- DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo / Paula Vaz Freire
Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva
Economia – Pedro Soares Martinez
Direito da Regulação – Marco Capitão Ferreira

2- DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira
Direito Fiscal – Ana Paula Dourado
Direito Fiscal Europeu – Ana Paula Dourado
Direito Fiscal Internacional – Gustavo Courinha

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante da Mota (optativa)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GABINETE ERASMUS E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ano Lectivo 2016/2017



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GABINETE ERASMUS E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ano Lectivo 2016/2017

CONTEÚDO

Introdução	2
Equipa	3
Programas e Redes	1
Protocolos e Parcerias	2
Mobilidade de Alunos	4
<i>Alunos Incoming</i>	4
<i>Alunos Outgoing</i>	6
Mobilidade de Docentes	9
<i>Docentes Incoming</i>	9
<i>Docentes Outgoing</i>	10
Mestrados Internacionais	11
Mestrado em European Legal Practice	11
Mestrado com a Loyola University College of Law	11
Cursos Intensivos	12
Moot Courts	18
Conclusões	19
Anexos	20

INTRODUÇÃO

O Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais (GERI) promove e gere, entre outras atribuições, a mobilidade e o intercâmbio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeadamente mobilidade de alunos, docentes, investigadores e funcionários. No âmbito desta gestão é atribuição do GERI não só prestar esclarecimentos sobre os programas em vigor, como também promover iniciativas informativas e de incentivo à mobilidade, quer para alunos portugueses que queiram ir estudar para outra instituição, quer para alunos estrangeiros que queiram frequentar um semestre ou um ano letivo completo na nossa Faculdade.

Ao longo dos anos o GERI tem vindo a estabelecer, em linha com a política de internacionalização da Faculdade, protocolos com várias instituições de ensino superior no âmbito do Programa Erasmus+ e com instituições de países sul-americanos.

O GERI diversificou também a sua atividade para gestão de cursos intensivos, originalmente criados como uma extensão do programa Erasmus+, lecionados principalmente por docentes estrangeiros em língua estrangeira e sobre temas de direito não lecionados na Faculdade.

Ao gabinete foi ainda atribuída a incumbência de gerir o Mestrado Erasmus Mundus em European Legal Practice, que atualmente foi convertido num mestrado conjunto internacional, inserido no catálogo de mestrados oferecido pela Faculdade. A este mestrado veio juntar-se um segundo mestrado internacional, desta vez promovido em conjunto com a Loyola University College of Law, New Orleans.

No quadro da internacionalização da Faculdade, cabe ao GERI a sua representação em redes e eventos internacionais de Direito e a promoção da atividade docente no estrangeiro.

É ainda incumbência do gabinete manter atualizada a informação no site da Faculdade relativa à mobilidade, à oferta em inglês para alunos estrangeiros em mobilidade, aos cursos intensivos e aos mestrados internacionais.

O presente relatório pretende, desta forma, dar conta das atividades promovidas ao longo do ano letivo de 2016/2017, bem como da sua evolução ao longo dos últimos três anos letivos.

EQUIPA

A orgânica do Gabinete é composta por um presidente, oito vice-presidentes representantes dos vários grupos científicos, uma equipa de colaboradores caracterizada por um técnico-superior, um bolseiro de investigação e quatro alunos-colaboradores e um representante da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Presidente

Professor Vasco Pereira da Silva

Grupo de Ciências Jurídicas

Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos

Professor Doutor José Ferreira Gomes

Grupo de Ciências Jurídico-políticas

Professor Doutor Miguel Raimundo

Professor Doutor Rui Guerra da Fonseca

Grupo de Ciências Jurídico-Económicas

Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Professora Doutora Rute Saraiva

Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas

Professora Doutora Sílvia Alves

Professora Doutora Isabel Graes

Equipa de colaboradores

Mestre Eduarda Camilo (Técnica Superior)

Licenciada Ana Nazário (Assistente Técnica em regime de mobilidade), ausente desde maio de 2017

Diana Gondim (Bolsheiro Técnico de Investigação), em funções desde junho de 2017

Caroline Agosti (Aluna colaboradora), cessou contrato em fevereiro de 2017

Adriane Rampazzo (Aluna colaboradora), cessou contrato em julho de 2017

Roberta Dupin (Aluna colaboradora)

Marianna Verçosa (Aluna colaboradora), cessou contrato em julho de 2017

Bruna Ferreira (Aluna colaboradora), cessou contrato em outubro de 2017

Thiago Huver (Aluno colaborador)

Jana Chaves (Aluna colaboradora),

Representante da Associação Académica

Francisco Matias, substituído por André Alves

PROGRAMAS E REDES

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) tem-se empenhado na internacionalização do seu plano de estudos, de forma a proporcionar aos alunos da Faculdade e aos alunos visitantes de Faculdades estrangeiras uma experiência académica o mais internacional possível.

A fim de prosseguir esse objetivo, a FDUL é membro da associação ELFA (European Law Faculties Association) e das redes ELPIS, EuropePolis, Rotterdam Law Network e Rede de Nanterre, que passamos a descrever abaixo.

Os programas, redes de cooperação e intercâmbios que a FDUL acompanhou no ano lectivo 2016-2017, foram os seguintes:

ELFA (European Law Faculties Association)

Associação fundada em 1995 em Leuven, Bélgica, actualmente composta por mais de 180 de Faculdades de Direito e destinada a constituir um fórum para a discussão de assuntos relacionados com o ensino do Direito. A rede é responsável pela publicação do European Journal of Legal Education.

Rede ELPIS

Rede fundada pela Universidade Leibniz de Hannover, actualmente composta por 36 universidades europeias e que se destina à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários assim como à promoção e organização de estudos, cursos e publicações, em especial, nos domínios do Direito Europeu e Direito Comparado.

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foi nomeada coordenadora da rede em 2015 e em 2016 organizou e foi anfitriã da sua reunião anual.

Rede EuropePolis

Rede fundada em Março de 2011, pela Sapienza - Università di Roma, composta por 19 universidades e centros europeus, com o objectivo de incentivar o ensino do direito europeu em todas as disciplinas. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é membra fundadora desta rede.

Rede de Direito de Roterdão (Rotterdam Law Network)

Rede fundada pela Erasmus Universiteit Rotterdam, actualmente composta por 30 universidades europeias e que se destina à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários.

Em anexo a este Relatório, consta uma súmula dos trabalhos realizados na reunião desta rede no passado dia 8 de Abril de 2016, na Konstanz Universität, na Alemanha.

Rede de Nanterre (Nanterre Network)

Rede de cooperação universitária em ciências jurídicas, coordenada pela Universidade de Université Paris-Ouest Nanterre La Défense, da qual a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é membra desde Maio de 2011.

PROTOCOLOS E PARCERIAS

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa possui três tipos de programas de mobilidade. Assim, o GERI é responsável pela gestão da mobilidade ao abrigo de protocolos assinados no âmbito do Programa Erasmus+, pela gestão da mobilidade ao abrigo dos protocolos assinados pelo Instituto de Direito Brasileiro e pela gestão da mobilidade ao abrigo de protocolos com outras instituições de ensino superior não inseridas em programas específicos.

O GERI é igualmente responsável pela gestão dos protocolos que regulamentam os dois mestrados internacionais: o Mestrado em *European Legal Practice* (ELPIS) e o Duplo Grau com a University of Loyola College of Law.

Existe ainda o Programa Almeida Garrett, que é gerido pela Reitoria, cabendo ao GERI a responsabilidade de receber e validar as candidaturas, para posterior envio à Reitoria.

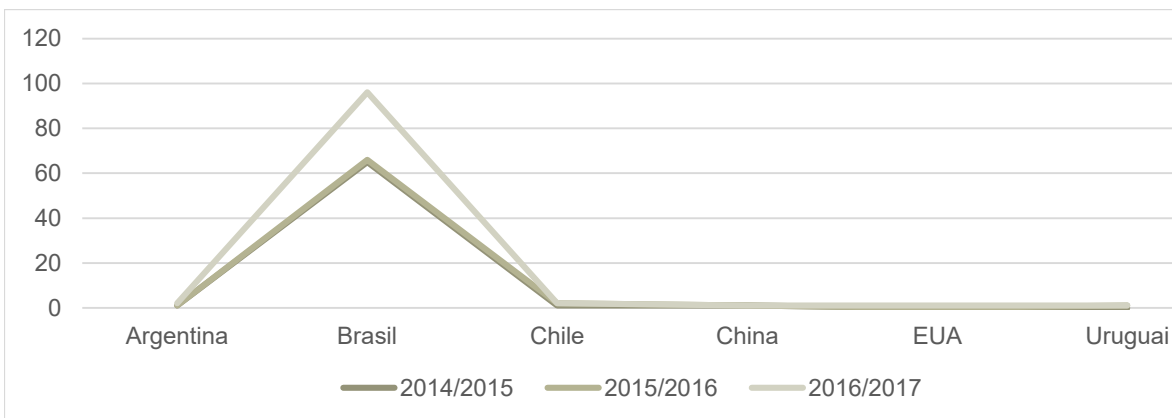


FIG. 2 EVOLUÇÃO DO N.º DE PROTOCOLOS POR PAÍS, EXCLUINDO PROGRAMA ERASMUS+

No que respeita à evolução dos parceiros, com os quais foram assinados protocolos, com mobilidade (Fig. 1 e Fig. 2), verificamos que não houve uma alteração geográfica significativa, registando-se apenas parceiros em dois novos países – EUA e Uruguai. Relativamente ao número de protocolos, por país, os países com maior número de parceiros são Espanha, Itália e Alemanha, no âmbito do programa Erasmus+, e Brasil, no que respeita à mobilidade por portocolo. É também, respectivamente, nestes países que se verifica um aumento significativo de protocolos ao longo dos anos.

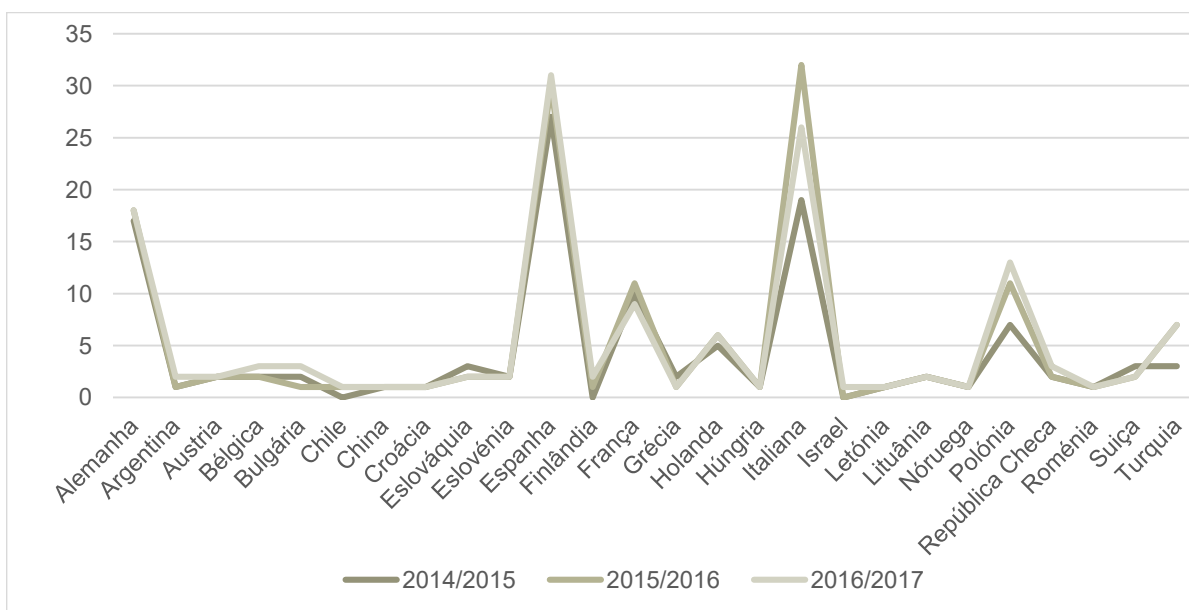


FIG. 1 EVOLUÇÃO DO N.º DE PROTOCOLOS ERASMUS+ POR PAÍS

No ano letivo de 2016/2017 foram assinados 24 novos protocolos, na sua maioria com instituições Espanholas, Polacas e Turcas (Fig. 3).

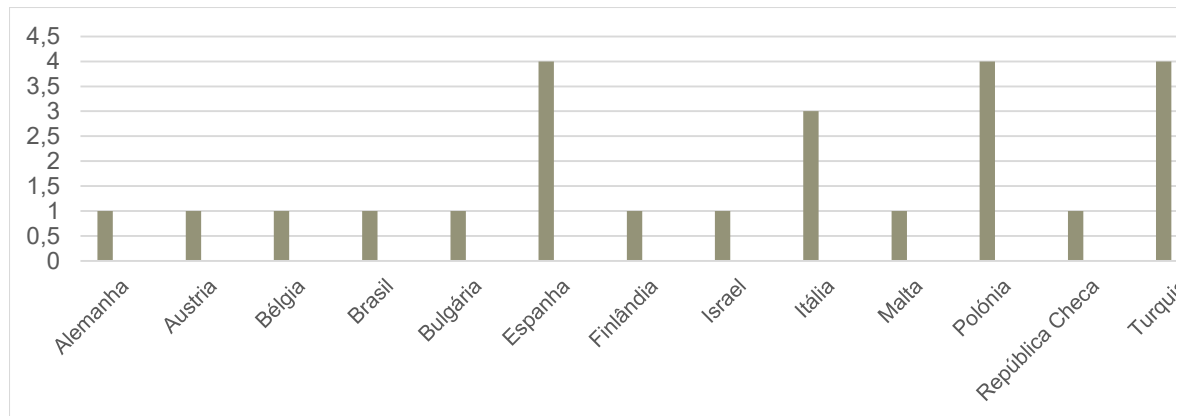


FIG. 3 PROTOCOLOS ASSINADOS EM 2016/2017, POR PÁIS

No ano letivo de 2016/2017 enviámos 93 alunos para 44 instituições parceiras e recebemos 283 alunos de 110 instituições. Em regra o número de vagas é respeitado, embora haja casos de instituições que aceitam receber mais alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, do que os que enviam e vice-versa.¹

¹ Ver anexo VIII.

MOBILIDADE DE ALUNOS

Alunos *Incoming*

A mobilidade *incoming* ao longo dos últimos quatro anos, tem sido algo flutuante, podendo verificar-se pela Fig. 4, que tem havido uma progressão positiva no número de alunos que recebemos ao abrigo dos protocolos, maioritariamente do Brasil. O Programa Almeida Garrett, sendo um programa nacional, tem um universo de mobilidade bastante mais pequeno e em média a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa recebe entre um a dois alunos. Os alunos *freemovers*², também não têm grande expressão no contexto de mobilidade, apesar de no primeiro semestre de 2017/2018, ter havido um aumento de alunos neste modelo de mobilidade.

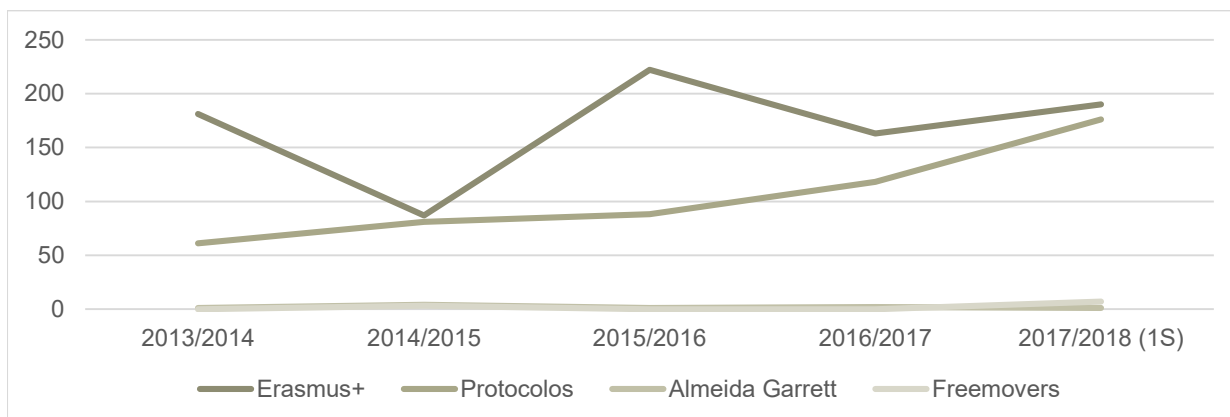


FIG. 4 EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INCOMING, POR PROGRAMA

No ano letivo de 2016/2017 recebemos por período letivo uma média de 94 alunos, tendo havido 18 pedidos de extensão (Fig. 5).

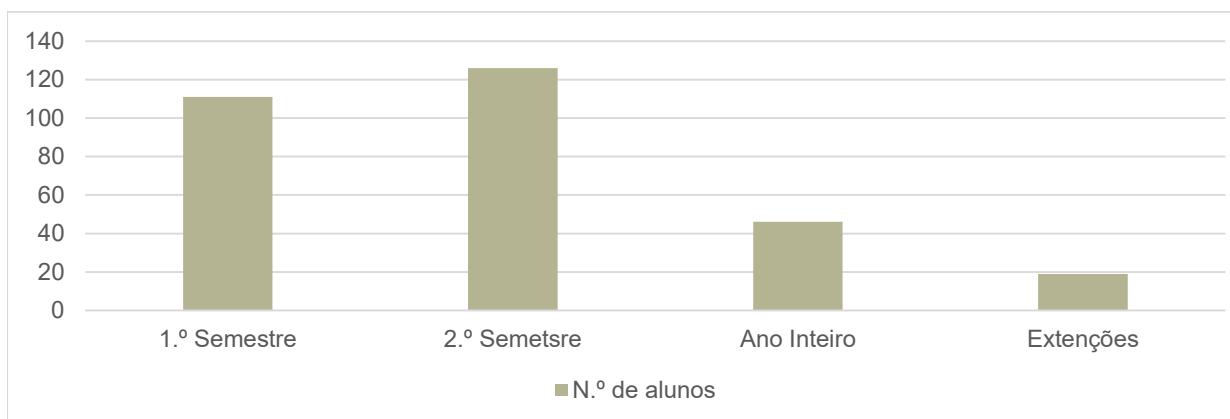


FIG. 5 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS INCOMING POR SEMESTRE, EM 2016/2017

A Faculdade de Direito recebeu em média 2,5 alunos por universidade parceira (Fig. 6) e um número médio de 11,7 alunos por país de origem (Fig. 7).

² Alunos *freemovers* são alunos que realizam uma mobilidade na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sem estarem abrangidos por nenhum programa ou protocolo. Estes alunos, não estando enquadrados em nenhum programa de mobilidade, são recebidos na qualidade de aluno que realiza unidades curriculares isoladas.

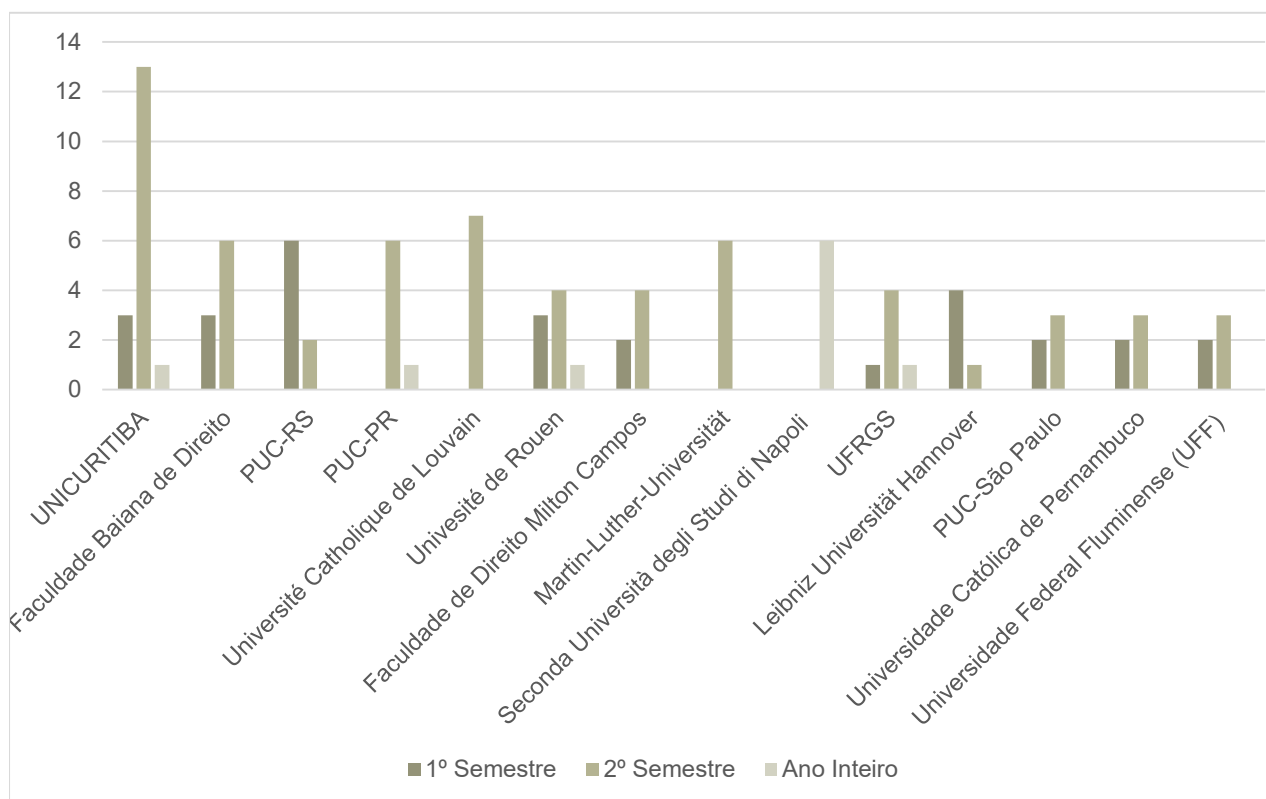


FIG. 6 10 UNIVERSIDADES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS INCOMING

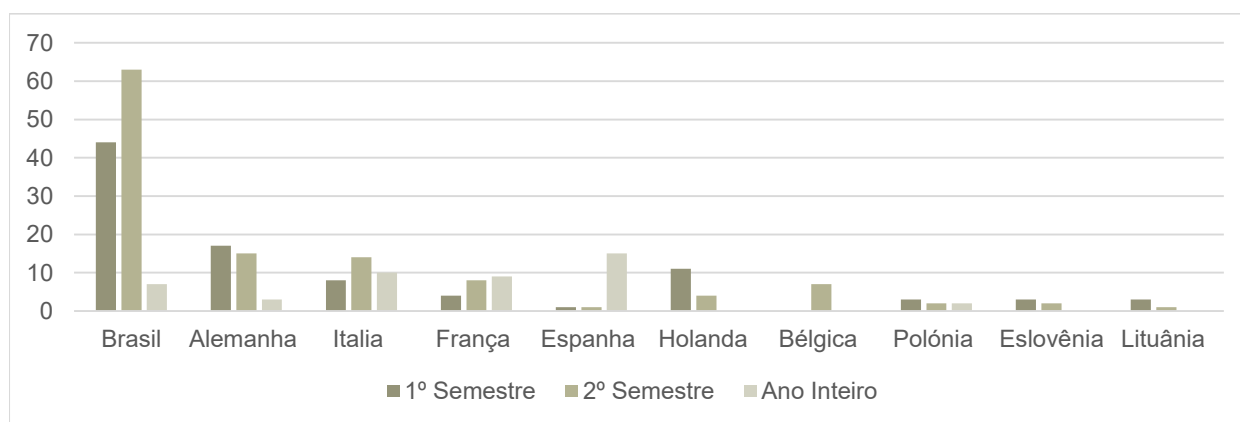


FIG. 7 10 PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS INCOMING

Para os alunos incoming, de entre as unidades curriculares da licenciatura em Direito são criadas turmas cuja língua de ensino é o inglês, como forma de facilitar o acompanhamento dos alunos, que não dominem o português, nalgumas matérias de Direito lecionadas na Faculdade. No mestrado em prática jurídica e também no mestrado científico existem unidades curriculares lecionadas em inglês, que podem ser frequentadas pelos alunos incoming. Os alunos que optam por se inscrever nas turmas em inglês são na sua maioria de origem alemã, francesa, holandesa e italiana. Existem também muitos alunos Brasileiros que optam por frequentar as turmas em inglês, como forma de valorizarem a sua experiência no estrangeiro.

Em 2016/2017 foram lecionadas 19 unidades curriculares, tendo sido criadas 22 turmas em inglês.

Alunos *Outgoing*

Em 2016/2017 houve um aumento bastante significativo do número de alunos a realizar um período de mobilidade através do programa Erasmus+ (Fig. 8). Em contrapartida, houve um decréscimo no número de alunos a realizar um período de mobilidade ao abrigo de protocolos (Fig. 8). Esta alteração de tipo de mobilidade pode estar relacionada com as sessões de esclarecimento realizadas antes da abertura das candidaturas, onde eram prestadas as mais diversas informações aos alunos, entre as quais os apoios financeiros disponíveis para alunos em mobilidade.

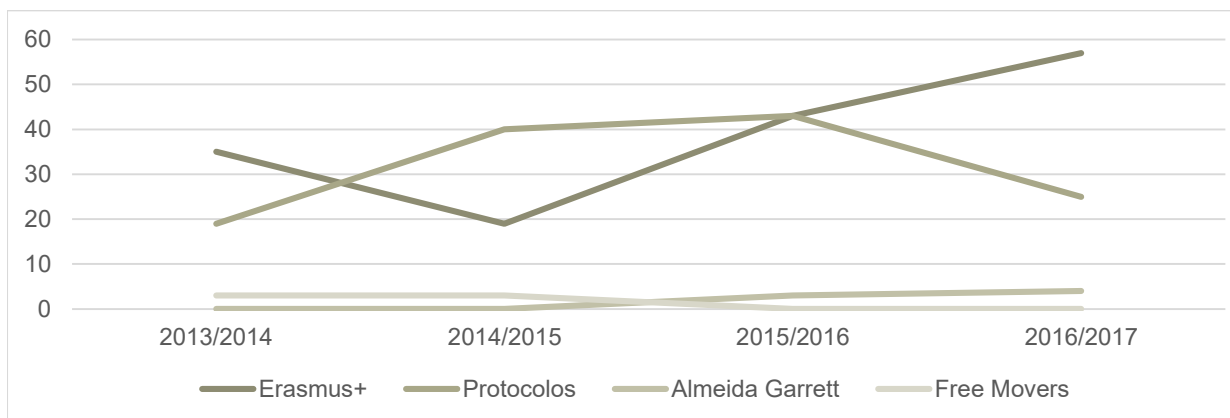


FIG. 8 EVOLUÇÃO DOS ALUNOS OUTGOING, POR PROGRAMA

No ano letivo de 2016/2017 enviámos por período letivo uma média de 31 alunos, sendo a preferência pela mobilidade no 1.º semestre (Fig. 9). Esta preferência pode, de certa forma, estar também relacionada com os inícios de semestre nas instituições parceiras, em particular, nas instituições fora da Europa. Os semestres das instituições brasileiras, por exemplo, iniciam em agosto e terminam em dezembro, permitindo aos alunos fazer o primeiro semestre em mobilidade e regressar à Faculdade a tempo de realizar exames de disciplinas em atraso e de iniciar o segundo semestre sem sobreposições com exames de recurso nas instituições de acolhimento.

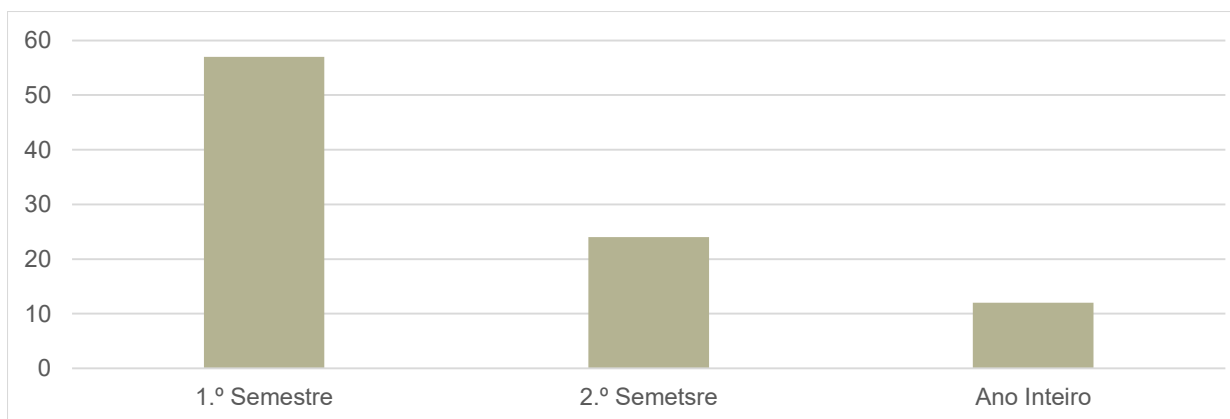


FIG. 9 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS OUTGOING POR SEMESTRE, EM 2016/2017

A Faculdade de Direito enviou em média 2,1 alunos por universidade de destino e um número médio de 7,1 alunos por país de destino. Na Fig. 10 encontram-se em análise as 10 universidades que mais alunos da Faculdade de Direito receberam para um período de mobilidade em 2016/2017. Estes alunos são, na sua maioria, alunos de licenciatura.

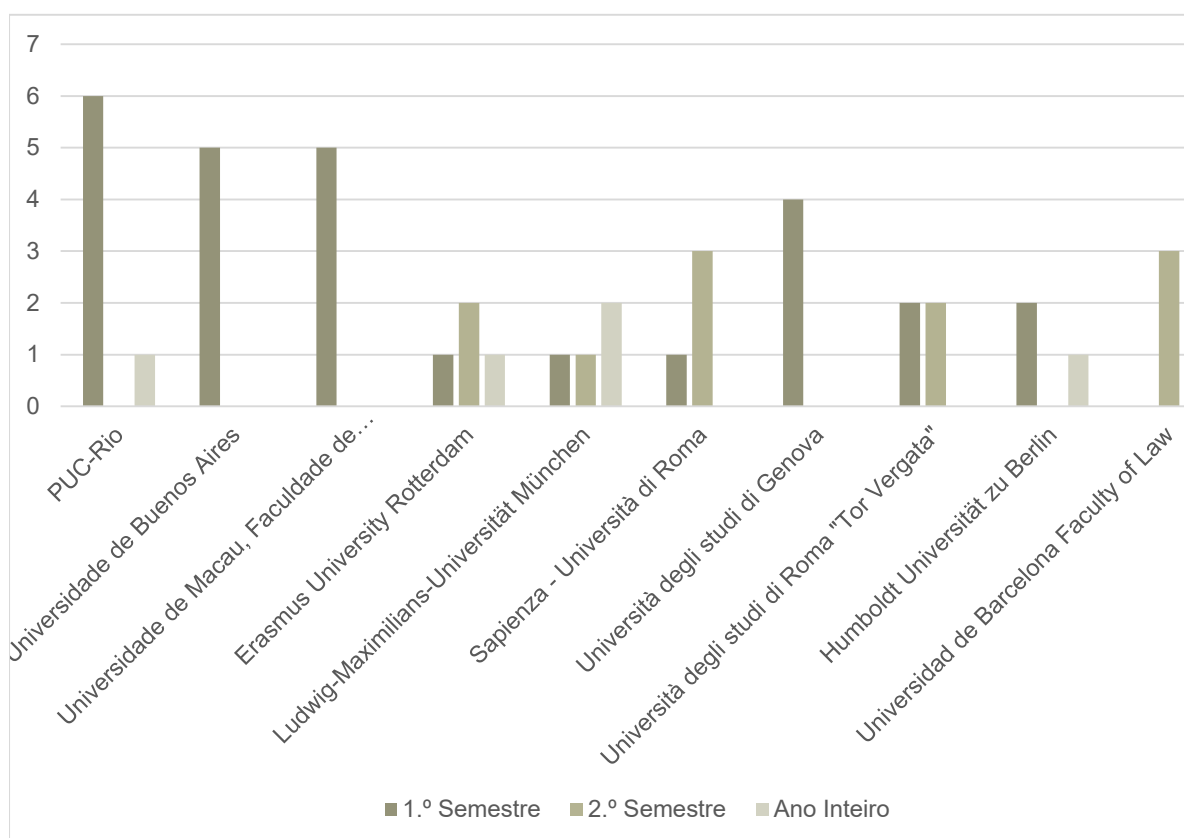


FIG. 10 10 UNIVERSIDADES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS OUTGOING

Relativamente aos países de destino, há uma preferência dos alunos da Faculdade de Direito por Itália e pelo Brasil (Fig. 11).

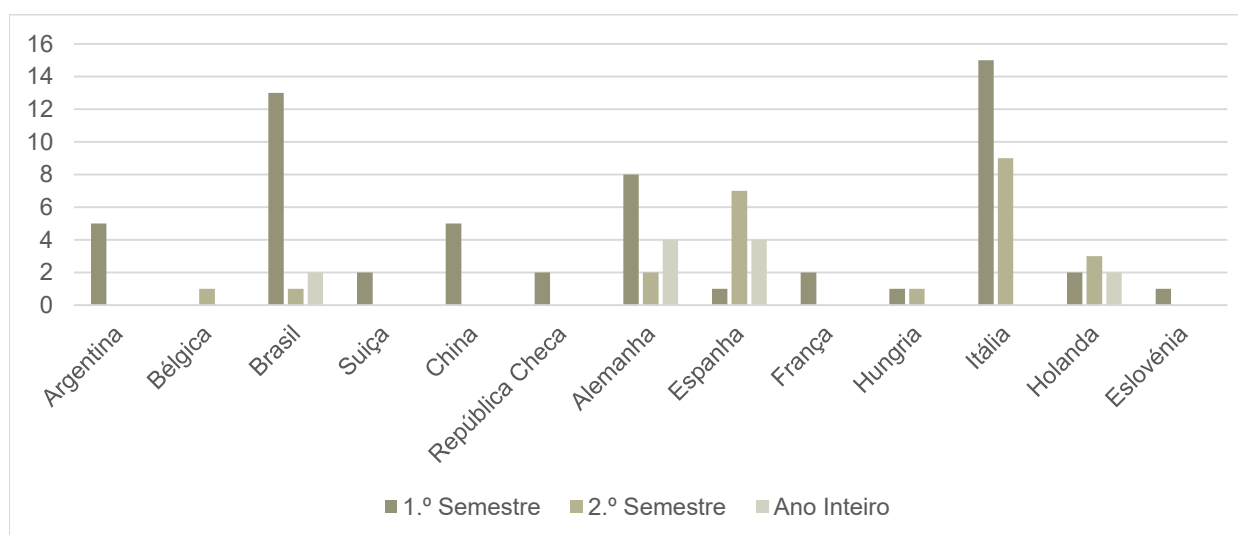


FIG. 11 10 PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS OUTGOING

A maioria dos alunos (71%) que realizou um período de mobilidade numa universidade estrangeira frequenta o 1.º ciclo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Fig. 12). Sendo um ciclo de estudos com uma duração maior, o aluno tem um intervalo de tempo maior para decidir se pretende fazer mobilidade e para que instituição. Adicionalmente, alunos de 2.º ciclo, apenas podem realizar mobilidade no segundo ano do ciclo de estudos, o ano para elaboração da dissertação.

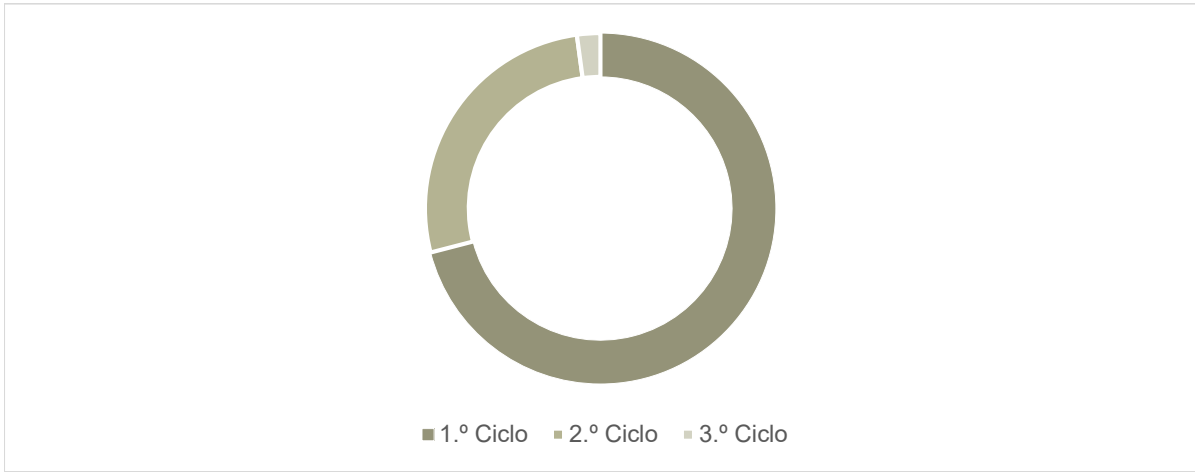


FIG. 12 ALUNOS EM MOBILIDADE OUTGOING POR CICLO DE ESTUDOS

MOBILIDADE DE DOCENTES

A mobilidade de docentes realiza-se essencialmente ao abrigo do Programa Erasmus+³. A realização de um período de mobilidade ao nível da docência é uma experiência que beneficia não só o docente, como também a Faculdade. Realizar um período de docência numa instituição de ensino superior parceira representa uma mais-valia em termos do enriquecimento pessoal e profissional, mas é também é um instrumento de melhoria e de partilha de boas práticas entre instituições. As mobilidades ao abrigo do Programa Erasmus+ caracterizam-se por períodos de lecionação de, no mínimo, 8 horas por semana, para estadias que podem ir dos 2 dias aos 2 meses.

Docentes *Incoming*

Dos 40 docentes que visitaram a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2016/2017 (Fig. 13), 21 vieram em mobilidade ao abrigo do Programa Erasmus+, e destes 5 lecionaram cursos intensivos.

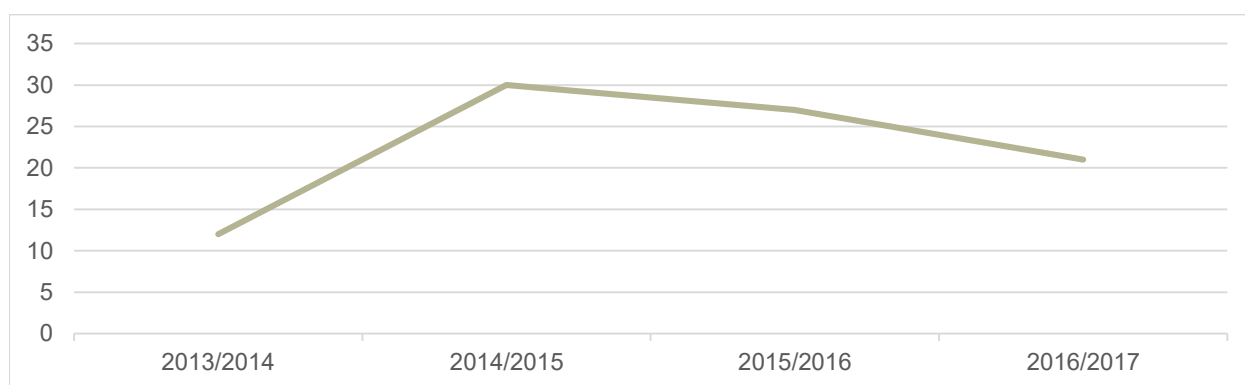


FIG. 13 EVOLUÇÃO DE DOCENTES *INCOMING*

Os docentes que visitam a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, seja ao abrigo do Programa Erasmus+, seja para períodos de investigação, vêm das mais diversas universidades (Fig.14). Na sua maioria os docentes são oriundos de instituições espanholas.

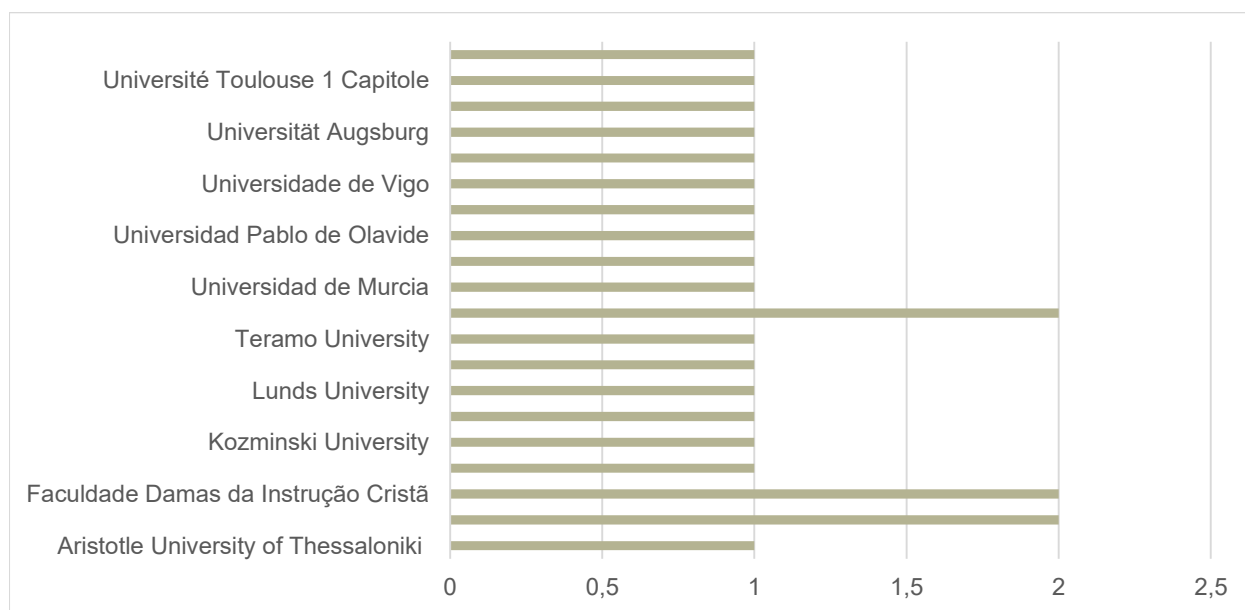


FIG. 14 INSTITUIÇÃO DE ORIGEM DOS DOCENTES *INCOMING*

³ Os dados apresentados relativamente à mobilidade de docente não consideram eventuais mobilidades ou visitas de docentes não incluem informações do Instituto de Cooperação Jurídica, nem do Instituto do Direito Brasileiro, que também possuem mobilidade docente.

Docentes Outgoing

Ao abrigo do programa Erasmus+, no ano letivo 2016/2017, as duas mobilidades realizadas tiveram como destino a Universidade de Bialystok, na Polónia (Fig. 15). Ambas as mobilidades receberam uma bolsa, no valor de 810€.

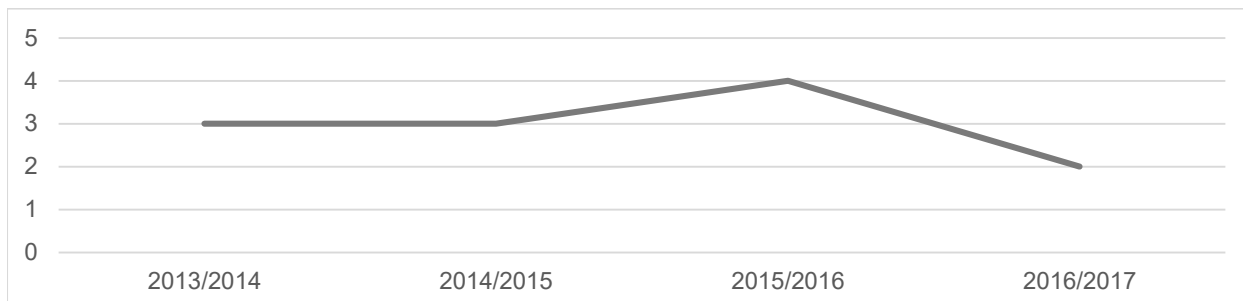


FIG. 15 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES OUTGOING

Nos últimos 4 anos letivos, apesar da diminuta adesão dos docentes da Faculdade de Direito à mobilidade ao abrigo do Programa Erasmus+, Espanha, Itália e Polónia foram os principais destinos (Fig. 16). A mobilidade para a China, não tendo sido realizada ao abrigo do Programa Erasmus+, decorreu de um convite apresentado à Faculdade, para que fosse indicado um Professor para lecionar um curso de 40 horas, distribuídas ao longo de um mês, sobre o Direito Português.

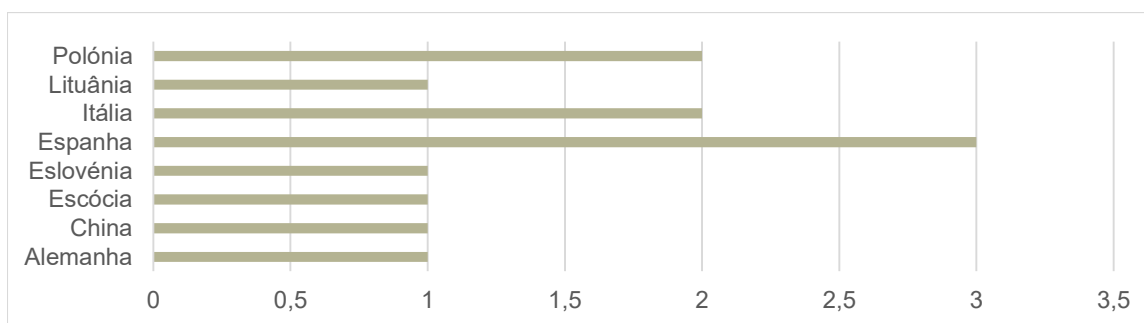


FIG. 16 PAÍSES DE DESTINO DOS DOCENTES *OUTGOING*, NOS ÚLTIMOS 4 ANOS LECTIVOS

MESTRADOS INTERNACIONAIS

Mestrado em European Legal Practice

O Mestrado em *European Legal Practice* (ELPIS), encontra-se em funcionamento desde 2004, tendo a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa assumido a coordenação em 2015. Este mestrado teve origem no programa Erasmus Mundus e é agora uma oferta formativa da Faculdade de Direito, que aguarda acreditação pela A3Es. Este mestrado é uma oferta conjunta entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Leibniz University Hannover (Alemanha), a University of Rouen (França) e a Mykolas Romeris University in Vilnius (Lituânia). O mestrado, sendo uma oferta conjunta obriga a que os alunos passem pelo menos um semestre numa das instituições parceiras. Os participantes podem escolher qualquer uma das universidades parceiras para submeter a sua candidatura e escolher passar um ou dois semestres numa, ou duas, das restantes parceiras, sendo apenas obrigatório que o aluno realize o semestre de dissertação na universidade de origem, i.e. onde submeteu a sua candidatura e foi aceite. Apesar da quebra registada em 2014/2015, o número de alunos que submeteram candidatura e foram aceites na Faculdade de Direito tem vindo a aumentar progressivamente, tendo sido aceites em 2016/2017 8 alunos (Fig. 17).

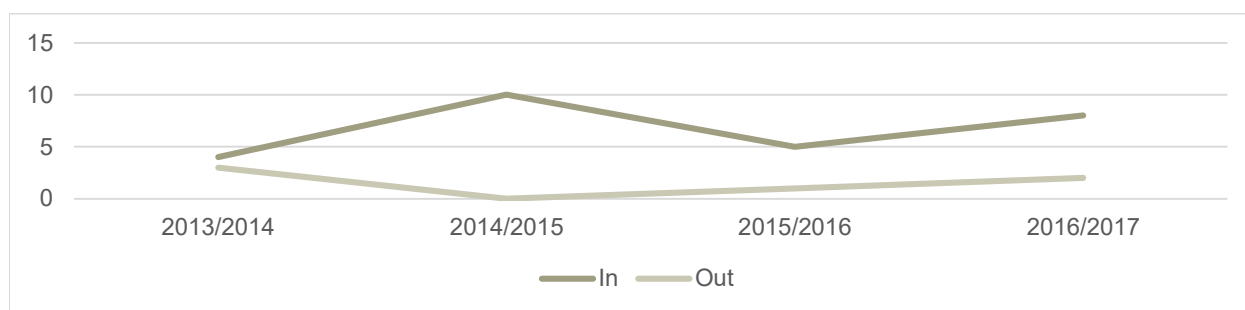


FIG. 17 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO MESTRADO CONJUNTO ELPIS.

Mestrado com a Loyola University College of Law

Em 2015 foi assinado um Protocolo com a University of Loyola College of Law, no qual se estabelece um mestrado conjunto. Os alunos da FDUL devem frequentar o primeiro semestre na University of Loyola College of Law e vice-versa, regressando à Faculdade para completar o ano curricular e posteriormente o semestre de dissertação.

No ano letivo 2016/2017 iniciou-se a promoção do programa conjunto, sem que fosse possível aceitar-se candidaturas, para esse ano letivo.

CURSOS INTENSIVOS

No ano letivo 2016/2017 realizaram-se 28 cursos intensivos, 13 no 1.º semestre e 16 no 2.º semestre. Para lecionar os cursos foram convidados 22 docentes estrangeiros, 4 lecionaram um curso ao abrigo do Programa Erasmus + e 2 docentes pertenciam à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo lecionado em inglês.

Nome do Curso Intensivo	Edição	Nome do Docente	Universidade de Origem
Fundamental Rights Protection in Europe	2nd	Rainer Arnold	Universität Regensburg
European Constitutional Law: Economic Crisis and Globalization	4th	Balaguer Callejón	Universidade de Granada
Litigation in Economic International Law	3rd	Millán Requena Casanova	Universidad de Alicante
Introduction to the Law of the United States	6th	Patrick Ryan Hugg	Loyola University
Introduction to American Criminal Law and Procedure	2nd	Stephen Thaman	Saint Louis University School of Law
Théorie et pratique de la démocratie dans l'espace européen	2nd	Stéphane Pinon	Université de la Rochelle
Philosophie du droit	1st	Alexandre Viala	Université de Montpellier
Legal Revolutions since the 17th Century	1st	Jean-Louis Halpérin	École Normale Supérieure de Paris
Family law in Europe: diversity or affinity?	1st	Virginia Zambrano	Università degli Studi di Salerno
Lawyers, Professional Morality and the Concept of Law. An Introduction to Legal Ethics.	2nd	Massimo la Torre	Università di Catanzaro
International aviation law	2nd	Regina Valutyte	Mykolas Romeris University
An introduction to the law of treaties	1st	Fernando Loureiro Bastos	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Building contracts under the German Civil Code - with special regard to the current reform project	1st	Jochen Glockner	University of Konstanz
European Competition Law: I: The Law of Market Structure	3rd	Bernd Oppermann	Hannover University
Introduction to European Private Law	3rd	Andreas Schwartz	University of Innsbruck
Business Torts and Damages: Na English and an American Perspective	1st	Elizabeth O'Leary	Universität Augsburg, Juristische Fakultät
International, European and Comparative Education Law	1st	Jan de Groof	University of Antwerp, College of Europe and University of Tilburg
History and Theory of Crime: formation of dogmatics in Constitutional Criminal Law	5th	Cláudio Brandão	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
La libertad de pensamiento, conciencia y religion en perspectiva estatal internacional y europea	1st	Jose Maria Ramirez	Universidade de Granada
Las tensiones secesionistas en el Federalismo Actual: Especial Referencia al proceso soberanista catalán	1st	Vicente Sanjurjo	Universidade de Santiago de Compostela
Introduction to the North American Constitution	4th	Russell Weaver	University of Louisville
Globalization and International Protection of human rights	3rd	Marine Toullier	University of Rouen
Workplace and Board-level Representation : European minimum standards for Labour Participation in Decision Making	2nd	Seul Otmar	University of Paris Ouest-Nanterre-La Defense
The Area of Freedom, Security and Justice of the European Union: Asylum and Immigration matters	2nd	Jaap de Zwaan	Erasmus University Rotterdam
El estado de derecho en Europa	1st	Fausto Vecchio	Università degli Studi di Enna "Kore"
Transnational Constitutional Law (In a Italian Perspective)		Anna Ciammariconi	Università di Teramo
European Securities and Financial Markets Regulation: An Introduction	1st	António Manuel Barreto	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Tax Law: VAT	1st	Rita de la Féria	University of Leeds

FIG. 18 CURSOS INTENSIVOS 2016/2017.

Os cursos intensivos, sendo lecionados por docentes estrangeiros são necessariamente lecionados numa língua estrangeira, com exceção dos docentes de nacionalidade Brasileira, que lecionam em Português. No caso dos docentes da FDUL é obrigatório que os cursos sejam lecionados numa língua estrangeira. Desta forma a língua preferencial de leção é o inglês (79%), tendo havido alguns cursos em espanhol e francês (Fig. 19).

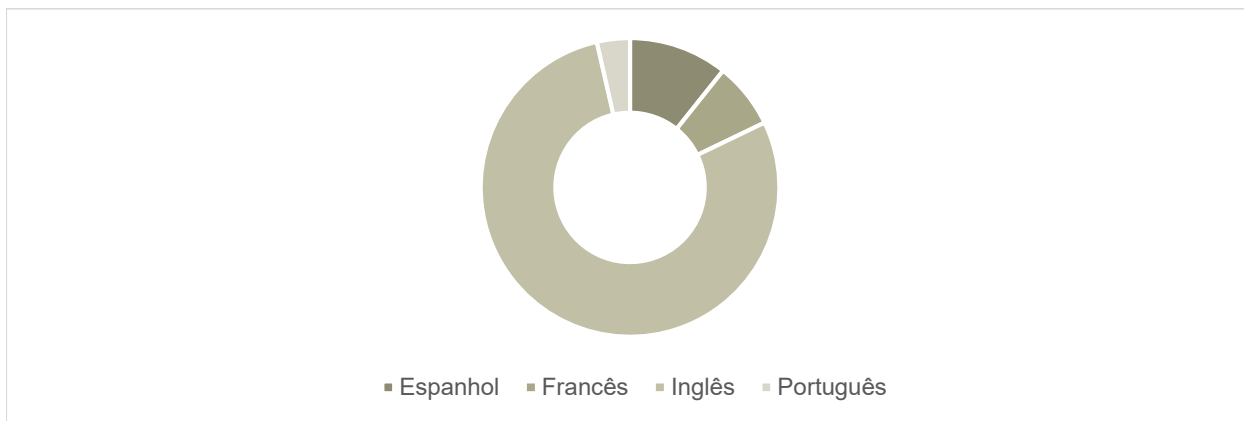


FIG. 19 LÍNGUAS EM QUE OS CURSOS SÃO LECCIONADOS.

A origem dos docentes que lecionam os cursos é da mais variada, não havendo predominância por um país específico, no entanto destacam-se Alemanha, Espanha, França e Itália, como os países de origem com mais docentes convidados (Fig. 20).

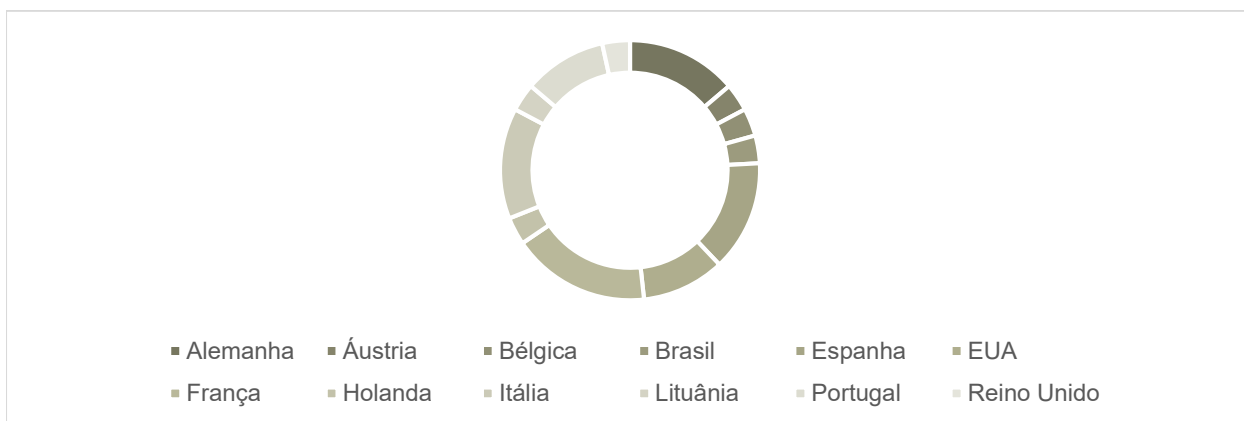


FIG. 20 PAÍS DE ORIGEM DOS DOCENTES QUE LECCIONAM OS CURSOS INTENSIVOS.

Relativamente às candidaturas, em 2016/2017, implementou-se o procedimento de candidatura através do portal Fenix, que permite a integração direta com o sistema de alunos, a geração automática da taxa de inscrição na conta corrente do aluno, bem como uma gestão sistematizada das candidaturas e das inscrições.

Assim, em 2016/2017 foram submetidas 2.972 candidaturas, das quais 15% não foram aceites, por o curso intensivo ter completado o número máximo de vagas, e 35% foram anuladas (Fig. 21). O elevado número de candidaturas anuladas resulta de candidaturas duplicadas, candidaturas anuladas pelos próprios, ou candidaturas anuladas pelo Gabinete no decorrer de cancelamentos posteriores à submissão da candidatura ou de candidaturas pendentes não validadas pelos alunos durante o período de candidatura.

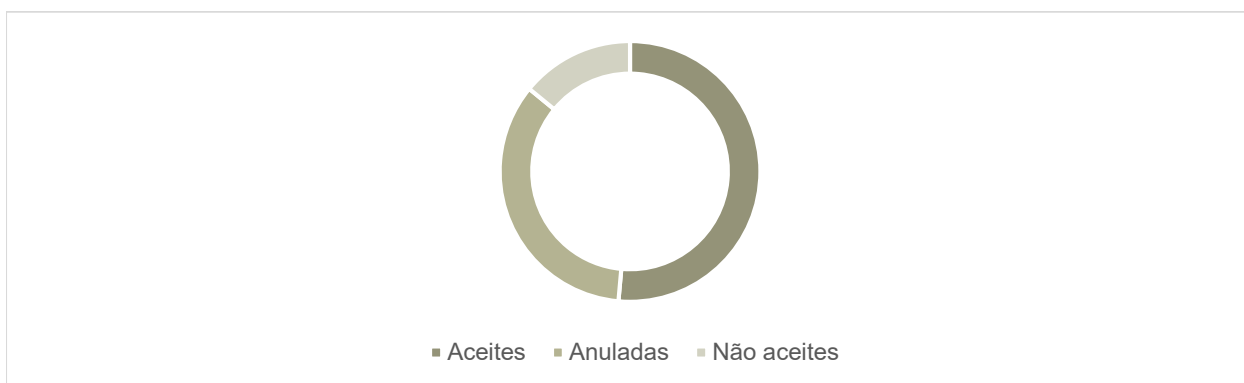


FIG. 21 CANDIDATURAS AOS CURSOS INTENSIVOS, EM 2016/2017

Desde 2015 que o número de vagas nos cursos intensivos tem sido progressivamente limitado para não sobrecarregar o docente no número de avaliações que terá de efetuar e para garantir a qualidade do ensino e o devido acompanhamento dos alunos. Os cursos intensivos têm um limite superior de vagas em comparação às turmas regulares, por se entender que neles podem participar alunos da faculdade e alunos de intercâmbio, garantindo igualdade de oportunidade a ambos. Neste sentido, determinou-se que o número de vagas para 2106/2017 seria de 40 alunos por turma, podendo, em casos devidamente justificáveis e sempre com a concordância do docente que leciona o curso, este número ser aumentado para 50. No entanto, com a implementação do processo de candidaturas através de um novo sistema, houve algumas dificuldades na distribuição das vagas no segundo semestre, levando a que o número de vagas fosse superior ao inicialmente estipulado.

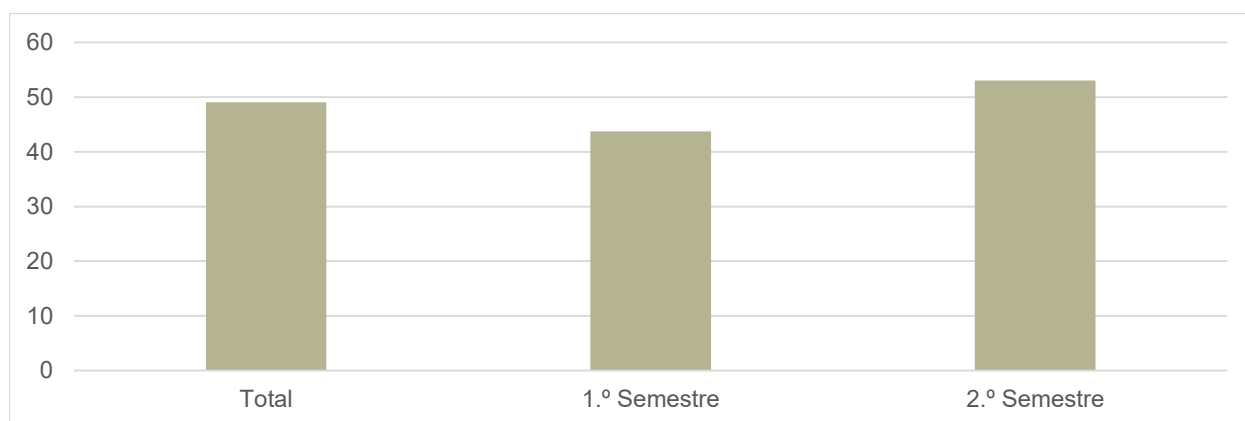


FIG. 22 NÚMERO MÉDIO DE VAGAS POR CURSO INTENSIVO

De acordo com a Fig. 22, numa visão global, os cursos mantiveram em média uma turma de 49 alunos. Este valor deve-se ao facto de no 2.º semestre, devido a algumas dificuldades de gestão dos cursos através do uso da plataforma Fenix, o número médio de alunos por turma rondar os 53 alunos.

Apesar do número de alunos regulares a inscrever-se nos cursos intensivos ser superior ao número de alunos de intercâmbio (fig. 23), quando comparamos o número médio de cursos por alunos, são os alunos de intercâmbio que maior número de cursos frequenta (fig. 24). Esta tendência valida a importância dos cursos intensivos na oferta disponibilizada aos alunos de intercâmbio, permitindo-lhes obter os créditos necessários na sua instituição de origem para reconhecimento da mobilidade.

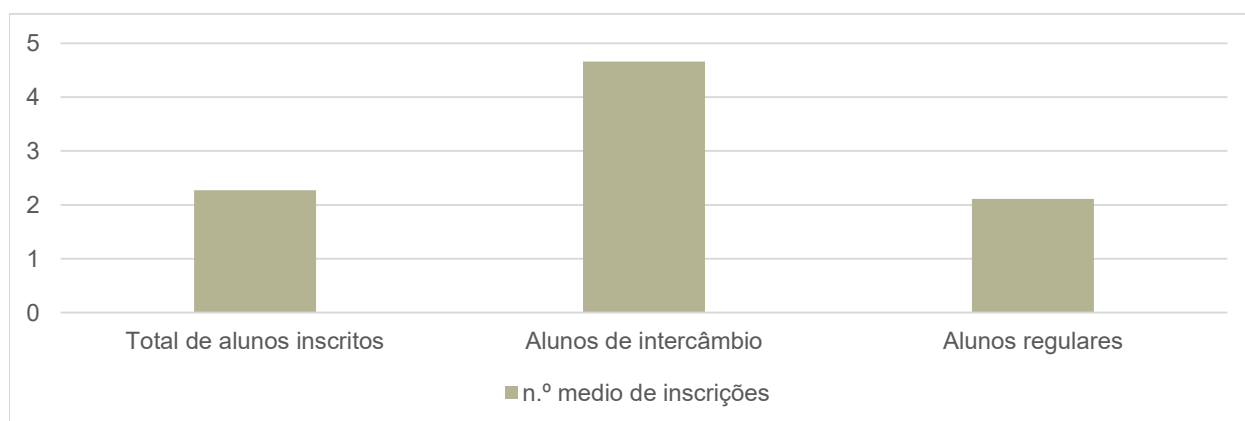


FIG. 24 NÚMERO MÉDIO DE INSCRIÇÕES POR ALUNO

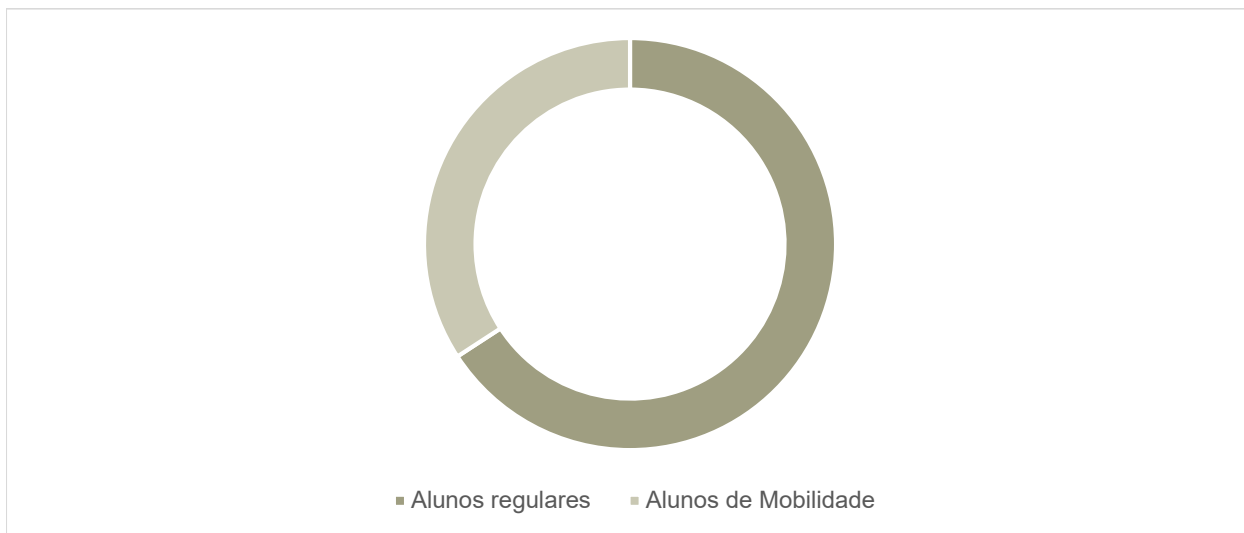


FIG. 23 TIPOLOGIA DOS INSCRITOS

Numa análise individual de cada curso intensivo (Fig. 25) verificamos que existe um número elevado de desistências (cerca de 30% em média, por curso intensivo). Em contrapartida a taxa de reprovação é baixa (cerca de 4%). É igualmente de salientar que, na maioria dos cursos, há uma diferença entre o número de alunos que se encontram inscritos e os que prosseguem para avaliação.

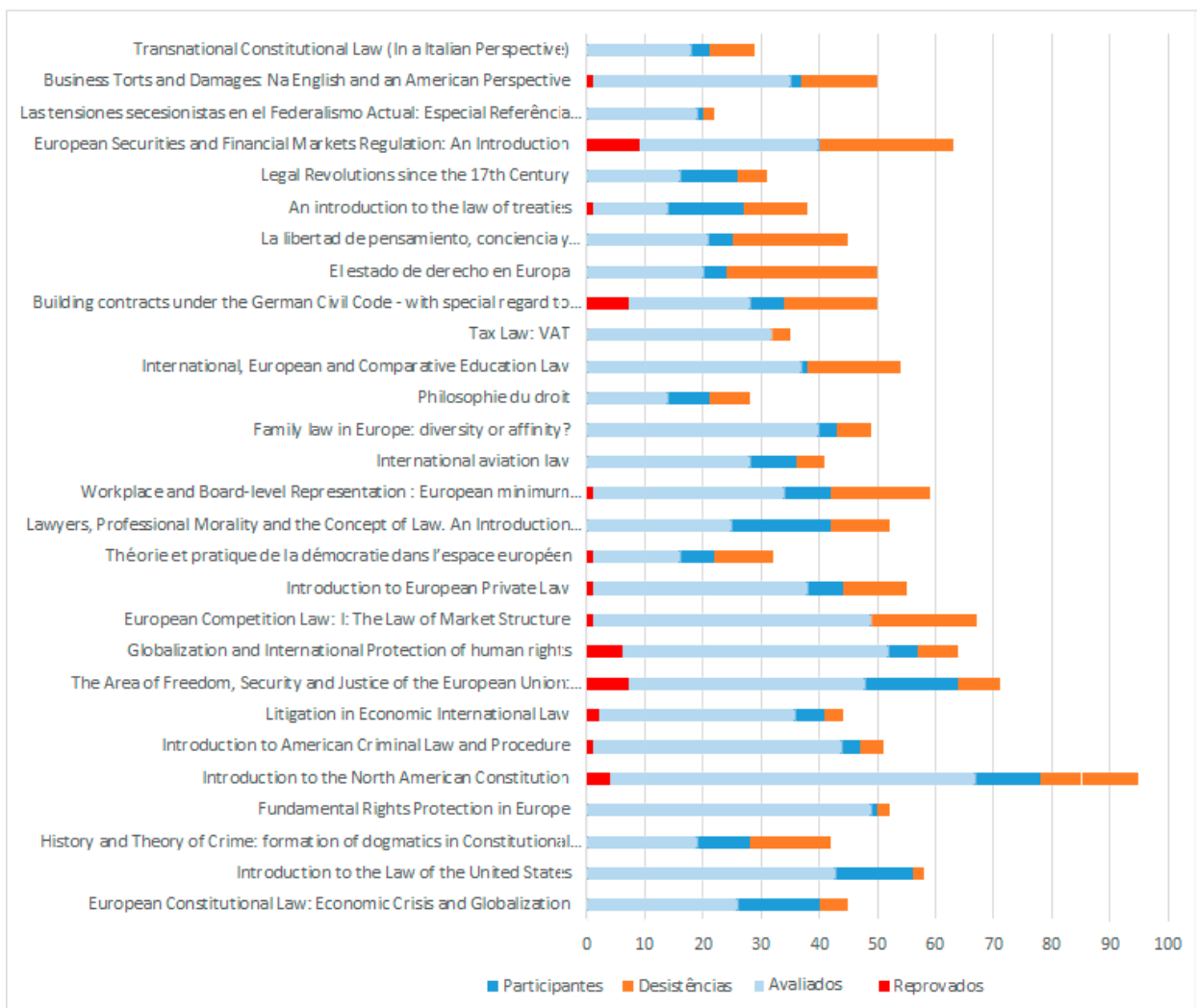


FIG. 25 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS CURSOS INTENSIVOS

As notas atribuídas pelos docentes são, de uma forma geral boas, rondando os 14 valores (Fig. 26).

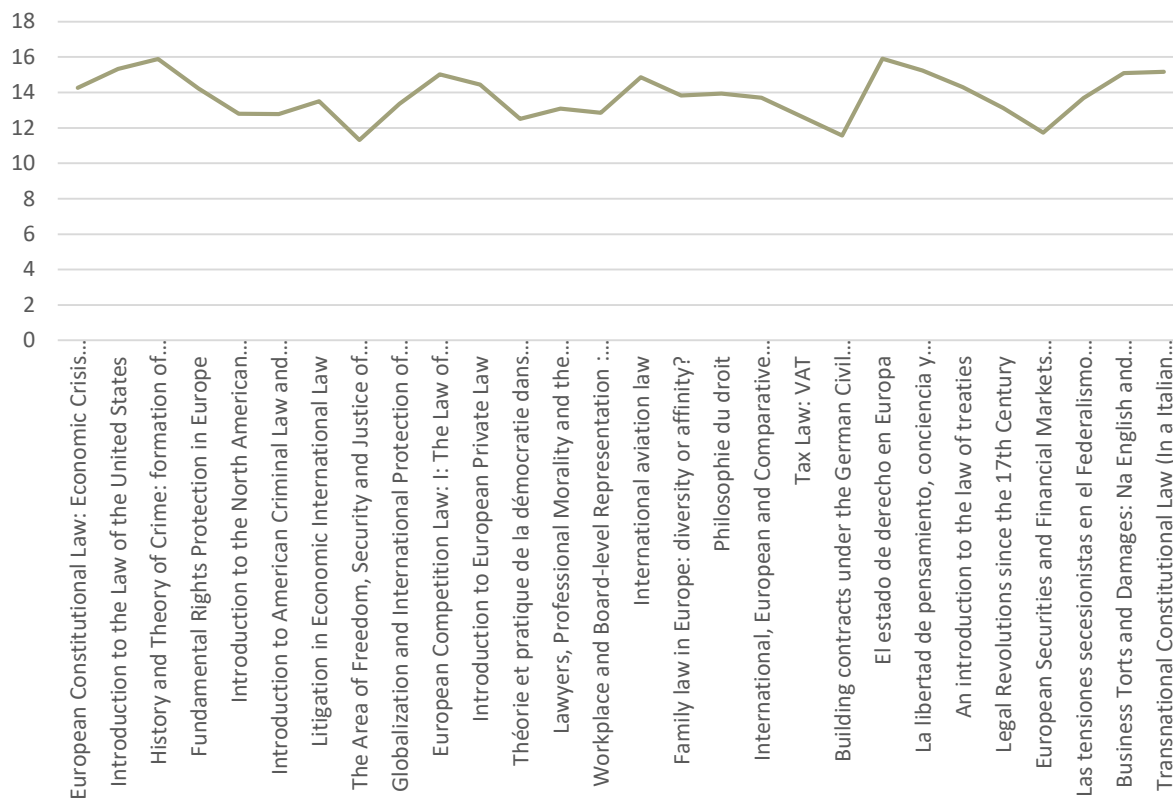


FIG. 26 MÉDIA DE NOTAS DOS CURSOS INTENSIVOS

MOOT COURTS

No ano letivo 2016/2017, houve um aumento significativo do número de participações de equipas de alunos da FDUL em competições de Moot Courts. Tradiçionalmente a Faculdade apresentava equipas ao “European Law Moot Court Competition” e ao “The Philip C. Jessup Moot Court Competition”, em 2016/2017 as equipas da FDUL participaram também no “Hugo Sinzheimer Moot Court Competition”, na “24th Annual Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot” e no “Nuremberg Moot Court 2017” (Fig. 27).

Moot Court	Data	Local	Organização	Classificação
European Law Moot Court Competition	Março 2017	Luxemburgo, Luxemburgo	ELMC Society	1.ª ronda – fase escrita
The Philip C. Jessup Moot Court Competition	Abril 2017	Washington, EUA	International Law Students Association	40.º lugar, de 127
Hugo Sinzheimer Moot Court Competition	Junho 2017	Aarhus, Dinamarca	Aarhus University	Não disponível.
24th Annual Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot	Abril 2017	Viena, Austria	Association for the Organisation and Promotion of the Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot.	Não disponível.
Nuremberg Moot Court 2017	Julho 2017	Nuremberga, Alemanha	International Nuremberg Principles Academy	Não disponível.

FIG. 27 PARTICIPAÇÃO DA FDUL EM MOOT COURTS.

CONCLUSÕES

O ano letivo de 2016/2017 foi, mais uma vez, um ano atípico para o Gabinete, no que respeita à sua composição, com uma rotação da equipa superior ao normal e a licença por motivo de maternidade de um dos elementos. Esta instabilidade gerou algumas dificuldades na gestão quotidiana do trabalho, que foram, no entanto, sendo resolvidas e mitigadas.

Não obstante às dificuldades sentidas, todas as atividades regulares foram realizadas, tendo, nalguns casos, havido um aumento no número de atividades organizadas e apoiadas, nomeadamente o número de protocolos assinados, o número de cursos intensivos oferecidos e no número de moot courts apoiados.

Anexo I | Lista de Protocolos em vigor e assinados em 2016/2017

Nome da instituição	País
Humboldt Universität zu Berlin	Alemanha
Universität Regensburg	Alemanha
Universität Augsburg	Alemanha
Universität Bayreuth	Alemanha
Freie Universität Berlin	Alemanha
Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität	Alemanha
Technische Universität Dresden	Alemanha
Justus-Liebig-Universität Giessen	Alemanha
Ernst-Moritz-Arndt_Universität Greifswald	Alemanha
Universität Hamburg	Alemanha
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	Alemanha
Universität Zu Köln	Alemanha
Universität Konstanz	Alemanha
Leipzig University	Alemanha
Ludwig-Maximilians-Universität München	Alemanha
Westfälische Wilhelms - Universität Münster	Alemanha
Martin-Luther Universität Halle-Wittenberg	Alemanha
Bucerius Law School	Alemanha
Universidad de Buenos Aires, Facultad de Derecho	Argentina
University of Innsbruck Faculty Law	Áustria
Faculty of Law - University of Salzburg; Paris Lodron Universität Salzburg	Áustria
Johannes Kepler Universität Linz	Áustria
Ghent University	Belgica
Universite Libre de Bruxelles	Bélgica
Université Catholique de Louvain / Faculté de Droit et de Criminologie	Bélgica
Sofia University St. Kliment Ohridski	Bulgária
Angel Kanchev - University Of Ruse	Bulgária
University of National and World Economy	Bulgária
Pontificia Universidad Catolica de Chile	Chile
Universidade de São José	China
University of Zagreb	Croácia
Pan-European University	Eslováquia
Comenius University in Bratislava	Eslováquia
Univerza v Ljubljani	Eslovénia
University of Maribor	Eslovénia
Universidad de Alicante	Espanha
Universidad de Barcelona Faculty of Law	Espanha
Universitat Autònoma de Barcelona	Espanha
Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibersitatea (UPV/EHU)	Espanha
Universidad de Burgos	Espanha
Universidad de Cadiz	Espanha
Universidad de Castilla - La Mancha	Espanha

Nome da instituição	País
Universidad Miguel Hernandez de Elche	Espanha
Universitat de Girona	Espanha
Universidad de Granada	Espanha
Universidade da Coruña	Espanha
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria	Espanha
Universidad Complutense de Madrid	Espanha
Universitat Pompeu Fabra	Espanha
Universidad Autonoma de Madrid	Espanha
Universidad Carlos III de Madrid	Espanha
Universidad de Málaga	Espanha
Universidad de Murcia	Espanha
Universidad de Oviedo	Espanha
Universidad de Navarra	Espanha
University of Salamanca	Espanha
Universidad de Santiago de Compostela	Espanha
Universidad Pablo de Olavide	Espanha
Universitat de València	Espanha
Universidad de Valladolid	Espanha
Universidad de Zaragoza	Espanha
Universidad Internacional de Andalucía	Espanha
Universidad de León	Espanha
Universidad Nacional de Educación a Distancia	Espanha
Colégio Universitario de Estudios Fianceiros - CUNEF / At Universidad Complutense de Madrid	Espanha
Universidad Rey Juan Carlos	Espanha
Tallin University / Tallinna Ulikool	Finlândia
University of Turku	Finlândia
Université de Strabourg	França
Université Paris 13	França
Université de Rouen	França
Université Toulouse 1 Capitole	França
Université Grenoble Alpes	França
Université de Cergy-Pontoise	França
Université de Le Havre	França
Paris Descartes University	França
Université Paris Ouest Nanterre La Défense	França
University of Macedonia	Grécia
Windesheim University of Applied Sciences	Holanda
University of Amsterdam	Holanda
University of Groningen Faculty of Law	Holanda
Radboud University Nijmegen	Holanda
Erasmus University Rotterdam	Holanda
Maastricht University	Holanda
Eötvös Loránd University (ELTE)	Hungria
Bar-Ilan University	Israel
Università Degli Studi di Bari Aldo Moro	Itália
Alma Mater Studiorum università di Bologna	Itália
Università Degli Studi Magna Graecia di Catanzaro	Itália
Università degli studi di Genova	Itália

Nome da instituição	País
Università di Messina	Itália
Università degli Studi di Milano-Bicocca	Itália
Università degli Studi di Napoli Federico II	Itália
Università degli Studi di Napoli "Parthenope"	Itália
Seconda Università degli Studi di Napoli	Itália
Università di Pisa	Itália
Sapienza - Università di Roma	Itália
Università degli studi di Roma "Tor Vergata"	Itália
Università degli Studi Roma Tre	Itália
Università degli Studi di Teramo	Itália
Università degli Studi del Piemonte Orientale	Itália
Università degli Studi "G. d'Annunzio" Chieti-Pescara	Itália
Università Degli Studi di Enna "Kore"	Itália
Università degli Studi di Milano	Itália
Università degli Studi di Perugia	Itália
Università degli Studi di Sassari	Itália
Università degli Studi di Trento	Itália
Universita Europea	Itália
Universidade de Pádova	Itália
Università degli Studi di Trieste	Itália
Università degli studi di Salerno	Itália
Università Mediterranea di Reggio Calabria	Itália
Loyola University New Orleans	LA, EUA
University of Latvia	Letónia
Vilnius Universitetas	Lituânia
Mykolas Romeris University	Lituânia
University of Malta	Malta
Universitetet i Bergen Faculty of Law	Noruega
University of Bialystok	Polónia
Jagiellonian University	Polónia
University of Lodz	Polónia
Adam Mickiewicz University in Poznan	Polónia
University of Warsaw	Polónia
Kozminski University	Polónia
University of Zielona Góra	Polónia
University of Warmia and Mazury	Polónia
University of Rzeszów	Polónia
The University of Szczecin	Polónia
Uniwersytet Warmińsko-Mazurskie w Olsztynie	Polónia
Andrzej Frycz Modrzewski Krakow University; Faculty of Law, Administration and International Relations	Polónia
Universty of Wroclaw	Polónia
Masaryk University - Faculty of Law	República Checa
Univerzita Palackého v Olomouci	República Checa
Charles University in Prague - Faculty of Law	República Checa
University of Bucharest	Roménia
University of Fribourg	Suíça
Universität Zürich	Suíça
Anadolu University	Turquia

Nome da instituição	País
Koç University	Turquia
Yeditepe University - Faculty of Law	Turquia
Okan University Law Faculty	Turquia
Beykent University Istanbul	Turquia
ÇaG University	Turquia
MEF University of Law	Turquia
Universidad de la República	Uruguai
Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba – Paraná (2000)	Brasil
Associação dos Magistrados do Distrito Federal – Escola da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios, Brasília – Distrito Federal (2013)	Brasil
Banco Central do Brasil, Distrito Federal – Brasília (2012)	Brasil
Ministério da Justiça do Brasil, Brasília – Distrito Federal (2011)	Brasil
Centro Universitário de Brasília	Brasil
Centro Universitário de Maringá (CESUMAR)	Brasil
Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA	Brasil
Ministério Público de Contas do Estado do Para	Brasil
Centro Universitário São Camilo	Brasil
Colégio dos Diretores de Escolas dos Minisérios Públicos do Brasil (CDEMP)	Brasil
Escola da Advogacia-Geral da União (AGU)	Brasil
Escola de Magistratura do Estado Rio de Janeiro (EMERJ)	Brasil
Escola de Magistratura Federal da 5ª Região	Brasil
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (EMATRA 2)	Brasil
Escola Nacional da Magistratura (ENM/AMB)	Brasil
Escola Paulista de Magistratura (EPM)	Brasil
Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS)	Brasil
Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE)	Brasil
Escola da Magistratura Federal da 5ª Região, Recife – Pernambuco (2011)	Brasil
Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo (2013)	Brasil
Ordem dos Advogados do Brasil, Salvador, Bahia (2008)	Brasil
Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE-RS)	Brasil
Escola Superior de Advogacia Orlando Gomes	Brasil
Escola Superior Dom Hélder Câmara	Brasil
Faculdade 7 de Setembro	Brasil
Faculdade Baiana de Direito e Gestão	Brasil
Faculdade Damas da Instrução Cristã	Brasil
Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público	Brasil
Faculdade de Direito Milton Campos	Brasil
Faculdade Internacional Signorelli	Brasil
Faculdade Maurício de Nassau	Brasil
Faculdade Meridional (IMED)	Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)	Brasil
Faculdades Integradas Barros Melo (FIBAM)	Brasil
Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Centro	Brasil
Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL)	Brasil
Faculdades Integradas do Centro Universitário (UNIFAFIBE)	Brasil
Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP	Brasil
Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha	Brasil
Fundação Getúlio Vargas - Direito Rio	Brasil
Instituto de Educação Superior e Pós-graduação Ltda.	Brasil

Nome da instituição	País
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)	Brasil
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)	Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	Brasil
Unicentro Newton de Paiva	Brasil
Universidade Católica de Brasília	Brasil
Universidade Católica de Pernambuco	Brasil
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Brasil
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	Brasil
Universidade de Passo Fundo	Brasil
Universidade de Santa Cruz do Sul	Brasil
Centro Universitário de Barra Mansa	Brasil
Faculdade de Direito de Vitória	Brasil
Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Minas Gerais (2016)	Brasil
Universidade do Gana	Gana
Universidade do Teerão	Irão
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Brasil
Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre – Rio Grande do Sul (2010)	Brasil
Universidade Estadual do norte do Paraná	Brasil
Universidade Estácio de Sá, Rio Comprido – Rio de Janeiro (2010)	Brasil
Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, São Paulo – Brasil (2013)	Brasil
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (2015)	Brasil
Instituto Rui Barbosa (2015)	Brasil
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Brasil
Universidade Federal de Tocantins (UFT) / Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins / Escola Superior da Magistratura Tocantinense / Fundação de Apoio Científico e Tecnológico Tocantinense	Brasil
Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios, Porto Alegre, Rio Grande do Sul (2012)	Brasil
Supremo Tribunal Federal	Brasil
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – Poder Judiciário (Academia Judicial – CEJUR)	Brasil
Tribunal de Contas do Estado do Ceará	Brasil
Universidade Federal do Ceará	Brasil
Universidade Federal do Espírito Santo	Brasil
Instituto Silvio Meira, Pará	Brasil
Universidade Federal do Rio grande (FURG)	Brasil
Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN	Brasil
Faculdade Farias Brito	Brasil
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Brasil
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Brasil
Universidade FUMEC	Brasil
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	Brasil
Universidade Positivo (UP)	Brasil
Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, Natal – Rio Grande do Norte (2016)	Brasil
Universidade Potiguar	Brasil
Universidade Salvador (UNIFACS)	Brasil
Universidade Santa Cecília - UNISANTA	Brasil
Faculdade de Marista de Recife	Brasil
Universidade Tiradentes (UNIT)	Brasil
Tribunal de Justiça da Paraíba	Brasil

Nome da instituição	País
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	Brasil
Universidade Vila Velha	Brasil
Universidade Católica de Petrópolis	Brasil
Faculdade Brasileira Multivix	Brasil
Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA	Brasil
Universidade Federal de Ouro Preto	Brasil
Universidade CEUMA	Brasil
Centro Universitário Di Biase – Rio de Janeiro	Brasil
Faculdade de Direito de Varginha - FADIVA	Brasil
Faculdade de Direito de Franca - FDF	Brasil

Anexo II | Alunos *incoming* por universidade de origem

Universidade de Origem	1º Semestre	2º Semestre	Ano Inteiro	Total Geral
Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)	3	13	1	17
Faculdade Baiana de Direito	3	6		9
PUC-RS	6	2		8
PUC-PR		6	1	7
Université Catholique de Louvain		7		7
Univesité de Rouen	3	4	1	8
Faculdade de Direito Milton Campos	2	4		6
Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg		6		6
Seconda Università degli Studi di Napoli			6	6
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	4	1	6
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	4	1		5
PUC-São Paulo	2	3		5
Universidade Católica de Pernambuco	2	3		5
Universidade Federal Fluminense (UFF)	2	3		5
Erasmus University Rotterdam	4			4
Fundação Escola Superior do Ministério Público	4			4
Maastricht University	4			4
Mykolas Romeris University	3	1		4
PUC-Rio	3	1		4
Universidade Católica de Petrópolis	2	2		4
Universidade de Brasília - UnB	1	3		4
Universität Hamburg	2	2		4
Universität Zu Köln		4		4
Université de Rouen	1	1	2	4
CAG University		3		3
Eötvös Loránd University (ELTE)	3			3
Jagiellonian University	2	1		3
Justus-Liebig-Universität Gießen	3			3
Ludwig-Maximilians University of Munich	1	1	1	3
Universidade Católica de Pelotas (UCPel)	2		1	3
Universidade Tiradentes (UNIT)		3		3
Università degli Studi di Milano		3		3
University of Ljubljana	3			3
University of Messina		3		3
Windesheim		3		3
Alma Mater Studiorum università di Bologna	2			2
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)	2			2
Croatia - Sveuciliste u Zagrebu		2		2
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	2			2
Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL)	1		1	2

Universidade de Origem	1º Semestre	2º Semestre	Ano Inteiro	Total Geral
Humboldt Universität zu Berlin	2			2
Institute for Information, Telecommunication and Media Law (ITM)	2			2
Mackenzie Presbyterian University		2		2
Pan-European University	2			2
Radboud University Nijmegen	2			2
Relint - Fumec		2		2
Sapienza - Università di Roma	1		1	2
Sofia University St. Kliment Ohridski	2			2
Technische Universität Dresden	1		1	2
Univerisdade Tiradentes	2			2
Universidad de Burgos			2	2
Universidad de Castilla - La Mancha - UCLM			2	2
Universidad de Granada			2	2
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria			2	2
Universidad de Oviedo		1	1	2
Universidade de São Paulo (USP)			2	2
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2			2
Universidade Federal de Santa Catarina		2		2
Universidade Parthenope		2		2
Università degli Studi del Piemonte Orientale	1	1		2
Università Degli Studi di Napoli Federico II	2			2
Università degli Studi Magna Graecia di Catanzaro		2		2
Université de Le Havre			2	2
Université Toulouse 1 Capitole			2	2
University of Amsterdam	1	1		2
University of Macau	2			2
University of Maribor		2		2
University of Napoli Parthenope		2		2
University of Warmia and Mazury			2	2
University of Zagreb	1	1		2
Centro Universitário São Camilo		1		1
Charles University in Prague - Faculty of Law	1			1
Comenius University in Bratislava	1			1
Faculdade 7 de Setembro		1		1
Faculdade de Pernambuco		1		1
Faculdades Integradas do Centro Universitário (UNIFAFIBE)	1			1
Fundação Getúlio Vargas (FGV) São Paulo	1			1
Kozminski University		1		1
Leipzig University	1			1
Masaryk University - Faculty of Law	1			1
Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC - Chile)	1			1
Universidad Autonoma de madrid (UAM)	1			1
Universidad Carlos III de Madrid			1	1

Universidade de Origem	1º Semestre	2º Semestre	Ano Inteiro	Total Geral
Universidad Complutense de Madrid			1	1
UNIVERSIDAD DE MENDOZA		1		1
Universidad de Valladolid - E VALLADO01			1	1
Universidad Nacional de Estudios a Distancia (UNED)			1	1
Universidade Cândido Mendes	1			1
Universidade de Santiago de Compostela			1	1
Universidade Federal de Pernambuco		1		1
Universidade Federal do Espírito Santo	1			1
Università degli Studi di Enna "Kore"		1		1
Università degli Studi di Milano - Bicocca	1			1
Università di Pisa			1	1
Universität Zurich		1		1
Universität Augsburg	1			1
Universität de València			1	1
Université de Cergy-Pontoise		1		1
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne			1	1
Université Paris Descartes		1		1
Universite Paris Nanterre		1		1
Université Paris Ouest Nanterre La Défense			1	1
University of Córdoba			1	1
University of Fribourg	1			1
University of Innsbruck	1			1
University of Konstanz			1	1
University of Latvia		1		1
University of Münster		1		1
University of Napoli Parthenope (sonia)			1	1
University of Rzeszów	1			1
Total Geral	111	126	46	283

Anexo III | Alunos *incoming* por país de origem

Etiquetas de Linha	1º Semestre	2º Semestre	Ano Inteiro	Total Global
Alemanha	17	15	3	35
Argentina		1		1
Áustria	1			1
Bélgica		7		7
Brasil	44	63	7	114
Bulgária	2			2
Chile	1			1
China	2			2
Eslováquia	2			2
Eslovênia	3	2		5
Espanha	1	1	15	17
França	4	8	9	21
Holanda	11	4		15
Hungria	3			3
Itália	8	14	10	32
Letónia		1		1
Lituânia	3	1		4
Polónia	3	3	2	8
Portugal	2			2
República Checa	2			2
Suíça	1	1		2
Turquia		3		3
Total Global	111	126	46	283

Anexo IV | Lista das unidades curriculares lecionadas em inglês

Unidade Curricular (PT)	Unidade Curricular (EN)	Semestre	Ciclo e Ano de Estudos
Direito Comparado	Comparative Law	1.º	Licenciatura, 2.º Ano
Direito Internacional Público I	Internacional Public Law I	1.º	Licenciatura, 2.º Ano
Direito Internacional Público I	Internacional Public Law I	1.º	Licenciatura, 2.º Ano
Direito dos Contratos II	Contract Law II	1.º	Licenciatura, 3.º Ano
Economia Internacional	International Economy	1.º	Licenciatura, 3.º Ano
Contencioso da União Europeia	European Union Procedural law	1.º	Licenciatura, 4.º Ano
Direito Internacional Público II	Internacional Public Law II	1.º	Licenciatura, 4.º Ano
Direito Internacional Público II	Internacional Public Law II	1.º	Licenciatura, 4.º Ano
Contratação Pública e Concorrência	Public Procurement and Competition	1.º	Mestrado em Prática Jurídica, 1.º Ano
Direito e Economia	Economy and Law	1.º	Mestrado em Prática Jurídica, 1.º Ano
Direito da União Europeia	European Union Law	2.º	Licenciatura, 2.º Ano
Direito Internacional Económico	International Economic Law	2.º	Licenciatura, 3.º Ano
Direito do Ambiente	Environmental Law	2.º	Licenciatura, 4.º Ano
Justiça Constitucional	Constitutional Justice	2.º	Mestrado em Ciência Jurídica, 1.º Ano
Justiça Constitucional	Constitutional Justice	2.º	Mestrado em Ciência Jurídica, 1.º Ano
Organizações Internacionais	International Organizations	2.º	Mestrado em Ciência Jurídica, 1.º Ano
Direito Internacional dos Direitos Humanos	Human Rights International Law	2.º	Mestrado em Prática Jurídica, 1.º Ano
Direito Internacional dos Direitos Humanos	Human Rights International Law	2.º	Mestrado em Prática Jurídica, 1.º Ano
Economia Comportamental e Direito	Behavioural Law and Economics	2.º	Mestrado em Prática Jurídica, 1.º Ano
Tributação das Empresas	Corporate Taxation	2.º	Mestrado em Prática Jurídica, 1.º Ano
Contencioso Administrativo e Tributário	Administrative Justice	1.º	Licenciatura, 4.º Ano
Proteção Internacional da Pessoa Humana	Human Rights in the International Law	2.º	Licenciatura

Anexo V | Alunos *outgoing* por universidade de destino

Universidades de Destino	1.º Semestre	2.º Semestre	Ano Inteiro	Total Geral
Alma Mater Studiorum università di Bologna	1	1		2
Bucerius Law School	1			1
Centro Universitário Curitiba	1			1
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)			1	1
Eötvös Loránd University (ELTE)	1	1		2
Erasmus University Rotterdam	1	2	1	4
Freie Universität Berlin			1	1
Humboldt Universität zu Berlin	2		1	3
Ludwig-Maximilians-Universität München	1	1	2	4
Maastricht University			1	1
Masaryk University - Faculty of Law	2			2
Paris Descartes University	1			1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	6		1	7
Radboud University Nijmegen		1		1
Sapienza - Università di Roma	1	3		4
Universidad Autonoma de Madrid		1	1	2
Universidad Carlos III de Madrid		1	1	2
Universidad Complutense de Madrid		1	1	2
Universidad de Barcelona Faculty of Law		3		3
Universidad de Valladolid	1			1
Universidad Pablo de Olavide			1	1
Universidade de Buenos Aires	5			5
Universidade de Macau, Faculdade de Direito	5			5
Universidade de São Paulo	1			1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1			1
Universidade Federal de Pernambuco	1			1
Universidade Federal de Santa Catarina	3			3
Universidade Federal do Pará		1		1
Università degli studi di Genova	4			4
Università degli Studi di Napoli "Parthenope"	2			2
Università degli Studi di Napoli Federico II	1	1		2
Università degli Studi di Perugia	1			1
Università degli studi di Roma "Tor Vergata"	2	2		4
Università degli Studi Roma Tre	3			3
Universität Augsburg	2			2
Universität Hamburg		1		1
Universität Regensburg		3		3
Universität Zürich	1			1
Université Catholique de Louvain / Faculté de Droit et de Criminologie		1		1
Université de Rouen	1			1
Université de Strasbourg	1			1
University of Groningen Faculty of Law	1			1
University of Maribor	1			1
University of Pisa	2			2
Total Geral	57	24	12	93

Anexo VI | Alunos *outgoing* por país de destino

Rótulos de Linha	1.º Semestre	2.º Semestre	Ano inteiro	Total Geral
Argentina	5			5
Bélgica		1		1
Brasil	13	1	2	16
Suiça	2			2
China	5			5
República Checa	2			2
Alemanha	8	2	4	14
Espanha	1	7	4	12
França	2			2
Hungria	1	1		2
Itália	15	9		24
Holanda	2	3	2	7
Eslovénia	1			1
Total Geral	57	24	12	93

Anexo VII | Alunos *outgoing* por ciclo de estudos

Rótulos de Linha	1º Ciclo, Licenciatura	2º Ciclo, Mestrado	3º Ciclo, Doutoramento	Total Geral
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	7			7
Universidad de Buenos Aires	5			5
Universidade de Macau, Faculdade de Direito	5			5
Erasmus University Rotterdam	1	3		4
Ludwig-Maximilians-Universität München	2	1	1	4
Sapienza - Università di Roma	3		1	4
Università degli studi di Genova	4			4
Università degli studi di Roma "Tor Vergata"	4			4
Humboldt Universität zu Berlin	2	1		3
Universidad de Barcelona Faculty of Law	3			3
Universidade Federal de Santa Catarina	3			3
Università degli Studi Roma Tre	2	1		3
Universität Regensburg		3		3
Alma Mater Studiorum università di Bologna	1	1		2
Eötvös Loránd University (ELTE)	1	1		2
Masaryk University - Faculty of Law	2			2
Universidad Autonoma de Madrid	2			2
Universidad Carlos III de Madrid		2		2
Universidad Complutense de Madrid	1	1		2
Università degli Studi di Napoli "Parthenope"	2			2
Università degli Studi di Napoli Federico II	2			2
Universität Augsburg		2		2
University of Pisa		2		2
Bucerius Law School		1		1
Centro Universitário Curitiba	1			1
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)	1			1
Freie Universität Berlin		1		1
Maastricht University	1			1
Paris Descartes University	1			1
Radboud University Nijmegen		1		1
Universidad de Valladolid		1		1
Universidad Pablo de Olavide	1			1
Universidade de São Paulo	1			1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1			1
Universidade Federal de Pernambuco	1			1
Universidade Federal do Pará	1			1
Università degli Studi di Perugia		1		1
Universität Hamburg		1		1
Universität Zürich	1			1
Université Catholique de Louvain / Faculté de Droit et de Criminologie	1			1
Université de Rouen	1			1
Université de Strasbourg		1		1
University of Groningen Faculty of Law	1			1
University of Maribor	1			1
Total Geral	66	25	2	93

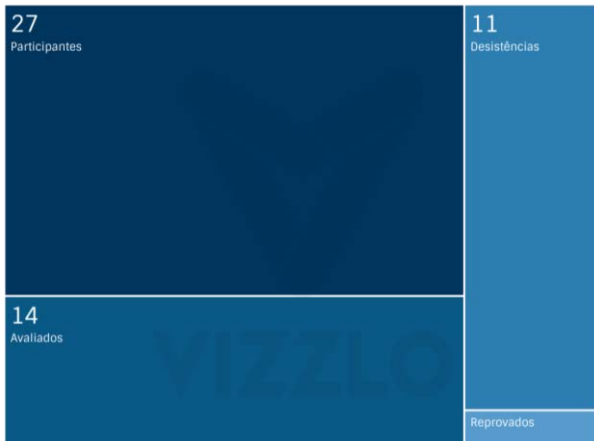
Anexo VIII | Alunos *incoming* e *outgoing*, por instituição parceira

Universidades Parceiras	In	Out	Vagas
Alma Mater Studiorum università di Bologna	2	2	2
Bucerius Law School		1	2
ÇAG University	3		
Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)	17	1	
Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)	2	1	
Centro Universitário São Camilo	1		
Charles University in Prague - Faculty of Law	1		1
Comenius University in Bratislava	1		2
Croatia - Sveuciliste u Zagrebu	2		
Eötvös Loránd University (ELTE)	3	2	3
Erasmus University Rotterdam	4	4	4
Faculdade 7 de Setembro	1		
Faculdade Baiana de Direito	9		
Faculdade de Direito Milton Campos	6		2
Faculdade de Pernambuco	1		
Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL)	2		
Faculdades Integradas do Centro Universitário (UNIFAFIBE)	1		
Freie Universität Berlin		1	1
Fundação Escola Superior do Ministério Público	4		
Fundação Getúlio Vargas (FGV) São Paulo	1		
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	5		7
Humboldt Universität zu Berlin	2	3	2
Institute for Information, Telecommunication and Media Law (ITM)	2		
Jagiellonian University	3		2
Justus-Liebig-Universität Gießen	3		2
Kozminski University	1		2
Leipzig University	1		3
Ludwig-Maximilians University of Munich	3	4	4
Maastricht University	4	1	4
Mackenzie Presbyterian University	2		
Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg	6		
Masaryk University - Faculty of Law	1	2	2
Mykolas Romeris University	4		3
Pan-European University	2		4
Paris Descartes University		1	2
Pontificia Universidade Católica do Chile (PUC - Chile)	1		
PUC-PR	7		
PUC-Rio	4	7	5
PUC-RS	8		
PUC-São Paulo	5		
Radboud University Nijmegen	2	1	1
Relint - Fumec	2		

Universidades Parceiras	In	Out	Vagas
Sapienza - Università di Roma	2	4	3
Seconda Università degli Studi di Napoli	6		4
Sofia University St. Kliment Ohridski	2		4
Technische Universität Dresden	2		4
Universidade Tiradentes	2		
Universidad Autonoma de madrid (UAM)	1	2	2
Universidad Carlos III de Madrid	1	2	2
Universidad Complutense de Madrid	1	2	2
Universidad de Barcelona Faculty of Law		3	4
Universidad de Burgos	2		2
Universidad de Castilla - La Mancha - UCLM	2		3
Universidad de Granada	2		3
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria	2		2
UNIVERSIDAD DE MENDOZA	1		
Universidad de Oviedo	2		4
Universidad de Valladolid - E VALLADO01	1	1	4
Universidad Nacional de Estudios a Distancia (UNED)	1		2
Universidad Pablo de Olavide		1	2
Universidade Cândido Mendes	1		
Universidade Católica de Pelotas (UCPel)	3		
Universidade Católica de Pernambuco	5		
Universidade Católica de Petrópolis	4		2
Universidade de Brasília - UnB	4		
Universidade de Buenos Aires		5	2
Universidade de Macau, Faculdade de Direito		5	
Universidade de Santiago de Compostela	1		2
Universidade de São Paulo (USP)	2	1	3
Universidade do Estado do Rio de Janeiro		1	1
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2		
Universidade Federal de Pernambuco	1	1	3
Universidade Federal de Santa Catarina	2	3	6
Universidade Federal do Espírito Santo	1		
Universidade Federal do Pará		1	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	6		
Universidade Federal Fluminense (UFF)	5		
Universidade Tiradentes (UNIT)	3		
Università degli Studi del Piemonte Orientale	2		2
Università degli Studi di Enna "Kore"	1		5
Università degli studi di Genova		4	3
Università degli Studi di Milano	3		4
Università degli Studi di Milano - Bicocca	1		3
Università degli Studi di Napoli "Parthenope"	5	2	5
Università Degli Studi di Napoli Federico II	2	2	2
Università degli Studi di Perugia		1	2
Università degli studi di Roma "Tor Vergata"		4	4

Universidades Parceiras	In	Out	Vagas
Università degli Studi Magna Graecia di Catanzaro	2		3
Università degli Studi Roma Tre		3	2
Università di Pisa	1		2
Universität Augsburg	1	2	4
Universitat de València	1		
Universität Hamburg	4	1	4
Universität Regensburg		3	3
Universität Zu Köln	4		2
Universität Zürich	1	1	4
Université Catholique de Louvain	7	1	4
Université de Cergy-Pontoise	1		2
Université de Le Havre	2		2
Université de Rouen	12	1	2
Université de Strasbourg		1	2
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne	1		
Université Paris Descartes	1		2
Université Paris Nanterre	1		
Université Paris Ouest Nanterre La Défense	1		2
Université Toulouse 1 Capitole	2		2
University of Amsterdam	2		2
University of Córdoba	1		
University of Fribourg	1		3
University of Groningen Faculty of Law		1	4
University of Innsbruck	1		1
University of Konstanz	1		4
University of Latvia	1		4
University of Ljubljana	3		3
University of Macau	2		
University of Maribor	2	1	2
University of Messina	3		3
University of Münster	1		2
University of Pisa		2	2
University of Rzeszów	1		2
University of Warmia and Mazury	2		2
University of Zagreb	2		4
Windesheim	3		

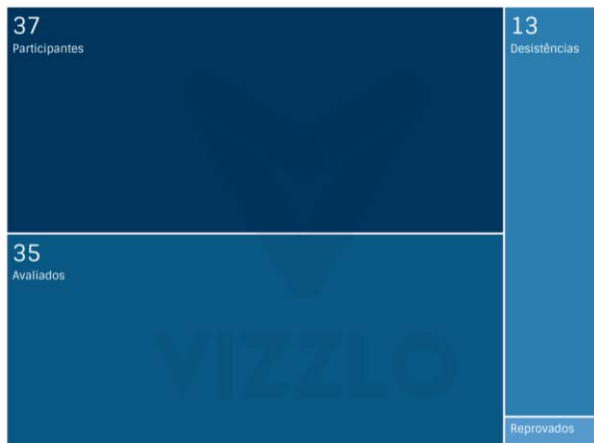
Anexo IX | Cursos Intensivos 2016/2017



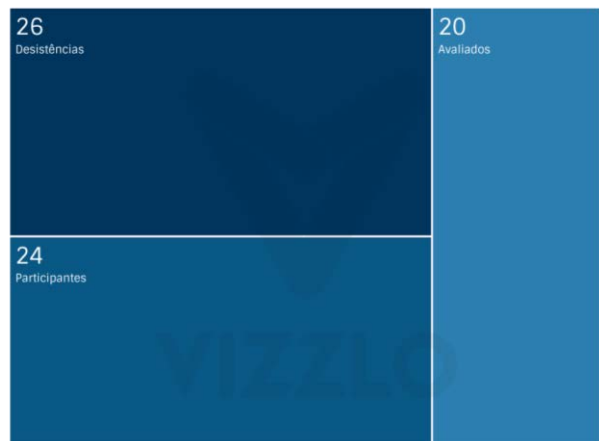
AN INTRODUCTION TO THE LAW OF TREATIES



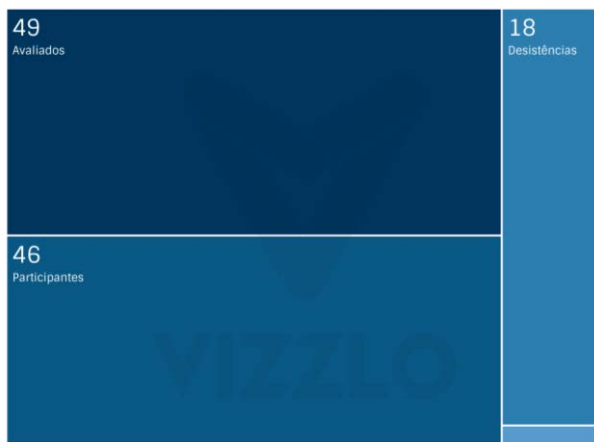
BUILDING CONTRACTS UNDER THE GERMAN CIVIL CODE - WITH SPECIAL REGARD TO THE CURRENT REFORM PROJECT



BUSINESS TORTS AND DAMAGES: NA ENGLISH AND AN AMERICAN PERSPECTIVE



EL ESTADO DE DERECHO EN EUROPA



EUROPEAN COMPETITION LAW: I: THE LAW OF MARKET STRUCTURE



EUROPEAN CONSTITUTIONAL LAW: ECONOMIC CRISIS AND GLOBALIZATION



EUROPEAN SECURITIES AND FINANCIAL MARKETS REGULATION: AN INTRODUCTION



FAMILY LAW IN EUROPE: DIVERSITY OR AFFINITY?



FUNDAMENTAL RIGHTS PROTECTION IN EUROPE



GLOBALIZATION AND INTERNATIONAL PROTECTION OF HUMAN RIGHTS



HISTÓRIA E TEORIA DO CRIME: DA FORMAÇÃO DOGMÁTICA AO DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL



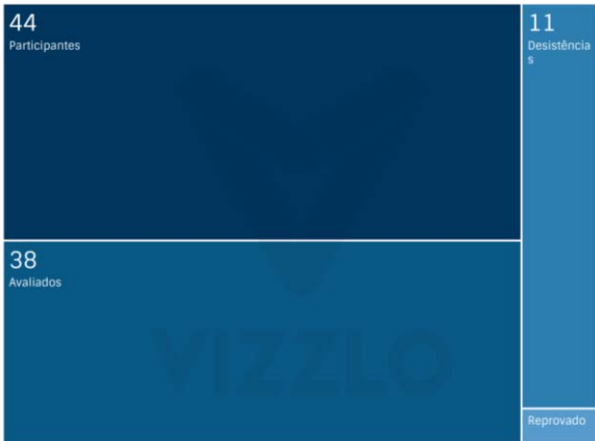
INTERNATIONAL AVIATION LAW



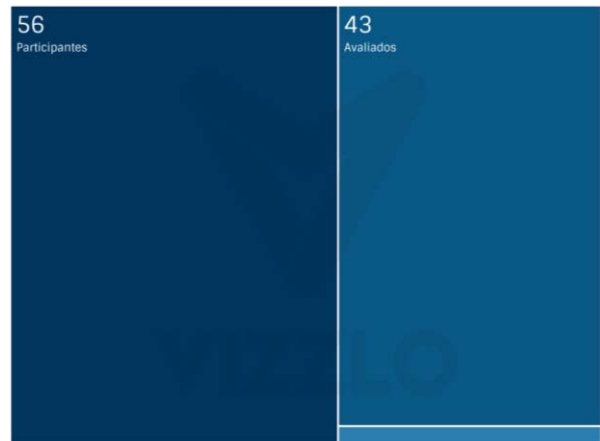
INTERNATIONAL, EUROPEAN AND COMPARATIVE EDUCATION LAW



INTRODUCTION TO AMERICAN CRIMINAL LAW AND PROCEDURE



INTRODUCTION TO EUROPEAN PRIVATE LAW



INTRODUCTION TO THE LAW OF THE UNITED STATES



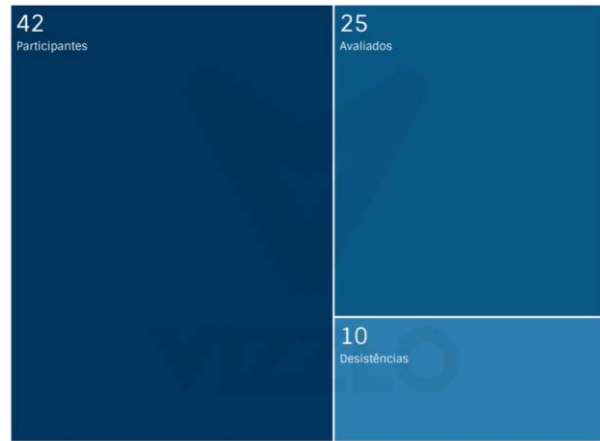
INTRODUCTION TO THE NORTH AMERICAN CONSTITUTION



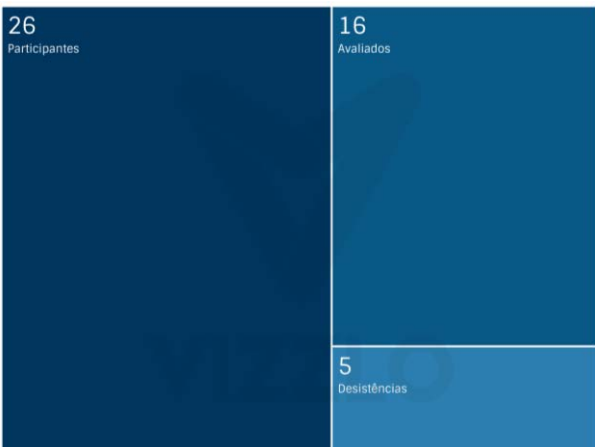
LA LIBERTAD DE PENSAMIENTO, CONCIENCIA Y RELIGION EN PERSPECTIVA ESTATAL INTERNACIONAL Y EUROPEA



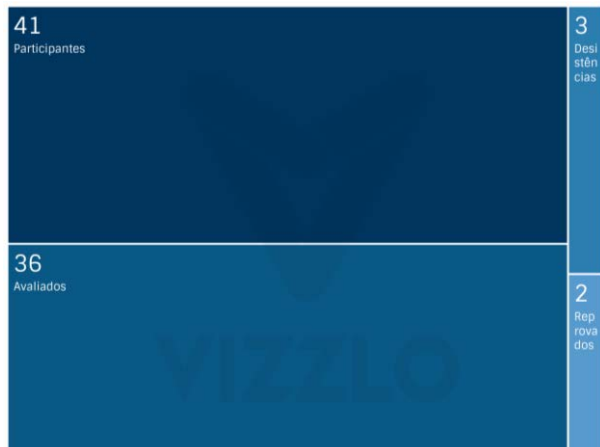
LAS TENSIONES SECESIONISTAS EN EL FEDERALISMO ACTUAL: ESPECIAL REFERÈNCIA AL PROCESSO SOBERANISTA CATALÀN



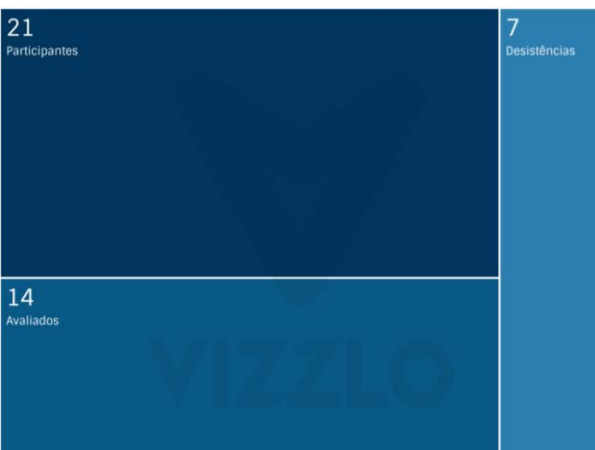
LAWYERS, PROFESSIONAL MORALITY AND THE CONCEPT OF LAW. AN INTRODUCTION TO LEGAL ETHICS.



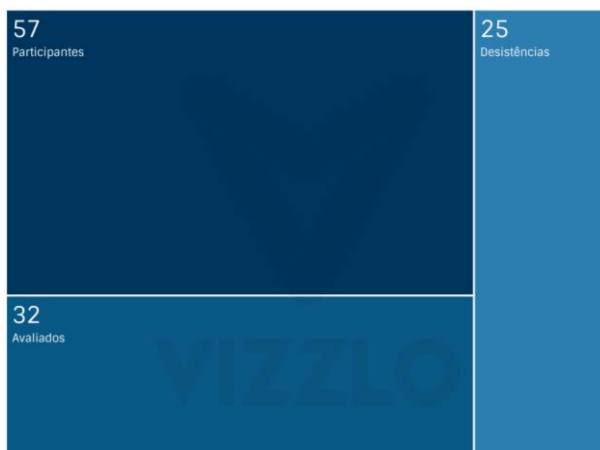
LEGAL REVOLUTIONS SINCE THE 17TH CENTURY



LITIGATION IN ECONOMIC INTERNATIONAL LAW



PHILOSOPHIE DU DROIT



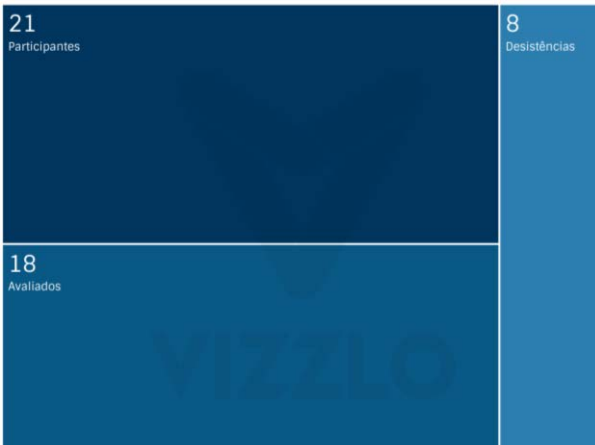
TAX LAW: VAT



THE AREA OF FREEDOM, SECURITY AND JUSTICE OF THE EUROPEAN UNION: ASYLUM AND IMMIGRATION MATTERS



THÉORIE ET PRATIQUE DE LA DÉMOCRATIE DANS L'ESPACE EUROPÉEN



TRANSNATIONAL CONSTITUTIONAL LAW (IN A ITALIAN PERSPECTIVE)



WORKPLACE AND BOARD-LEVEL REPRESENTATION : EUROPEAN MINIMUM STANDARDS FOR LABOUR PARTICIPATION IN DECISION MAKING (INFORMATION AND CONSULTATION RIGHTS IN MEMBER STATES OF THE EU)

Anexo X | Programas dos Cursos Intensivos e Curricula dos Docentes de 2016/2017

Nome do Curso Intensivo	Nome do Docente	CV
Fundamental Rights Protection in Europe	Rainer Arnold	Em anexo.
European Constitutional Law: Economic Crisis and Globalization	Balaguer Callejón	Em anexo.
Litigation in Economic International Law	Millán Requena Casanova	Em anexo.
Introduction to the Law of the United States	Patrick Ryan Hugg	Em anexo.
Introduction to American Criminal Law and Procedure	Stephen Thaman	Em anexo.
Théorie et pratique de la démocratie dans l'espace européen	Stéphane Pinon	Em anexo.
Philosophie du droit	Alexandre Viala	https://univ-droit.fr/universitaires/5618-viala-alexandre
Legal Revolutions since the 17th Century	Jean-Louis Halpérin	Em anexo.
Family law in Europe: diversity or affinity?	Virginia Zambrano	Em anexo.
Lawyers, Professional Morality and the Concept of Law. An Introduction to Legal Ethics.	Massimo la Torre	https://www.uni-muenster.de/KFG-Normenbegruendung/en/latorrem.html
International aviation law	Regina Valutyte	Em anexo.
An introduction to the law of treaties	Fernando Loureiro Bastos	http://www.fd.ulisboa.pt/professores/corpo-docente/fernando-loureiro-bastos/
Building contracts under the German Civil Code - with special regard to the current reform project	Jochen Glockner	https://www.jura.uni-konstanz.de/gloeckner/personen/prof-dr-jochen-gloeckner-llm-usa/
European Competition Law: I: The Law of Market Structure	Bernd Oppermann	http://www.jura.uni-hannover.de/oppermann_lehrstuhlinhaber.html
Introduction to European Private Law	Andreas Schwartz	Em anexo.
Business Torts and Damages: Na English and an American Perspective	Elizabeth O'Leary	Em anexo.
International, European and Comparative Education Law	Jan de Groof	Em anexo.
History and Theory of Crime: formation of dogmatics in Constitutional Criminal Law	Cláudio Brandão	Em anexo.
La libertad de pensamiento, conciencia y religion en perspectiva estatal internacional y europea	Jose Maria Ramirez	Em anexo.
Las tensiones secesionistas en el Federalismo Actual: Especial Referència al processo soberanista catalán	Vicente Sanjurjo	http://www.usc.es/es/departamentos/deputteg/constitucional/p_sanjurjorivo.html
Introduction to the North American Constitution	Russell Weaver	https://louisville.edu/law/faculty-staff/faculty-directory/weaver-russell
Globalization and International Protection of human rights	Marine Toullier	Em anexo.
Workplace and Board-level Representation : European minimum standards for Labour Participation in Decision Making	Seul Otmar	Em anexo.
The Area of Freedom, Security and Justice of the European Union: Asylum and Immigration matters	Jaap de Zwaan	Em anexo.
El estado de derecho en Europa	Fausto Vecchio	https://www.unikore.it/index.php/docenti
Transnational Constitutional Law (In a Italian Perspective)	Anna Ciammariconi	http://www.unite.it/UniTE/Docente/Doc/aciammariconi
European Securities and Financial Markets Regulation: An Introduction	António Manuel Barreto	http://www.fd.ulisboa.pt/professores/corpo-docente/a-barreto-menezes-cordeiro/
Tax Law: VAT	Rita de la Féria	Em anexo.

Fundamental Rights Protection in Europe

Rainer Arnold

1. Monday, October 31, 2016

The concept of fundamental rights - the three levels of fundamental rights protection in Europe: their autonomy and interaction - fundamental rights in national Constitutions: subjective rights, objective values, institutional guarantees - judicial protection

2. Wednesday, November 02, 2016 :

Fundamental rights in the European Convention of Human Rights (ECHR) and fundamental rights in the Charter of the EU: characteristics – development - judicial protection

3. Thursday, November 03, 2016

Concepts of fundamental rights protection: a comparative view with particular reference to the new democracies in Central, Eastern and Southeastern Europe – specific rights I (personality rights, freedom of speech and political rights)

4. Friday, November 04 ,2016:

Specific rights II (property rights, freedom of profession, equality, social rights) – Conclusions and summaries for the exam

Each lecture 2 ½ hours

Literature:

Rainer Arnold (ed.), *The Universalism of Human Rights*, Springer 2013

Olivier DeSchutter, *International Human Rights Law*, 2010

Federico Fabbrini, *Fundamental Rights in Europe*, OUP 2014

CV

Prof. Dr. Dres. h. c. Rainer ARNOLD

1. 1976 Professor at University of Konstanz (Wiss. Rat and Professor, C3)
Subjects: Constitutional and Administrative Law, EC Law and International Law
Nomination 1978 Full Professor (C4) at the Univ. of Regensburg, Chair of Public Law, in particular Comparative Law, EC Law, Economic Administrative Law, Public Law of Foreign Countries
2. 1981 -1983 Dean of the Law Faculty of the University of Regensburg
3. 1999 Nomination as a Holder of the Jean Monnet Chair of EC Law
4. 2000 Nomination as a permanent Visiting Professor at the Charles University of Prague (hostující profesor Univerzity Karlovy)
5. 2008 Nomination as the Holder of the Jean Monnet Chair ad personam "Legal Relations of the EU with Central, Eastern and South-Eastern Europe"
6. European Law Institute, Paris
Fellow since 2010
7. 2002 - 2012 Director of the German Law Studies Programme DAAD (DSG) at Moscow Lomonossov State University
8. Nomination of the German Director of the EU Law Center at Istanbul Bahcesehir University
9. Visiting Professor:

Charles University of Prague (permanently since 2000)
University of Paris I (Panthéon-Sorbonne) (frequently)
University of Paris II (Panthéon-Assas) (frequently)
University of Paris XIII
University of Aix-en-Provence
University of Pau (Faculté Pluridisciplinaire Bayonne-Anglet-Biarritz)
University of Strasbourg (Collège doctoral européen)
University of Toulouse
University of Trento
University of Rome (La Sapienza)
University of Bologna
University of Lisbon (State University)
Universidad de los Andes, Santiago de Chile
10. Conferences or Seminars at the Universities of

Paris I, Paris II, Montpellier, Aix-en-Provence, Toulouse, Strasbourg, Lyon II, Toulouse, Lille, Poitiers, Pau (Bayonne)

Madrid Complutense, Madrid Autónoma, Madrid Carlos III, Madrid Rey Juan Carlos, Alcalá de Henares, Bilbao, Santiago de Compostela, La Coruña, Vigo, Barcelona Central, Barcelona Autónoma, Valencia, Granada, Córdoba, Málaga, Jaén, Girona, Valladolid

Trieste, Roma La Sapienza, Roma Tre, Bologna, Verona, Trento, Cosenza, Palermo, Catania, Salerno, Perugia, Modena, Como, Milano Statale, Milano Cattolica

Warsaw, Wrocław, Cracow, Torun, Łódź, Szczecin

Salzburg, Vienna, Oslo, Örebro, Tampere, Riga, Vilnius, Tartu, Tallinn, St. Petersburg, Moscow, Chisinau, Prishtina

Tiflis State University, Eriwan, Baku, Tunis, Seoul, Xi'an (China)

Santiago de Chile (Universidad de los Andes, Diego Portales, Universidad de Chile), Valparaíso

Oxford Institute of European and Comparative Law, McGill University

Montreal, George Washington University, Georgetown University (2010, World Congress of the International Academy of Comparative Law).

Speeches at the Constitutional Courts of Bulgaria, Poland, Czech Republic, Albania, Roumania, Moldova, Slovenia, Ukraine.

11. European University Institute (Fiesole/ Florence)

Fernand Braudel Fellow 2008 (3 months)

Visiting Fellow: 2003/2004 (2 months), 2006

12. Oxford European and Comparative Law Institute:

Research 2004 (2 months), 2005, 2006, 2008

13. Harvard Law School: Research 2008 (1 month)

14. International Association of Constitutional Law

Individual member

Co-Director of workshops at the World Congresses in Athens (2006) (together with Cesare Pinelli, Rome) and Mexico City (2010) (together with Evgenij Tanchev, then President of the Bulgarian Constitutional Court)

15. Académie internationale de droit comparé

Membre associé (since 2002); General Reporter at the World

Congresses in Utrecht (2006) on European Constitutional Law and in Washington (2010) on Human Rights

16. Academy of Science of Bologna
Corresponding Member since 2002

17. National Associations of Constitutional Law and European Law

Honorary member of the Slovenian Association of Constitutional Law
Honorary member of the Russian Association of Constitutional Law
Member of the Polish Association of Constitutional Law
Member of the French Association of Constitutionalists
Member of the Czech European Studies Association
Member of the German Staatsrechtslehrvereinigung, the German Association of Comparative Law, the German Association of EU Law, the German Association of International Law

18. Organization of 15 International Congresses on European and Comparative Constitutional Law at Regensburg, with internationally renowned academics and Judges of Constitutional Courts in Central, Eastern and South Eastern Europe

Creation of an International Research Network in 2008

19. Member of the Board of Editors or Advisory Board/Scientific Council of various international journals/book series

Tulane European & Civil Law Forum, New Orleans,
Revue française de droit constitutionnel, Paris,
Annuaire de Justice Constitutionnelle, Paris
Revista Europeo de Derechos Fundamentales, Madrid,
Revista de Derecho Constitucional Europeo, Granada,
Rivista Diritto Pubblico Comparato ed Europeo, Torino,
Revista Jurídica, Lisbon
Právní Rozhledy (for 10 years until 2011), Prague
European Review of Public Law, Paris, Athens
Law and Justice Review, Ankara (Justice Academy of Turkey)
Bahcesehir Üniversitesi Hukuk Fakültesi Kazancı, Istanbul
Anayasa Hukuku Dergisi (Journal of Constitutional Law), Istanbul
Studia Prawa Publicznego, Poznan
European Studies. The Review of European Law, Economics and Politics, ECSA
Czech Republic.
Ricerche di diritto comparato-Diritto Pubblico, Bologna
Journal Legal and Administrative Studies, Pitesti
University of Warsaw Journal of Comparative Law
Temi comparatistici - I diritti e le istituzioni, Roma (collana)
Diritto pubblico contemporaneo – gli ordinamenti costituzionali, Torino (collana)
Diritto e Processo. Derecho y Proceso. Rights & Remedies, Perugia
Acta Universitatis George Bacovia. Juridica, Romania (edit. Board)

20. Distinctions

Honour Medal in memory of the 650 years anniversary of the Charles University Prague 1998

Election of a corresponding member of the Academy of Sciences of Bologna 2002

Election of a Membre associé de l'Académie internationale de droit comparé 2002

Award ECSA Czech Republic 2011

Premio de Excelencia científica " Abate Juan Ignacio Molina" 2012 awarded by CONYCIT (Government of Chile) and Humboldt Foundation/Germany

Award of Doctor Honoris Causa by the Kiev University of Law of the National Academy of Sciences of Ukraine 2012

Award of Doctor Honoris Causa by the University "1 Decembrie 1918" Alba Iulia, Romania (2013)

Award of Doctor Honoris Causa by the University of Pitesti, Romania (2014)

23. Publications: more than 400 publications (books and articles) in international publishing houses and journals in the fields of German and Comparative Law, EC/EU Law, Constitutional and Administrative Law (see list of publications)

Editor

Developments in European Law / Développements en droit européen/ Entwicklungen im Europäischen Recht,

Vol. 1 – 4 by University Publishing House Regensburg; Vol. 1 – 36 by Jean Monnet Chair R. Arnold, Regensburg

German – Ukrainian Law Discussions (Deutsch-Ukrainische Rechtsgespräche), Vol. 1 – 3, Jean Monnet Chair R. Arnold, Regensburg.

24. Languages

English, French, Italian, Spanish, Russian, reading knowledge in Portuguese and Czech

Derecho Constitucional Europeo, crisis económica y globalización.

Francisco Balaguer Callejón. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada y Catedrático Jean Monnet "ad personam" de Derecho Constitucional Europeo y Globalización.

Duración: 10 horas

Idioma: Español

Objetivos del curso:

Este curso ofrece una formación básica en los grandes temas que plantea actualmente el Derecho Constitucional Europeo, con especial referencia a la crisis económica y a su repercusión sobre la Unión Europea y los Estados miembros desde una perspectiva constitucional. En primer lugar, se expondrán las características esenciales del Derecho Constitucional Europeo como disciplina académica. Se analizará también la proyección global del Derecho Constitucional y la configuración de un Derecho Constitucional supranacional como respuesta a la globalización, cuyo principal exponente es el Derecho Constitucional Europeo. Por último, se estudiará la incidencia del proceso de globalización sobre el proceso de integración europea y se valorarán los últimos desarrollos derivados de la crisis económica y de la insuficiente respuesta europea a la crisis.

Se tendrá en cuenta la evolución del proceso de constitucionalización de la Unión Europea a partir de la elaboración y proclamación de la Carta de Derechos Fundamentales, la Convención que elabora el Tratado Constitucional, la crisis derivada del fracaso del proceso de ratificación del Tratado Constitucional y la elaboración del Tratado de Lisboa, suscrito el 13 de diciembre de 2007, que entró en vigor el 1 de diciembre de 2009. Aunque el Tratado de Lisboa elimina el término *Constitución*, ha incorporado casi íntegramente el contenido del Tratado Constitucional, desarrollando así la cualidad constitucional del Derecho Fundamental de la Unión Europea (Tratado de la Unión Europea, Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea y Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea).

La perspectiva metodológica que se asume se basa en la inserción del Derecho constitucional de la Unión Europea dentro de una pluralidad de espacios constitucionales. El Derecho Constitucional Europeo es una nueva disciplina que no analiza el nivel constitucional de la Unión Europea como una esfera radicalmente separada de los sistemas constitucionales nacionales. Por el contrario, la interacción entre el espacio constitucional de la Unión Europea y los espacios constitucionales de los Estados miembros es una perspectiva metodológica específica del Derecho constitucional europeo.

Desde ese estatuto metodológico se valorará la respuesta europea a la crisis económica tanto por lo que se refiere a las insuficiencias del actual sistema jurídico de la Unión Europea y los problemas que esas limitaciones están provocando en la capacidad de intervención de las instituciones europeas, cuanto por lo que atañe a la incidencia que la crisis está teniendo sobre los ordenamientos constitucionales de los Estados miembros.

Temario:

I.-El Derecho Constitucional Europeo como disciplina científica.

- 1.-Derecho Constitucional Europeo en sentido amplio y en sentido estricto.
- 2.-El Derecho Constitucional de la Unión Europea.
- 3.-El Derecho Constitucional de los Estados miembros como parte integrante del Derecho Constitucional Europeo.
- 4.-La interacción entre los diversos espacios constitucionales en Europa.
- 5.-El Derecho Constitucional como disciplina. Perspectivas metodológicas.

II.-La Constitución europea en el proceso histórico de integración europea.

- 1.-El modelo de construcción europea en sus primeros cincuenta años.
- 2.-La Unión Europea *preconstitucional*.
- 3.-La ampliación de la Unión y la crisis del modelo.
- 4.-Estados y ciudadanía en la construcción constitucional de Europa.
- 5.-Integración y constitucionalización.

III.-El Tratado de Lisboa y el proceso de constitucionalización de la UE.

- 1.-El debate sobre la Constitución europea.
- 2.-El modelo del Estado constitucional de Derecho.
- 3.-La cuestión de la identidad europea.
- 4.-El rechazo a la estatalidad de la Unión Europea y la *desestructuración* del Derecho constitucional europeo.
- 5.-El Tratado de Lisboa en el contexto de la pluralidad de espacios constitucionales en Europa.

IV.-El Derecho Constitucional Europeo y el proceso de globalización.

- 1.-Globalización y Derecho constitucional estatal.
- 2.-La incipiente dimensión global del Derecho constitucional.
- 3.-Integración supranacional y globalización.
- 4.-El proceso de globalización y el modelo de integración europea.
- 5.-El desarrollo del proceso de globalización y su incidencia en el proceso de integración.

V.-El Derecho Constitucional Europeo frente a la crisis económica.

- 1.-El gobierno económico de la Unión Europea.
- 2.-La insuficiente respuesta europea a la crisis.
- 3.-La incidencia de la crisis sobre el sistema jurídico e institucional de la Unión Europea.
- 4.-La incidencia de la crisis en los sistemas constitucionales de los Estados miembros.
- 5.-Perspectivas de futuro.

Bibliografía Básica

Todas las referencias bibliográficas que se indican a continuación (y las que puedan recomendarse posteriormente porque estén disponibles a lo largo del curso) son de acceso gratuito a través de Internet:

-Azpitarte Sánchez, Miguel: <<[Las relaciones entre el Derecho de la Unión y el Derecho del Estado a la luz de la Constitución Europea](#)>>, ReDCE, nº 1, Enero-Junio de 2004. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<[Derecho y Justicia en el ordenamiento constitucional europeo](#)>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº. 16, Julio-Diciembre de 2011. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Balaguer Callejón, Francisco: <<[Una interpretación constitucional de la crisis económica](#)>>, Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº. 19, Enero-Junio de 2013. <http://www.ugr.es/~redce/>

-De Grauwe, Paul: <<[The Governance of a Fragile Eurozone](#)>>, April 2011: http://www.econ.kuleuven.be/ew/academic/intecon/Degrauwe/PDG-papers/Discussion_papers/Governance-fragile-eurozone_s.pdf

-Guillén López, Enrique: <<[La crisis económica y la dirección política: reflexiones sobre los conceptos de necesidad y de elección en la teoría constitucional](#)>>, ReDCE núm. 20. Julio-Diciembre de 2013.

-Häberle, Peter: <<[Derecho constitucional común europeo](#)>>, REP 79, 1993. En: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_079_016.pdf

-Häberle, Peter: <<[El Estado constitucional Europeo](#)>>, CC, n. 2, 2000. En: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/2/art/art4.pdf>

-Häberle, Peter: <<[El Tratado de Reforma de Lisboa de 2007](#)>>, ReDCE, nº9, 2008. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter <<[¿Tienen España y Europa una Constitución?](#)>> ReDCE, nº12, 2009. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<[La regresiva "sentencia Lisboa" como Maastricht-II anquilosada](#)>>, ReDCE, nº12, 2009. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Häberle, Peter: <<[Algunas tesis sobre el presente y el futuro de Europa: una aportación al debate](#)>>, ReDCE, nº18, Julio-Diciembre de 2012. <http://www.ugr.es/~redce/>

-Krugman, Paul: <<[El prisionero español](#)>>, El País, 29 de noviembre de 2010: http://economia.elpais.com/economia/2010/11/29/actualidad/1291019575_850215.html

-Pereira da Silva, Vasco <<[Una reflexión desde Granada sobre la Constitución Europea](#)>>, ReDCE nº22, julio-diciembre de 2014. <http://www.ugr.es/~redce/>



Francisco Balaguer Callejón

Curriculum Vitae Abreviado

Catedrático de Derecho Constitucional

- Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
- Catedrático Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo.
- Catedrático Jean Monnet ad personam de Derecho Constitucional Europeo y Globalización
- Director de la Revista de Derecho Constitucional Europeo.
- Presidente de la Fundación Peter Häberle.
- Coordinador del Master Oficial y Postgrado de Derecho Constitucional Europeo de la Facultad de Derecho de Granada.
- Director del Centre of Excellence on European Integration and Globalization (Ei&G)

FORMACIÓN Y POSICIONES ACADÉMICAS

- Licenciado en Derecho (Universidad de Granada, 1981).
- Doctor en Derecho (Universidad de Granada, 1984).
- Profesor de Derecho constitucional (Universidad de Málaga, 1981-1986).
- Visiting Professor, Indiana University-Purdue University at Indianapolis Law School, Spring Semester, EEUU, 1985.
- Profesor Titular de Derecho constitucional (Universidad de Málaga 1986, Universidad de Granada, 1989).
- Catedrático de Derecho Constitucional (Universidad de Granada, 1991).
- Professore Visitatore, Università degli studi "La Sapienza" de Roma, Italia, Diciembre de 1999.
- Catedrático Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo (2004).
- Professore Visitatore, Università degli studi "La Sapienza" de Roma, Italia, Diciembre de 2006.
- Professore Visitatore, Università degli Studi di Milano, Milán, Italia, Marzo de 2009.
- Catedrático Jean Monnet ad personam de Derecho Constitucional Europeo y Globalización (2010).
- Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2010.
- Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2011.
- Doctor "Honoris Causa" (Universidade Federal de Maranhão, São Luis, Brasil, 2011)
- Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2012.

- Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2013.
- Director del Centre of Excellence on European Integration and Globalization (Ei&G).
- Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2014.
- Professeur Invité, Université de Montpellier, Montpellier, Francia, marzo-abril de 2015.
- Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal, Septiembre de 2015.

ORGANIZACIÓN DE CONGRESOS

Ha dirigido más de 30 Congresos, Seminarios y Jornadas Internacionales de Derecho constitucional. Entre ellos los congresos internacionales Federalismo y regionalismo en el umbral del Siglo XXI (1997); Derecho constitucional y cultura (1999, 2000); Constitución y Democracia (2003) y La Constitución Europea (2004). Igualmente, las Jornadas Internacionales sobre la Constitución Europea (I a X) durante los años 2004 a 2012. También los congresos internacionales La Construcción del Derecho Constitucional Europeo (2009); La interacción constitucional entre Unión Europea y Estados miembros como factor de desarrollo del Derecho Constitucional Europeo (2010); La respuesta europea a la crisis en el marco de la Globalización (2010); Integración supranacional y descentralización política en el contexto de la Globalización (2011); Linee tematiche di sviluppo del Diritto Costituzionale Europeo (Catania, Italia, 2011); Primavera Árabe, Unión Europea y contexto global (2012); Constitucionalismo crítico (2012); Le Droit constitutionnel Européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe (Montpellier, Francia, 2013); La dimensión de la Administración Pública en el contexto de la globalización (2014); O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global (Lisboa, 2014); El Impacto de la crisis económica en las instituciones de la Unión Europea y de los Estados miembros (2015); La reforma de la gobernanza económica de la Unión Europea y el progreso de la integración política (2015); Le pouvoir constituant au XXIe siècle (Montpellier, Francia, 2016).

CONFERENCIAS, CURSOS Y SEMINARIOS IMPARTIDOS

Ha participado como ponente en congresos e impartido más de 400 conferencias, cursos y seminarios en 12 países. Por ejemplo, en España:

A Coruña (Universidad de La Coruña, 2005); Ávila (UNED, 1996 y 1998); Alicante (Universidad de Alicante, 1995, 2001, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2012 y 2014); Almería (Universidad de Almería, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 y 2003; Cursos de Verano de la Universidad Complutense de Madrid, 1998); Almuñécar (Centro Mediterráneo de la Universidad de Granada, 2003); Baeza (Universidad Internacional de Andalucía (1996, 1997 y 2001); Baza (UNED, 1997 y 2000); Barcelona (Universidad Pompeu Fabra, 1994; Universidad Central de Barcelona, 1994, 1996 y 2002; Universidad Autónoma de Barcelona, 2002, 2004 y 2005; Asociación Española de Letrados de Parlamentos, 2007); Bilbao (Universidad del País Vasco, 2002, 2003, 2004, 2005, 2011 y 2015); Cáceres (Universidad de Extremadura, 2002, 2007 y 2008); Castro Urdiales (Universidad de Cantabria, 2003 y 2005); Cádiz (Universidad de Cádiz, 1999); Castellón (Universidad Jaume I de Castellón, 1998); Ceuta (Universidad de Granada, Ciudad Autónoma de Ceuta, 1999); Córdoba (Universidad de Córdoba, 1993, 2005 y 2006); Elche (Universidad Miguel Hernández de Elche, 2015); Jaén (Universidad de Jaén, 1994, 1997, Diputación Provincial/Universidad, 1997); La Rioja (UNED, 1992 y Universidad de La Rioja, 2008); Las Palmas de Gran Canaria (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1997); Madrid (UNED, 2004, 2007, 2009, 2014 y 2015; Universidad Complutense, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 y 2013; Universidad Autónoma, 2005 y 2015; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005, 2006, 2008, 2012 y 2013; Universidad Carlos III, 2007; Instituto de Derecho Público de la Universidad Rey Juan Carlos, 2010; Fundación José Ortega y Gasset, 2013; Universidad CEU San Pablo, 2013); Málaga (Universidad de Málaga, 1994, 1996, 1997, 2003 y 2006); Melilla (Universidad de Granada, Ciudad Autónoma de Melilla, 1997, 1998, 1999 y 2004); Mérida (Escuela de Administración Pública de Extremadura, 2005, Asamblea de Extremadura, 2006); Motril (Centro Mediterráneo de la Universidad de Granada, 1998; Centro Asociado de la UNED, 2001, 2003 y 2004); Oñati (Universidad del País Vasco, 1996; Instituto Internacional de Sociología Jurídica, 1999); Osuna (Universidad de Sevilla, 2007); Pamplona (Universidad Pública de Navarra, 1998); Salamanca (Universidad de Salamanca, 2009); Santiago de Compostela (EGAP, 1992 y 2005); San Roque (Universidad de Cádiz, 2001); San Sebastián (Universidad del País Vasco, 2005); Segovia (Universidad de Valladolid, 2008); Sevilla (Universidad Internacional de Andalucía, 1998 y 1999; Universidad Pablo de Olavide, 2003; Parlamento de Andalucía, 2005; Instituto Andaluz de Administración Pública, 2005; Gabinete Jurídico de la Junta de Andalucía, 2005; Instituto Andaluz de Administración Pública, 2006; Centro de Estudios Andaluces, 2008); Tarragona (Universidad Rovira i Virgili, 1998, 1999 y 2001); Tenerife (Instituto Canario de Administración Pública, Universidad de La Laguna, 1997); Toledo (Universidad de Castilla-La Mancha, 1998; Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de Toledo, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015 y 2016); Torreveja (Universidad Miguel Hernández de Elche, 2006); Valladolid (Universidad de Valladolid, 2006, 2008 y 2012); Vitoria (Parlamento Vasco, 1998); Yuste (Universidad de Extremadura, 2003); Zaragoza (Gobierno de Aragón, 2008, Fundación Manuel Giménez Abad, 2012 y 2015).

Fuera de España ha impartido conferencias y cursos en alemán, inglés, italiano, francés, portugués y español en Alemania, Bélgica, Brasil, Francia, Italia, México, Perú, Portugal, Hungría, Reino Unido y Suiza:

Arequipa (Perú, Academia de la Magistratura de Perú, 2015); Baden-Baden (Alemania, FernUniversität Hagen, 1999); Bari (Italia, Università degli Studi di Bari, 2012); Bayreuth (Alemania, Universität Bayreuth, 1997, 2001 y 2002); Bonn (Alemania, Institut für Öffentliches Recht der Universität Bonn, 2006); Brasilia (Brasil, Instituto Brasiliense de Direito Público, 2007, 2010, 2011, abril y octubre de 2012, 2013); Bruselas (Bélgica, Istituto Italiano di Cultura, 2009; Centro Asociado de la UNED de Bruselas, 2015); Budapest (Hungría, The National University of Public Service, The institute for legal studies of the Hungarian Academy of Sciences, and The Embassy of France in Budapest, 2015); Cagliari (Italia, Facoltà di Scienze Politiche,

Università degli Studi di Cagliari, 2008); Cambridge (Reino Unido, Universidad de Cambridge, 2012); Campina Grande (Brasil, Universidade Estadual da Paraíba, 2010 y 2012); Cancún (México, Universidad de Quintana Roo/Universidad Nacional Autónoma de México, 1998); Catania (Italia, Facoltà di Scienze Politiche. Università degli Studi di Catania, 2010, 2011, 2015 y 2016); Coimbra (Portugal, Universidade de Coimbra, 2005); Cosenza (Italia, Facoltà di Scienze Politiche. Università della Calabria, 2007, 2011 y 2012); Enna (Italia, Università Kore di Enna, 2011 y 2013), Erlangen (Alemania, Universität Erlangen-Nürnberg, 2001); Ferrara (Italia, Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università di Ferrara, 2016); Génova (Italia, Università degli Studi di Genova, 2013); Hannover (Alemania, Deutsche Institut für Föderalismusforschung, 1993); João Pessoa (Brasil, Escola Superior da Magistratura da Paraíba, 2010; Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, 2012); Lima (Perú, Academia de la Magistratura de Perú, 2015; Escuela del Ministerio Público. Fiscalía de la Nación, 2016); Lisboa (Portugal, Universidade de Lisboa, 2010, 2011, 2012, 2013, mayo y septiembre de 2014, 2015); Londres (Reino Unido, Istituto Italiano di Cultura, 2010); Ciudad de México (Instituto de Investigaciones Jurisprudenciales de la Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2012); Milán (Italia, Facoltà di Scienze Politiche, Dipartimento Giuridico-Politico, Università degli Studi di Milano, 2009, 2013 y 2015; Università degli Studi di Milano Bicocca, 2013); Montpellier (Francia, Faculté de Droit et Science politique, Université Montpellier I, 2009, 2013, 2015 y 2016); Nápoles (Italia, Facoltà di Giurisprudenza - Seconda Università degli Studi di Napoli, 2009, 2010, 2014 y 2015; Seconda Università degli Studi di Napoli/Università degli Studi di Napoli Federico II, 2012); Natal (Brasil, Escola Brasileira de Estudos Constitucionais, 2010 y 2012); Palermo (Italy, Università degli Studi di Palermo, Facoltà di Giurisprudenza, 2011, 2013 y 2014; Assembleia Regionale Siciliana, 2016); Perugia (Italia, Università degli Studi di Perugia, Facoltà di Giurisprudenza, 2008); Pisa (Italia, Dipartimento di Diritto Pubblico, Facoltà di Giurisprudenza de la Università di Pisa, 2006 y 2010); Porto Alegre (Brasil, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010 y 2013; Escola Superior de Direito Municipal 2010); Regensburg (Alemania, Universität Regensburg, 1997); Rio de Janeiro (Brasil, Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, 2007); Roma (Italia, Dipartimento di Teoria dello Stato y Facoltà di Scienze Politiche de la Universidad "La Sapienza" diciembre de 1998; Facoltà di Scienze Politiche de la Universidad "La Sapienza", diciembre de 1999; Centro de excelencia europea Jean Monnet-Luigi Einaudi de la Universidad "La Sapienza", junio y noviembre de 2004; Associazione Italiana dei Costituzionalisti, Universidad "La Sapienza", octubre de 2006; Facoltà di Scienze Politiche de la Universidad "La Sapienza", diciembre de 2006; Facoltà di Economia de la Universidad "La Sapienza", junio de 2007; Libera Università internazionale degli Studi Sociali Guido Carli-LUISS, junio de 2007; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali, Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini"- Università degli Studi di Roma "Tor Vergata", junio de 2007 y diciembre de 2011; Facoltà di Giurisprudenza de la Universidad "La Sapienza", mayo de 2008; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini", mayo de 2008; Libera Università internazionale degli Studi Sociali Guido Carli-LUISS, mayo de 2010; Facoltà di Giurisprudenza de la Universidad "La Sapienza", mayo de 2010; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali, Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini", marzo de 2011; Facoltà di Economia, Università "La Sapienza", diciembre de 2011; Università degli Studi di Roma "Tor Vergata", junio y diciembre de 2011; Facoltà di Giurisprudenza, Università "La Sapienza", diciembre de 2011, mayo de 2013, junio de 2013, abril 2014; Facoltà di Scienze Politiche, Sociologia, Comunicazione, Università La Sapienza, abril 2014 y enero de 2015; Camera dei Deputati, marzo, mayo y diciembre de 2015; Dipartimento di Scienze politiche dell'Università degli Studi di Roma "La Sapienza", enero de 2016; Dipartimento di Scienze politiche dell'Università degli Studi di Roma "La Sapienza", enero 2016; Centre of Excellence Altiero Spinelli, Università "Roma Tre", junio 2016; Istituto di Studi sui Sistemi Regionali, Federali e sulle Autonomie "Massimo Severo Giannini", junio 2016); Sainte-Eulalie-de-Cernon (Francia, 2016); Sankt-Gallen (Suiza, Universität St. Gallen, 2008); São Luis (Brasil, Universidade Federal do Maranhão, 2011 y 2012); São Paulo (Brasil, Escola de Direito do Brasil – EDB/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, noviembre de 2011; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, noviembre de 2011; Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – Emag, abril de 2012, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2013); Siena (Italia, Centro di Ricerca e Formazione sul Diritto Costituzionale Comparato, Universidad de Siena, 2000, 2003); Tuxtla (México, Universidad Autónoma de Chiapas/Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1998); Urbino (Italia, Università degli Studi di Urbino, 2010, 2013 y 2014).

DOCTORADO

-Ha dirigido 23 Tesis Doctorales de doctorandos de España, Italia, Portugal y Brasil. Todas ellas han obtenido la máxima calificación y la Mención "Cum Laude" por unanimidad. Cinco de ellas han obtenido el Premio Extraordinario de Doctorado en Derecho de la Universidad de Granada. Una de ellas tiene el Título de Doctorado Europeo, otra la Mención de Doctorado Internacional, nueve han sido dirigidas en cotutela con la Universidad de Lisboa y con diferentes universidades italianas. Ocho de ellas fueron defendidas en Italia: en la Universidad "La Sapienza" de Roma 2008, 2011 y 2015; en la Universidad de La Calabria, 2011; en la Segunda Universidad de Nápoles, 2009, 2010 y 2014 y en la Universidad de Bari, 2012. Dirige actualmente 7 Tesis Doctorales de doctorandos de España, Brasil, Chile, México e Italia.

-Ha participado en más de 60 Tribunales de Tesis Doctorales en España y en otros países. En Málaga (1986), Granada (1987), Madrid (Universidad Complutense, 1990), Granada (2, 1992), Florencia (European University Institute, 1994), Málaga (1995), Granada (1996), Barcelona (1996, Universidad Central); Málaga, 1997; Valencia, 1997; La Coruña, 1997; Barcelona, 1997 (Universidad Central); Madrid (Universidad Complutense, 1998); Almería, 1998; Las Palmas de Gran Canaria, 1998; Granada (2), 1998; Alicante, 1998; Almería, 1999; Oviedo, 1999; Barcelona (1999, Universidad Central); Granada, 1999; Alicante (2), 2000; Granada, 2000; Málaga, 2000; Barcelona (2000, Universidad de Barcelona); Almería (2), 2001; Málaga, 2002 (como Presidente); Almería, 2003; Siena, 2003 (Universidad de Siena, como Presidente); Granada, 2003 (como Presidente); Bilbao, 2004; Alcalá de Henares, 2005 (2); Bilbao, 2005; Granada, 2005; Sevilla (Universidad de Sevilla), 2006; Roma (Universidad "La Sapienza"), 2008; Granada, 2008 (como Presidente); Nápoles, 2009 (Segunda Universidad de Nápoles); Salamanca, 2009, Nápoles 2010 (Segunda Universidad de Nápoles, 3 como Presidente); Salamanca, 2010 (Universidad de Salamanca, como Presidente), Málaga, 2010 (como Presidente), Bilbao, 2011; Cosenza, 2011 (Universidad de La Calabria, 3 como Presidente), Roma (Universidad "La Sapienza"), 2011; Granada 2011 (como Presidente), Bari, 2012 (Universidad de Bari, 3); Bilbao, 2012; Salamanca, 2012; Roma (Universidad "Tor Vergata"), 2012; Granada, 2014; Nápoles, 2014; Granada, 2015 (2, como Presidente); Roma (Universidad La Sapienza, como Presidente) 2015 y Salamanca, 2016.

-Ha impartido Cursos de Doctorado en más de 70 Programas de Doctorado de más de 20 Universidades en España y en otros países. En España en: Universidad de Alicante, Universidad de Almería, Universidad de Granada, Universidad de Málaga, Universidad de La Rioja, Universidad Pablo de Olavide de Sevilla, Universidad de las Palmas de Gran Canaria, Universidad del País Vasco, Universidad Autónoma de Barcelona, UNED y Universidad Internacional Menéndez Pelayo/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, en Madrid. Fuera de España en: Universidad "La Sapienza" de Roma (Italia), Universidad Tor Vergata de Roma (Italia), Universidad de Siena (Italia), Universidad de Pisa (Italia), Universidad de Perugia (Italia), Universidad de Montpellier I (Francia), Universidad de Milán (Italia), Universidad de Catania (Italia), Universidad de Palermo (Italia), Universidad Kore di Enna (Italia), Universidad de La Calabria (Italia), Segunda Universidad de Nápoles (Italia), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Federal de Maranhão (Brasil), Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre , Brasil) y Universidad de Bari (Italia).

-Ha coordinado 7 Programas de Doctorado bianuales. Ha sido Coordinador del Programa de Doctorado "Derecho constitucional jurisprudencial" del Departamento de Derecho constitucional de la Universidad de Granada (bienios 1993-1995, 1995-1997, 1997-1999, 1999-2001 y 2001-2003) y del Programa de Doctorado "Derecho Constitucional Común Europeo: Jurisprudencia y Doctrina" del Departamento de Derecho constitucional de la Universidad de Granada (bienio 2003-2005). Igualmente, del Programa de Doctorado "Derecho Constitucional Europeo" (2005-2007), del Departamento de Derecho constitucional de la Universidad de Granada y la Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo. Este Programa obtuvo la Mención de Calidad del Ministerio de Educación y Ciencia (MCD-2005 00139, Resolución de 29 de junio de 2005).

-Actualmente es Coordinador del Máster Oficial y Postgrado de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada: "Derecho Constitucional Europeo". Postgrado Oficial en Derecho, organizado en colaboración con la Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo y adaptado al EEES. Máster con Mención de Calidad del Ministerio de Educación y Ciencia. Cursos Académicos 2006-2007, 2007-2008, 2008-2009, 2009-2010, 2010-2011, 2011-2012, 2012-2103, 2013-2014, 2014-2015 y 2015-2016.

INVESTIGACIÓN

-Becado en 1991 (Deutscher Akademischer Austauschdienst) y 1993 (Ministerio de Educación y Ciencia) en la Universidad de Regensburg, Alemania.

-Investigador principal en dos Acciones Integradas de investigación científica entre España y Alemania (con la Universidad de Regensburg), 1994, 1995.

-Investigador Principal del Grupo de Investigación de la Junta de Andalucía "Andalucía, la Unión Europea y el Estado social", subvencionado con las ayudas para el fomento de la Investigación y el Desarrollo Tecnológico de la Junta de Andalucía (años 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 y 2016).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación PB97-0801: "Relaciones entre ordenamientos en la jurisprudencia del Tribunal Constitucional. Derecho europeo, derecho estatal y derecho autonómico". Proyecto nacional, subvencionado dentro del Programa Sectorial de Promoción General del Conocimiento, por Resolución de 18-9-1998, con una duración de tres años (1998-2001).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación BJU2003-06526: "El proceso de constitucionalización de la Unión Europea". Proyecto nacional, subvencionado por la Secretaría de Estado de Política Científica y Tecnológica del Ministerio de Ciencia y Tecnología, por Resolución de 1 diciembre de 2003, con una duración de tres años (2003-2006).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación de Excelencia SEJ-939: "Las reformas constitucionales y estatutarias en el marco de la Unión Europea", de la Junta de Andalucía, con una duración de tres años (2005-2008).

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación SEJ2007-66427/JURI "La interacción constitucional entre Unión Europea y Estados miembros como factor de desarrollo del Derecho Constitucional Europeo". Proyecto nacional, subvencionado por la Dirección General de Investigación del Ministerio de Educación y Ciencia, con una duración de tres años (2007-2010).

-Investigador principal en la Acción Integrada de investigación científica entre España y e Italia, con la Universidad de Pisa, 2007. Referencia: HI2007-0028, Proyecto: "Jurisdicción ordinaria y jurisdicción constitucional en el proceso de integración europea".

-Investigador Principal del Proyecto de Investigación de Excelencia SEJ-4931: "Reformas estatutarias y desarrollo estatutario en el marco de la Unión Europea", de la Junta de Andalucía, con una duración de cuatro años (2011-2015).

PUBLICACIONES

Autor de más de 300 publicaciones sobre materias de su especialidad en Alemania, Bélgica, Brasil, España, Francia, Italia, México, Perú, Portugal y Suiza. Entre ellas se pueden mencionar:

-Fuentes del Derecho (dos tomos, Tecnos, Madrid, 1991 y 1992), Premio "Adolfo Posada" del Centro de Estudios Constitucionales, correspondiente al periodo 1991-1992. "La supletoriedad del derecho estatal sobre el autonómico en el ordenamiento constitucional español", en Kramer, J. (Hrsg.), Die Entwicklung des Staates der Autonomien in Spanien und der bundesstaatlichen Ordnung in der Bundesrepublik Deutschland, Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden, 1996. "Constitución normativa y ciencia del Derecho", en AAVV: Estudios de Derecho Público en Homenaje a Juan José Ruiz-Rico,

Editorial Tecnos, Vol. I, Madrid, 1997. "La constitucionalización de la Unión Europea y la articulación de los ordenamientos europeo y estatal", en Miguel Ángel García Herrera (dir.): El constitucionalismo en la crisis del Estado social, Universidad del País Vasco, Bilbao, 1997. "Die Autonome Gemeinschaft Andalusien im Bildungsprozeß des Autonomen Spanischen Staates", Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 47, 1999. "Las fuentes del Derecho", en La experiencia constitucional (1978-2000), Gumersindo Trujillo, Luis López Guerra y Pedro González-Trevijano (Dirs.), CEPC, Madrid, 2000; "Il finanziamento dei partiti politici in Spagna", en Finanziamento della politica e corruzione, a cura di Fulco Lanchester, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore, 2000. "Livelli istituzionali e tecniche di riconoscimento dei diritti in Europa. Una prospettiva costituzionale", en Tecniche di garanzia dei diritti fondamentali, a cura di Giancarlo Rolla, G. Giappichelli Editore, Torino, 2001. "Das System der Rechtsquellen in der spanischen Verfassungsrechtsordnung", Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 49, 2001. "Der Verfassungsstaat in iberoamerikanischem Kontext", en Martin Morlok (Hrsg.) Die Welt des Verfassungsstaates, Nomos, Baden-Baden, 2001. "Derecho y Derechos en la Unión Europea" en Javier Corcuera Atienza (Coord.), La protección de los Derechos Fundamentales en la Unión Europea, Dykinson, Madrid, 2002. "El status constitucional de la reforma y la fragmentación del Poder Constituyente", en AAVV, La democracia constitucional. Estudios en homenaje al Profesor Rubio Llorente, Congreso de los Diputados, Tribunal Constitucional, Vol. I, Madrid, 2002. "Fuentes del Derecho, espacios constitucionales y ordenamientos jurídicos", Revista Española de Derecho Constitucional, n. 69, Madrid, 2003. "I diritti degli stranieri in Spagna", Diritto Pubblico Comparato ed Europeo, n° II, G. Giappichelli Editore, Torino, 2003. "Der Beitrag Spaniens zur europäischen Rechtskultur", Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 52, 2004. "Der Integrationsprozess in Europa und die Beziehungen zwischen der Europäischen Rechtsordnung und den Rechtsordnungen der Mitgliedsstaaten", en A. Blankenagel, I. Pernice, H. Schulze-Fielitz (Hrsg.) Verfassung im Diskurs der Welt, Liber Amicorum für Peter Häberle, Mohr Siebeck, Tübingen, 2004. "Niveaux et techniques internes et internationaux de réalisation des droits en Europe. Une perspective constitutionnelle", Revue Française de Droit Constitutionnel, n° 60, Paris, Octobre 2004. "El sistema de fuentes en la Constitución Europea", en ReDCE, n° 2, Julio-Diciembre de 2004. "La configuración normativa de principios y derechos constitucionales en la Constitución europea", en Boletim da Faculdade de Direito, STVDIA IVRIDICA, 84. Coimbra Editora, Coimbra, 2005. "Die europäische Verfassung auf dem Weg zum Europäischen Verfassungsrecht", Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 53, 2005. "Las cuestiones competenciales en los actuales procesos de reforma de los Estatutos de Autonomía", en Revista General de Derecho Constitucional, n° 1, Madrid, 2006. "Reformas constitucionales relativas al Título VIII en relación con la recepción constitucional de la denominación oficial de las CCAA" en Francisco Rubio Llorente, José Álvarez Junco (eds.) El informe del Consejo de Estado sobre la reforma constitucional. Texto del informe y debates académicos, CEPC, Madrid, 2006. "Lo Stato autonomico spagnolo: la stagione delle riforme", en I cantieri del federalismo in Europa, a cura di Antonio D'Atena, Giuffrè, Milano, 2008. "Recht und Sprache in Europa", en AAVV, Präjudiz und Sprache, Dike/Nomos, Zurich/St. Gallen, Baden-Baden, 2008. "El Tratado de Lisboa en el Diván. Una reflexión sobre constitucionalidad, estatalidad y Unión Europea", Revista Española de Derecho Constitucional, núm. 83, mayo-agosto de 2008. "La Riforma dello Statuto di autonomia dell'Andalusia nel contesto della pluralità di spazi costituzionali di ambito europeo", en Regionalismi e Statuti. Le riforme in Spagna e Italia, a cura di Silvio Gambino, Giuffrè Editore, Milano, 2008. "La reforma constitucional en el contexto de la pluralidad de espacios constitucionales de dimensión europea", Boletín Mexicano de Derecho Comparado, Sexagésimo aniversario, Número conmemorativo 1948-2008, Año 2008. "El día de reflexión: prohibición de manifestaciones, encuestas electorales y utilización de nuevas tecnologías", en Francisco Rubio Llorente, Paloma Biglino Campos, El informe del Consejo de Estado sobre la reforma electoral. Texto del informe y debates académicos, CEPC, Madrid, 2009. "Possibilidades e limites da reforma constitucional na Espanha no contexto do Estado autonómico integrado na União Europeia". Direitos Fundamentais & Justiça, n° 6, Porto Alegre (Brasil), 2009. "Die Territorialreformen in Spanien". Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 57, 2009. "A divisão territorial do poder num contexto supranacional. O exemplo da Espanha na União Europeia" en André Ramos Tavares, Ingo Wolfgang Sarlet y George Salomão Leite (eds.) Estado Constitucional e Organização do Poder, Editora Saraiva, São Paulo (Brasil), 2010. "Le Corti Costituzionali e il processo di integrazione europea" en AA VV, Annuario 2006 - La circolazione dei modelli e delle tecniche del giudizio di costituzionalità in Europa, Jovene Editore, Napoli 2010. "Diritto e giustizia nell'ordinamento costituzionale europeo", en Giustizia e diritto nella scienza giuridica contemporanea, a cura di Antonio Cantaro, G. Giappichelli Editore, Torino, 2011. "A configuração normativa dos direitos fundamentais pela justiça constitucional em um contexto de integração supranacional" en George Salomão Leite e Ingo Wolfgang Sarlet (Coord.) Jurisdição Constitucional, Democracia e Direitos Fundamentais. Estudos em homenagem ao Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Editora JusPODIVM, Salvador Bahia, 2012. "La proiezione della Costituzione sull'ordinamento giuridico", Cacucci Editore, Bari, 2012. "European Identity, Citizenship and the Model of Integration", en Citizenship and Solidarity in the European Union - from the Charter of Fundamental Rights to the crisis, the state of the art, PIE - Peter Lang SA - Éditions scientifiques internationales, Bruxelles, 2013. "Crise économique et crise constitutionnelle en Europe", Constitutions, avril-juin 2013, A Projeção da Constituição Sobre o Ordenamento Jurídico, Saraiva, São Paulo, Brasil, 2014. "Autonomia financiera e pluralismo territorial in Spagna nel contesto della crisi economica" en Il federalismo fiscale in Europa, a cura di Silvio Gambino, Milano, Giuffrè, 2014. "La proyección de la Constitución sobre el ordenamiento jurídico, Suprema Corte de Justicia de la Nación, México D.F. (México), 2015. "La méthodologie du droit constitutionnel européen", en Le Droit constitutionnel Européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe. Sous la direction scientifique de Francisco Balaguer Callejón, Stéphane Pinon et Alexandre Viala, Institut Universitaire Varenne, Paris, 2015. "Profili metodologici del Diritto Costituzionale europeo", La cittadinanza europea, n° 1/2015. "Il modello europeo di integrazione e la sua incidenza sulle Corti costituzionali e sui Parlamenti nazionali", en Parlamenti nazionale e Unione Europea nella governance multilivello, a cura di Fulco Lanchester, Giuffrè, Milano, 2016.

-Ha realizado traducciones de obras de diversos autores alemanes que se han publicado en España y en otros países. Igualmente Prólogos a diversas obras y recopilaciones de textos normativos.

-Como coautor y coordinador, es de destacar: Francisco Balaguer Callejón (Coordinador), Gregorio Cámara Villar, Juan Fernando López Aguilar, María Luisa Balaguer Callejón y José Antonio Montilla Martos, Manual de Derecho Constitucional, dos volúmenes, 10ª edición, Tecnos, Madrid, 2015. Francisco Balaguer Callejón (Director), Luís Ortega, Gregorio Cámara Villar, José Antonio Montilla Martos, (Coordinadores), Reformas estatutarias y distribución de competencias, Instituto

Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2007. Francisco Balaguer Callejón (Director), Luís Ortega, Gregorio Cámara Villar, José Antonio Montilla Martos, (Coordinadores), Reformas estatutarias y Declaraciones de Derechos, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2008. Francisco Balaguer Callejón (Director), Luís Ortega, Gregorio Cámara Villar, José Antonio Montilla Martos, (Coordinadores), Reformas estatutarias y organización institucional, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2010. The impact of the Economic Crisis on the EU Institutions and Member States/El impacto de la crisis económica en las instituciones de la UE y los Estados miembros. Edited by Francisco Balaguer Callejón, Miguel Azpitarte Sánchez, Enrique Guillén López y Juan Francisco Sánchez Barrilao. Thomson Reuters Aranzadi, Pamplona, 2015. The Dimension of the Public Administration in the Context of Globalization/La Dimensión de la Administración Pública en el contexto de la globalización. Edited by Francisco Balaguer Callejón, Miguel Azpitarte Sánchez, Enrique Guillén López y Juan Francisco Sánchez Barrilao. Thomson Reuters Aranzadi, Pamplona, 2015. Le Droit constitutionnel Européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe. Sous la direction scientifique de Francisco Balaguer Callejón, Stéphane Pinon et Alexandre Viala, Institut Universitaire Varenne, Paris, 2015.

OTRAS ACTIVIDADES

-Miembro de 41 Consejos Editoriales y Consejos Asesores de Revistas especializadas en Derecho constitucional así como de Colecciones Editoriales en Italia (15), Brasil (11), España (10), México (2), Perú (1), Portugal (1) y Malta (1).

-Codirector de la Revista La Cittadinanza Europea, Roma.

-Miembro del Grupo de Expertos Jurídicos de la Agencia de Derechos Fundamentales de la Unión Europea (FRALEX).

-Miembro de la Comissão de Acompanhamento del Centro de Investigação em Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

-Miembro del Collegio dei Docenti del Corso di Dottorato di Ricerca in Internazionalizzazione dei sistemi giuridici e diritti fondamentali (Segunda Universidad de Nápoles, Italia).

-Miembro del Comité Científico del Centro di Ricerca e Formazione sul Diritto Costituzionale Comparato (Universidad de Siena, Italia) 2000-2005.

-Miembro del Comité Científico del Centro di Ricerca sui Sistemi Costituzionali Comparati (Universidad de Génova, Italia).

-Socio del Centro Interdipartimentale di Ricerca e di Formazione sul Diritto Pubblico Europeo e comparato (DIPEC).

-Miembro de la Societas Iuris Publici Europaei (SIPE, Georg-August-Universität, Alemania).

-Ha realizado Dictámenes e Informes para diversas instituciones y empresas: Junta de Andalucía, Gobierno de la Nación, Consejo de Estado, Diputación General de Aragón, Universidades de Andalucía, Agencia de Derechos Fundamentales de la Unión Europea, entre otras.

-Director del Departamento de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada desde 1996 a 2012 (reelegido en 2000, 2004 y 2008).

-Miembro del Grupo de Trabajo sobre El futuro de la Unión Europea, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos.

-Miembro del Foro sobre La reforma de la estructura territorial del Estado, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales (2004-2007).

-Tramos de Investigación: 5 (Períodos 1982-1987, 1988-1993, 1994-1999, 2000-2005, 2006-2011). Tramos de Docencia: 6. Tramos autonómicos: 5.

-Conocimiento de Idiomas: Inglés, Francés, Italiano, Portugués y Alemán.

-Consejero del Consejo Consultivo de la Comunidad Autónoma de Andalucía y miembro de la Comisión Permanente del Consejo (1994-2005).

-Miembro del Comité de Coordinación Andaluz para la conmemoración de 2005 como Año Europeo de la Ciudadanía a través de la Educación.

-Director del Observatorio de Derecho europeo, autonómico comparado y local.

Dr. Millán Requena Casanova.
Lecturer in Public International Law and International Relations.
European Union Law. University of Alicante (Spain)
(Jean Monnet Coordinator Module)

Content of the teaching programme (**ém ingles**):

Litigation in Economic International Law:
Consent to International Commercial Arbitration & Investment Arbitration
(2nd Edition)

Course 2015/2016

Session 1: Consent in International Commercial Arbitration.

a) The arbitration agreement; b) The substantive elements of consent to International Commercial Arbitration (2 hours).

Session 2: Scope and extension of Consent to International Commercial Arbitration.

a) Writing of Arbitration clauses; b) Choice-of-Law and procedural Issues; c) Problems of recognition and enforcement of awards (2 hours).

Session 3: Consent in Investment Arbitration.

a) Conditions Prior to Consent to Arbitration; b) Requirement to exhaust local remedies (2 hours)

Session 4: Ways of expressing Consent to Investment Arbitration.

a) The main fora: the ICSID Convention; b) Substantive and procedural issues; c) Consent and Most-Favoured Nation Clauses (MFN-Clauses). (2 hours)

Session 5: Consent and Jurisdiction.

a) Consent to ICSID Arbitration: Conventional and Arbitral Practice; b) European Union and US negotiating on TTIP: investor-to-state dispute settlement (ISDS) (2 hours).

CURRÍCULUM VITAE: REQUENA CASANOVA, MILLÁN

LECTURER IN PUBLIC INTERNATIONAL LAW AND INTERNATIONAL RELATIONS. EUROPEAN UNION LAW.

UNIVERSITY OF ALICANTE (SPAIN)

Alicante, 22 de junio de 2015

Firma: Millán Requena Casanova

I. EXPERIENCIA INVESTIGADORA

1. PUBLICACIONES CIENTÍFICAS

1.1. Publicaciones científicas con proceso anónimo de revisión por pares (Autores, N° de autores, Posición que ocupe el solicitante entre ellos, Título, Clave: A= Artículo – R= Artículo de revisión – E= Editor, Nombre de la revista, Volumen, Páginas, Editorial, País de publicación, Año de publicación, ISSN, Indicios de calidad: a) índice de impacto – b) posición que ocupa la revista en el área – c) n° de citas recibidas – Otros indicios)

1. REQUENA CASANOVA, M., “España ratifica el Convenio para la protección de los derechos humanos y la dignidad del ser humano con respecto a las aplicaciones de la biología y la medicina (Convenio relativo a los derechos humanos y a la biomedicina)”, Clave: **A**. Revista Española de Derecho Internacional, Volumen LI (1999), n. 2, páginas 794-799, Madrid. ISSN: 0034-9380. c) citas recibidas: 3

2. REQUENA CASANOVA, M., “España concede a la empresa *REPSOL YPF* permisos de investigación de hidrocarburos en aguas situadas, en aplicación del *método de la equidistancia*, más allá del mar territorial de las Islas Canarias frente al litoral marroquí”, Clave: **A**. Revista Española de Derecho Internacional, Volumen LIV (2002), n.1, páginas 501-505, Madrid. ISSN: 0034-9380. c) citas recibidas: 3

3. REQUENA CASANOVA, M., “La aplicación de la Directiva 2000/43 del Consejo, de 29 de junio, relativa a la aplicación del principio de trato de las personas independientemente de su origen racial o étnico a los nacionales de terceros Estados: un paso hacia delante en su integración en la UE”, *La Unión Europea después de Niza. XIX Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*, Actas de las XIX jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, Ministerio de la Presidencia (Ed.), Madrid, 2003, pp. 141-151.

4. REQUENA CASANOVA, M., “La protección judicial efectiva de los derechos consulares: a propósito de la sentencia *Avena* (México c. Estados Unidos de América)”, Clave: **A**. Revista Española de Derecho Internacional, Volumen LVI (2004), n. 2, Madrid, páginas 777-792. ISSN: 0034-9380 c) citas recibidas: 2

5. REQUENA CASANOVA, M., “El Consejo de Ministros aprueba la remisión a las Cortes Generales del Proyecto Ley general de navegación marítima para su tramitación parlamentaria” Clave: **A**. Revista Española de Derecho Internacional, Vol. LVIII (2006), n.2, Madrid, páginas 1065-1072, ISSN: 0034-9380.

6. JIMÉNEZ PIERNAS, C., y **REQUENA CASANOVA, M.**, “El papel de España en la Conferencia de Algeciras de 1906”, *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Ed. Fundación Tres Culturas del Mediterráneo/Junta de Andalucía, J.M. de Faramiñán Gilbert y V.L. Gutiérrez Castillo (Coords.), Sevilla, 2007, pp. 243-265.

7. JIMÉNEZ PIERNAS C., y **REQUENA CASANOVA, M.**, “Spain’s Part in the 1906 Algeciras Conference: internationalisation of the Moroccan question and the interest of Spain”, Clave: **A**. Spanish Yearbook of International Law, Volumen XII (2006), Leyden (The Netherlands), pp. 1-18. ISSN: 90-04-13977-X

8. REQUENA CASANOVA, M., “De nuevo el *Asunto Avena* ante la Corte Internacional de Justicia (CIJ): los límites de la jurisdicción de la CIJ para determinar en un proceso de interpretación el incumplimiento de sus sentencias (y de sus consecuencias jurídicas)”, Anuario Español de Derecho Internacional, volumen XXV (2009), pp. 263-295. ISSN: 0212-0747

9. REQUENA CASANOVA, M., “Adaptación de la asignatura Instituciones de Derecho Comunitario al EEES: nuevas metodologías de aprendizaje”, *La calidad del proceso de enseñanza/aprendizaje desde la perspectiva del cambio*, VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria, Universidad de Alicante, Tortosa Ibáñez, M.T., Álvarez Teruel, J.D., y Pellín Buades, N. (Coords.), Alicante, 2009, pp. 402-411.

10. REQUENA CASANOVA, M., “TEDH – *Sentencia de 08.12.2009, Muñoz Díaz c. España*, 49151/07 –

Artículos 12 y 14 CEDH – Derecho a contraer matrimonio – Discriminación por motivos étnicos – Matrimonio gitano – Artículo 1 del Protocolo nº 1– Pensión de viudedad”, **A.** Revista de Derecho Comunitario Europeo, n. 36 (2010), mayo-agosto, pp. 563-578. ISSN: 1138-4026

11. PASCUAL VIVES, F.J. (Dir.); BJÖRN, A.; LOZANO CONTRERAS, F.; **REQUENA CASANOVA, M.**; VÁZQUEZ SERRANO, I.; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de inversiones extranjeras”, Clave: **A.** Revista Electrónica de Estudios Internacionales, vol. 20 (2010), pp. 1-55. ISSN: 1697-5197.

12. JIMÉNEZ PIERNAS, C. (Dir.); FERRER LLORET, J. (Coord.); CRESPO NAVARRO, E.; **REQUENA CASANOVA, M.**; AURA Y LARIOS DE MEDRANO, A.; LOZANO CONTRERAS, J. F.; & PASCUAL VIVES, F.J.; “*Spanish Diplomatic and Parliamentary Practice in Public International Law*”, Clave: **A.** Spanish Yearbook of International Law, Volumen XV (2009), Leyden/Boston, pp. 173-314. ISSN: 0928-0643

13. JIMÉNEZ PIERNAS, C. (Dir.); FERRER LLORET, J. (Coord.); CRESPO NAVARRO, E.; **REQUENA CASANOVA, M.**; PASCUAL VIVES, F.J.; LOZANO CONTRERAS, J. F.; & AURA Y LARIOS DE MEDRANO, A.; “*Spanish Diplomatic and Parliamentary Practice in Public International Law*”, Clave: **A.** Spanish Yearbook of International Law, Volumen XVI (2010), Leyden/Boston, pp. 95-199. ISSN: 0928-0643.

DOI: 10.1163/9789004264755_006

14. JIMÉNEZ PIERNAS, C. (Dir.); FERRER LLORET, J.; CRESPO NAVARRO, E.; **REQUENA CASANOVA, M.**; PASCUAL VIVES, F.J.; LOZANO CONTRERAS, J. F.; & AURA Y LARIOS DE MEDRANO, A.; “*Spanish Diplomatic and Parliamentary Practice in Public International Law, 2011-June 2012*”, Clave: **A.** Spanish Yearbook of International Law, Volumen XVII (2011-2012); páginas 95-170. ISSN: 0928-0643.

DOI: 10.1163/9789004264755_006

15. **REQUENA CASANOVA, M.**, “La tutela judicial del principio general de igualdad de trato en la Unión Europea: una jurisprudencia expansiva basada en una jerarquía de motivos discriminatorios”, Revista de Derecho Comunitario Europeo, n. 40 (2011), septiembre-diciembre, pp. 767-793. ISSN: 1138-4026

16. F.J. PASCUAL VIVES (Dir.); B. ARP; F. LOZANO CONTRERAS; **M. REQUENA CASANOVA**; VÁZQUEZ SERRANO, I.; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de inversiones extranjeras (Enero-Diciembre 2011)”, Clave: **A.** Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 23 (2012), pp. 6-30. ISSN: 1697-5197.

17. F.J. PASCUAL VIVES. (Dir.); B. ARP; F. LOZANO CONTRERAS; **M. REQUENA CASANOVA**; J.Á. RUEDA GARCÍA; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de inversiones extranjeras (Enero-Diciembre 2012)”, Clave: **A.** Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 25 (2013), pp. 6-41. ISSN: 1697-5197.

18. **REQUENA CASANOVA, M.**, “La solución de controversias en los modelos de APPRI: Cláusulas tradicionales y nuevas tendencias”, Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 24 (2012), pp.1-35. ISSN: 1697-5197.

19. **REQUENA CASANOVA, M.**, “Cláusulas compromisorias, derechos humanos y jurisdicción de la Corte Internacional de Justicia”, *El Arreglo pacífico de controversias internacionales*, XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales/Tirant lo Blanch, Córdoba, 2013, pp. 113-127. ISBN:

20. **REQUENA CASANOVA, M.**, “La discriminación por razón de la edad en la Unión Europea: la expansión del principio de no discriminación a través de la jurisprudencia”, Revista General de Derecho Europeo, n. 31 (2013), pp. 1-30. ISSN: 1696-9634.

21. F.J. PASCUAL VIVES. (Dir.); L. ARAGONÉS MOLINA; B. ARP; F. LOZANO CONTRERAS; **M. REQUENA CASANOVA, M.**; J.Á. RUEDA GARCÍA; “Crónica sobre la solución de controversias en materia de

inversiones extranjeras (Enero-Diciembre 2013)", Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 27 (2014), pp. 6-27. ISSN: 1697-5197.

22. **REQUENA CASANOVA, M.**, "La recepción de la jurisprudencia de la CIJ en las decisiones de los tribunales del CIADI: especial referencia a las cuestiones de jurisdicción", Revista Electrónica de Estudios Internacionales, Vol. 30 (2015), *forthcoming*. ISSN: 1697-5197.

1.2. Libros y capítulos de libros (Autores, Nº de autores, Posición que ocupe el solicitante entre ellos, Título, Clave: L= Libro completo – CL= Capítulo de libro – E= Editor – P= Prólogos, introducciones y anotaciones a textos de reconocido valor científico, Volumen, Colección, Páginas, Editorial, País de publicación, Año de publicación, ISBN, Indicios de calidad: nº de citas – reseñas en revistas científicas especializadas – traducciones a otras lenguas – otros)

1.2. Libros y capítulos de libro

1. **REQUENA CASANOVA, M.**, *El arreglo pacífico de controversias en los convenios multilaterales de codificación*, L. Ed. Tirant Lo Blanch, Valencia, 2009, 352 pp. ISBN: 978-84-9876-160-3.

2. **REQUENA CASANOVA, M.**, "La protección jurídica comunitaria contra la discriminación racial y su aplicación a los inmigrantes legales en la UE: fundamento de una 'política de integración' de carácter reactivo". CL. *La protección de los grupos vulnerables en el Derecho internacional y europeo*, FERRER LLORET, J. y SANZ CABALLERO, S. (Coord.). Ed. Tirant lo Blanch, Valencia, 2008, pp. 297-327. ISBN: 978-84-8456-995-4.

3. (coautor) JIMÉNEZ PIERNAS, C., (Dir.), FERRER LLORET, J., CARREÑO GUALDE, V., DE ALMEIDA NASCIMENTO, M^a. A., CRESPO NAVARRO, E., **REQUENA CASANOVA, M.**, AURA y LARIOS DE MEDRANO, A., LOZANO CONTRERAS, F., ARP, B., PACUAL VIVES, F., ANTÓN GUARDIOLA, C., *Introducción al Derecho Internacional Público. Práctica española, Adaptado al EEES*, Tecnos, Madrid, 2009, 514 p. ISBN: 978-84-3009-5005-9

4. (coautor) JIMÉNEZ PIERNAS, C., (Dir.), FERRER LLORET, J., CRESPO NAVARRO, E., **REQUENA CASANOVA, M.**, AURA y LARIOS DE MEDRANO, A., LOZANO CONTRERAS, F., PACUAL VIVES, F., *Introducción al Derecho Internacional Público. Práctica de España y de la Unión Europea*, Tecnos, Madrid, 2011, 528 p.; ISBN: 978-84-309-5334-9.

2. PARTICIPACIÓN EN PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN Y/O EN CONTRATOS DE INVESTIGACIÓN (Título del proyecto o contrato, entidad financiadora, tipo convocatoria: UE – Nacional – CC.AA. – Otros entes, Entidades participantes, Duración, Investigador principal, Nº de investigadores participantes, Aportación del solicitante al proyecto, Grado de responsabilidad del participante: Investigador principal – Investigador colaborador – Otro, Dedicación: completa - compartida)

A) Participación en Proyectos de investigación obtenidos en convocatorias públicas competitivas

1. **Título del proyecto: "LA PROTECCIÓN DE GRUPOS VULNERABLES EN EL DERECHO INTERNACIONAL Y EN EL DERECHO EUROPEO"** (ref. GV04B/534).

Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA. Tipo de convocatoria: Autonómica.

Entidades participantes: UNIVERSIDAD DE ALICANTE/JAUME I DE CASTELLÓN/CARDENAL HERRERA-CEU;

Duración: 2 años (1/09/2004-1/09/2005)

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret;

Número de investigadores participantes: 7

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

2. **Título del proyecto: "EL DERECHO DE LA RESPONSABILIDAD INTERNACIONAL DEL ESTADO Y LOS**

INTERESES DE ESPAÑA: UN ANÁLISIS DESDE NUESTRA PRÁCTICA MÁS RECIENTE (II)" (ref. SEJ2005-08744-C02/JURI)

Entidad financiadora: MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA. Tipo de convocatoria: Nacional

Entidades participantes: UNIVERSIDAD DE ALCALÁ/UNIVERSIDAD DE ALICANTE

Duración: 3 años (2005-2008)

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret (Coordinador del proyecto e investigador principal)

Número de investigadores participantes: 7 (en el subproyecto de Alicante)

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

3. Título del proyecto: "DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO, DERECHO DE LA UNIÓN EUROPEA Y RELACIONES INTERNACIONALES" (ref. VIGROB-139).

Entidad financiadora: UNIVERSIDAD DE ALICANTE. VICERRECTORADO DE INVESTIGACIÓN

Entidades participantes: UA

Duración: 2 años. Desde 01/07/2006 hasta: 30/06/2008

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret

Número de investigadores participantes: 7

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

4. Título del proyecto: "LA POLÍTICA MEDITERRÁNEA DE LA UE EN PERSPECTIVA: EL PROCESO DE BARCELONA, LA UNIÓN POR EL MEDITERRÁNEO Y LOS INTERESES DE ESPAÑA" (ref. DER2009-14238-C02-01 (subprograma JURI)

Entidad financiadora: MICINN

Entidades participantes: Universidad de Alicante y Universidad de Oviedo.

Duración: 3 años

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret

Número de investigadores participantes: 18

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

5. Título del proyecto: "PAZ Y SEGURIDAD EN EL MEDITERRÁNEO: ANÁLISIS JURÍDICO DESDE UNA PERSPECTIVA ESPAÑOLA (I)" (ref. DER2012-39061-C02-01)

Entidad financiadora: Ministerio de Economía y Competitividad

Duración: 3 años (31 diciembre 2012-31 diciembre 2015).

Investigador responsable: Jaume Ferrer Lloret

Número de investigadores participantes: 6

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

Cantidad total: 21.000 €.

6. Título del proyecto: "LA PROTECCIÓN DE DERECHOS HUMANOS Y DEL MEDIO AMBIENTE EN EL ARBITRAJE INTERNACIONAL SOBRE INVERSIONES: UN ESTUDIO RECIENTE DE LA PRÁCTICA INTERNACIONAL EN LA UNIÓN EUROPEA Y ESTADOS UNIDOS" (ref. CCG10-UAH/HUM-5954).

Entidad financiadora: Comunidad de Madrid. UNIVERSIDAD DE ALCALÁ (8000 €)

Duración: 1 año (01/01/2011-31/12/2011)

Investigador responsable: Fernando Lozano Contreras

Número de investigadores participantes: 5

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

Cantidad total: 8000 €.

7. Título del proyecto: "ES NECESARIA UNA AUTORIDAD NACIONAL DEL AGUA EN ESPAÑA? PROBLEMÁTICA ACTUAL DERIVADA DE LA APLICACIÓN DE LA DIRECTIVA MARCO DE AGUAS Y DE LAS REFORMAS ESTATUTARIAS" (ref. GV/2011/101)

Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA. Proyectos I+D para grupos de investigación emergentes

Duración: 1 año (12.000 €)

Investigador responsable: Adela M. Larios de Medrano

Número de investigadores participantes: 4

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

8. Título del proyecto: "La definición del régimen europeo de protección de las inversiones extranjeras: un examen desde el derecho internacional público"

Entidad financiadora: **Universidad de Alcalá**. Concesión de ayudas para la creación y consolidación de grupos de investigación.

Duración: 1 año (02/12/13 – 01/12/14)

Investigador responsable: Francisco J. Pascual Vives

Número de investigadores participantes: 5

Grado de *responsabilidad del participante*: Dedicación completa

Cantidad total concedida: 6.000 €.

B) Investigador Principal en Proyectos europeos obtenidos en convocatorias públicas

1. Título del proyecto: Programa Lifelong Learning: Jean Monnet: Title "*Immigration Policies and Third Country Nationals' Rights in the European Union*" (ref. 200624-LLP-1-2011-1-ES-AJM-MO). Grant Decision n. 2011-3253/001-001.

Entidad financiadora: UEa-Comisión Europea (Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA)

Duración: 3 años (1/09/2011-31/08/2014)

Investigador responsable: Millán Requena Casanova

Número de participantes: 4

Grado de *responsabilidad del participante*: Coordinator

Cantidad: 21.000 €.

2. Título del proyecto: ERASMUS + Programme – Jean Monnet Action. **Jean Monnet Module title:** "*Equal Treatment and Non-Discrimination Law in the European Union*" (Ref.: 553174-EPP-1-ES-EPPJMO-MODULE).

Entidad financiadora: UE-Comisión Europea (Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA)

Duración: 3 años (1/09/2014-31/08/2017). Grant Decision n.º: 2014-2092/ 001 - 001

Investigador responsable: Millán Requena Casanova

Número de participantes: 5

Grado de *responsabilidad del participante*: Coordinator

Cantidad: 20.286,00 €

3. PATENTES, DISEÑOS y otros resultados de la investigación (*Inventores, Título, N° y fecha de solicitud, Descripción breve de su contenido y objetivos, País de prioridad, N° de patente, Fecha de concesión, Entidad titular, Países a los que se ha extendido, Tipo de protección: nacional – europea – tratado de cooperación de patentes, Empresa(s) que la está(n) explotando*)

4. TESIS DOCTORALES DIRIGIDAS (*Título, Doctorando, Universidad, Fecha de lectura, Calificación, Doctorado europeo, Mención de calidad del programa*)

5. OBRAS ARTÍSTICAS (*Autor(es), Descripción de la obra, Fecha, Lugar de exposición, Reconocimiento y repercusión: exposición con catálogo - título de la exposición – monográfico – catalogación – premios - publicación: impacto en la literatura especializada - otros, Participación como comisario de la exposición*)

6. CONTRIBUCIONES A CONGRESOS Y CONFERENCIAS CIENTÍFICAS (*Autores, Título, Entidad organizadora, Congreso, Tipo de participación: ponencia invitada – ponencia – póster – participación en su organización o en el comité científico, Publicación: ISSN – ISBN, Volumen, Páginas, Lugar de celebración, Fecha*)

1. REQUENA CASANOVA, M., "La aplicación de la Directiva 2000/43 del Consejo, de 29 de junio, relativa a la aplicación del principio de trato de las personas independientemente de su origen racial o étnico a los nacionales de terceros Estados: un paso hacia delante en su integración en la UE", *La Unión Europea después de Niza. XIX Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*.

Tipo de participación: **Comunicación**.

Lugar celebración: Santander

Fecha: 20-21 de septiembre de 2001

Publicación: *Actas de las XIX jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*, Ministerio de la Presidencia/BOE, Madrid, 2003, pp. 141-151.

2. REQUENA CASANOVA, M., "La protección contra la discriminación por origen étnico o racial en el Derecho Comunitario: especial referencia a la minoría romaní", *I Congreso Internacional sobre Cooperación al Desarrollo: Cooperación y Grupos vulnerables*, pp. 501-517

Tipo de participación: **Comunicación**.

Lugar celebración: Valencia

Fecha: 17-20 de noviembre de 2005

Publicación: Guada Impresores S.L

ISBN: 10 84-370-6662-X

(Depósito Legal: V-5290-2006)

3. JIMÉNEZ PIERNAS, C., y REQUENA CASANOVA, M., "El papel de España en la Conferencia de Algeciras de 1906", *Congreso Internacional del Centenario: la Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*

Tipo de participación: **Ponencia**

Lugar celebración: Algeciras

Fecha: 17-19 de mayo de 2006

Publicación: *Actas del Congreso Internacional del Centenario: la Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo/Junta de Andalucía, J.M. DE FARAMIÑÁN GILBERT y V.L. GUTIÉRREZ CASTILLO (Coords.), Sevilla, 2007, pp. 243-265.

4. REQUENA CASANOVA, M., "Adaptación de la asignatura Instituciones de Derecho Comunitario al EEES: nuevas metodologías de aprendizaje", *VII Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. La calidad del proceso enseñanza/aprendizaje desde la perspectiva del cambio. Organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE)*.

Tipo de participación: **Comunicación oral**

Lugar celebración: Alicante

Fecha: 4-5 de junio de 2009

Publicación: "La calidad del proceso de enseñanza/aprendizaje desde la perspectiva del cambio", *VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, Universidad de Alicante, TORTOSA IBÁÑEZ, M.T., ÁLVAREZ TERUEL, J.D., y PELLÍN BUADES, N. (Coords.), Alicante, 2009, pp. 402-411. ISBN: 978-84-692-5510-0.

5. REQUENA CASANOVA, M., "La docencia del Derecho a través de instrumentos interactivos: enseñar Derecho de la Unión Europea a través de la red", *IX Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. Diseño de buenas prácticas docentes en el contexto actual*. Organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE).

Tipo de participación: **Comunicación oral**

Lugar celebración: Alicante

Fecha: 16-17 de junio de 2011.

Publicación: *IX Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. Diseño de buenas prácticas docentes en el contexto actual*. ISBN: 978-84-694-9813-2

6. REQUENA CASANOVA, M., "Planificación estratégica en el postgrado en Derecho: una experiencia en el Master en Integración Regional", *X Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. La*

participación y el compromiso de la comunidad universitaria, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE).

Tipo de participación: **Comunicación oral**

Lugar celebración: Alicante (Universidad de Alicante)

Fecha: 7-8 de junio de 2012.

Publicación: *X Jornadas de Redes de Investigación en docencia Universitaria. La participación y el compromiso de la comunidad universitaria*, TORTOSA IBÁÑEZ, M^a.T., ÁLVAREZ TERUEL, J.D., y PELLÍN BUADES, N. (Coords.), Alicante, 2012, pp. 1940-1955. ISBN: 978-84-695-2877-8

7. REQUENA CASANOVA, M., "Cláusulas compromisorias, derechos humanos y jurisdicción de la Corte Internacional de Justicia (CIJ): A propósito de la Sentencia de la CIJ, de 1 de abril de 2011, en el Caso de la Aplicación de la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial (Georgia c. Federación de Rusia)", *El Arreglo Pacífico de Controversias Internacionales, XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*.

Tipo de participación: **Comunicación oral**.

Lugar celebración: Córdoba

Fecha: 20-22 de octubre de 2011

Publicación: *Actas de las XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales*

7. OTROS MÉRITOS RELEVANTES DE INVESTIGACIÓN NO INCLUIDOS EN LOS APARTADOS ANTERIORES

1. Título del Congreso: *XVIII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "Iberoamérica ante los procesos de integración"*, Cáceres 23-25 de septiembre de 1999.
2. Título del Congreso: *XIX Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "La Unión Europea después de Niza"*, Santander, 21-23 de septiembre de 2001, Universidad de Cantabria.
3. Título del Congreso: *XXII Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "El Agua como factor de Cooperación y Conflicto"*, celebradas en Murcia los días 20, 21 y 22 de septiembre de 2007, con una duración de 20 horas (2 créditos.)
4. Título del Congreso: *XXIV Jornadas de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, "El Arreglo Pacífico de Controversias Internacionales"*, celebradas en Córdoba los días 20, 21 y 22 de octubre de 2011, con una duración de 20 horas (2 créditos.)
5. Título del Congreso: *VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas en Alicante los días 4 y 5 de junio de 2009, con una duración de veinte (20) horas.
6. Título del Congreso: *IX Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas los días 16 y 17 de junio de 2011, con una duración de veinte (20) horas.
7. Título del Congreso: *X Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*, organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 7 y 8 de junio de 2012, con una duración de veinte (20) horas.
8. Título del Congreso: *"XII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria"*, organizadas por el Vicerrectorado de Estudios, Formación y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 3 y 4 de julio de 2014, con una duración de veinte (20) horas.

9. Título del Congreso: "Jean Monnet Conference/ECSA World Conference 2012", organised by TEAMWORK on behalf of DG EAC on Tuesday 13 November and Wednesday 14 November 2012, held in Brussels. EUROPEAN COMMISSION.
10. Título del Congreso: "I Congreso Internacional de Cooperación al Desarrollo: Cooperación y Grupos Vulnerables", 17, 18 y 19 de noviembre de 2005, Valencia (duración: 24 horas).
11. Miembro del Equipo de Redacción de la publicación *Spanish Yearbook of International Law*, desde vol. IV (1995-1996) hasta volumen VIII (2001-2002), Anuario editado por la Editorial "Martinus Nijhoff Publishers" (Grupo Brill).
12. Miembro del Equipo de Redacción de la publicación *Anuario del Instituto Hispano-Americano de Derecho Internacional* (Anuario IHLADI), editado por el Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional, desde volumen 19 (2009) hasta la actualidad. Anuario editado por la Editorial Tecnos (Grupo Anaya). ISSN: 0570-4316
13. Título del Congreso: "Jean Monnet/ECSA Conference 2014, The future of EU studies", organised by Teamwork on behalf of DG EAC on Wednesday 1 October & Thursday 2 October 2014, held in Brussels. EUROPEAN COMMISSION.
14. Evaluador externo: *Revista Electrónica de Estudios Internacionales* (ISSN 1697-5197), publicación de la Asociación Española de Profesores de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales, en la modalidad de *doblo ciego*, durante el año 2014.
15. Evaluador externo: *Revista de Derecho Privado de la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes*, Nº 51, (2014) como evaluador del artículo titulado "ARBITRAJE DE INVERSIÓN: ¿UN INCENTIVO PARA LA INVERSIÓN EXTRANJERA DIRECTA?"
16. **Recensiones:**
 - a) ARENAS HIDALGO, N., *El sistema de protección temporal de desplazados en la Europa comunitaria*, Huelva, 2005, 393 pp., en *Revista Española Derecho Internacional*, Vol. LVIII (2006), n. 2, pp. 1125-1126.
17. **Sexenios/tramos de investigación:**
 - ✓ Valoración positiva para el tramo solicitado (2005-2012). Fecha concesión: **28/11/2013**

II. EXPERIÈNCIA DOCENT/ EXPERIENCIA DOCENTE

8. PUESTOS OCUPADOS Y DOCENCIA IMPARTIDA (Denominación del puesto, Departamento, Centro, Institución, Localidad, País, Tipo de programa: diplomatura – licenciatura – doctorado – postgrado oficial – otros postgrados, Asignatura impartida, Curso de la titulación en el que se imparte la asignatura, Tipo de asignatura: troncal – obligatoria – optativa – libre configuración, Tipo de docencia: teórica – práctica – teórico-práctico, Nº de horas impartidas por curso, Periodos de impartición, Evaluación sobre la calidad de la docencia: calificación obtenida – calificación máxima posible – organismo que la emite, Tipo de evaluación: encuesta – evaluación interna – evaluación externa – otros)

A) Puestos ocupados:

- **Ayudante de Escuela Universitaria**, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 1.10.1996 – 30.09.2000.

- **Ayudante de Universidad**, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 30.09.2000 – 18.12.2001.
- **Profesor Asociado Tiempo Completo (Tipo 2)**, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 19.12.2001–31/08/2007.
- **Profesor Colaborador LOU**, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 1.09.2007– hasta 19.10.2008.
- **Profesor Contratado Doctor LOU**, Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Alicante. Alicante (España). Desde 20.10.2008– hasta la actualidad.

B) Docencia impartida:

➤ **Curso académico 1996-1997:**

Introducción a las Relaciones Internacionales Licenciatura en Derecho. Optativa.

➤ **Curso académico 1997-1998:**

Derecho de las Organizaciones Internacionales Licenciatura en Derecho. Obligatoria.

➤ **Curso académico 1998-1999:**

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

➤ **Curso académico 1999-2000:**

Introducción a las Relaciones Internacionales Licenciatura en Derecho. Optativa.

La Unión Europea en el Orden Internacional Licenciatura en Derecho. Optativa.

➤ **Curso académico 2000-2001:**

Derecho Internacional Público Diplomatura en Gestión y Administración Pública. Troncal.

La Unión Europea en el Orden Internacional Licenciatura en Derecho. Optativa.

➤ **Curso académico 2001-2002:**

Derecho Internacional Público Diplomatura en Gestión y Administración Pública. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

La Política Exterior de la Unión Europea. Profesor invitado. Diplomatura sobre Política Exterior. Módulo sobre “La Política Exterior de la Unión Europea”. Institución: **Unión Nacional de Juristas.** Universidad de La Habana (Cuba). 1-10 diciembre de 2001.

➤ **Curso académico 2002-2003:**

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

➤ **Curso académico 2003-2004:**

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

➤ **Curso académico 2004-2005:**

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

Derecho Internacional Público Diplomatura en Gestión y Administración Pública. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

➤ **Curso académico 2005-2006:**

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

➤ **Curso académico 2006-2007:**

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

Introducción a las Relaciones Internacionales Licenciatura en Sociología. Optativa.

Políticas Ambientales y de la sostenibilidad de la Unión Europea. Postgrado oficial: *Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS).* Universidad de Alicante.

La Unión Europea tras 50 años de integración: situación actual y perspectivas de futuro/Evaluación y clausura. *La Unión Europea, 50 años después: del Tratado de Roma al Tratado Constitucional.* Tipo de programa. Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira. Universidad de Alicante.

➤ **Curso académico 2007-2008:**

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

Metodología y Fuentes del Derecho Internacional Público y del Derecho Comunitario. programa:

Doctorado (5 horas).

Políticas Ambientales y de la Sostenibilidad nacionales, regionales e internacionales. Tipo de programa: Máster Universitario.

➤ **Curso académico 2008-2009:**

Derecho Internacional Público Licenciatura en Derecho. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario Licenciatura en Derecho. Troncal.

Metodología y Fuentes del Derecho Internacional Público y del Derecho Comunitario. Tipo de programa: Doctorado (5 horas).

Cooperación Multilateral (II): la Unión Europea (8 hrs.). Curso de postgrado de especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

➤ **Curso académico 2009-2010:**

Derecho Internacional Público. Licenciatura en Derecho. Troncal.

Instituciones de Derecho Comunitario. Licenciatura en Derecho. Troncal.

Cooperación Multilateral (II): la Unión Europea (8 hrs.). Curso de Postgrado de Especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

Políticas Ambientales y de la Sostenibilidad nacionales, regionales e internacionales. Tipo de programa: *Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS).* Universidad de Alicante.

➤ **Curso académico 2010-2011:**

Derecho Internacional Público. Licenciatura en Derecho. Troncal.

"Génesis, instituciones y fuentes del Derecho comunitario". *Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS).* Universidad de Alicante.

Cooperación Multilateral (I): Naciones Unidas (4 hrs.). Curso de postgrado de especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

Cooperación Multilateral (II): la Unión Europea (8 hrs.). Curso de postgrado de especialista Universitario en Cooperación internacional para el Desarrollo. Título Propio de la UA.

➤ **Curso académico 2011-2012:**

Instituciones de Derecho Comunitario (Grupos 3 y 4; 45 hrs.). Licenciatura en Derecho. Troncal.

Las libertades y garantías comunitarias en los procesos de integración regional (5 créditos ECTS).

Master Oficial Universitario en Integración Regional. Obligatoria.

Inmigración y extranjería (2 créditos ECTS). Master Oficial Universitario en Integración Regional. Obligatoria.

➤ **Curso académico 2012-2013:**

Derecho Internacional Público. Grado en Derecho. Obligatoria.

Génesis, instituciones y fuentes del Derecho comunitario y política ambiental comunitaria (4 horas lectivas). Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS). Departamento de Estudios Jurídicos del Estado. UA.

Las libertades y garantías comunitarias en los procesos de integración regional (5 créditos ECTS).

Master Oficial Universitario en Integración Regional. Obligatoria.

"Estrategias de defensa y especialidades en el ejercicio de la abogacía" (3 horas lectivas). Master Universitario en Abogacía. Universidad Miguel Hernández de Elche/Ilustre Colegio de Abogados de Elche. Optativa.

➤ **Curso académico 2013-2014:**

"Fuentes del Derecho Comunitario Europeo" (Grupo 1). Master Universitario en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS). Departamento de Estudios Jurídicos del Estado. Universidad de Alicante.

Derecho Internacional Público (Grupo 51). Programa simultáneo en Derecho y Administración y Dirección de empresas (DADE). Obligatoria.

"Estrategias de defensa y especialidades en el Ejercicio de la abogacía". Master Universitario en Abogacía. Universidad Miguel Hernández de Elche/Ilustre Colegio de Abogados de Elche. Optativa.

➤ **Curso académico 2014-2015:**

Derecho de la Unión Europea. Grado en Derecho. Obligatoria.

Derecho Internacional Público. Programa Simultáneo en Derecho y Administración y Dirección de Empresas (DADE). Obligatoria.

- ✓ "Génesis e instituciones del Derecho Comunitario europeo". Master Universitario en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad (MADAS). Departamento de Estudios Jurídicos del Estado.

Universidad de Alicante.

- ✓ XI Máster Universitario en Protección Internacional de los Derechos Humanos, organizado por la Universidad de Alcalá, impartiendo Seminario titulado "*Litigación internacional ante los tribunales regionales de derechos humanos: La Corte Interamericana de Derechos Humanos*", 5 horas lectivas (0,5 ECTS), el 18/12/2014.
- ✓ XI Máster Universitario en Protección Internacional de los Derechos Humanos, organizado por la Universidad de Alcalá, participando en las simulaciones de juicio desarrolladas en el contexto del Máster entre los días 17-18/12/2014.

C) Evaluación sobre la calidad de la docencia:

- ✓ **Curso 1999-2000.** Asignatura: Introducción a las Relaciones Internacionales, Grupos 1 y 4. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ **Curso 1999-2000.** Asignatura: La Unión Europea en el Orden internacional. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ **Curso 2001-2002.** Asignatura: Instituciones de Derecho Comunitario, Grupo 2. Calificación obtenida: FAVORABLE. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ **Curso 2005-2006.** Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Grupo teórico-práctico. Calificación obtenida: FAVORABLE, 4,15. Calificación máxima posible: 5. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: evaluación interna.
- ✓ **Curso 2006-2007.** Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Grupo de Teoría: Calificación obtenida: FAVORABLE, 3,52. Calificación máxima posible: 5. Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa de Evaluación del profesorado). Tipo de evaluación: encuesta interna. Grupo de Práctica: 3,37.
- ✓ **Curso 2008-2009.** Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Grupo de Teoría: Calificación obtenida: FAVORABLE, Organismo: Universidad de Alicante (Secretariado de Calidad de la Docencia, Programa Docentia). Tipo de evaluación: encuesta.
- ✓ **Curso 2009-2010.** Asignatura: Instituciones de Derecho Comunitario, Grupo 1. Calificación obtenida: FAVORABLE, Organismo: Universidad de Alicante (Programa *Docentia*). Tipo de evaluación: encuesta interna.
- ✓ **Curso 2010-2011.** Asignatura: Derecho Internacional Público, Grupo 3 (Valenciano). Calificación obtenida: FAVORABLE, Organismo: Universidad de Alicante (Programa *Docentia*). Tipo de evaluación: encuesta interna. Asignatura: "Fuentes del Derecho Comunitario Europeo" (Grupo 1). Tipo de programa: Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad. Universidad de Alicante. Tipo de docencia: teórico-práctica (4 hrs; 0,4 créd.). Calificación obtenida: FAVORABLE, Organismo: Universidad de Alicante (Programa *Docentia*). Tipo de evaluación: encuesta interna.
- ✓ **Curso 2013-2014.** Asignatura: "Fuentes del Derecho Comunitario Europeo" (Grupo 1). Tipo de programa: Master en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad. Universidad de Alicante. Tipo de docencia: teórico-práctica (4 hrs; 0,4 créd.). Calificación obtenida: FAVORABLE, Organismo: Universidad de Alicante (Programa *Docentia*). Tipo de evaluación: encuesta interna.
- ✓ **Curso 2014-2015:** Asignatura: Derecho Internacional Público: Programa simultáneo Derecho y Administración y Dirección de Empresas (DADE). Universidad de Alicante. Tipo de docencia: teórico-práctica (7,5 ECTS). Calificación obtenida: FAVORABLE, Organismo: Universidad de Alicante (Programa *Docentia*). Tipo de evaluación: encuesta interna.

9. CURSOS Y SEMINARIOS IMPARTIDOS ORIENTADOS A LA FORMACIÓN DOCENTE UNIVERSITARIA
(Título, Objetivos del curso y perfil de los destinatarios, Nº de horas impartidas por curso, Entidad organizadora, Tipo de participación: ponencia invitada – ponencia – póster – participación en su organización o en el comité científico, Publicación: ISSN – ISBN, Lugar de celebración, Fecha)

10. CURSOS Y SEMINARIOS RECIBIDOS Y PARTICIPACIÓN EN CONGRESOS ORIENTADOS A LA FORMACIÓN DOCENTE UNIVERSITARIA (Título, Objetivos del curso y perfil de los destinatarios, Duración, Entidad organizadora, Lugar de celebración, Fecha)

1. *Navegando por Internet: Servicios de información y correo electrónico*, celebrado en Universidad de Alicante, Duración: 6 horas. Lugar: Universidad de Alicante, Fecha: 22-23/10/96.
2. *Autopistas de Información, Búsqueda de información Bibliográfica a través de Internet*, Universidad de Alicante; Duración: 6 horas. Lugar: Universidad de Alicante, Fecha: 16 y 17/12/96.
3. *El Portfolio Discente: un instrumento de apoyo a los Créditos ECTS*, Duración: 10 horas, Lugar: Universidad de Alicante, Fecha: 1-3 de diciembre de 2003.
4. *Jornada: XX Aniversario de la Llei d'ús i Ensenyament del Valencia*, Universidad de Alicante, Duración: 30 horas, Lugar: Sede de Alicante, Fecha: 13 al 17 de octubre de 2003.
5. *Aprovechamiento docente de las presentaciones power point*. Duración: 20 horas. Universidad de Alicante. 27/03/2003.
6. *Proyectos de Innovación Educativa: Materiales en Red para los créditos ECTS* (c. 95-2004), Universidad de Alicante. Duración: 20 horas, Fecha: 2004/2005.
7. Taller de publicación web. Duración: 3 horas. Universidad de Alicante. 2/02/2006. Objeto: orientación para utilizar la web como herramienta de interacción docente
8. *Diploma de Tutor EEES*. Curso de formación a distancia sobre el *Espacio Europeo de Educación Superior y su adaptación a la UNED, así como el Uso y Administración de la Plataforma Educativa aLF de la UNED*, curso académico 2009/2010. Duración: 25 horas. Título que habilita como Tutor de los nuevos Títulos de Grados.
9. Curso sobre "El impacto del cambio del Espacio Europeo de Educación Superior". Análisis y valoración de los aspectos más relevantes para la docencia de la implantación del EEES. UNIVERSIDAD DE ALICANTE. Duración: 20 horas. 17/10/2005-09/11/2005
10. *Seminario diseño de Guías docentes*. Grupo 2. Objeto: Elaboración de Guías docentes de las asignaturas de la titulación correspondiente adaptadas al EEES. UNIVERSIDAD DE ALICANTE. 20 horas. 30/10/2007-20/05/2008
11. *Uso de la herramienta AVIP para profesores-tutores: Módulo I*. Organizado por INTECCA (Innovación y desarrollo tecnológico de los Centros Asociados de la UNED). Objeto: promover el conocimiento y uso de las aulas AVIP en la docencia virtual en el ámbito de la docencia universitaria. UNED. Duración: **50** horas. 02/02/2009-02/03/2009.
12. Título del Congreso: "*VII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*", organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas en Alicante los días 4 y 5 de junio de 2009, con una duración de 20 horas.
13. Título del Congreso: "*IX Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*", organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el ICE, celebradas los días 16 y 17 de junio de 2011, con una duración de veinte (20) horas.
14. Título del Congreso: "*X Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*", organizadas por el Vicerrectorado de Planificación Estratégica y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 7 y 8 de junio de 2012, con una duración de veinte (20) horas.
15. Título del Congreso: "*XII Jornadas de Redes de Investigación en Docencia Universitaria*", organizadas por el Vicerrectorado de Estudios, Formación y Calidad y el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE), celebradas los días 3 y 4 de julio de 2014, con una duración de veinte (20) horas.

11. ELABORACIÓN DE MATERIAL DOCENTE (Destinatarios y justificación del material elaborado, Autores, Nº de autores, Posición que ocupa el solicitante entre ellos, Título, Clave: L= Libro completo – CL= Capítulo de libro – A= Artículo – R= Revista – E= Editor – Ap= Apuntes, Nombre de la publicación, Páginas, Editorial, País de la publicación, Año, ISSN/ISBN)

- Material docente *on line* puesto disposición de los alumnos en formato abierto a través del

Repositorio Institucional de la UA (RUA): "[Curso General sobre Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea](http://hal.handle.net/10045/40314)". <http://hal.handle.net/10045/40314>. El RUA es el 4 repositorio español, figurando en el puesto 31 de los 2154 repositorios recogidos a nivel mundial.

12. PARTICIPACIÓN EN PROYECTOS DE INNOVACIÓN DOCENTE, PARTICIPACIÓN EN PLANES Y EQUIPOS DE TRABAJO RELACIONADOS CON EL ESPACIO EUROPEO DE EDUCACIÓN SUPERIOR (Título del proyecto, Entidad Financiadora, Tipo de convocatoria: UE – Nacional – CC.AA – Otros entes, Entidades participantes, Duración, Investigador principal, N° de investigadores participantes, Aportación del solicitante, Grado de responsabilidad: coordinador – colaborador – otros, Dedicación: completa – compartida)

1. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad II: Red de investigación en el diseño curricular interdisciplinar para estudios de postgrado. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2007-2008); Investigador coordinador: Salvador Forner Muñoz. N° investigadores participantes: 8. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
2. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación- EEES. Red de investigación docente de tercer curso de la Licenciatura de Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2008-2009). Investigador coordinador: María Almodóvar Iñesta. N° investigadores participantes: 14. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
3. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red de investigación en docencia de Cuarto Curso del nuevo Grado en Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2009-2010). Investigador coordinador: Luís Alfonso Martínez Giner. N° investigadores participantes: 7. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
4. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red de investigación en docencia del segundo curso del Grado en Gestión y Administración Pública. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2010-2011). Investigador coordinador: Mercedes Núñez Grañón. N° investigadores participantes: 5. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa.
5. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red para elaborar una normativa sobre los Trabajos de Fin de Grado/Trabajos de Fin de Master en la Facultad de Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2012-2013). Investigador coordinador: Millán Requena Casanova. N° investigadores participantes: 8. Grado de responsabilidad: Coordinador del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.
6. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria (EEES). Modalidad I: Redes de investigación en Docencia Universitaria de Titulación-EEES. Red de Prácticas Externas de la Facultad de Derecho. Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2012-2013). Investigador coordinador: Cristina Fernández-Pacheco Estrada. N° investigadores participantes: 7. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.
7. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria. Modalidad I: Redes de investigación en docencia universitaria de titulación-EEES. "Mecanismos de coordinación docente en la Facultad de Derecho". Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2013-14). Investigador coordinador: María Almodóvar Iñesta. N° investigadores participantes: 17. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.
8. Proyecto Redes de Investigación en Docencia Universitaria. Modalidad I: Redes de investigación en docencia universitaria de titulación-EEES. "Red de seguimiento y profundización en Trabajo Fin de Grado en Derecho". Entidad financiadora: UA. Duración: 1 año (Proyectos 2013-14). Investigador coordinador: Luís Alfonso Martínez Giner. N° investigadores participantes: 7. Grado de responsabilidad: miembro del proyecto. Dedicación: Completa. La participación equivale a 45 horas.

9. Programa Lifelong Learning: Jean Monnet: Titular del Módulo "*Immigration Policies and Third Country Nationals' Rights in the European Union*" (ref. 200624-LLP-1-2011-1-ES-AJM-MO). Entidad financiadora: Unión Europea (Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA)-Comisión Europea); Grant Decision n. 2011-3253/001-001. Duración: 3 años. Responsable del Módulo: Millán Requena Casanova. Grado de responsabilidad: Titular del Proyecto. Dedicación: Completa.
10. Programa ERASMUS +: **ERASMUS + Programme – Jean Monnet Action. Jean Monnet Module** **Project title: "Equal Treatment and Non-Discrimination Law in the European Union"**. Entidad financiadora: Education, Audiovisual and Culture Agency (EACEA), Comisión Europea; Grant Decision for an Action nº 2014 – 2092/001 - 001: Duración: 3 años (1-09-2014/31-08-2017). Responsable-Coordinador del Módulo: Millán Requena Casanova. Grado de responsabilidad: Titular del Proyecto (IP). Dedicación: Completa. (Ref.: 553174-EPP-1-2014-ES-EPPJMO-MODULE).

13. OTROS MÉRITOS DOCENTES NO INCLUIDOS EN LOS APARTADOS ANTERIORES

- ✓ Codirector y docente del Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira "*España en la Unión Europea, veinte años después*", Universidad de Alicante, 3 al 7 de julio 2006 (5 horas).
- ✓ Codirector y docente del Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira "*La Unión Europea, 50 años después: del Tratado de Roma al Tratado Constitucional*", del 9 al 13 de julio de 2007, en la Universidad de Alicante (5 horas).
- ✓ Codirector y docente (4 horas) del Curso de la Universidad de Verano Rafael Altamira "*El conflicto del Sahara Occidental*", celebrado del 18 al 21 de julio de 2011, en la Universidad de Alicante.
- ✓ **Director y docente** del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea", celebrado en la Universidad de Alicante del **28/02/2012 hasta el 29/03/2012**, con una duración de 48 horas (4 créditos de libre elección).
- ✓ **Director y docente** del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea", celebrado en la Universidad de Alicante del **25/09/2012 hasta el 26/10/2012**, con una duración de 48 horas (4 créditos de libre elección).
- ✓ **Director y docente** del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "Políticas de inmigración y extranjería de la Unión Europea", celebrado en la Universidad de Alicante del **29/10/2013 hasta el 29/11/2013**, con una duración de 48 horas (4 créditos ECTS de libre elección).
- ✓ **Director y docente** del Curso de libre elección curricular (CECLEC) "*Igualdad de trato y no discriminación en la Unión Europea: minorías, grupos vulnerables y migrantes*", del **5/02/2015 hasta el 6/03/2015**, con una duración de 40 horas (4 créditos ECTS de libre elección).
- ✓ Coordinador de *Docència en Valencià* del Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad de Alicante, desde el 1 de octubre de 2003 hasta la actualidad.
- ✓ Profesor-formador de funcionarios de la Generalitat Valenciana (Grupo C) impartiendo el curso relativo a la *Constitución Europea* (7,5 hrs).
- ✓ Ponencia sobre "*L'Espai Europeu de Llibertat, Seguritat i Justícia en la Constitució Europea*", impartida dentro del Curso de Verano *L'Europa dels Ciutadans*, organizado en la Seu Universitària de Benissa, Universitat d'Alacant, 18-22 de julio de 2005.
- ✓ Conferencia sobre "*La política d'inmigració europea davant l'ampliació*", impartida en el Centro de Congresos Ciutat d'Elx el 27.4.2004, dentro del Ciclo de Conferencias de Extensión Universitaria de la Universidad de Alicante
- ✓ Conferencia sobre "*Las Naciones Unidas después de la crisis de Irak*", impartida en la Casa de Cultura de Villena el 1.4.2004, dentro del Ciclo de Conferencias de Extensión Universitaria de la Universidad de Alicante.
- ✓ Conferencia sobre "*Los ámbitos materiales del Espacio de Libertad, Seguridad y Justicia: fronteras, asilo e inmigración*", impartida en la Universidad de Alcalá, realizada el 11.05.2005.
- ✓ Conferencia sobre "*Un nuevo objetivo global de la UE: la consecución del Espacio Europeo de Libertad, Seguridad y Justicia*", impartida en la Universidad de Alcalá, el 16.05.2006.
- ✓ Seminario interdisciplinar de profesores de la Facultad Derecho UA: "*Inmigración, derechos*

- humanos y Espacio de Libertad, Seguridad y Justicia en la Unión Europea*", 30.01.2009
- ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 19 y el 23 de septiembre de 2005, organizado por la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante.
 - ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 18 y el 22 de septiembre de 2006, organizado por la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante.
 - ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 17 y el 21 de septiembre de 2007, organizado por la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante.
 - ✓ Ponente en el *Curso de introducción a los Estudios de Derecho y de Derecho-Administración y Dirección de Empresas*, celebrado entre el 7 y el 11 de septiembre de 2009, organizado por la Facultad de Derecho de la UA.
 - ✓ **Ponencia** sobre "*La gobernanza económica de la Unión Europea*", enmarcada en el ciclo "Estudios sobre la Unión Europea en la Enseñanza secundaria. Ámbitos temáticos específicos", celebrada en la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante el día 18 de marzo de 2014, de 12:00 a 14:00 horas.
 - ✓ **Ponencia** invitada sobre "*La Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea*", enmarcada en el **Primer Seminario Jean Monnet sobre Derechos Fundamentales en la Unión Europea** celebrada en la Facultad de Derecho de la Universitat de València, el 4 de abril de 2014, dentro de las actividades programadas en el marco del Módulo *Jean Monnet "Fundamental Rights in the European Union"* (Ref: 542951-LLP-1-2013-1-ES-AJM-MO).
 - ✓ **Ponencia invitada** titulada "*La Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea*", enmarcada en los Seminarios *Jean Monnet* sobre los Derechos Fundamentales en la Unión Europea, curso 2014-2015, como actividad docente en el marco del Módulo *Jean Monnet "Fundamental Rights in the European Union"* (Ref: 542951-LLP-1-2013-1-ES-AJM-MO, impartida el 27 de abril de 2015 en la Facultad de Derecho de la Universitat de València.
 - ✓ **Moderador** de la mesa redonda titulada "*La acción exterior de la Unión Europea en materia de protección de los derechos humanos: principales instrumentos utilizados*", enmarcada en las *I Jornadas sobre la Unión Europea en materia de protección de los derechos humanos*, celebrada en la Universidad Miguel Hernández de Elche el lunes 31 de marzo de 2014 a las 19:00 hrs.
 - ✓ **Moderador** de la mesa redonda titulada "*Los derechos humanos en la Política Exterior y de Seguridad Común de la Unión Europea*", enmarcada en las *I Jornadas sobre la Unión Europea en materia de protección de los derechos humanos*, celebrada en la Universidad Miguel Hernández de Elche el jueves 22 de mayo de 2014 a las 16:00 hrs.
 - ✓ **Ponente** en el **Seminario** titulado "*La Comisión Europea*", celebrado el 27 de mayo de 2014, a las 10:00 hrs., en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso *¿Qué es y cómo funciona la Unión Europea?*, organizado por el Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales en el marco del Programa *Aulas Universitarias de la Experiencia*, con la financiación del Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE.
 - ✓ **Ponente** en el taller titulado "*La aplicación judicial de los derechos reconocidos en la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea*", celebrado el 14 de julio de 2014, a las 16:00 horas (3 horas), en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso de verano "*El individuo en la Unión Europea*", organizado por el Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales (del 14 al 16 de julio de 2014) y financiado por el "Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE".
 - ✓ **Ponente** de la Conferencia titulada "*La política común de asilo de la Unión Europea*", celebrado el 16 de julio de 2014, a las 13:00 horas (2 horas), en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso de verano "*El individuo en la Unión Europea*", organizado por el Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales (del 14 al 16 de julio de 2014) y financiado por el "Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE".
 - Ponente** en el taller titulado "*La política común de control de fronteras y el respeto de los derechos humanos: especial referencia a la frontera hispano-marroquí*", celebrado el 16 de julio de 2014, a las 17:30 horas (3 horas), en la Universidad Miguel Hernández de Elche, enmarcado en el curso de verano "*El individuo en la Unión Europea*", organizado por el Área de Derecho

Internacional Público y Relaciones Internacionales (del 14 al 16 de julio de 2014) y financiado por el "Programa de Acción en el ámbito del aprendizaje permanente de la UE".

- ✓ Conferencia: "Las relaciones entre la Unión Europea y España y Marruecos: la política de inmigración", el 22/10/2014, a las 11:15 horas (2 horas), en la Universidad de Alicante, enmarcado en las "V Jornadas sobre Relaciones Euromediterráneas: la política exterior de España en el Mediterráneo", 21, 22 y 30 de octubre, financiadas por el Centro Interuniversitario de Estudios Europeos de la UA y el MICNN (DER2012-39061-C02-01).
- ✓ Profesor-tutor del Programa de Acción Tutorial (PAT) de la Facultad de Derecho de la UA, ediciones 2008/2009; 2009/2010.
- ✓ **Coordinador Académico** del Máster Oficial en Integración Regional en la Universidad Alicante.

- ✓ **Director del Trabajo de Fin de Máster** en el marco del Máster Oficial en Integración Regional:
 - * Alumno: Julio René Aguilar Albizúrez; fecha de lectura: 9 de septiembre de 2012; título del proyecto: **La libre circulación de mercancías en el SICa: una aproximación crítica desde la Unión Europea**. Nota: 9,5 (Sobresaliente). Tribunal: Millán Requena Casanova, Fernando Lozano Contreras, Francisco Pascual Vives.
- ✓ **Director del Trabajo de FM** en el marco del Máster en Abogacía de la Universidad de Alicante:
 - * Alumna: Ángeles Jorro Gómez; fecha de lectura: 10 de octubre de 2013; Título del trabajo: "**La expulsión de los extranjeros en la Unión Europea**". Nota: 7.5 (Notable). Tribunal evaluador: Millán Requena Casanova, Jaume Ferrer Lloret y A. Bertomeu Navarro.
- **Director del Trabajo de FM** en el marco del Máster en Abogacía de la Universidad de Alicante:
 - * Alumna: Mariana Yñurriarroy; fecha de lectura: 2-10-2014 Título del trabajo: "**Una aproximación al concepto de los llamados "refugiados medioambientales" en el Derecho internacional**": Tribunal evaluador: Jaume Ferrer Lloret, Gabriel Echávarri Fernández y Elena Crespo Navarro.
- ✓ Secretario del Tribunal de las Pruebas de Acceso para Mayores de 40 años del curso 2010-2011.
- ✓ Vocal Titular del Tribunal de las Pruebas de Acceso para Mayores de 25 años del curso 1997-1998.
- ✓ **Miembro titular** (secretario) de la Comisión de selección de una plaza de Profesor Contratado Doctor en la Universidad de Alcalá.
- ✓ **IDIOMAS:**
- ✓ b) Inglés Intermedio: Universidad de Alicante (APTO)

III. FORMACIÓ ACADÈMICA/ FORMACIÓN ACADÉMICA

14. TITULACIÓN UNIVERSITARIA (Diplomatura/ Licenciatura/ Ingeniería, Universidad, Fecha, Titulaciones extranjeras: título homologado – fecha, Nota media del expediente)

Licenciatura en Derecho por la Universidad de Alicante. Título expedido el 1.08.1996.
Nota media del expediente: **7.40**.

15. DOCTORADO (Programa de doctorado, Doctorado europeo, Mención de calidad del programa - año, Universidad, Fecha, Titulaciones extranjeras: título homologado – fecha, Director(es) de tesis, Título, Calificación)

- ✓ Programa de Doctorado titulado "**Metodología, Fuentes e Instituciones Jurídicas**", cursado en los años 1996/1997, y 1997/1998. Organismo: Universidad de Alicante. Departamento: Derecho Internacional Público y Derecho Penal. Suficiencia investigadora obtenida el 4.12.1998. Calificación obtenida: 9
- ✓ **Doctor en Derecho** por la Universidad de Alicante. Tesis doctoral leída el 10.06.2005.

- Título de la tesis: *“La codificación y el desarrollo progresivo del principio de arreglo pacífico de controversias: su incidencia en los distintos medios de arreglo”*.
Director: Dr. D. Carlos Jiménez Piernas. Calificación: **SOBRESALIENTE CUM LAUDE** (9)

16. OTROS TÍTULOS DE POSTGRADO (Denominación del título, Centro e institución, Fecha, Calificación)

17. AYUDAS Y BECAS (Predoctoral – Postdoctoral, Finalidad, Entidad financiadora, Duración, Centro e institución)

Postdoctoral:

- ✓ **Beca del programa propio para el Fomento de Relaciones Internacionales e Institucionales de la Universidad de Alicante (2008): Estancias entre 1 y 4 semanas en centros vinculados a la educación superior o a la investigación:** Entidad financiadora: UA (Resolución de 19 de mayo de 2008 del Vicerrectorado de Relaciones Internacionales e Institucionales). Duración: un mes
Centro: Biblioteca del Instituto de Altos Estudios Internacionales y Cooperación
Institución: Instituto de Altos Estudios Internacionales y Cooperación.
- ✓ **Beca postdoctoral para estancias en Centros de investigación situados fuera de la Comunidad Valenciana.** Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA (Resolución 26 de marzo de 2007, DOGV 5.292, de 30 de junio de 2006). Duración: 1 mes (20 agosto- 19 septiembre 2007). Centro: Biblioteca Instituto Universitario Europeo de Florencia (EUI Library). Institución: Instituto Universitario Europeo de Florencia
- ✓ **Beca postdoctoral para estancias en Centros de investigación situados fuera de la Comunidad Valenciana.** Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA (Resolución 26 de mayo de 2009, DOGV Duración: 1 mes (08.08.2009/08.09.2009). Centro: Centro sobre Derechos Humanos y Conflictos. Institución: Universidad del Este de Londres (Londres)
- ✓ **Beca postdoctoral para estancias en Centros de investigación situados fuera de la Comunidad Valenciana.** Entidad financiadora: GENERALITAT VALENCIANA (Resolución de 24 de febrero de 2010, DOGV Duración: 2 meses (31 mayo - 31 julio 2010). Centro: Departamento de “Teoria dello Stato” de la Facoltà de Scienze Politiche. Institución: Università degli Studi di Roma “La Sapienza” (Roma).

18. ESTANCIAS EN CENTROS ESPAÑOLES Y EXTRANJEROS (Centro e institución, Localidad, País, Duración, Programa y entidad financiadora, Objetivo de la estancia, Carácter de la estancia: predoctoral – postdoctoral – invitado – contratado – otros)

- **Centro:** ACADEMIA Y BIBLIOTECA DEL PALACIO DE LA PAZ DE LA HAYA (Holanda). Institución: ACADEMIA DE LA HAYA DE DERECHO INTERNACIONAL. La Haya (Países Bajos). Duración: 3 semanas (26.07.1998/14.08.1998). Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Asistencia Cursos de la *Academia de Derecho Internacional*. Carácter de la estancia: predoctoral.
- **Centro:** Biblioteca de las NACIONES UNIDAS (sede de Ginebra). Institución: NACIONES UNIDAS (sede de GINEBRA). Duración: 4 semanas (25.07.2000/24.08.2000). Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: predoctoral.
- **Centro:** BIBLIOTECA DE LAS NACIONES UNIDAS (sede GINEBRA) Y BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Institución: NACIONES UNIDAS E INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Duración: 8 semanas 31.07.2003/30.09.2003. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: predoctoral.
- **Centro:** BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Ginebra. (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Duración: 8 semanas 19.09.2004/19.11.2004. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para realización tesis

doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: predoctoral.

- **Centro:** BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Ginebra (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 4 semanas 30.07.2005/31.08.2005. Objetivo de la estancia: Estancia investigación para revisión de tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** BIBLIOTECA DEL INSTITUTO UNIVERSITARIO EUROPEO. Florencia (ITALIA). Institución: INSTITUTO UNIVERSITARIO EUROPEO (EUI). Duración: 4 semanas (20.08.2007/21.09.2007). Objetivo de la estancia: Estancia investigación para revisión de la tesis doctoral y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Ginebra. Suiza. Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 8 semanas (16.10.2008/16.12.2008). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Derecho de la UE contra la discriminación. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** Biblioteca de la sede de las NACIONES UNIDAS (Ginebra). Institución: SEDE DE LAS NACIONES UNIDAS EN GINEBRA. Duración: 4 semanas (04.08.2009/04.09.2009). Objetivo de la estancia: Investigación sobre la ejecución de sentencias internacionales en los ordenamientos internos y consulta de fondos bibliográficos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES. Ginebra. (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 4 semanas (03.08.2009/05.09.2009). Objetivo de la estancia: Investigación sobre la ejecución de sentencias internacionales en los ordenamientos internos. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** Departamento di "Teoria dello Stato" della Facoltà de Scienze Politiche. Roma (ITALIA). Institución: UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI ROMA "LA SAPIENZA". Duración: 8 semanas (31.05.2010/31.07.2010). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Derecho de la Unión Europea contra la discriminación étnica o racial y participación en paneles de expertos y seminarios. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** BIBLIOTECA DEL INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Ginebra. (Suiza). Institución: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS INTERNACIONALES Y DEL DESARROLLO. Duración: 8 semanas (01.07.2011/02.09.2011). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Arbitrajes de Inversiones en el Derecho Internacional Económico. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** Biblioteca de la sede de las NACIONES UNIDAS (Ginebra). Institución: SEDE DE LAS NACIONES UNIDAS (GINEBRA). Duración: 4 semanas (29.07.2011/02.09.2011). Objetivo de la estancia: Investigación sobre Arbitraje de Inversiones en el Derecho Internacional Económico. Carácter de la estancia: postdoctoral.
- **Centro:** Center on International Commercial Arbitration. Institución: **AMERICAN UNIVERSITY**. Washington College of Law. Washington DC (USA). Curso "Arbitraje Comercial Internacional", Programa de Verano 2013 en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2013.
- Curso Arbitraje Comercial Internacional (LAW-789-002), 12 horas: Máxima Calificación A = 4.0

Teaching staff:

- **Centro:** Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa. Institución: **Universidade de Lisboa** (Portugal). Teaching staff (estancia docente) sobre el tema "**International Dispute Settlement**" realizado como encargo docente en el marco de una beca concedida a través del Programa

LLP/ERASMUS (convocatoria 2013), que tuvo lugar la semana del **16 al 20 de diciembre de 2013**, con una duración de **10** horas lectivas.

- **Centro:** Facultad de Derecho de la Universidad de Lisboa. **Institución:** **Universidade de Lisboa** (Portugal). **Teaching staff** (estancia docente) sobre el tema "**Litigation in Economic International Law: Consent to International Commercial Arbitration & to Investment Arbitration**", realizado en el marco de los cursos intensivos que organiza dicha Universidad (Grado y Máster), que tuvo lugar la semana del **24 al 28 de noviembre de 2014**, con una duración de **10** horas lectivas.
- **Centro:** Center on International Commercial Arbitration. Institución: American University. Washington College of Law. Washington D.C. (USA). 1. Curso "**Arbitraje Inversionista-Estado**", Programa de Verano 2014 en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2014 (LAW-795-018S), 12 horas: Máxima Calificación A = 4.0. 2. Curso "**International Arbitration and Choice-of-Law Issues**", Programa de Verano 2014 en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2014 (LAW-795-017), 12 horas. Máxima Calificación A = 3.7
- **Investigación en cuestiones relativas a Arbitraje Internacional**, *Pence Library of American University Washington College of Law*, como parte del Programa de Verano en Arbitraje Comercial Internacional, mayo-junio 2014, **2 a 6 de junio** de 2014.

19. CURSOS Y SEMINARIOS DE ESPECIALIZACIÓN (Título, Objetivos del curso, Duración, Organismo, Lugar de celebración, Fecha)

1. *Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz*, 1996, UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO. Fecha: 8-12 Julio 1996 (32 horas).
2. *Cursos de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales de Vitoria-Gasteiz*, 2005, UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO. Fecha: 11-15 julio 2005 (30 horas).
3. *Cursos de Derecho Internacional Público de Valladolid*, 1996, UNIVERSIDAD DE VALLADOLID. Fecha: 22-27 julio 1996 (30 horas)
4. *Cursos de Derecho Internacional, Organizaciones Internacionales y Unión Europea de Zaragoza*, 1997, UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA-Real Instituto Europeo. Fecha: 7-12 abril 1997 (32 horas)
5. *Cursos Euromediterráneos de Derecho Internacional Público BANCAJA*, 1997, UNIVERSIDAD JAUME I DE CASTELLÓN. FUNDACIÓN BANCAJA. Fecha: 1-13 septiembre 1997 (50 horas)
6. *Cursos de Verano de la Universidad de Cádiz: Gibraltar ¿Hacia el final de la controversia?*, San Roque (Cádiz), UNIVERSIDAD DE CÁDIZ. Fecha: 22/24 julio 2002 (15 horas).
7. *Curso de la Academia de Derecho internacional*. ACADEMIA DE DERECHO INTERNACIONAL. La Haya. 26/07/1998-14/08/1998.
8. *Seminario Internacional especializado en Derecho Internacional Económico: "The International Law of Financial Markets: Governance, Stability and Security"*, celebrado el 22/23 abril de 2010, organizado por el Grupo de Interés Económico de la ESIL (European Society of International Law-ESIL) en la Facultad de Derecho de la UNIVERSIDAD DE GRANADA.
9. **DIPLOMA** de la **AMERICAN UNIVERSITY** Washington College of Law/Center on International Commercial Arbitration, *successfully satisfied requirements for the Diploma through completion of the following courses: Arbitraje Comercial Internacional; Arbitraje Inversionista-Estado; International Arbitration and Choice-of-Law Issues*, as part of the 2014 "**International Commercial Arbitration Summer Program**", Washington D.C., August 1, 2014.

IV. EXPERIÈNCIA PROFESSIONAL/ EXPERIENCIA PROFESIONAL

20. ACTIVIDADES DE CARÁCTER PROFESIONAL (Institución/Empresa/Hospital, Categoría profesional, Actividad desarrollada, Duración, Interés para la docencia y/o la investigación)

- **1. Colaborador externo del Banco Mundial** para la elaboración del Informe "*Facilitando los negocios en la agricultura en España, Acceso a los mercados a través de Agricultura por contrato y Organizaciones de Productores*", 2015, **World Bank Group**.
- **2. Profesor-Tutor de la UNED.** Centro Asociado de Elche. Asignaturas impartidas:
 - ✓ Curso 2007/2008: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I, II, III y IV.
 - ✓ Curso 2008/2009: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I, II, III y IV.
 - ✓ Curso 2009/2010: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I, II, III y IV.
 - ✓ Curso 2010/2011: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Derecho Constitucional I; Derecho Constitucional II, III y IV (Licenciatura en Derecho); Teoría del Estado Constitucional (Grado en Derecho);
 - ✓ Curso 2011/2012: Derecho Internacional Público, Derecho Internacional Privado, Instituciones de Derecho Comunitario y Teoría del Estado Constitucional (Grado en Derecho); Derecho Constitucional II, III y IV (Licenciatura en Derecho). Derecho Constitucional I y II (Grado en Ciencias Jurídicas y de las Administraciones Públicas)
 - ✓ Curso 2012/2013: Derecho Internacional Público, Instituciones de la Unión Europea, Teoría del Estado Constitucional, Derecho Constitucional I, II y III (Grado en Derecho); Derecho Constitucional I, II y III; Derecho de las Organizaciones Internacionales e Instituciones de la Unión Europea (Grado en Ciencias Jurídicas y de la Administración); Derecho Internacional Privado (Licenciatura en Derecho).
 - ✓ Curso 2013/2014: Derecho Internacional Público, Instituciones de la Unión Europea, Teoría del Estado Constitucional, Derecho Constitucional I, II y III (Grado en Derecho); Derecho Constitucional I, II y III; Derecho de las Organizaciones Internacionales e Instituciones de la Unión Europea (Grado en Ciencias Jurídicas y de la Administración); Derecho Internacional Privado (Licenciatura en Derecho y Grado en Derecho).
 - ✓ Curso 2014/2015: Derecho Internacional Público, Instituciones de la Unión Europea, Teoría del Estado Constitucional, Derecho Constitucional I, II y III (Grado en Derecho); Derecho Constitucional I, II y III; Derecho de las Organizaciones Internacionales e Instituciones de la Unión Europea (Grado en Ciencias Jurídicas y de la Administración); Derecho Internacional Privado (Licenciatura en Derecho y Grado en Derecho).

21. OTRAS ACTIVIDADES PROFESIONALES

V. OTROS MÉRITOS RELEVANTES QUE EL SOLICITANTE DESEA HACER CONSTAR NO INCLUIDOS EN LOS APARTADOS ANTERIORES

1. Certificat *Grau Mitjà* de Coneiximents en Valencià de la **Junta Qualificadora** (1998)
2. Certificado de idiomas Inglés Intermedio. 2008/2009. Curso impartido por el Programa de Relaciones Internacionales de la UA (60 horas). APTO.
3. Coordinador del Área de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales en la Comisión de Usuarios de la Biblioteca del Centro, desde 2003 hasta la actualidad.
4. Tutor de prácticas externas de la Facultad de Derecho, desde el 23/11/2009 hasta la actualidad (Cursos 2009/2010; 2010/2011; 2011/2012; 2012/2013).
5. Tutor del Programa de Acción Tutorial (PAT) de la Universidad de Alicante. Cursos 2008/2009 y 2009/2010.
6. Miembro del Tribunal de acceso para mayores de 25 años (curso 1997/1998).
7. Miembro del Tribunal de acceso para mayores de 40 años (curso 2011/2012)
8. Secretario del Departamento de Derecho Internacional Público y Derecho Penal de la Universidad de Alicante, desde el 02/11/2011 hasta 11/12/2012.
9. Secretario académico de la Facultad de Derecho de la Universidad de Alicante, desde el 11/12/2012 hasta la actualidad (actualizar).

10. Miembro de la Junta de Facultad de Derecho, desde el 16/01/2013 hasta la actualidad (actualizar)
- 11.** Miembro del Claustro de la Facultad de Derecho, desde 01/04/2009 hasta la actualidad (actualizar).
- 12.** Coordinador de Movilidad y prácticas externas de la Facultad de Derecho, desde septiembre 2013 hasta el 17 marzo 2014.

Seminar Syllabus

Introduction to the Law of the United States

Professor Patrick R. Hugg
John J. McAulay Professor of Law
Loyola University School of Law

One Credit

University of Lisbon
Faculty of Law

October 3 – October 7, 2016

SYLLABUS

Seminar Objectives: This seminar will introduce students to the basic structure and primary distinguishing features of the law and legal system of the United States of America. As the **Seminar Schedule** below illustrates, the seminar will explore the many non-European aspects of U.S. law and especially the common law tradition and the federal nature of governance between the central government in Washington D.C. and the fifty U.S. States. Students will examine the controversial differences in the common law and civil law traditions, as each system attempts to impose order and promote prosperity in its jurisdiction. In particular, students of this seminar will enjoy learning about and discussing the different U.S. methods for finding justice through adversarial trial processes, the U.S. approach to protecting fundamental rights, and other current topics.

Because the U.S. legal system is often dramatically different from most European legal systems, the seminar will be presented in the lecture–discussion format, in hopes of promoting a lively interchange regarding the rationality and functionalism of the varying institutions, mechanisms, and rules of law. Some aspects of the U.S. legal system make little sense except in the context of their historical development. Some parts of the U.S. legal system work poorly; others work well. To offer the students a thoughtful and provocative learning experience, these very different and very non-European aspects of U.S. law will be explored.

Expected Student Learning Outcomes: First and foremost, students completing this seminar can expect to understand the unique nature of this polity called the United States. This is significant because the U.S. system is complex and in many ways different from the governments in continental Europe. Its organization and institutions do not compare well with counterparts in Europe. Second, students can expect to become familiar with the political and governmental functioning of the U.S., its processes, and vernacular. Finally, students can expect to gain an understanding of the revolutionary development of the U.S. as a significant evolution of legal systems and legal science in the late 18th century, and how that has succeeded, or not, to the present day.

Text and Other Resources: Selected seminar readings have been prepared and will be distributed prior to and during the course. For example, considerable text accompanies this Syllabus, including descriptions of the forms of modern democratic governance, and excerpts from the U.S. Constitution. Also electronically posted for student use is a compilation of landmark U.S. Supreme Court judicial decisions (edited to make them shorter and easier to understand – students are not expected to read all of these decisions; they are made available in the interest of providing the seminar participants full measure of resources with which to understand U.S. law.) Further, we will resort to other available electronic resources for current news illustrating U.S. law.

Seminar Schedule: The seminar will meet for five sessions, starting Monday, October 3 through Friday, October 7, 2016, in two hour seminar meetings. An **optional**

class session to view the hit movie Runaway Jury will be conducted at 6:15 p.m. on Wednesday, October 5, for interested students.

Daily Topical Schedule:

Monday, October 3	Historical Development of U.S. Law – the different national experience and mentality: Rugged Individualism; Legal Sources, Common Law, Presidential Democracy
Tuesday, October 4	Public Law – Constitutional Law, Legal Process, Judicial Review, Fundamental Rights, the Death Penalty
Wednesday, October 5	The U.S. Judicial System – Civil and Criminal Procedure, Trial Process, the Jury, State and Federal Courts
Thursday, October 6	Private Law – Contracts, Torts, Property, Punitive Damages, Class Actions, Contingent Fees
Friday, October 7	The U.S. Law School Experience, Legal Professions: Lawyers and Judges

Class Attendance: Students are expected to attend all five of the seminar sessions. One absence may be excused by the Erasmus office based on valid reason.

Course Format, Expectations, and Student Assessment: The class will be presented in the lecture-discussion format, including the traditional Socratic and case methods. Our discussions will take us beyond the relevant descriptive information about U.S. law. Particular emphasis will be placed on inquiry into the coherence and philosophical underpinnings of the governmental and legal institutions, processes, and values advanced by the U.S. system. Students are encouraged to participate in the class presentations with informed questions and comments. Students are also encouraged to prepare for class by reading assigned materials prior to each class. Because class participation is valued as a teaching tool, it will be included in the final grades (see **Course Grading** below).

The course will conclude with the students writing a brief paper on a topic of their choice, in agreement with the Professor, relating to the seminar instruction and discussions. The paper will be evaluated for its analytical merit and substantive content, not its length. We are all too busy for that. The paper may not exceed five typewritten pages, or if handwritten, may not exceed 1250 words.

Course Grading: Students' grades will be administered according to the traditional numerical system in place at the University of Lisbon Law Faculty. Final grades in the course will be computed on the following basis: class participation 10%, final paper 90%.

Office Hours: Prof. Hugg will maintain office hours each Monday - Friday afternoon from 2 p.m. until 3:30 p.m. in the offices assigned to him in the law faculty, and he will be available at other times by appointment. Prof. Hugg may be contacted most easily via e-mail at hugg@loyno.edu. Students are encouraged to e-mail, call, or visit at any time to discuss the course, the paper, and any related topics of interest.

United States Early History Timeline

1430	<i>Portuguese start voyages down the west coast of Africa</i>
1492	Columbus arrives in Western Hemisphere
1607	First English settlement founded at Jamestown, Virginia
1619	First group of black slaves brought to Virginia First legislative assembly meets in Virginia
1620	Pilgrims establish second English colony in Plymouth, Massachusetts
1622	Indian attacks in Virginia
1629	Great Puritan migration to Massachusetts Bay
1636	Harvard College founded
1700	250,000 settlers in English colonies
1720s	Colonial economic life quickens
1756-1763	French and Indian War (France v. England in America)
1764-1765	Sugar Act and Stamp Act controversies
1770	Boston Massacre
1773	Boston Tea Party
1774	Coercive Acts, First Constitutional Congress convenes
1775	America Revolution begins with fighting at Lexington and Concord, Massachusetts
1776	Declaration Of Independence New (weak) federal government created based on the flawed Articles of Confederation (1st US attempt at a constitution)
1778	French join the U.S. war of independence against the English
1781	Battle of Yorktown, Virginia (last land battle - defeat of English)
1783	Peace Treaty signed in Paris, France
1784-1787	Northwest Ordinance
1787	Constitutional Convention convened to draft a new constitution to create a stronger, more effective federal government
1788	The U.S. Constitution ratified
1789	George Washington inaugurated as first President of the United States French Revolution begins
1790	U. S. Capitol placed on the Potomac River

1798	Kentucky and Virginia resolutions
1800	Thomas Jefferson elected 2nd President of the United States
1803	Louisiana Purchase
1812	War of 1812 with England
1820	Missouri Compromise
1823	Monroe Doctrine
1828	Andrew Jackson elected 7th President of the United States (beginning of radical "Jacksonian Democracy")
1830s	Railroad era begins
1835	Texas Revolution, Republic of Texas established
1840s	Manifest Destiny Telegraph and railroads create a communications revolution
1846	Mexican War begins
1848	U.S. wins and acquires California and territory of present-day Nevada, Utah, Arizona, New Mexico, and part of Colorado
1849	Gold discovered in California
1850	California admitted to union
1853	Gadsden Purchase
1860	Abraham Lincoln elected 16th President of the United States
1861	Confederate States of America formed Civil War begins at Fort Sumter South secedes from the U.S.
1862	Battle of Antietam Emancipation Proclamation issued (effective January 1, 1863)
1864	Sherman takes Atlanta (Sherman's "March to the Sea")
1865	Robert E. Lee surrenders at Appomattox Courthouse in Virginia Thirteenth Amendment to the Constitution abolishes slavery Lincoln assassinated Ku Klux Klan formed
1867	First Reconstruction Act launches radical reconstruction Alaska purchased
1868	Fourteenth Amendment guarantees Civil Rights
1870	Fifteenth Amendment forbids denial of vote on racial grounds
1870s	Terrorism against black people in the South
1876	End of Reconstruction
1879	Standard Oil Trust formed
1880s	Big Business emerges
1890	Sherman Anti-Trust Act
1890-1920	Fifteen million "new" immigrants arrive
1898	War with Spain Hawaii annexed
1899	Peace with Spain U.S. receives Philippines, Samoa, Guam, and Puerto Rico
1901	Theodore Roosevelt elected 26th President of the United States
1903	Wright Brothers first flight

1904-1914	Panama Canal built
1912	Woodrow Wilson elected 28th President of the United States
1914	World War I begins the rise of the U.S. as a global power
1929	Stock market crash precipitates the Great Depression (Oct. 29)
1932	Franklin Roosevelt is inaugurated as the 32nd president. New Deal recovery measures are enacted by Congress.
1941	Japan attacks Pearl Harbor; U.S. enters World War II.
1945	Roosevelt dies and is succeeded by his vice president, Harry Truman. Germany surrenders unconditionally (May 7). U.S. drops atomic bombs on Hiroshima and Nagasaki, Japan (Aug. 6 and 9). Japan agrees to unconditional surrender (Aug. 14).
1950-53	Korean War
1959	Alaska and Hawaii become 49th and 50th U.S. States
1960	Lunch counter sit-ins begin the U.S. Civil Rights Movement
1961	Cold War heats up with construction of the Berlin Wall; U.S. increases involvement in Vietnam; U.S. breaks diplomatic relations with Cuba.
1963	JFK assassinated
1965	Vietnam War escalates; anti-war protests enlarge
1968	MLK assassinated, RFK assassinated, Nixon becomes President
1973	U.S. pulls out of Vietnam (defeated) and Watergate causes Nixon to resign
1981	Reagan becomes President, begins detente with USSR
1989	Berlin Wall opened
1991	Persian Gulf War: U.S. leads international coalition in military operation to drive Iraqis out of Kuwait (Jan. 16–Feb. 28); U.S. and Soviet Union sign START I treaty, agreeing to further reduce strategic nuclear arms.
1992	Following the breakup of the Soviet Union in Dec. 1991, President Bush and Russian president Boris Yeltsin formally declare end to the cold war
1998	House of Representatives votes to impeach President Clinton on charges of perjury and obstruction of justice (Dec. 19).
1999	Senate acquits Clinton of impeachment charges (Feb. 12). NATO wages air campaign against Yugoslavia over killing and deportation of ethnic Albanians in Kosovo (March–June).
2000	More than a month after the presidential election, the U.S. Supreme Court rules against a manual recount of ballots in certain Florida counties, which it contends would violate the Constitution's equal protection and due process guarantees. The decision provokes enormous controversy, with critics maintaining that the court has in effect determined the outcome of the election. Bush formally accepts the presidency, having won a slim majority in the electoral college but not a majority of the popular vote.
2001	9/11 attacks kill 3000 people; “war on terror” begins.
2005	Hurricane Katrina wreaks catastrophic damage on Mississippi and Louisiana; 80% of New Orleans is flooded (Aug. 29–30).
2008	U.S. (and global) economy collapses, with Lehman Brothers filing for bankruptcy, and mortgage giants Fannie Mae and Freddie Mac placed under government conservatorship. Barack Obama becomes the first African-American to be elected President.

Three Basic Types of Democracy

Any form of *democracy* tries in its own way to ascertain the *will of the people* and to bring public affairs into line with it. Theoretically this can be achieved by *direct* participation of all citizens (*Direct Democracy*) or by a body of elected representatives (*Representative Democracy*). Within the group of *Representative Democracies* the focus may be on a strong president (*Presidential Democracy*) as in the United States, or on a strong parliament (*Parliamentary Democracy*), as in Germany, Spain, and the U.K. Some countries have established a hybrid in which some authentic power is given to an elected President, while a Prime Minister accountable to the legislature administers the general operation of the government (*Semi-Presidential Democracy*), as in Portugal and France. Many variations operate today all over the world.

Direct Democracy	Presidential Democracy	Parliamentary Democracy
Example: Switzerland	Examples: USA	Examples: UK, Germany, Spain, Italy
Head of State Any member of government in turn (for one year), no practical importance	The President is head of state <i>and</i> leader of the government	Head of State is a different function than prime minister, it may be a monarch (queen/king) or an elected person
Government: members with equal rights, elected by the parliament, representing all major parties (not really unanimous, but extremely stable)	President elected by the people nominates the ministers [members of government]	Government elected by the parliament based on a majority, may be dismissed by the parliament (especially when based on a coalition of several parties)
Parliament elected for a fixed legislative period, no dissolution; changing coalitions, sometimes even extreme right and extreme left together against the center (though for different reasons)	Parliament elected for a fixed legislative period clear <i>institutional</i> separation of parliament and government (but the officials may cooperate as closely as in the other systems, if they like to do so)	Parliament elected for a legislative period, dissolution and early new elections possible if a clear majority cannot be established
Government members <i>need not be</i> members of parliament	Government members <i>need not be</i> members of parliament	Government members <i>must be</i> elected members of parliament
Strong position of the people (frequent referendums on single laws)	Strong position of the president (veto)	Strong position of the political parties
Laws are created in four steps: 1. Draft by the administration 2. Consultation of federal states.	Laws are debated and passed by the parliament; lobbyists do not have a formal right to be	Laws are proposed by the government (being the leaders of the coalition of

<p>political parties, entrepreneurs, unions and other interested groups</p> <p>3. Parliamentary debate and final version passed</p> <p>4. Possibility of a referendum</p> <p>If a strong party or lobby threatens to call for a referendum, the parliament might be inclined to a compromise, the formal consultation process gives the public a clear view of the critical aspects and the pros and cons already at an early stage</p>	<p>heard, but do exercise some influence on members of parliament in reality; the president may block a law by veto; as the president is elected as a personality (not only as a party leader) by the people (not by the parliament), he may or may not rely on a majority of the parliament (in practice there have been some periods with a president forced to cooperate with a majority of oppositional members of parliament)</p>	<p>parties) laws are debated and passed by parliament; lobbyists do not have a formal right to be heard, but do exercise some influence on members of parliament in reality; if there is a solid majority, compromises are sought within the coalition (and may sometimes represent tactics rather than conviction), the opposition may be ignored until the next elections but then laws may be revoked or changed by a new majority</p>
<p>The process of making laws is rather slow, which may be a handicap with more technically oriented laws (regulating questions of broad public interest but addressing a small number of professionals). Laws concerning everybody's everyday's actions, however, may get more attention and acceptance by the public and therefore be more effective due to the intense public debate.</p>	<p>A strong president may act immediately - but there is a certain risk that he rushes to conclusions he may hardly be willing to withdraw from even if they prove to be unwise from a later point of view.</p>	<p>If there are many small parties in a country, the close dependence of the government on a parliamentary majority may undermine the stability of the government.</p>
<p>History shows that from time to time the Swiss people does correct decisions of parliament and government that give in too much to lobby pressure, so <i>Direct Democracy</i> seems to offer effective <i>checks and balances</i>. But sometimes it just takes a long time (decades, not years) until a new idea is finally broadly accepted.</p>	<p>The separation of powers - though it might seem very clear in theory - does not automatically provide more effective <i>checks and balances</i> between parliament and government than in a <i>Parliamentary Democracy</i>.</p>	<p>If there are only two relevant parties and one has a comfortable majority, the parliamentary system offers few effective <i>checks and balances</i>.</p>

Conclusion

Though there are remarkable formal and institutional differences between the systems of *Direct, Presidential, Semi-Presidential, and Parliamentary Democracy*, there are more or less successful examples for any of these systems. Therefore the practical results - measurable by different factors such as national wealth (both mean income and distribution of wealth), accessibility and

standards of education, life expectancy, infant mortality, corruption and so on - tend to depend less on the choice of one system or another but rather on what might be called an "established culture of democracy", consisting of both *know-how* (experience how the system once chosen works in practice) and *trust* that it works and it pays - for the society as a whole as well as for the individuals.

What is a Presidential Democracy?

A presidential democracy is a system of government in which the executive branch is **separate from** the legislature.

A **presidential system**, also called a **congressional system**, is a system of government where an executive branch exists and *presides* (hence the term) **separately from** the legislature, to which it is not accountable and which cannot in normal circumstances dismiss it.

It owes its origins to the medieval monarchies of France, England and Scotland in which executive authority was vested in the Crown, not in meetings of the estates of the realm (i.e. parliament): the Estates-General of France, the Parliament of England or the Estates of Scotland. **The concept of separate spheres of influence of the executive and legislature was copied in the Constitution of the United States, with the creation of the office of President of the United States.** Perhaps ironically, in England and Scotland (since 1707 as the Kingdom of Great Britain, and since 1801 as the United Kingdom) the power of a separate executive waned to a ceremonial role and a new executive, answerable to parliament, evolved while the power of the USA's separated executive increased. This has given rise to criticism of the United States presidency as an "**imperial presidency**" though some analysts dispute the existence of an absolute separation, referring to the concept of "separate institutions sharing power". Although not exclusive to republics, and applied in the case of absolute monarchies, the term is often associated with republican systems in the Americas.

The defining characteristic of a presidential government is how the executive is elected, but nearly all presidential systems share the following features:

- The president is both head of state and head of government.
- The president may not have the ability to legislate directly. He is not a voting member, and may not be allowed to introduce bills. However, in systems such as that of the United States, the president has the power to veto acts of the legislature and, in turn, a supermajority of legislators may act to override the veto.

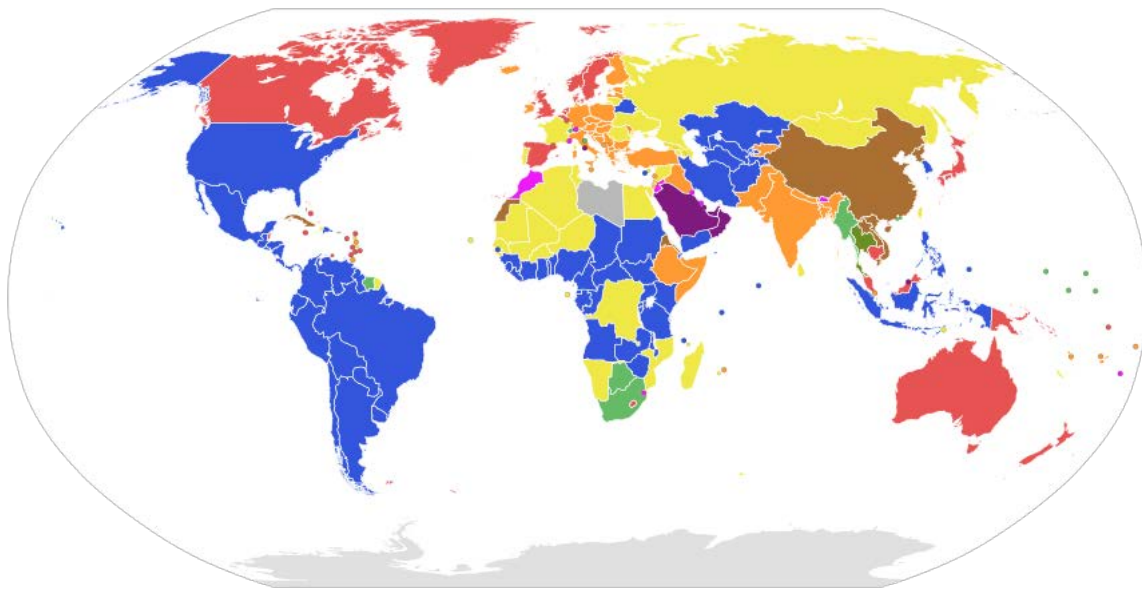
The president has a fixed term of office. Elections are held at scheduled times, and cannot be triggered by a vote of confidence or other such parliamentary

procedures. However, many presidential systems incorporate provisions for the president's trial and subsequent removal from office by the legislature if he or she is found to have committed a crime.

- The executive branch is unipersonal. Members of the cabinet serve at the pleasure of the president and must carry out the policies of the executive and legislative branches. However, presidential systems frequently require legislative approval of presidential nominations to the cabinet as well as various governmental posts such as judges. A president generally has power to direct members of the cabinet, military or any officer or employee of the executive branch, but generally has no power to dismiss or give orders to judges.
- A power to pardon or commute sentences of convicted criminals is often exercised by heads of states in governments with a separation of power between legislative and executive branches of government.
- The term *presidential system* is often used in contrast to cabinet government which is usually a feature of parliamentarism.

A Semi-Presidential System is a system of government in which a president exists along with a prime minister and a cabinet, with the latter two being responsible to the legislature of a state. It differs from a parliamentary republic in that it has a popularly elected head of state, who is more than a purely ceremonial figurehead, and from the presidential system in that the cabinet, although named by the president, is responsible to the legislature, which may force the cabinet to resign through a motion of no confidence.

The global map below shows various systems of governance in operation today. Blue = presidential, yellow = semi-presidential, green = parliamentary system with an executive president chosen by the legislature, orange = parliamentary system with a ceremonial, non-executive president, where a separate head of government leads the executive.



The US system also features Montesquieu's separation of powers and "checks and balances."

The drafters of the U.S. Constitution, the so-called "Founding Fathers," and most especially James Madison, drew upon French philosopher Montesquieu's theory of the separation of powers when drafting the Constitution. Montesquieu argued that the best way to secure liberty and prevent a government from becoming corrupted was to divide the powers of government among different actors who would check each other.

For example, Montesquieu warned that "Were the executive power not to have a right of restraining the encroachments of the legislative body, the latter would become despotic; for as it might arrogate to itself what authority it pleased, it would soon destroy all the other powers."

Madison and the Founding Fathers took heed of Montesquieu's warning by establishing an independent executive (the President), legislative (the Congress), and judiciary (the Supreme Court) in the federal Constitution. Madison masterfully protected the separation of powers by establishing a thorough system of checks and balances as well.

Separation of Powers - As stated previously, the US Government is divided into three branches so that no one branch has all the power. Each branch has its own purpose: to make the laws, execute the laws, and interpret the laws.

Checks and Balances - In order to further protect the citizens, the constitution set up a system of checks and balances. Basically, each branch of government has a certain number of checks it can use to ensure the other branches do not become too powerful. For example, the president can veto legislation, the Supreme Court can declare acts of Congress unconstitutional, and the Senate must approve treaties and presidential appointments.

Checks and Balances of the Legislative Branch

The **Legislative Branch** is given the powers to make the laws. It has the following checks over the **Executive Branch**:

- May override presidential vetoes with a two-thirds vote
- Has the power over the purse strings to actually fund any executive actions
- May remove the president through impeachment
- Senate approves treaties
- Senate approves presidential appointments

The **Legislative Branch** has the following checks over the **Judicial Branch**:

- Creates lower courts
- May remove judges through impeachment
- Senate approves appointments of judges

Checks and Balances of the Executive Branch

The **Executive Branch** is given the power to carry out the laws. It has the following checks over the **Legislative Branch**:

- Veto power
- Ability to call special sessions of Congress
- Can recommend legislation
- Can appeal to the people concerning legislation and more

The **Executive Branch** has the following checks over the **Judicial Branch**:

- President appoints Supreme Court and other federal judges

Checks and Balances of the Judicial Branch

The **Judicial Branch** is given the power to interpret the laws. It has the following checks over the **Executive Branch**:

- Judges, once appointed for life, are free from controls from the executive branch
Courts can judge executive actions to be unconstitutional through the power of [judicial review](#).

The **Judicial Branch** has the following checks over the **Legislative Branch**:

- Courts can judge legislative acts to be unconstitutional.

Judicial Review - This is a power that allows the Supreme Court to decide whether acts and laws are unconstitutional. This was established with [Marbury v. Madison](#) in 1803.

Federalism – the dual axis of state and national governments sharing power - One of the most complicated foundations of the US is the principle of federalism. This is the idea that the central government does not control all the power in the nation. States also have powers reserved to them. This division of powers does overlap and **sometimes leads to problems such as what happened with the response to Hurricane Katrina between the state and federal governments.**

Constitution of the United States

The following Introduction is taken from the official U.S. Constitution web site:

The Federal Convention convened in the State House (Independence Hall) in Philadelphia on May 14, 1787, to revise the Articles of Confederation. Because the delegations from only two states were at first present, the members adjourned from day to day until a quorum of seven states was obtained on May 25. Through discussion and debate it became clear by mid-June that, rather than amend the existing Articles, the Convention would draft an entirely new frame of government. All through the summer, in closed sessions, the delegates debated, and redrafted the articles of the new Constitution. Among the chief points at issue were how much power to allow the central government, how many representatives in Congress to allow each state, and how these representatives should be elected—directly by the people or by the state legislators. The work of many minds, the Constitution stands as a model of cooperative statesmanship and the art of compromise.

The following excerpts from the U.S. Constitution
set forth the more relevant design features
of the system of U.S. governance.



(Preamble)

We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.

Article I

Section 1

All legislative Powers herein granted shall be vested in a Congress of the United States, which shall consist of a Senate and House of Representatives.

Section 2

1: The House of Representatives shall be composed of Members chosen every second Year by the People of the several States, . . .

Section 3

1: The Senate of the United States shall be composed of two Senators from each State, . . . , for six Years; and each Senator shall have one Vote.

4: The Vice President of the United States shall be President of the Senate, but shall have no Vote, unless they be equally divided.

6: The Senate shall have the sole Power to try all Impeachments.

Section 7

1: All Bills for raising Revenue shall originate in the House of Representatives; . . .

2: Every Bill which shall have passed the House of Representatives and the Senate, shall, before it become a Law, be presented to the President of the United States; If he approve he shall sign it, but if not he shall return it, with his Objections to that House in which it shall have originated, who shall enter the Objections at large on their Journal, and proceed to reconsider it. If after such Reconsideration two thirds of that House shall agree to pass the Bill, it shall be sent, together with the Objections, to the other House, by which it shall likewise be reconsidered, and if approved by two thirds of that House, it shall become a Law. . . . If any Bill shall not be returned by the President within ten Days (Sundays excepted) after it shall have been presented to him, the Same shall be a Law, in like Manner as if he had signed it, unless the Congress by their Adjournment prevent its Return, in which Case it shall not be a Law.

Section 8

1: The Congress shall have Power To lay and collect Taxes, Duties, Imposts and Excises, to pay the Debts and provide for the common Defence and general Welfare of the United States; but all Duties, Imposts and Excises shall be uniform throughout the United States;

2: To borrow Money on the credit of the United States;

- 3: To regulate Commerce with foreign Nations, and among the several States, and with the Indian Tribes;
- 4: To establish an uniform Rule of Naturalization, and uniform Laws on the subject of Bankruptcies throughout the United States;
- 5: To coin Money, regulate the Value thereof, and of foreign Coin, and fix the Standard of Weights and Measures;
- 6: To provide for the Punishment of counterfeiting the Securities and current Coin of the United States;
- 7: To establish Post Offices and post Roads;
- 8: To promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to their respective Writings and Discoveries;
- 9: To constitute Tribunals inferior to the supreme Court;
- 10: To define and punish Piracies and Felonies committed on the high Seas, and Offences against the Law of Nations;
- 11: To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal, and make Rules concerning Captures on Land and Water;
- 12: To raise and support Armies, but no Appropriation of Money to that Use shall be for a longer Term than two Years;
- 13: To provide and maintain a Navy;
- 18: To make all Laws which shall be necessary and proper for carrying into Execution the foregoing Powers, . . .

Section 9

- 2: The Privilege of the Writ of Habeas Corpus shall not be suspended, unless when in Cases of Rebellion or Invasion the public Safety may require it.
- 3: No Bill of Attainder or ex post facto Law shall be passed.

Section 10

- 1: No State shall enter into any Treaty, Alliance, or Confederation; grant Letters of Marque and Reprisal; coin Money; emit Bills of Credit; make any Thing but gold and silver Coin a Tender in Payment of Debts; pass any Bill of Attainder, ex post facto Law,

or Law impairing the Obligation of Contracts, or grant any Title of Nobility.

2: No State shall, without the Consent of the Congress, lay any Imposts or Duties on Imports or Exports, except what may be absolutely necessary for executing its inspection Laws: and the net Produce of all Duties and Imposts, laid by any State on Imports or Exports, shall be for the Use of the Treasury of the United States; . . .

Article II

Section 1

1: The executive Power shall be vested in a President of the United States of America. He shall hold his Office during the Term of four Years, and, together with the Vice President, chosen for the same Term, . . .

Section 2

1: The President shall be Commander in Chief of the Army and Navy of the United States, and of the Militia of the several States, . . . and he shall have Power to grant Reprieves and Pardons for Offences against the United States, except in Cases of Impeachment.

2: He shall have Power, by and with the Advice and Consent of the Senate, to make Treaties, provided two thirds of the Senators present concur; and he shall nominate, and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint Ambassadors, other public Ministers and Consuls, Judges of the supreme Court, and all other Officers of the United States, . . .

3: The President shall have Power to fill up all Vacancies that may happen during the Recess of the Senate, by granting Commissions which shall expire at the End of their next Session.

Section 4

The President, Vice President and all civil Officers of the United States, shall be removed from Office on Impeachment for, and Conviction of, Treason, Bribery, or other high Crimes and Misdemeanors.

Article III

Section 1

The judicial Power of the United States, shall be vested in one supreme Court, and in such inferior Courts as the Congress may from time to time ordain and establish. The Judges, both of the supreme and inferior Courts, shall hold their Offices during good Behaviour, and shall, at stated Times, receive for their Services, a Compensation, which shall not be diminished during their Continuance in Office.

Section 2

1: The judicial Power shall extend to all Cases, in Law and Equity, arising under this Constitution, the Laws of the United States, and Treaties made, or which shall be made, under their Authority;--to all Cases affecting Ambassadors, other public Ministers and Consuls;--to all Cases of admiralty and maritime Jurisdiction;--to Controversies to which the United States shall be a Party;--to Controversies between two or more States; . . . -- between Citizens of different States, . . .

3: The Trial of all Crimes, except in Cases of Impeachment, shall be by Jury; and such Trial shall be held in the State where the said Crimes shall have been committed; . . .

Article IV

Section 1

Full Faith and Credit shall be given in each State to the public Acts, Records, and judicial Proceedings of every other State. . . .

Section 2

1: The Citizens of each State shall be entitled to all Privileges and Immunities of Citizens in the several States.

Article V

The Congress, whenever two thirds of both Houses shall deem it necessary, shall propose Amendments to this Constitution, or, on the Application of the Legislatures of two thirds of the several States, shall call a Convention for proposing Amendments, which, in either Case, shall be valid to all Intents and Purposes, as Part of this Constitution, when ratified by the Legislatures of three fourths of the several States, or by Conventions in three fourths thereof, as the one or the other Mode of Ratification may be proposed by the Congress; . . .

Article VI

2: This Constitution, and the Laws of the United States which shall be made in Pursuance thereof; and all Treaties made, or which shall be made, under the Authority of the United States, shall be the supreme Law of the Land; and the Judges in every State shall be bound thereby, . . .

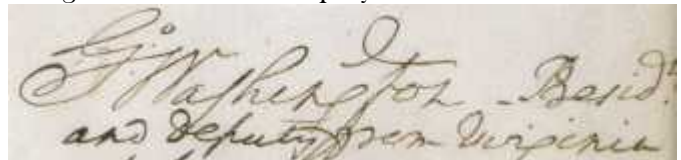
3: The Senators and Representatives before mentioned, and the Members of the several State Legislatures, and all executive and judicial Officers, both of the United States and of the several States, shall be bound by Oath or Affirmation, to support this Constitution; . .

done in Convention by
the Unanimous Consent
of the States present
the Seventeenth Day of
September in the Year of
our Lord one thousand
seven hundred and Eighty
seven and of the
Independence of the
United States of America
the Twelfth **In**
witness whereof We have
hereunto subscribed our
Names,

Attest William Jackson Secretary

G^o: Washington -Presid'. and deputy from

Virginia



George Washington -Presid.
and deputy from Virginia

The First Ten Amendments (The Bill of Rights)

Article [I]

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.

Article [II]

A well regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed.

Article [III]

No Soldier shall, in time of peace be quartered in any house, without the consent of the Owner, nor in time of war, but in a manner to be prescribed by law.

Article [IV]

The right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures, shall not be violated, and no Warrants shall issue, but upon probable cause, supported by Oath or affirmation, and particularly describing the place to be searched, and the persons or things to be seized.

Article [V]

No person shall be held to answer for a capital, or otherwise infamous crime, unless on a presentment or indictment of a Grand Jury, except in cases arising in the land or naval forces, or in the Militia, when in actual service in time of War or public danger; nor shall any person be subject for the same offence to be twice put in jeopardy of life or limb; nor shall be compelled in any criminal case to be a witness against himself, nor be deprived of life, liberty, or property, without due process of law; nor shall private property be taken for public use, without just compensation.

Article [VI]

In all criminal prosecutions, the accused shall enjoy the right to a speedy and public trial, by an impartial jury of the State and district wherein the crime shall have been committed, which district shall have been previously ascertained by law, and to be informed of the nature and cause of the accusation; to be confronted with the witnesses against him; to have compulsory process for obtaining witnesses in his favor, and to have the Assistance of Counsel for his defence.

Article [VII]

In Suits at common law, where the value in controversy shall exceed twenty dollars, the right of trial by jury shall be preserved, and no fact tried by a jury, shall be otherwise re-examined in any Court of the United States, than according to the rules of the common law.

Article [VIII]

Excessive bail shall not be required, nor excessive fines imposed, nor cruel and unusual punishments inflicted.

Article [IX]

The enumeration in the Constitution of certain rights, shall not be construed to deny or disparage others retained by the people.

Article [X]

The powers not delegated to the United States by the Constitution, nor prohibited by it to the States, are reserved to the States respectively, or to the people.

RESUME

PATRICK RYAN HUGG

John McAulay Professor of Law
Loyola University School of Law
7214 St. Charles Ave.
New Orleans, LA 70118

EDUCATIONAL BACKGROUND

LL.M. Tulane University School of Law - 1981
With Distinction

J.D. University of Louisville - 1978

A.B. Spring Hill College - 1970

ACADEMIC EXPERIENCE

Professor of Law, Loyola University School of Law
1986 - present

John McAulay Distinguished Professor of Law
invested in 2000

Guest Professor:

University of Vienna Law faculty Fall semester 1995, Fall semester 2009
Yditepe University Law faculty, Istanbul Fall semester 2002

Director of Vienna Summer Legal Studies Program
1994 - present

Director of Loyola Law School Center for International Programs
1999 - 2011

Direct and teach two annual peripatetic seminars: 1) Exploring the Roots of the Civil Law (seminar presentations on site traveling from Istanbul, via the Bosphorus to Anatolia, to Ephesus, Samos, and Thessaloniki), 2) The Institutions of the European Union (seminar presentations on site, traveling from Brussels, through Luxembourg, Strasbourg, and Paris)

Courses Taught Include International Trade Law, Law of the European Union, Common Law Property, Appellate Advocacy, Comparative Law, and Federal Courts, and co-teach annually Comparative Legal Systems: Austria, Germany, and the United States (with Prof. H. Hausmaninger).

CURRENT LEADERSHIP SERVICE

Chair, International Committee, Southeast Association of Law Schools, 2010-2012.

Member, World Trade Organization, New Orleans, Government Affairs Committee 2009 – 2011.

Member, Board of Governors, Louisiana Civil Service League
2000 - present

Member University Institutional Review Board - 2006 - present

2003 University Award for Outstanding Research

PUBLICATIONS

Book:

Guide to European Union Commercial Practice, Oceania Publishers 2003.

Law Review Articles:

Accession Aspirations Degenerate: A New Chapter for Turkey and the EU, 9 Washington University Global Studies Law Review 225 (2010).

Symposium Introduction: Emerging Technology and Law in Europe, Loyola University New Orleans College of Law, Law & Technology Annual, 133 (2010).

The New EU Services Directive: Metaphor for Europe Today, Model for Expanding International Harmonization Tomorrow, International Law and Trade 220 (2007).

Cyprus in Europe; Seizing the Momentum of Nice, 34 Vanderbilt Journal of Transnational Law 1293 (2001).

Turkey in Europe; Reconsidering the Luxembourg Exclusion, 23 Fordham Int'l L. 606 (2000).

Transnational Convergence: European Union and American Federalism, 32 Cornell Int'l L. Rev. 43 (1998)

Participant and Co-author of the ABA Central and Eastern European Law Initiative's 2001 Advisory Comment on a comprehensive new Civil Service law for the emerging democratic government in Slovakia.

Participant and Co-author of the ABA Central and Eastern European Law Initiative's 1999 Advisory Comment on a comprehensive new Civil Service law for the emerging democratic government in Albania.

Comparative Models for Legal Education in the United States: Improved Admissions Standards and Professional Training Centers, 30 Valparaiso University Law Review 51 (1995).

Book Review, The Justice From Beacon Hill: The Life and Times of Oliver Wendell Holmes, 38 Loyola Law Review 557 (1992).

A Hybrid Theory of Education Reform, co-authored by Dr. Lou Miron, 36 Loyola Law Review 937 (1991).

Federalism's Full Circle - Relief from Education Discrimination, 35 Loyola Law Review 13 (1989).

Judicial Style: An Exemplar, 33 Loyola Law Review 865 (1987).

BAR ASSOCIATIONS

Supreme Court of the United States
Fifth Circuit Federal Bar and licensed in all federal district trial courts
Louisiana Supreme Court Bar, and licensed in all trial courts in the state

COURSE PROGRAM
INTRODUCTION TO AMERICAN CRIMINAL LAW AND PROCEDURE
October 10-14, 2016
University of Lisbon Faculty of Law

Professor Stephen C. Thaman, Saint Louis University, USA

October 10: The History of the Bill of Rights in Relation to American Criminal Law and Procedure: the Battle Against the Death Penalty and the Racist Application of Criminal Procedure in the U.S.

Suggested Readings:

Michael J. Klarman, The Racial Origins of Modern Criminal Procedure, 99 Mich. L. Rev. 48 (2001)

October 11: Substantive Criminal Law Today: Common Law Roots, The Influence of the Model Penal Code, and the Problems of Codification

Model Penal Code: Secs. 1.12, 1.13, 2.01, 2.02-2.06; 5.01-5.03

Morrisette v. United States, 342 U.S. 246 (1952)

Montana v. Egelhoff, 518 U.S. 37 (1996)

Stephen C. Thaman, *The Model Penal Code and the Dilemma of Criminal Law Codification in the United States*, in CODIFICATION IN INTERNATIONAL PERSPECTIVE 165-183 (Wen-Yeu Wang ed. 2014). Springer.

Suggested Readings:

October 12: The Sixth Amendment of the U.S. Bill of Rights: The Adversarial Trial by Jury, History and Practice

Suggested Readings:

Albert Alschuler & James Deiss, A Brief History of Trial by Jury.

Duncan v. Louisiana, 391 U.S. 145 (1968)

Crawford v. Washington, 541 U.S. 36 (2004)

Alleyne v. United States, 133 S.Ct. 2151 (2013).

October 13: Admissibility of Evidence in the American Criminal Trial: Exclusionary Rules and Practices in Relation to Violations of the Right to Privacy and the Privilege Against Self-Incrimination.

Suggested Readings:

Katz v. U.S. 389 U.S. 347 (1967)

Jones v. U.S., 132 S.Ct. 945 (2012)

Terry v. Ohio, 392 U.S. 1 (1968)

Weeks v. U.S., 232 U.S. 383 (1914)
Mapp v. Ohio, 367 U.S. 643 (1961)
United States v. Leon, 468 U.S. 897 (1984)
Rakas v. Illinois, 439 U.S. 128 (1978)
Miranda v. Arizona, 384 U.S. 436 (1966)

October 14: Plea Bargaining, Draconian Sentencing Practices, and the Disappearance of Trial by Jury:

Suggested Readings:

John H. Langbein, *Torture and Plea Bargaining*, 46 U. CHI. L. REV. 3-22 (1978)
Ewing v. California, 538 U.S. 11 (2003)
Brady v. United States, 397 U.S. 742 (1970)
North Carolina v. Alford, 400 U.S. 25 (1970)
Bordenkircher v. Hayes, 434 U.S. 357 (1978)

RESUME

Dr. iur. STEPHEN C. THAMAN

PERSONAL DATA

Born: August 23, 1946, Berkeley, California. USA.
Married to Natalia G. Makarova.
Daughter Raquella (born 1970); 3 grandchildren.
Address: School of Law, Saint Louis University, 100 N. Tucker Ave, St. Louis, MO 63101-1930. Phone: (314) 977-3306 (work); (314) 725-4954 (home). FAX: (314) 977-3332; e-mail thamansc@slu.edu

EDUCATION

- B.A. University of California, Berkeley. 1968. German. Departmental Citation. Honors. Phi Beta Kappa.
- M.A. University of California, Berkeley. 1969. German.
- J.D. University of California, Berkeley. (Boalt School of Law) 1975.
- Dr. iur. Albert-Ludwig-University. Freiburg, Germany. 1992. Magna cum laude.
- Other Georg-August-University, Göttingen, Germany. Study of German Language and Literature. 1966-1967; 1969-1970.
- Instituto Pedagógico de Lenguas Extranjeras. Havana, Cuba. Advanced Spanish Language Course for Lawyers. July-August. 1983. Diploma.
- International Institute of Human Rights. Strasbourg, France. July, 1989. Certificat d'Assiduite.

EMPLOYMENT

- July 1995--present Professor of Law, Saint Louis University, St. Louis, MO, USA. Has taught Criminal Law, Criminal Procedure, Comparative Law, Comparative Criminal Procedure, International Criminal Law, Anti-Terrorism and Criminal Enforcement. Supervised Criminal Clinic in St. Louis City Public Defender Office from 1995-2001. From 2001-2013 was Co-Director, Center for International and Comparative Law. From 2001-2013 was Director of the Summer Law Program in Madrid.
- Feb-May-2015 Fulbright Distinguished Professor at University of Trento, Italy. Taught Comparative Criminal Procedure.

- Oct. 2013-Nov. 2015: Visiting Professor, Southwest University of Political Science and Law, Chongqing, China. From Oct. 15, 2013 to Nov. 14, 2013, taught a 25 hour course in Comparative Criminal Procedure
- Sep.15-Nov.15, 2012 Visiting Professor, Istanbul University. Teaching classes in Comparative Criminal Law and US Criminal Procedure.
- Sep.15-Nov.15, 2011 Visiting Professor of Law, University of Modena and Reggio Emilia, Modena, Italy. Taught 32 hour course in introduction to American Criminal Law and Procedure in Italian.
- Nov. 15-Dec. 3, 2010 Visiting Professor of Law, Université Paris-Dauphine, Paris, France. Taught 9 hour course in English on White Collar Crime.
- Oct. 9-Nov. 9, 2010 Visiting Professor of Law, Free International University of Social Sciences (LUISS) Guido Carli, Rome, Italy. Taught 12 hour course: Introduction to American Criminal Law and Procedure (in Italian).
- Sept. 19-Oct. 2, 2010 Visiting Professor of Law, University of Bern, Switzerland: taught 24 hour course in the Introduction to American Criminal Law and Procedure (in English)
- Aug.-Dec. 2008 Visiting Professor of Law. National University of Singapore. Teaching Comparative Legal Systems.
- Oct 1994-Jun 1995 Research Fellowship. Max-Planck-Institute for Comparative and International Criminal Law, Freiburg, Germany. Research: Lay Participation in the Criminal Trial.
- July 1993--Oct 1994 Liaison. Central and Eastern European Law Initiative of American Bar Association. Moscow, Russia. In charge of coordinating program of U.S. support for the Russian project reintroducing trial by jury and other projects in support of legal reform.
- Aug. 1992-May 1993 Fellow. International Research and Exchanges Board. Institute of State and Law. Russian Academy of Sciences. Moscow, Russia. Research into Criminal Justice and Court Reforms in Russia. Consultant in drafting of new Code of Criminal Procedure and legislation involving court organization, the bar, reintroduction of trial by jury with the Legislative Committee of the Supreme Soviet of the Russian Federation, the State Legal Agency of the Office of the President of the Russian Federation and the Ministry of Justice of the Russian Federation.
- Aug.1991-June 1992 Work on doctoral dissertation, oral examinations and defense of dissertation. Berlin, Freiburg, Germany.

- Sep.1990-Aug.1991 Senior Fellow. International Institute of Higher Studies in Criminal Sciences. Siracusa, Italy. Research in International Criminal Law and Human Rights.
- Jan-June 1990 Comparative Law Seminar on Criminal Law and Freedom of Expression (with Prof. Dr. Herwig Roggemann). Eastern European Institute. Free University, Berlin, Germany.
- 1989 Under contract with Max-Planck-Institute for Comparative and International Criminal Law, Freiburg, Germany. Wrote study of Criminal Enforcement of Environmental Protection laws in the U.S. as part of 30-country comparative study.
- Sept.-Dec. 1988 Attorney Trainee. European Commission of Human Rights. Strasbourg, France.
- Sept.1987-Jul 1988 Fulbright Senior Professor Award. Institute of Criminal Law and Procedure. Free University, Berlin.
- Feb.1976-Aug.1987 Assistant Public Defender. Alameda County, California. USA. Criminal defense lawyer for the indigent. Handled thousands of cases, including 58 before a jury (24 felonies, including 3 murders, one of which involved the death penalty. Jan. 1984-Jul. 1985 Chief Attorney for the Juvenile Division. Over 100 trials.
- Sep.1982-Mar.1983 Acting Assistant State Public Defender. Handled 10 criminal appeals. Argued 8 cases before the California Court of Appeals, San Francisco, California.

AWARDS, HONORS

Phi Beta Kappa. Departmental Citation. Department of German. University of California, Berkeley. 1968.

National Defense Education Act Fellowship for Graduate Study in German. University of California, Berkeley. 1969-1971.

Fulbright Senior Professor Award. American Criminal Law and Procedure. Free University, Berlin, Germany. 1987-1988.

Senior Fellowship. International Institute of Higher Studies in Criminal Sciences. Siracusa, Italy. 1990-1991.

International Research and Exchanges Board Fellowship. Institute of State and Law. Russian Academy of Sciences. Moscow, Russia. 1992-1993.

Runner-Up. 1998 Thompson-Coburn Award for Scholarship. Saint Louis University School of Law.

Recipient. 2002 Thompson-Coburn Award for Scholarship. Saint Louis University School of Law

Recipient. 2010. Thompson-Coburn Award for Scholarship. For article or book chapter. Saint Louis University School of Law.

ORGANIZATIONS

California Bar Association

American Bar Association

International Association of Penal Law

American Civil Liberties Union

American Society of Comparative Law, Director (Saint Louis University) since 2000.

Associate Member, International Academy of Comparative Law, since 2010

ADVISORY BOARDS AND LEGAL SERVICE

Editorial Advisory Board: Journal “Ultima Ratio” published by Instituto Panamericano de Política Criminal, São Paulo, Brazil since 2005

Editorial Advisory Board: Zeitschrift für internationale Strafrechtsdogmatik (Journal for International Criminal Law Doctrine), since 2007

Editorial Advisory Board: Palestra, of the National Bar of Poland. Since 2014.

Scientific Advisory Board, Max-Planck Institute for Foreign and International Criminal Law, 2008-2014.

Co-Chair, American Bar Association’s Missouri Death Penalty Assessment Team. Conducting study of the implementation of the death penalty in Missouri to see if the state complies with ABA guidelines for

death penalty practice. 2009-2012. Report published in March 2012.

Member of Advisory Board. Istanbul International Crime and Punishment Film Festival. (2011-present)

Member of Monitoring Unit: Criminal Law and Criminal Sciences Research Centre. Institute of Criminal Law and Criminal Sciences. University of Lisbon, Portugal. Since June, 2013.

Member, Board of Directors, International Association of Penal Law: Since 2014--

PROFESSIONAL ACTIVITIES AND LECTURES

- 1980-1984 Lobbyist before Assembly Criminal Justice Committee of California State Legislature, Sacramento, California, for Alameda County Public Defenders Association concerning proposed criminal legislation.
- Jul.-Aug. 1983 Advanced Spanish Language Course for Lawyers in Havana, Cuba. Included discussions with Cuban lawyers, judges and government ministers about the Cuban system of justice and observation of trials.
- May-June 1985 Invited by the Association of Democratic Jurists of Nicaragua to lecture at the University of Leon and in Masaya and Managua on American Criminal Law and Procedure. Lectured (in Spanish language) to judges, lawyers, prosecutors, professors, students and legislators involved in drafting the country's new constitution. Consulted with a commission working on a pilot project for a new Code of Criminal Procedure.
- December 1985 Lecture: "Criminal Justice Reform in Nicaragua". at the Annual Convention of the California Bar Association. San Diego, California.
- December 2, 1987 Lecture: "The Death Penalty in the U.S." Institute for International Law. University of Kiel, Germany (in German).
- February 8, 1988 Lecture: "The Death Penalty in the U.S." College of Public Administration. Berlin (West), Germany (in German).
- February 22, 1988 Lecture: "The Undercover Agent in American Law Enforcement". Max-Planck-Institute for Comparative and International Criminal Law. Freiburg, Germany.
- February 23, 1988 Lecture: "The Undercover Agent in American Law Enforcement". Amerika-Haus. Munich, Germany.

- February 25, 1988 Lecture: "The Undercover Agent in American Law Enforcement".
University of Erlangen, Germany.
- February 26, 1988 Lecture: "Juvenile Criminal Law and Criminality in Oakland, California:
the Perspective of the Defense Lawyer". University of Regensburg,
Germany (in German).
- March 1, 1988 Lecture: "The Undercover Agent in American Law Enforcement". College
of Public Administration. Berlin (West), Germany (in German).
- March 2, 1988 Lecture: "Plea-Bargaining in American Criminal Justice". College of
Public Administration. Berlin (West), Germany (in German).
- April 14, 1988 Lecture: "The Death Penalty in the U.S." German-American Institute.
Heidelberg, Germany (in German).
- April 16, 1988 Lecture: "The Undercover Agent in American Law Enforcement".
Keynote Lecture. Annual Convention of the German-American Jurists
Association. Bonn, Germany.
- May 16, 1988 Lecture: "The Death Penalty in the U.S.". John F. Kennedy Institute. Free
University. Berlin (West), Germany.
- May 18, 1988 Lecture: "Juvenile Criminal Justice in the U.S.". Amerika-Haus. Berlin
(West), Germany.
- June 20, 1988 Lecture: "Juvenile Criminal Justice in the U.S.". College for Social Work
and Pedagogy. Berlin (West), Germany (in German).
- December 6, 1988 Lecture: "Civil Rights and the Police in the U.S." Faculty of Political
Science. University of Milan, Italy.
- December 12, 1988 Lecture: "The Death Penalty in the U.S." Faculty of Political Science.
University of Bologna. Italy.
- December 13, 1988 Lecture: "Civil Rights and the Police in the U.S." Department of History.
University of Florence, Italy.
- December 14, 1988 Lecture: "Plea Bargaining and the new Italian Code of Criminal
Procedure". Institute of Law/Department of History. University of Turin,
Italy.
- May 21, 1990 Lecture: "Environmental Protection and Criminal Law: the U.S.
Experience". German-American Institute. Heidelberg, Germany (in
German).

- June 20, 1990 Lecture: "Strategies for the Enforcement of Environmental Protection Laws in the U.S." University of Mainz, Germany.
- Jun 24-Jul.1,1990 Conference. "The Establishment of an International Criminal Court". International Institute of Higher Studies in Criminal Sciences. Siracusa, Italy.
- July 7, 1990 Lecture: "Due Process of Law. The U.S. Constitution and the Right to a Fair Trial". Contribution to Seminar: "Civil Rights and 'Grundrechte' and their Significance in Legal Process. A Comparison of U.S., German and European Law". Japanese-German Center. July 6-7, 1990. Berlin (West), Germany (in German).
- August 30, 1990 Lecture: "Environmental Criminal Law: the Question of Intent in American and West German Law". Amerika-Haus. Cologne, Germany.
- February 8, 1991 Lecture: "Freedom of Speech in the U.S. Today: Flag-Burning, Racist Speech and the Meaning of the First Amendment Today". Part of Colloquium: "Public and Private Rights: the Bicentennial of the Bill of Rights". Faculty of Political Science. University of Milan, Italy.
- March 5, 1991 Lecture: "The Impact of International Human Rights in Domestic Criminal Procedure". Faculty of Law. Murdoch University, Australia.
- March 8, 1991 Seminar: "Environmental Protection and Criminal Law in the U.S.". School of Economics, Commerce and Law. Murdoch University, Australia.
- March 12, 1991 Lecture: "Criminal Law Reform in the Soviet Union and Eastern Europe". Faculty of Law. Murdoch University, Australia.
- September 4, 1991 Lecture: "Legislation and Ecological Problems: 20 Years of U.S. Experience". Center for Human Ecology. Moscow, U.S.S.R.
- Nov.24-Dec.1,1991 Project Coordinator. General Rapporteur. Conference on the Protection of Human Rights in the Administration of Criminal Justice in Central and Eastern Europe and the Soviet Union. Co-sponsored by the Council of Europe and the United Nations. International Institute of Higher Studies in Criminal Sciences. Siracusa, Italy.
- May 27-31, 1992 International Symposium. "Criminal Law: from Totalitarianism to the Rule of Law. Criminal Justice Reform Tendencies in Eastern Europe." Max-Planck-Institute for Comparative and International Criminal Law. Freiburg, Germany.

- Jan. 12-21,1993 Lecturer. Training Seminar for Russian Judges on Trial by Jury. Russian Legal Academy. Moscow, Russia.
- February 4, 1993 Lecture: "The Constitutional Reform Discussion in Russia". Eastern European Institute. Free University, Berlin, Germany (in German).
- April 16, 1993 Lecture: "Criminal Defense Tactics in the American Jury Trial: their Application in the Russian Jury Trial". Moscow Regional College of Advocates (in Russian).
- May 4-7, 1993 Participated as observer from the Central and Eastern European Law Initiative of the American Bar Association in an international delegation from the United Nations Criminal Justice and Crime Prevention Branch which toured Moscow, the Moscow and Riazan Regions and Stavropol Territory and met with federal and local members of the executive, legislative and judicial branches to discuss international support for the reintroduction of trial by jury in Russia.
- May 12-14, 1993 Member of Faculty. Lectured on Pretrial Detention in Russia and the United States at the Criminal Justice Advocacy Institute on the Right to Pretrial Release and the Consequences of Pretrial Detention. St. Petersburg City Council. Marinsky Palace. St. Petersburg, Russia.
- May 19, 1993 Lecture: "The Jury Trial and Criminal Procedure Reform in Russia". Max-Planck-Institute for Comparative and International Criminal Law. Freiburg, Germany (in German).
- June 21, 1993 Lecture: "Reintroduction of Trial by Jury in Russia". Institute for Comparative and International Law. Faculty of Law. University of Passau, Germany (in German).
- June 22, 1993 Lecture: "Trial by Jury--the American Experience--a Model for Eastern Europe?". German Society for Eastern European Studies/ German-American Institute. Regensburg, Germany (in German).
- December 2, 1993 Lecture: "Criminal Procedure Reform and Rechtsstaatlichkeit in Russia". Eastern European Institute. Free University of Berlin, Germany (in German).
- December 18, 1993 Lecture: "Defending Death Penalty Cases before a Jury in the U.S.: Lessons for Russian Practice in the New Jury Courts". Conference on the New Jury Law. Sponsored by International Union of Advocates (Moscow) and American Bar Association. St. Petersburg, Russia (in Russian).

- Dec 1993-Apr 1994 Investigations of the First Russian Jury Trials. Observed 11 of the first 14 jury trials in Russia since they began in December 15, 1993 in 9 Russian Regions. Interviewed judges, prosecutors and defenders in all cases.
- April 18-22, 1994 Jury Trial Advocacy Workshop I. Suzdal, Russia. As Liaison for CEELI Program of American Bar Association, organized and chaired workshop involving lawyers from Moscow, Ivanovo, Riazan, Ul'ianovsk and Altay Regions who had defended in first jury trials or were preparing cases.
- April 25-29, 1994 Jury Trial Advocacy Workshop II. Sochi, Russia. Same as above for lawyers from the Krasnodar, Stavropol, Saratov and Rostov Regions.
- May 25, 1994 Lecture: "Criminal Justice Reform in Russia and the Reintroduction of Trial by Jury". University of St. Gallen, Switzerland (in German).
- May 15-Jun 15 1994 Research Fellowship. Issues in Russian Criminal Procedure Reform and in the Defense's Right to Introduce Evidence in the Criminal Trial. Max-Planck-Institute for Foreign and International Criminal Law. Freiburg, Germany.
- June 30, 1994 Lecture: "On the Transformation of Justice--the new Jury Courts in Russia--Legal Foundations and First Practical Experience". Eastern European Institute, Free University of Berlin, Germany (in German).
- Oct 1994-Feb 1995,
May-June 1995 Research Fellowship. Lay Participation in the Criminal Law. Max-Planck-Institute for Foreign and International Criminal Law. Freiburg, Germany.
- June 12-13, 1995 Seminar on the New Russian Jury Trials and Defense of the Indigent in the U.S., Italy and Russia. Research Center for Judicial Studies. University of Bologna, Italy.
- June 16, 1995 Lecture: "The Reform of the Procuracy and the Bar in Russia". VII. Annual Eastern European Symposium. Eastern European Institute, Free University, Berlin, Germany (in German).
- October 16, 1995 Lecture: "Trial by Jury in Russia". Annual Conference of Association of Metropolitan Judges. St. Louis, Mo.
- October 29, 1995 Conference: "The Jury System in America". Georgetown University Law Center. Washington D.C. (invited as commentator on comparative law aspects).
- December 1-5, 1995 Presented Paper on "The Jury as Catalyst for the Reform of Criminal Procedure: the Examples of Russia and Spain" at First World Conference

on Criminal Evidence. The Hague, Netherlands.

- March 27-30, 1996 Presented Papers on: "Money Laundering in the U.S." and "Use of Electronic Surveillance and other Technology in the Investigation of Organized Crime" at Colloquium on New Investigative Techniques in the Prosecution of Organized Crime. University of Leipzig, Germany (in German).
- May 13, 1996 Lecture: "The American Jury Trial". University of San Pablo Ceu. Madrid, Spain (in Spanish).
- May 15, 1996 Lecture: "The American Jury Trial" in Seminar on Trial by Jury in Spain and Latin America. University of Salamanca, Spain (in Spanish).
- May 28, 1996 Lecture: "The Role of the Judge in the American Criminal Trial". Given to judges and prosecutors of the Balearic Islands upon invitation of Spanish General Council of Judges. Palma de Mallorca, Spain (in Spanish).
- May 29, 1996 Lecture: "Jury Selection and the Presentation of Evidence in the American Jury Trial". Jaume I University. Castellón, Spain (in Spanish).
- May 5-July 16, 1996 Investigation of First Spanish Jury Trials. Observed four of first Spanish Jury trials in Palma de Mallorca, Valladolid, Granada and Córdoba. Interviewed judges, prosecutors and defense lawyers and professors about the new jury trial law and its implementation. Based at St. Louis University, Madrid Campus, Spain.
- Sept. 16-18, 1996 Delivered Paper: "The Law of Arrest and Pre-trial Detention in the U.S." at the Judicial College of the Spanish Council of Judges (Consejo General del Poder Judicial). Madrid, Spain (in Spanish).
- May 31, 1997 Delivered Paper: "The Return to the Classic Jury on the European Continent: The Cases of Russia and Spain" at the 1997 Annual Meeting of the Law and Society Association (May 29-June 1, 1997), St. Louis, Missouri.
- June 6, 1997 Lecture: "Jury Selection and the Presentation of Evidence in the American Jury Trial". Bar Association of Guipúzcoa Province. San Sebastián, Spain (in Spanish).
- June 19, 1997 Lecture: "Jury Selection and the Presentation of Evidence in the American Jury Trial". Bar Association of Castellón Province. Castellón, Spain (in Spanish).
- June 2-26, 1997 Research on New Spanish Jury System. Visited 19 Provincial Courts in Spain, interviewed judges, prosecutors, defense lawyers, secretaries of the

- courts. Collected procedural documents on first year of Spanish jury trials.
- July 10, 1997 Delivered Paper: “Criminal Justice Reform and Trial by Jury in Russia” at the Annual Meeting of the Research Committee for Law and Sociology (July 8-12) Antwerp, Belgium.
- Dec. 16-19, 1997 Rapporteur of Panel: “The Impact of the Nature and Volume of Crime and Administrative Processes on Criminal Justice Systems” at the Conference: “Comparative Criminal Justice Systems: from Diversity to Rapprochement”. International Institute for Higher Studies in Criminal Sciences. Siracusa, Italy.
- April 17-18, 1998 Delivered Paper: “New Wine (Vodka) in Old Bottles: the Separation of Questions of Law and Fact in the New Russian and Spanish Jury Verdicts” at the Conference “The Judicial Role in Criminal Proceedings: an International Conference” organized by Queen’s University, Belfast, Northern Ireland.
- May 28-29, 1998 Participant representing the U.S. in the Conference: “The Independence and Accountability of the Prosecutor of a Permanent International Criminal Court”. Max-Planck-Institute for Foreign and International Criminal Law. Freiburg, Germany.
- May 21-Jul.21, 1998 Research Fellow. Max-Planck Institute for Comparative and International Criminal Law. Freiburg, Germany. Doing research for a Textbook on Comparative Criminal Procedure.
- June 15, 1998 Lecture: “Immer Wieder die Jury” (Once More About the American Jury) (in German) at the Law Faculty of the Ruhr University, Bochum, Germany. I also co-taught a class in the sociology of law relating to lay participation in the criminal trial in the U.S., England and Germany with Assistant Professor Stefan Machura at the Ruhr University, also on June 15, 1998.
- Sept. 24-27, 1998 Delivered Paper: “Questions of Fact and Law in Russian Jury Trials: the Practice of the Cassational Courts under the Jury Laws of 1864 and 1993” and was discussant on a panel presenting papers on the topic of “Organized Crime in Russia” at the 50th Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Slavic Studies. Boca Raton, Florida.
- April 13-16, 1999 Papers: “North American Criminal Procedure: its Basic Principles”(April 14); “Juridical Regulation of the Protection of Witnesses in the U.S” (April 15); “The Federal Program in North America for Protection of Witnesses”(April 16) presented (in Spanish) at the “I. Jornadas Internacionales de Derecho Penal” on “The Protection of Witnesses and

- Experts in Criminal Cases”. University of Málaga, Málaga, Spain.
- May 24, 1999 Lecture: “La Giuria negli Stati Uniti” (The Jury in the United States) (in Italian) at the University of Salerno, Italy.
- May 26-29, 1999 Organizer of Conference: “Lay Participation in the Criminal Trial in the 21st Century” at the International Institute for Higher Studies in Criminal Sciences, in Siracusa, Italy. Also gave introductory lecture: “The Idea of the Conference” and presented a paper: “Questions of Fact and Law in Russian Jury Trials: the Practice of the Cassational Courts under the Jury Laws of 1864 and 1993”. 55 participants from 25 countries gave papers on juries and mixed courts.
- June 16, 1999 Lecture: “Wozu die Laienbeteiligung im Strafprozeß: historische und vergleichende Überlegungen” (Why Lay Participation in the Criminal Trial: Historical and Comparative Considerations)(in German). University of Augsburg, Germany.
- June 29, 1999 Lecture: “Zeugenschutz im Strafverfahren in den USA” (Protection of Witnesses in the Criminal Trial in the United States) (in German). Ruhr-University. Bochum, Germany.
- July 1, 1999 Lecture: “Laienbeteiligung im Strafverfahren: Internationale Perspektiven” (Lay Participation in the Criminal Trial: Historical Perspectives) (in German). University of Gießen, Germany.
- August 1, 1999 Finished translating the German Penal Code into English for the German Ministry of Justice for their Internal Use.
- Sept. 5-11, 1999 XVI. Congress of Penal Law of the International Association of Penal Law. Participated in Workshop Drafting Resolutions on Procedural Law in Relation to the Fight Against Organized Crime. Budapest, Hungary.
- Sept. 27-28, 1999 Lecture: “Pleas of Guilty, Plea-Bargaining and Simplified Criminal Procedure” (in Russian) and the “International Scientific-Practical Conference: Compromise as an Effective Means to Combat Crime”, organized by the United States Justice Department and the Institute for Raising the Qualification of Leading Cadre of the General Procuracy of the Russian Federation”, Moscow, Russia.
- October 20, 1999 Lectures: “Consensual and Abbreviated Forms of Criminal Procedure: a Comparative Perspective;” and “A Comparative View of Trial by Jury as a Vehicle for Criminal Procedure Reform” at the Symposium: “Prosecuting Transnational Crimes: Cross-Cultural Insights for the Former Soviet Union,” organized by the Criminal Division of the U.S. Department of

Justice and Syracuse University College of Law. Syracuse, New York.

- December 17, 1999 Paper: "Official Privilege, State Security and the Defendant's Right to a Fair Trial in the U.S.A." IX. International Symposium: "National Security and International Criminal Justice". Also chaired a panel. East European Institute. Free University. Berlin, Germany.
- March 7, 2000 Lecture: "La protección de derechos humanos en el juicio penal den Ee.Uu." (The Protection of Human Rights in Criminal Procedure in the United States) (in Spanish) at the III. Annual Course in Human Rights. University of the Basque Country, San Sebastián, Spain.
- March 8, 2000 Lecture: "Sistemas de Jurado en Derecho Comparado" (Jury Systems in Comparative Law) (in Spanish) at the University of Burgos, Burgos, Spain.
- June 1-5, 2000 Co-Organizer of Conference along with Japan Federation of Bar Associations: Lay Participation in the Judicial Process in Japan. Tokyo, Kyoto and Osaka, Japan.
- June 1, 2000 Keynote Lecture: "The Jury and the Empowerment of the Lawyer in Criminal Cases". Japan Federation of Bar Associations, Tokyo, Japan.
- June 2, 2000 Lecture: "Lay Participation and the Reform of Criminal Procedure". Tokyo, Japan.
- June 5, 2000 Keynote Lecture: "Lay Participation and the Reform of Criminal Procedure". Osaka, Japan.
- June 14, 2000 Lecture: "Menschenrechtsverletzungen in der US-amerikanischen Strafjustiz" (Violations of Human Rights in American Criminal Procedure). University of Giessen. Germany (in German).
- June 26, 2000 Lecture: "Schwurgerichte in Russland im 19. Jahrhundert vor dem Hintergrund von Tolstojs Roman 'Die Auferstehung' (Jury Trials in Russia in the 19th Century against the Background of Tolstoy's Novel: 'Resurrection'". University of Passau. Germany (in German).
- July 11, 2000 Lecture: "Menschenrechtsverletzungen in der US-amerikanischen Strafjustiz" (Violations of Human Rights in American Criminal Procedure). Ruhr-University, Bochum, Germany (in German)
- October 6, 2000 Lecture: "The Jury in the North American Legal System," given at the VI International Seminar of the Brazilian Institute of Criminal Sciences. São Paulo, Brazil.

- November 1-4, 2000 Attended. Centennial World Congress on Comparative Law. Delegate: Annual Meeting, American Society of Comparative Law. New Orleans, Louisiana.
- January 16, 2001 Invited by the Legislative Committee of the Russian State Duma to draft a Chapter on Abbreviated and Expedited Procedures for a new Draft Code of Criminal Procedure for the Russian Federation. Spoke about the draft at a parliamentary hearing entitled: "On Progress in the Preparation of a Draft Code of Criminal Procedure of the Russian Federation" convoked by the Legislative Committee of the Russian State Duma. Moscow, Russia.
- January 17, 2001 Lecture: "The April 19, 1999 Decision of the Russian Constitutional Court on Returning Criminal Cases for Supplementary Investigation"(in Russian) at a Roundtable Discussion: "The Russian Constitutional Court and Development of Rules of Criminal Procedure" organized by ABA CEELI and the Moscow Lawyers' Club. Moscow, Russia (in Russian).
- March 9, 2001 Lecture: "La Participación Popular en el Procedimiento Penal: Perspectivas Comparativas"(Lay Participation in the Criminal Trial: Comparative Perspectives). Supreme Court of Justice of Venezuela. Caracas, Venezuela (in Spanish).
- March 12, 2001 Lecture: "El Jurado Norteamericano: Teoría y Práctica de la Participación Popular en Estados Unidos de Norteamérica" (The North American Jury: Theory and Practice of Lay Participation in the United States of America). University of Zulia. Maracaibo, Venezuela (in Spanish).
- March 26-30 2001 Coordinator: Program for Ukrainian Judges, Prosecutors, Professors and Members of Parliament (Members of Committee on Judicial Reform) to Study the Spanish System of Appeal and Cassation. Consisted of Lectures by Spanish Professors and Judges and visits to the Provincial, National, Intermediate-Appellate, Military, Supreme and Constitutional Courts and the General Council of the Judiciary and the Judicial School. Funded by the U.S. Agency for International Development. I wrote the Project Proposal along with Dean Rick Chaney of the Madrid Campus of SLU. Madrid and Barcelona, Spain.
- April 23, 2001 Invited to speak to the Russian State Duma on Criminal Procedure Reform and Abbreviated and Expedited Procedures by Vice-Chair of the Legislative Committee Yelena B. Mizulina at the hearing on the third reading of the Draft Code of Criminal Procedure. Moscow, Russia
- April 23-24, 2001 Participated as an expert in comparative criminal procedure with the committee of experts in charge of drafting the new Russian Code of

- Criminal Procedure, chaired by Deputy Yelena Mizulina. Vatutinko, Moscow Region, Russia.
- April 30, 2001 Lecture: "Juries and the Reform of Inquisitorial Justice: Russia's New Jury Law in Comparative Perspective". University of Wisconsin School of Law, Madison, Wisconsin.
- May 14, 2001 Lecture: "The Politics of Lay Participation in the Criminal Trial". University of Bergen. Bergen, Norway.
- June 15, 2001 Lecture: "Due Process, Speedy Trial and Abbreviated Procedures: Reforming Neo-Inquisitorial Criminal Procedures. Comparative Law Perspectives" at Conference on Criminal Procedure Issues: International and Baltic Experiences. June 14-15, 2001. Riga Graduate School of Law. Riga, Latvia.
- June 19, 2001 Lecture: "Algunos problemas de la justicia penal en Estados Unidos: acusación pública, prisión preventiva y garantías fundamentales" (Some Problems in Criminal Justice in the U.S: Public Prosecution, Preventive Detention and Fundamental Guarantees" Department of Procedural Law, Complutense University, Madrid Spain (in Spanish).
- July 4-6, 2001 Lecture: "Venezuela's New System of Jury and Mixed Courts". Discussant in a session entitled "Lay Participation in Legal Decision-Making". 2001 Joint Meeting of the Law and Society Association and the Research Committee on Sociology of Law. Budapest, Hungary.
- Sept. 4-6, 2001 Participated as an expert in comparative criminal procedure with the committee of experts in charge of drafting the new Russian Code of Criminal Procedure, chaired by Deputy Yelena Mizulina. Vatutinko, Moscow Region, Russia.
- Sept. 20-21, 2001 Lecture: "Witness Protection, Use of Electronic Means of Surveillance", presented at the Center of Studies for the State Procuracy, and at the State Prosecutor's Office, São Paulo, Brazil; Lecture: "Money Laundering and the Use of Forfeiture in the United States" presented to the Brazilian Institute for Criminology and Criminal Law and the Brazilian Association of Public Law, São Paulo, Brazil. Organized by Cultural Affairs Department, U.S. Department of State.
- October 17, 2001 Lecture: "The American Jury Trial in Comparative Perspective," University of International Business and Economics, Beijing, China.
- October 19, 2001 Lecture: "Criminal Procedure Reform in Russia," University of Politics and Law, Beijing, China.

- October 22, 2001 Lecture: "Comparative Criminal Procedure," Northwest University of Politics and Law, Xi'an, China.
- October 23, 2001 Lecture: "Important Issues in American Criminal Procedure," Northwest University of Politics and Law, Xi'an, China.
- October 25, 2001 Lecture: "Important Issues in American Criminal Law," Northwest University of Politics and Law, Xi'an, China.
- October 30, 2001 Lecture: "Comparative Criminal Procedure," East China University of Politics and Law, Shanghai, China.
- Nov. 1-Dec. 13, 2001 Visiting Professor, Kwansai Gakuin University, Nishomiya, Japan. Taught course: "Introduction to American Criminal Procedure."
- December 6, 2001 Lecture: "Financing and Admissions Policy at an American Law School," Kwansai Gakuin University School of Law, Nishinomiya, Japan.
- December 10, 2001 Lecture: "Japan's New System of Mixed Courts: Some Suggestions About Their Future Form and Procedures," Kobe Bar Association, Kobe, Japan.
- December 13, 2001 Lecture: "Japan's New System of Mixed Courts: Some Suggestions About Their Future Form and Procedures," Japan Federation of Bar Associations, Tokyo, Japan.
- December 15, 2001 Lecture: "*Miranda* in Comparative Law," Annual Meeting of the Korean Criminal Law Association, Seoul, Korea.
- Jan.28-Feb. 2, 2002 Consulted with the Drafting Committee of the Latvian Parliament in working on their new Code of Criminal Procedure, Riga, Latvia.
- Feb. 10-May 10, 2002 Visiting Scholar. Max-Planck-Institute for Foreign and International Criminal Law, Freiburg im Breisgau, Germany.
- Feb. 22-24, 2002 Consulted with representatives of Russia's regions to discuss the extension of jury trial to the entire country following the passage of Russia's new Code of Criminal Procedure, Vatutinko, Moscow Region, Russia.
- Feb. 26-27, 2002 Consultant, Meeting of Law Enforcement Organizations of Russia's North Central Region on Implementation of the Code of Criminal Procedure, Yaroslavl, Russia.
- April 17, 2002 Lecture: Aktuelle Probleme der amerikanischen Strafjustiz (Contemporary Problems in American Criminal Justice) (in German). University of Jena,

- Germany.
- April 30, 2002 Lecture: La peine de mort aux Etats-Unis (The Death Penalty in the United States) (in French), University of Orleans, France.
- May 6, 2002 Lecture: Aktuelle Probleme der amerikanischen Strafrecht (Contemporary Problems in American Criminal Justice) (in German). University of Mainz, Germany.
- May 8-11, 2002 Moderator, Panel on Consensual Forms of Criminal Procedure. Conference: Criminal Justice between Due Process and Crime Control: Convergence and Divergence in Criminal Procedure Systems. Ringberg Castle, Tegernsee, Germany.
- May 20-June 26, 2002 Teaching Comparative Criminal Procedure and directing Saint Louis University's Summer Law Program in Madrid, Spain
- June 10-14, 2002 Coordinator, Visit of Ukrainian Legal Educators and Members of Parliament to Madrid, Spain.
- July 1-3, 2002 Consulted with the Drafting Committee of the Latvian Parliament in working on their new Code of Criminal Procedure, Riga, Latvia.
- July 9, 2002 Lecture, Geschworenengericht, Absprachen und die U.S.-Strafrechtspolitik (Juries, Plea-Bargaining and U.S. Criminal Policy), University of Cologne, Germany (in German)
- July 11, 2002 Lecture, Verkürzte, Beschleunigte und Konsensuelle Strafverfahren im Vergleichenden Recht (Abbreviated, Expedited and Consensual Forms of Criminal Procedure in Comparative Law), Ruhr-University, Bochum, Germany (in German)
- Oct. 6-8, 2002 Consultant, Meeting of the Working Group for Monitoring the Implementation of the Code of Criminal Procedure of the Russian Federation in the Southern Federal District of Russia. Sochi, Russia.
- Dec. 3-6, 2002 Faculty Member. Lectures on "Comparative Approaches to the Preliminary Investigation," "Comparative Approaches to Consensual and Abbreviated Procedures," and "Juries and Mixed Courts in Comparative Perspective" in Course on "Current Issues in Criminal Procedure," for delegates from Russia, Ukraine, Moldova, Georgia and Uzbekistan. International Law Enforcement Academy, Budapest, Hungary.
- Dec. 17, 2002 Lecture, "Politicheskiy i pravovoy opyt Zapada v strategii stanovleniya rossiyskoy gosudarstvennosti" (Western Political and Legal Experience in the Strategy of Establishing Russian Statehood) in Conference "Judicial

- Reform and the Establishment of a Rule-of-Law-State in the Russian Federation,” Russian Academy of State Service, Moscow, Russia (in Russian).
- Jan. 24, 2003 Lecture: “The New Russian Code of Criminal Procedure,” at a Russian Law Educational Seminar organized by the Russian American Rule of Law Consortium and the Vermont Karelia Rule of Law Project, Boston, Massachusetts.
- May 21-23, 2003 Report: “Why Austria Should Not Abolish Trial by Jury, and Other Issues in the Reform of Austrian Criminal Procedure”, 15 Österreichischer Juristentag (Congress of Austrian Jurists), Innsbruck, Austria (in German).
- June 12, 2003 Member of Panel Discussion: “Jury Trial Experiences in the U.S.A., France and Spain” at Conference, “La Ley del Jurado: Problemas de Aplicación Práctica” (The Jury Law: Problems of Practical Application). General Council of the Judiciary. Madrid, Spain (in Spanish)
- Mar. 11-14, 2003 Seminar: “Introduction to North American Criminal Procedure” (12 hour course in Spanish), Politechnical University of Nicaragua in conjunction with the Central American Institute for Criminal Studies, Managua, Nicaragua.
- May 21-22, 2003 Participated in the 15th annual Österreichischer Juristentag (Congress of the Austrian Jurists Association) in Section dedicated to reform of the criminal trial. Spoke on jury trial, plea bargaining, and other subjects. Innsbruck, Austria (in German).
- June 21, 2003 Keynote Lecture: “Lay Participation in Criminal Proceedings in the U.S.”, at Conference: “The Saiban-In (Mixed Court) System: A Global Perspective”, Japan Federation of Bar Associations, Tokyo, Japan.
- July 14-18, 2003 Expert-Consultant. Seminar on the Draft Criminal Procedure Code of the Republic of Georgia. Organized by the U.S. Department of Justice, the Council of Europe, and the Supreme Court of Georgia. Budapest, Hungary.
- July 28, 2003 Participant. Criminal Law Reform Program. Multi-Project Evaluation Seminar. Central and East European Law Initiative, American Bar Association. Moscow, Russia.
- Oct. 1, 2003 Keynote Lecture: “Overall Assessment of the Draft Code of Criminal Procedure of Latvia” at Conference: “The Modernization of Criminal Procedure to Ensure Human Rights”. Riga, Latvia.
- Oct. 20-21, 2003 Keynote Lecture: “Judicial Control During the Preliminary Investigation”

- on October 21, and Lecture: “The Role of Defense Counsel During the Preliminary Investigation” (both in Russian) on October 22 at the Round Table: “The Reform of the Code of Criminal Procedure: Judicial Control and Defense of the Rights of the Accused During the Preliminary Investigation”, organized by ABA/CEELI, UN, OSCE and the Uzbekistan National Center for Human Rights, Tashkent, Uzbekistan.
- Oct. 24-26, 2003 Expert-Consultant. Conference on the Draft Code of Criminal Procedure for the Republic of Georgia. Organized by the U.S. Department of Justice, the Council of Europe, and the Supreme Court of Georgia. Bakuriani, Republic of Georgia.
- Nov. 3, 2003 Lecture: “The Exclusionary Rule in Comparative Perspective”. University of California, Davis, School of Law.
- Dec. 5, 2003 Lecture: “Reforming the Role of the Prosecutor in Criminal Proceedings: Developments in the NIS and Other Countries” (in Russian). International Conference: “Procedural Control in Criminal Proceedings in Kazakhstan, Current Issues and Perspectives”, organized by OSCE, German Technical Cooperation, Supreme Court of Kazakhstan. Almaty, Kazakhstan
- Jan. 22-24, 2004 Lectures: “The Right to Counsel During the Preliminary Investigation and Interrogation”; “The Right to Counsel and to Confront Prosecution Witnesses; “Questions of Law and Fact in Jury Trials” (all in Russian). International Conference: “Criminal Justice Reform: Problems, Priorities and Perspectives for the Kyrgyz Republic”. Organized by OSCE, the U.S. Department of Justice and the Kyrgyz Government. Bishkek, Kyrgyz Republic.
- Feb. 10, 2004 Lecture: “Alternative Criminal Procedures: Avoiding the Full-Blown Trial” Loyola of Chicago School of Law, Chicago, IL.
- March 8-19, 2004 Seminar: “La procédure pénale comparée” (Comparative Criminal Procedure). (in French). Faculty of Economics, Law and Administration, University of Orleans, France.
- March 15, 2004 Lecture for Doctoral Students: “L’oral et l’écrit dans la procédure pénale” (The Oral and the Written in Criminal Procedure) (in French). Faculty of Economics, Law and Administration, University of Orleans, France.
- March 17, 2004 Lecture: “La procédure pénale américaine” (American Criminal Procedure) (in French). Faculty of Economics, Law and Administration, University of Orleans, France.
- May 3-6, 2004 Expert Consultant: Wrote Draft Jury Law for the Republic of Georgia. Sat

with Working Group responsible for preparing a new Draft Code of Criminal Procedure for the Republic of Georgia and worked on this draft. Sponsored by the US Department of Justice. Tbilisi, Georgia.

- May 21, 2004 Lecture: “Assessment and Recommendations for Amending the Kyrgyz Criminal Procedure Code” at Conference: “Reform of Criminal and Criminal Procedure Legislation in the Kyrgyz Republic” (in Russian). Bishkek, Kyrgyz Republic.
- May 28, 2004 Lecture: “Criminal Liability of Organizations”. Given to Chinese Lawyers, Judges and Professors. Organized by Altair Asesores. Madrid, Spain.
- July 5-15, 2004 Course. Taught course on Comparative Criminal Procedure (in English) to English-speaking law students from a consortium of Siberian law schools. Organized by the Krasnoyarsk Law Institute. Course held at Tumanny Station, Republic of Khakassia. Russia.
- Sept. 27, 2004 Lecture: “Analysis of Draft Laws on Reintroduction of Lay Participation in the Administration of Justice in the Republic of Kazakhstan” (in Russian) at Conference: “Jury Trials: Prospects for Introduction in the Republic of Kazakhstan”, organized by OSCE and the Supreme Court of Kazakhstan, Astana, Kazakhstan.
- Sept. 29, 2004 Lecture: “The Effect of the U.S. Patriot Act on the Fight Against Terrorism and Organized Crime”, (in German) at Conference: “Organized Criminality and Criminal Organizations: Preventive and Repressive Measures Against the Background of September 11, 2001,” held Sept. 26-October 2, 2004, University of Gießen, Germany.
- Nov. 12, 2004 Paper: “The Turn to Adversarial Procedure in the Former Soviet Republics” at Conference: Lawyers and Jurists in the 21st Century: Celebrating the Centennial of Comparative Law in the U.S. and the Universal Congress of Lawyers and Jurists 1904-2004. Saint Louis University, St. Louis, MO.
- Dec. 4, 2004 Paper: “Jury Trials in the New Russian Criminal Procedure Code: Radical Step to Adversary Procedure or Democratic Window Dressing?” at National Convention of the American Association for the Advancement of Slavic Studies. Boston, MA.
- Feb. 10-12, 2005 Moderator, Expert, Conference: “Comparative Criminal Procedure Reform: Focus on China”, organized by New York University, Rockefeller Brothers Conference Center, Pocantico, New York.

- March 11-12, 2005 Commentator: Conference: “Undercover Policing and Emerging Enforcement Powers: Perspectives from Two Sides of the Atlantic”. School of Law, University of Illinois, Champaign, IL
- May 9-11, 2005 Visiting Professor. Lectures in American and Comparative Criminal Procedure. “La Legge Patriota” (The Patriot Act); “La Giuria Americana” (The American Jury) and “I procedimenti consensuali, accelerati e abbreviati”(Consensual, Expedited and Abbreviated Procedures). University of Bologna, Italy (in Italian).
- May 25, 2005 Lecture: “The Definitions and Parameters of the Application of Habeas Corpus to Arrest and Pretrial Detention: a Comparative View (Anglo-American, Continental Europe, Latin American and European Convention on Human Rights). International Conference: Arrest and Pretrial Detention: International Best Practices. Organized by UNDP, OSCE, ABA-CEELI, USOPDAT. Tashkent, Uzbekistan (in Russian)
- July 7, 2005 Paper: "Voluntary Intoxication and Guilt in Criminal Cases: A Comparative Perspective," given at the 31st Congress of the International Academy of Law and Mental Health, Paris, France.
- Dec. 5-6, 2005 Lectures: “The Genesis of the Institution of Jury Trial in Modern Legal Systems,” and “Legal Regulation of Jury Trial in Spain and Latin America” at International Conference: “Participation of Citizens in the Administration of Justice: Perspectives of Its Realization in the Kyrgyz Republic” Organized by OSCE, Soros-Foundation, Lake Issyk-kul, Kyrgyzstan (in Russian)
- Jan. 4-6, 2006 Presentations: “Comparative Criminal Procedure: From Bail to Jail”; “How to Integrate Comparative Law in Teaching Criminal Procedure”in Workshop: “What is Transnational Law and Why Does it Matter? Moderator and Commentator in Panel: “Extraordinary Measures: perspectives from the Social Sciences on the Invasiveness of Police Practices” 2006 AALS Convention. Washington, D.C.
- Jan. 13, 2006 Presentation: “The Role of the Financial Intelligence Unit in Anti-Money Laundering Legislation and Why It Should Not be Located in the Office of the Procurator General of Kazakhstan,” to members of important legislative committees of the Majilis, Parliament of Kazakhstan, Astana, Kazakhstan (in Russian). Invited as Expert by OSCE.
- March 31, 2006 Presentation: “The Reform of Interrogation Practices in Russia and the Former Soviet Republics,” at International Seminar on Reform of Interrogation Methods in Criminal Investigation (March 30-31, 2006) (Ford Foundation Grant), organized by the Procedural Law Institute of

China University of Political Science and Law, Beijing, China.

- April 6-7, 2006 Commentator: Panel on Establishing an Adversarial Criminal procedure System in Italy and the Combined Meetings of the American and Italian Societies of Comparative Law. Dickinson School of Law, Penn State University, Carlisle, PA.
- May 10, 2006 Lecture: "The American Law School: the Development of Centers of Excellence" Cheongju University School of Law, Cheongju, Korea.
- June 8, 2006 Lecture: "The American Accusatory System of Criminal Procedure," Universidad Complutense, Madrid, Spain (in Spanish)
- June 23, 2006 Lecture: "The Trends of Criminal Justice Reform in Europe" at International Seminar on Comparative Criminal Procedure, June 23-25, 2006, Beijing, China.
- July 22, 2006 General Report: "Plea-Bargaining, Negotiating confessions and Consensual Resolution of Criminal Cases" at the XVII Congress of the International Academy of Comparative Law, July 16-22, 2006. Utrecht, The Netherlands
- Aug. 8-11, 2006 Series of Lectures: "Atavisms of Inquisitorial Criminal Procedure in Legislation and Practice of Post-Soviet States"; "Criminal Procedure in Common Law Countries," "Success and Failure of Russian Judicial Reforms: A View From the Outside," and "Content and Procedural Form of Plea-Bargaining," at Summer School for Countries of Central Asia, organized by OSCE in Almaty, Kazakhstan (in Russian)
- Sept. 22, 2006 Lecture: "Juries and Mixed Courts in the former Soviet Republics of Central Asia" at Conference: "Citizen Participation in East Asian Legal Systems" Sponsored by Clarke Program in East Asian Law and Culture, Sept. 22-23, 2006, Cornell Law School, Ithaca, NY.
- Dec. 4-8, 2006 Expert Consultation: Invited by US DOJ to consult with the team responsible for drafting a new Indonesian Code of Criminal Procedure. Also gave a talk on "Comparative Approaches to Plea-Bargaining and Consensual Criminal Procedures". Jakarta, Indonesia.
- Jan. 9-12, 2007 Expert Consultation: Second meeting with team drafting Indonesian Code of Criminal Procedure organized by USDOJ. Gave talk: "A New Paradigm for Criminal Evidence in Indonesia". South Kuta, Bali, Indonesia.
- March 29-30, 2007 Lecture: "Plea-Bargaining in International Criminal Trials"; Panel

- Discussion: “Human Rights in International Criminal Procedure.”
Workshop Moderator. Conference: “The ICTY and Human Rights: Towards a Fair Trial in International Criminal Procedure?”. University of Graz. Austria.
- April 20, 2007 Lecture: “The International Covenant on Civil and Political Rights and the Criminal Trial” at Seminar for the Indonesian Criminal Procedure Code Working Group. Organized by Saint Louis University School of Law, and U.S. Department of Justice, OPDAT Division, St. Louis, MO.
- May 17, 2007 Lecture: “Plea Bargaining and Consensual Resolution of Criminal Cases: a Comparative Perspective” at Queen’s University School of Law, Belfast, Northern Ireland.
- June 7, 2007 Lecture: “El jurado norteamericano” (The American Jury), at the University of Castilla-La Mancha in Cuenca, Spain (in Spanish)
- July 25, 2007 Lecture: “Jury and Democracy: the Requiring Reasoned Jury Verdicts in Spain” at Law and Society Meeting, Humboldt University, Berlin, Germany.
- July 28, 2007 Lecture: “*Twelve Angry Men* and its Reception in the Soviet Union and Russia” at Law and Society Meeting, Humboldt University, Berlin, Germany.
- March 7, 2008 Lecture: "The Nullification of the Russian Jury: the Precarious State of Jury Trial and Adversary Procedure in Russia". Meeting of Russian-American Rule of Law Consortium, Braintree, Mass.
- January 26, 2009 Lectures: “The U.S. Approach to the Exclusionary Rule and Anonymous Witnesses” and “Comparative Consensual Criminal Procedures and Victim-Offender Mediation” at “Workshop on Exclusion of Illegally Gathered Evidence, Anonymous Witnesses and Mediation,” Istanbul University, Istanbul, Turkey.
- February 25, 2009 Lecture: “Vsaimodeystwie printsipov istiny, prossual’noy ekonomii i zashchiti prav lichnosti w ugovnom protsesse” (Interrelation of the Principles of Truth, Procedural Economy and Protection of Human Rights in the Criminal Trial), Institute of Legislation and Comparative Law of the Russian Government, Moscow, Russia (in Russian)
- April 3-21, 2009 Guest Lecturer: Course on Comparative Penal Systems, Law Faculty of the University of Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina (in Spanish).
- April 29, 2009 Lecture: “Juicio con Jurados y Debido Proceso” (Jury Trial and Due

Process). Bar Association of the Province of Buenos Aires, La Plata, Argentina (in Spanish).

- July 20-Aug. 4, 2009 Instructor in Seminars entitled: “International Human Rights Law Standards in the Administration of Criminal Justice: Preventive Measures Alternative to Detention at the Pretrial Stage of Criminal Proceedings” held in all five regional capitals of Turkmenistan. Gave 4 lectures in each of five cities: (1) “Objectives and Scope of Non-Custodial Preventive Measures”; (2) “Possible Alternatives to Non-Custodial Preventive Measures of a Non-Monetary/Proprietary Nature: (3) “Bail: Rules, Procedure and Practice in the U.S. and Other Countries; (4) “Implementation of Non-Custodial Preventive Measures”. All in Russian. Organized by the Organization for Security and Cooperation in Europe. Dashoguz, Mary, Turkmenabad, Turkmenbashi and Ashgabat, Turkmenistan.
- Aug. 19-21, 2009 Lectures: “Verdad o legalidad: Los límites del blanqueo de las pruebas ilegalmente recogidas en un Estado de derecho” (Truth or Legality: The Limits of the Laundering of Illegally Gathered Evidence in a State Under the Rule of Law” and “La situación precaria de los derechos humanos en EE.UU. en tiempos normales y después del 11 de septiembre de 2001” (The Precarious Situation of Human Rights in the U.S. in Normal Times and After September 11, 2001”. at XXXI Jornadas Internacionales de Derecho Penal: Proceso Penal y Afectación de Derechos Fundamentales” (31st Annual International Days of Criminal Law: Criminal Procedure and its Affect on Fundamental Rights,” Universidad Externado de Colombia, Bogotá, Colombia.
- Sept. 13, 2009 Paper: “The Violation of Constitutional Rights and the Search for Truth in the Criminal Trial: the Exclusionary Rule in Comparative Law,” at Workshop “Constitutionalism and the Criminal Law” organized by The Taubenschlag Institute of Criminal Law, Tel Aviv University and the Faculty of Law, University of Toronto. University of Toronto, Canada.
- October 9, 2009 Paper: “International Perspectives on the Exclusionary Rule” at Conference: “The Future of the Exclusionary Rule”, Southwestern Law School, Los Angeles, CA.
- Dec. 5, 2009 Paper: “The Dilemma of Secret and Illegal Evidence in Anti-Terrorism Trials in the U.S.: Indeterminate Detention, Torture and Classified Evidence in Trials Before Courts and Military Commissions”. At conference: “The Impact of Contemporary Security Agendas Against Terrorism on Criminal Law and Enforcement”, Max-Planck-Institute for Foreign and International Criminal Law, Freiburg in Breisgau, Germany.

- Feb. 4-6, 2010 Discussant: Public International and Law and Theory Workshop. Washington University, St. Louis, MO.
- April 2, 2010 Paper: "Prosecutorial Adjudication: The Penal Order as a Model in Comparative Law," at Conference: "Prosecutorial Power: A Transnational Workshop," Washington & Lee School of Law, Lexington, VA.
- April 6, 2010 Paper: "Reasoned Jury Verdicts: A New Requirement of Due Process?" at The Second Annual Conference on the Future of Adversarial Systems: "The Aims of Criminal Procedure," University of North Carolina School of Law, Chapel Hill, NC.
- April 27, 2010 Expert Roundtable: "Pretrial Criminal Procedure in Armenia: Recommendations and Reform Prospects". Gave talks on: "Habeas Corpus and Its Importance for Post-Soviet Criminal Justice Systems" and "Ensuring Equality of Arms in Pretrial Criminal Procedure: Parallel Investigations and Other Models". Organized by OSCE and Ministry of Justice of Armenia. Yerevan, Armenia.
- May 20, 2010 Discussant: Fifth Annual Comparative Law Work in Progress Workshop. Co-sponsored by Univ. of Illinois College of Law, Yale Law School, Princeton Univ.'s Law and Public Affairs Program, and American Society of Comparative Law. Urbana-Champaign, Illinois.
- May 26-29, 2010 Two Papers: "Right to Privacy in the Context of Freedom of Communication: Judicial and Preventive Interception of Communications" at Istanbul Kultur University (May 27), and U.S. Country Report on Criminal Law Reform at Istanbul University (May 29). Congress on the Criminal Law Reforms in the World and in Turkey. Istanbul, Turkey.
- June 17-18, 2010 Participated in Expert Roundtable and gave two talks: "Consensual Forms of Criminal Procedure" and "The Role of the Judge in the Preliminary Investigation" (all in Russian) at the III. Expert Forum on Criminal Justice in Central Asia. Sponsored by the Organization for Security and Cooperation in Europe-Office of Democracy and Human Rights. Dushanbe, Tajikistan.
- July 27, 2010 General Report on Criminal Procedure: "The Exclusionary Rule: Use of Illegally Gathered Evidence in Criminal Proceedings" at the XVIII Congress of the International Academy of Comparative Law. Washington, D.C.
- Aug. 2-5, 2010 Gave U.S. Country Report at Conference: "Jurisdiktionskonflikte bei grenzüberschreitender organisierter Kriminalität" (Jurisdictional Conflicts in Transnational Organized Crime) (in German). University of

Osnabrück, Germany.

- Oct. 6-8, 2010 Lecture: “Problemy suda prisiazhnyh v Amerike i Rossii” (Problems of Jury Trial in America and Russia) and Expert in Roundtable about Jury Trial (in Russian), at the conference “Criminal Procedure: Connection of Times” at the Herzen State Pedagogical University of Russia, St. Petersburg, Russia.
- Oct. 29, 2010 Lecture: “L’eccezzionalità della procedura penale americana” (The Exceptional Nature of American Criminal Procedure)(in Italian) at the Ravenna Campus of the Faculty of Law of the University of Bologna, Ravenna, Italy.
- Nov. 19, 2010 Expert Roundtable: “The New Code of Criminal Procedure: Concept and Approaches”: Gave Presentations on Pretrial Detention and Other Measures of Restraint, and Plea-Bargaining and Abbreviated Trial Procedures. Organized by OSCE and the Ministry of Justice of Armenia. Yerevan, Armenia.
- April 1, 2011 Moderator at Conference: “The Future of the Adversary System” at the University of North Carolina School of Law, Chapel Hill, N.C.
- May 30-June 1, 2011 Paper: Presented the U.S. Country Report, and Chaired a Session, at the Conference: “Transnational Inquiries and the Protection of Fundamental Rights in Criminal Proceedings” organized by the University of Messina. Siracusa, Italy.
- Aug. 4-6, 2011 Paper: Presented the U.S. Country Report at the Conference of the European Working Group on “Jurisdictional Conflicts in Cases of Transnational Organized Crime”. (in German). Center for European and International Criminal Law. University of Osnabrück, Osnabrück, Germany.
- Sept. 5, 2011 Lecture: “The Role of Defense Counsel in American Criminal Procedure” at Roundtable on Criminal Procedure Law. Vietnam Bar Federation. Hanoi, Vietnam.
- Sept. 6, 2011 Lecture: “American Criminal Procedure: A Model for Criminal Procedure Reform?” at Conference: “Criminal Procedure: Overview of the Inquisitorial Criminal System and the Public Accusatory System” at Maison du Droit, Hanoi, Vietnam.
- Sept. 25, 2011 Lecture with Dr Natalya Makarova: “‘Twelve Angry Men’: American and Russian Perspectives,” and Lecture: “‘Our Boys Did It’: A Perspective on US Policy in Relation to Military Coups,” at the International Crime and

- Punishment Film Festival. University of Istanbul. Istanbul, Turkey.
- Nov. 7-8, 2011 Lecture: The Exclusionary Rule in the United States and in Comparative Law (in Italian), Law Faculty of the University of Messina in Messina, Italy and at its Campus in Priolo, Italy.
- Nov. 11, 2011 Lecture: The Jury in the United States: History, Theory and Practice (in Italian). At the Law Faculty of the University of Camerino, Camerino, Italy.
- Nov. 22, 2011: Presented Papers on Transitional Procuracies in Russia, Bulgaria and the Czech Republic at a Workshop on Transitional Procuracies: The Importance of Their Experience in the Reform of the Procuracy in Vietnam. Organized by the Supreme People's Procuracy of Vietnam and the Justice Partnership Project. Hanoi, Vietnam.
- Nov. 23, 2011 Roundtable Discussion with Vietnamese Procurators on Reform of the Procuracy. Supreme People's Procuracy. Hanoi, Vietnam.
- April 23, 2012 Round Table: The Presentation of the Article-by-Article Commentary of the Criminal Procedure Code of Turkmenistan. Gave Keynote speech: "The Criminal Procedure Code of Turkmenistan in Comparative Perspective" (in Russian). Ashgabat, Turkmenistan.
- May 11-12, 2012 Moderator: Fourth Annual Conference on the Future of the Adversary Systems on Preventive Detention and Criminal Justice. Organized by the University of North Carolina School of Law and the University of Bologna, Ravenna Campus. Ravenna, Italy
- May 24-26, 2012 Paper: "The Model Penal Code and the Dilemma of Criminal Law Codification in the United States" at the 2012 International Congress of Comparative Law on Codification, Organized by the International Academy of Comparative Law. National Taiwan University, Taipei, Taiwan.
- May 31, 2012 Lecture: "The Relationship of the United States with the International Criminal Court" at Conference "La Corte penale internazionale e la cooperazione degli Stati". Faculty of Law, University of Camerino, Italy.
- June 1, 2012 Lecture: "Terrorismo internazionale ed impatto sul diritto americano dopo l'11 settembre" (International Terrorism and its Impact on American Law after September 11th)(in Italian). Faculty of Law, University of Camerino, Italy.
- Sept. 30, 2012 Presentation: "The Transformation of the Elements of the Crime of Rape and the Procedural Protection of Rape Victims in the U.S. as a Result of the Feminist-Inspired Reform Movement", II. Crime and Punishment Film

Festival, Istanbul University, Turkey. Member of the Advisory Board for the Crime and Punishment Film Festival.

- Oct. 29-31, 2012 Presentations on Reform of Pretrial Procedure, Preservation and Admissibility of Evidence, and Guilty Pleas, Plea Bargaining and Expedited Procedures, at the IV. Expert Forum on Criminal Justice for Central Asia, Organized by OSCE-ODIHR, Almaty, Kazakhstan (in Russian)
- Nov. 2, 2012 Lecture: “Truth or Due Process? American Exclusionary Rules in Comparative Perspective” at the Criminal Justice and Human Rights Conference, Uludağ University Law Faculty, Bursa, Turkey.
- Nov. 9, 2012 Lecture: “Exclusionary Rules and Use of Undercover Informants” at Bahçeşehir University Faculty of Law, Istanbul, Turkey.”
- Dec. 4, 2012 Lecture: “The Contradictions of American Criminal Justice”. Bahçeşehir University, Berlin Campus. Berlin, Germany.
- Dec. 15, 2012 Keynote Address: “Limitations on the Proof of Guilt in U.S. Criminal Trials” at the International Seminar on Criminal Evidence, Southwest University of Political Science and Law, Chongqing, China.
- Dec. 16, 2012 Lecture: “The U.S. Exclusionary Rule in Comparative Perspective”. Southwest University of Political Science and Law, Chongqing, China.
- March 19, 2013 Keynote Speaker on “Deposition Procedure and Testimony of Absent Witnesses,” “Defense Powers to Subpoena Witnesses and Adduce Evidence,” and “Exclusionary Rules,” at Expert Workshop on Evidentiary Rules and Evidentiary Defense Rights. Organized by OSCE, Yerevan, Armenia.
- May 7, 2013 Presentation: “L’esperienza statunitense di lotta alla corruzione” (The Experience of the U.S. in the Fight Against Corruption), in Conference, “Il problema del contrasto alla corruzione tra norme e giudici” (The Problem of the Fight Against Corruption Between Norms and Judges). LUISS (Free University of Social Sciences), Rome, Italy (in Italian)
- May 15, 2013 Lecture: “Discretion and Negotiated Justice in the U.S. Criminal System”, Department of Jurisprudence, University of Modena and Reggio Emilia, Modena, Italy.
- May 16-17, 2013 Provided Final Conclusory Remarks for Session for Young Scholars of the Fifth Conference on the Future of Adversarial and Inquisitorial Decisions on “Criminal Justice and Discretionary Justice” and was Commentator on

- panel of Discretion and Negotiated Justice. Organized by University of North Carolina School of Law, University of Warwick and University of Bologna, Seat in Ravenna. Ravenna, Italy.
- June 5, 2013 Lecture: “Exclusionary Rules in the U.S. and in Comparative Perspective”. International Conference on Comparative Exclusionary Rules. Faculty of Law. University of Lisbon, Portugal.
- Sept. 17, 2013 Lecture: “The Intervention of the U.S. Supreme Court Into the States’ Administration of Juvenile Justice”, Third Annual International Crime and Punishment Film Festival, dedicated to Juvenile Justice. Istanbul University. Istanbul, Turkey.
- Sept. 24-27, 2013 Presented U.S. Country Report on “The Use of Information and Communications Technology in Criminal Procedure” and Participated in Formulation of Draft Resolution on the same subject for the Third Preparatory Colloquium of the International Association of Penal Law on “Information Society and Criminal Law”. Antalya, Turkey.
- October 1, 2013 Keynote Speech: “Prosecutorial Reform: Current Trends and Challenges in Reforming the Powers and Status of the Public Prosecutor’s Office in the OSCE Area”. OSCE/ODIHR Legal Reform Roundtable. Office of the Organization for Security and Cooperation in Europe/Office of Democracy and Human Rights. Warsaw, Poland.
- Oct 15-Nov 14, 2013 Visiting Professor: Southwest University of Political Science and Law. Chongqing, China. Gave 25 hour course in Comparative Criminal Procedure.
- Oct. 18, 2013 Lecture: “Exclusionary Rules in Comparative Law”. Sichuan University School of Law. Chengdu, China.
- Nov. 19, 2013 Presented and Analyzed the Opinion of the Organization of Security and Cooperation in Europe/ Office of Democracy and Human Rights “On Key Legal Acts Regulating the Prosecution Service of the Kyrgyz Republic” to the Assistant Procurator General of the Kyrgyz Republic and 30 Members of the Procurator (Prosecutor’s) Office. Bishkek, Kyrgyz Republic.
- Dec. 2-5, 2013 Short-term expert for the European Union Advisory Group for the Republic of Armenia to evaluate the Draft Law on the Investigative Committee of the Republic of Armenia. Met with Armenian Officials and gave assessment of the legislation at a news conference on Dec. 4, which was broadcast on Armenian national television. Yerevan, Armenia.
- Dec. 16-17, 2013 Gave talk on “Plea Bargaining and Justice” and participated at a

“Workshop on Multi-Level Criminal Justice Systems”, Faculty of Law,
University of Göttingen, Göttingen, Germany

- Feb. 7, 2014 Introductory Lecture: “The History of Chinese Criminal Procedure Reform” and Participation on Panel on “The New Criminal Procedure Law”. Remarks focused on Confessions and Abbreviated Procedures. Conference: “Criminal Procedure and Criminal Law Reform in China: Legalizing the Tools of Repression or Safeguarding Human Rights? A Historic and Comparative Perspective.” University of Pennsylvania Law School. Philadelphia, PA.
- March 29, 2014 Lecture: “Translating Juries and Plea Bargains: Some Thoughts on the ‘Americanization’ Thesis of Criminal Procedure Reform” at the Conference: “Translating Culture, Negotiating Difference: Religion, Law and Business, at the Center for Intercultural Studies, Saint Louis University, St. Louis, Missouri.
- May 22-23, 2014 Presentaton: Länderbericht USA (Country Report: USA), in Conference: „Außerprozessuale Erhebung prozessrelevanter Informationen und ihre Verwertung im Strafprozess“ (Pretrial Gathering of Relevant Information and its Use in the Criminal Trial). Organized by the Europäischer Arbeitskreis and the Faculty of Law of Jagiellonian University, Krakow, Poland (in German).
- June 12-13, 2014 Presentation: “Reasoned Judgments in Criminal Cases Involving Lay Participation” in Conference: ‘Juries and Mixed Tribunals Across the Globe: New Developments, Common Challenges and Future Directions, at the International Institute for the Sociology of Law, Oñati, Spain.
- Sept. 5, 2014 Presentation: “Empirical Studies in the Introduction of Jury Trial: My Experiences in Russia, Spain and Latin America” at the Third International Conference on Empirical Studies of Judicial Systems entitled: “Citizen Participation Around the World”. Academia Sinica, Taipei, Taiwan.
- Oct. 13-17, 2014 Taught 10-hour course on Introduction to American Criminal Law and Procedure in the Erasmus Program. University of Lisbon, Portugal.
- Oct. 14, 2014 Lecture: “Judgment Reasoning in Comparative Law”. Research Center for Criminal Law and Criminal Sciences. University of Lisbon, Portugal.
- Nov. 8, 2014 Presentation: “Migrants as Victims of Crime in the U.S.” at 4th Annual Crime and Punishment Film Festival. Topic: Migration. Istanbul University, Istanbul, Turkey.

- Nov. 19, 2014 Lecture: “Plea Bargaining in Comparative Perspective”. Department of Criminal Procedure. Faculty of Law. University of Wrocław. Wrocław, Poland.
- Nov. 20, 2014 Presentation: “American Exclusionary Rules in Comparative Perspective” at Conference on Comparative Exclusionary Rules. Faculty of Law. University of Wrocław, Wrocław, Poland.
- Nov. 24-25, 2014 Gave 3 presentations: (1) “Approval, Control and Review of Investigative Measures Performed During the Pre-Trial Phase; (2) “Rules of Evidence”; and (3) Status and Role of Defence Lawyers” in Russian, at the Fifth Expert Forum on Criminal Justice for Central Asia. Organized by OSCE/ODIHR and United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Bishkek, Kyrgyzstan.
- Jan. 21-23, 2015 Presentation: “The Common-Law, Civil-Law Divide in Criminal Justice” at the Conference “Interaction Between Legal Systems: Room for Reflection”. University of Leiden, The Netherlands.
- March 9, 2015 Seminar: “In the Hands of the People. Il processo penale con giuria nell’esperienza comparativa” (Criminal Procedure with Juries in Comparative Experience). Gave Talk on the U.S. Jury.(in Italian). With Professors Gabriella Di Paolo, University of Trento and Cristina Mauro, University of Poitiers, France.
- March 10, 2015 Seminar: “Plea Bargaining tra common law e civil law” (Plea Bargaining Between the Common Law and Civil Law). Gave talk on U.S. Plea Bargaining (in Italian). With Professors Gabriella Di Paolo, University of Trento and Cristina Mauro, University of Poitiers, France.
- April 14, 2015 Lecture: “The Oral Trial, Immediacy, Anonymous Witnesses, Hearsay, and the Right to Confrontation in Comparative Law”. University of Bologna. Bologna, Italy.
- May 4-5, 2015 Conducted 8 hours of a Seminar for Doctoral Students: “L’onere della prova nel sistema processuale penale americano” (The Burden of Proof in American Criminal Procedure)(in Italian). Università della Tuscia. Viterbo, Italy.
- May 5, 2015 Lecture: “Applicazione delle garanzie del processo penale alle imprese nel diritto statunitense” (The Application of Criminal Procedural Guarantees to Corporations in the U.S.) (in Italian) at the conference: “Responsabilità da reato e Corporate criminal liability fra garanzie ed esigenze di repressione.” LUISS (Free University of Social Sciences), Rome, Italy.

- May 26, 2015 Lecture: “The Justification of Criminal Judgments: Reasoned Judgments, General and Special Jury Verdicts, Appeal”. China University of Political Science and Law. Beijing, China.
- May 29, 2015 Presentation: “The Presumption of Innocence, Reasonable Doubt, and the Conviction of the Innocent” at Conference in Honor of Mirjan Damaska: “Administration of Justice: Past Experiences, Challenges for the Future,” May 29-30, 2015. Cavtat (Dubrovnik), Croatia.
- June 2, 2015 Paper: “Criminal Law Sanctions in the United States” at 2d Criminal Law Reform Congress: “Criminal Law Sanctions: The Gap Between Idea and Use”. Organized by Istanbul University Faculty of Law. Istanbul, Turkey.
- Sept. 19, 2015 Lecture: “Exclusionary Rules in Comparative Perspective” at First Lviv Criminal Justice Forum: Criminal Justice in Ukraine: Challenges and Perspectives in the Light of Constitutional Reform. Lviv, Ukraine.
- Oct. 16, 2015 Presentation: “Racial Profiling in the U.S.” at the Academic Program of the 5. International Crime and Punishment Film Festival. Topic: Discrimination. Oct. 15-22, 2015. Istanbul, Turkey.
- Nov. 9-22, 2015 Expert Consultation: Invited by the OPDAT attaché at the U.S. Embassy in Manila to meet with members of the Supreme Court of the Philippines and with appeals, regional and municipal trial court judges to discuss the reform of the Rules of Criminal Procedure as they know apply in the country. Meetings at the Supreme Court on Nov. 9-10, and on the island of Boracay on Nov. 12-14 and Nov. 16-20. I presented an 18-page draft report suggesting amendments to the rules of criminal procedure to members of the Supreme Court on November 22 in Manila.
- Jan. 8, 2016 Lecture: “La prueba en los casos de corrupción en los E.e. Uu.” (Evidence in Corruption Cases in the U.S.). University of Jaume I. Castellón, Spain (in Spanish).
- April 15-16, 2016 Commentator: Eleventh Annual Comparative Law Work-in-Progress Workshop. University of Illinois College of Law. Champaign-Urbana, IL.
- June 1-3, 2016 Presenter on Issues of Pretrial Detention and Judicial Control, Surveillance of Telecommunications and Use of Undercover Agents. 11th Criminal Law Days. Istanbul University School of Law, Istanbul, Turkey.
- June 4-5, 2016 Presenter: “Arrest and Police Custody in the Case Law of the Turkish Constitutional Court and in Comparative Law” in “Round Table on the Right to Liberty and Security.” Joint Project on Individual Application to the Constitutional Court of Turkey. Sponsored by the Council of Europe

and the Constitutional Court of Turkey. Hilton Bosphorus Hotel. Istanbul, Turkey

PUBLICATIONS

"Criminal Justice Issues in Revolutionary Nicaragua". San Francisco Barrister. Vol. 1, No. 1. pp. 20-23. February 1986.

"The American Judicial System". Chapter of Länderbericht USA (Country Study USA). Volume 293 of publications by the Bundeszentrale für politische Bildung (Federal Center for Political Education). Bonn. 1991.

"La protection de l'environnement aux Etats-Unis: Lois federales et sanctions penales" (Environmental Protection in the U.S.: Federal Laws and Penal Sanctions). 434 Revue Internationale de Police Criminelle 17 (1992).

Doctoral Dissertation. Umweltstrafrecht in den USA: Eine Untersuchung der gesetzlichen Grundlagen des Umweltrechts und der praktischen Anwendung auf der Ebene des Bundes und der Einzelstaaten.

(Environmental Criminal Law in the USA: an Investigation of the Legal Principles of Environmental Law and their practical Application in Federal and State Law). Published in Eser, Albin/Heine, Günter. Umweltstrafrecht in England, Kanada und den USA. Freiburg im Breisgau. 1994 (pp. 317-687) (written in German).

General Report. Conference on the Protection of Human Rights in the Administration of Criminal Justice in Central and Eastern Europe and the Soviet Union (Nov. 24-Dec. 1, 1991). Revue Internationale du Droit Penal, Vol. 63, Nos. 3-4, 1992, pp. 505-31.

"Primenenie ugolovnoi otvetstvennosti v oblasti zakonodatel'stva ob okhrane okruzhaiushchey prirodnoi sredy v SShA" (Imposition of Criminal Responsibility in Environmental Protection Legislation in the USA" in Vestnik Moskovskogo Universiteta Series 11. Pravo. No. 3, 1993, pp. 48-63.

Edited and wrote the preface and introduction to Alekseeva, L.B.\ Vitsin, S.Ye.\ Kutsova, E.F.\Mikhaylovskaya, I.B. Sud prisiazhnykh: posobie dlia sudey (Jury Trial: manual for judges). Moscow. 1994.

"Formirovanie skam'i prisiazhnykh v Rossii i v SShA" (Selection of the Jury in Russia and the U.S.) Rossiyskaia Yustitsiia. Vol. 7, 1994, at 5.

"Rossiyskoy sud prisiazhnykh iz glaz amerikanskogo yurista" (The Russian Trial Jury as Seen by an American Jurist) Gosudarstvo i Pravo.

Vol. 2. 1995 (pp. 67-76).

"The Resurrection of Trial by Jury in Russia" 31 Stanford Journal of International Law 61-274 (1995).

"Trial by Jury and the Constitutional Rights of the Accused". 4 Eastern European Constitutional Review 77 (1995)

Landesbericht U.S.A. in Die Beweisaufnahme im Strafverfahren des Auslands. (Country Study: U.S.A. in "The Introduction of Evidence in the Foreign Criminal Trial") Ed. by Walter Perron. Freiburg im Breisgau. 1995, pp. 490-547 (written in German).

"Postanovka voprosov v sovremennom rossiyskom sude prisiazhnykh" (The Question List in the Contemporary Russian Jury Trial). Rossiyskaia Yustitsiia. Vol. 10, 1995, at 8-11 (written in Russian).

"Das neue russische Geschworenengericht" (The New Russian Jury Court) 108 Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft 191-213 (1996) (written in German).

"Reform of the Procuracy and Bar in Russia". 3 Parker School Journal of East European Law 1-29 (1996).

"Blood, Alcohol and Tears: Juries Again Ponder the Depths of the Russian Soul". Voir Dire. Vol. III, Issue 2. 1996, pp. 16-21.

"The Reform of the Procuracy in Russia: the Procurator, is He Prosecutor or the Eye of the Executive Branch?" published in the Georgian language with an introduction by Mindiya Ugrehelidze, President of the Supreme Court of the Republic of Georgia, in Bulletin of Justice (Tbilisi, Georgia). No. 3, 1996, at pp. 9-18.

Article: "Vozrozhdenie suda prisiazhnykh v Ispanii" (Rebirth of Trial by Jury in Spain). Gosudarstvo i pravo. No. 12, 1996, at 127-136 (written in Russian)

Article: "Vsled za Rossiey sud prisiazhnykh vozrozhden v Ispanii" (After Russia, Jury Trial is Reborn in Spain). Rossiyskaia Yustitsiia. No. 11. 1996, at 56-58 (written in Russian).

Chapter of Book: "Detención y prisión provisional en los Estados Unidos" (Arrest and Preventive Detention in the United States" in Detención y prisión provisional in series Cuadernos de Derecho Judicial. Consejo General del Poder Judicial. Madrid. 1996, pp. 193-225 (written in

Spanish).

Paper: "The Jury as Catalyst for the Reform of Criminal Ev identary Procedure in Continental Europe: the Cases of Russia and Spain" in Proceedings of the First World Conference on New Trends in Criminal Investigation and Evidence. Lelystad. The Netherlands. 1997, at 393-405.

Article: "Geschworenengerichte in Ost und West: Die klassische Jury und das adversarische Verfahren im Strafverfahren Rußlands und Spaniens" (Jury Courts in East and West: The Classic Jury and Adversary Procedure in the Criminal Procedure of Russia and Spain) 41 Recht in Ost und West 73-81 (1997) (written in German).

Article: "Waiting for the Verdict on Spain's New Jury System". Voir Dire. Vol. IV, Issue 2. 1997, at 3-7, 26.

Article: "Spain Returns to Trial by Jury" in 21 Hastings International and Comparative Law Review 241-537 (1998).

Article: "El nuevo Tribunal del Jurado en Rusia" (Russia's New Jury Court) in Justicia 1997. No. 2, pp. 615-629 (Spain) (written in Spanish).

"Trydnosti zashchity v rossiyskikh sudakh: ostorozhnye sovery amerikanskogo advokata (Difficulties for the Defense in Russian Courts: Cautious Suggestions of an American Lawyer) (written in Russian, and discussing recent jurisprudence of the Russian Supreme Court in jury cases), as Afterword to the book Zashchita po ugovnomu dela. Posobie dlia advokatov. (Defense in the Criminal Trial. A Handbook for Lawyers)(Ed. L'vova, Yu. Ye. (Yurist')). Moscow. 1998, pp. 184-196.

Article: "Sdelki o priznanii viny ili sokrashchennye formy sudoproizvodstva: po kakomu puti poydet Rossiia? Part 1. (Plea-Bargaining and Abbreviated Forms of Trial: What Course Should Russia Take?), in Rossiyskaia Yustitsiia. Vol. 10. 1998, pp. 35-37; Part 2. in Vol. 11. 1998, pp. 35-37.

Paper: "The Jury Returns to Continental Europe", in Comparative Criminal Justice Systems: From Diversity to Rapprochement, Proceedings of the International Conference for the 25th Anniversary of the International Institute of Higher Studies in Criminal Sciences, Siracusa, Italy (Dec. 16-20, 1997), in Nouvelles Études Pénales. Vol. 17 (1998), pp. 343-364.

Report: "Synthesis Report: The Impact of the Nature and the Volume of Crime and Administrative Process on Criminal Justice Systems" in

Comparative Criminal Justice Systems: From Diversity to Rapprochement (see previous entry), pp. 301-306.

Chapters entitled: “El Jurado norteamericano”(The North American Jury) and “El Jurado ruso” (The Russian Jury) in Juan Montero Aroca/Juan-Luis Gómez Colomer (ed.) Comentarios a la Ley del Jurado. (Aranzadi). 1999, pp. 74-95, 116-130.

Article. “Europe’s New Jury Systems: the Cases of Spain and Russia”. 62 Law and Contemporary Problems 233-259 (1999).

Symposium Contributions on Plea Bargaining and Jury Trials in *Symposium on Prosecuting Transnational Crimes: Cross-Cultural Insights for the Former Soviet Union*. 27 SYRACUSE J. OF INT’L LAW AND COMMERCE 1, at 5-10, 59-65 (2000).

Article: *La protección de los derechos humanos en el proceso penal de los EE.UU* (The Protection of Human Rights in the Criminal Trial in the USA), in JUAN SOROETA LICERAS (ED). CURSOS DE DERECHOS HUMANOS DE DONOSTIA-SAN SEBASTIÁN. Vol. II. 307-330 (2000). Also published in 38 JUECES PARA LA DEMOCRACIA 81-92 (2000). (in Spanish).

Article: *Is America a Systematic Violator of Human Rights in the Administration of Criminal Justice?* 44 SAINT LOUIS U. L. REV. 999-1023 (2000).

Chapter of Book: *Europe’s New Jury Systems: the Cases of Spain and Russia*, in NEIL VIDMAR (ED.). WORLD JURY SYSTEMS (Oxford). 2000, at 319-351.

Article: *La política y ciencia del control judicial de los jurados. El caso ruso y español*. (The Politics and Science of Judicial Control of Juries. The Cases of Russia and Spain). 29 PSICOLOGÍA POLÍTICA (Valencia, Spain) 67-84 (2000).

Chapter of Book: *The Separation of Questions of Law and Fact in the New Russian and Spanish Jury Verdicts* in SEAN DORAN & JOHN D. JACKSON(ED.) THE JUDICIAL ROLE IN CRIMINAL PROCEEDINGS (Hart). 2000, at 51-63.

Article: *Novi europski porotni sustavi: Slučaj španjolske i rusije*. in 7 HRVATSKI LJETOPIS ZA KAZNENO PRAVO I PRAKSU 979-1005 (2000). (translation of “Europe’s New Jury Systems: the Cases of Spain and Russia” into Croatian in Croatian Chronicle of Criminal Law and Practice).

Article: *Miranda in Comparative Law*. 45 SAINT LOUIS U. L. J. 581-624 (2001)

Landesbericht U.S.A. (Country Report: U.S.A.) in WALTER GROPP & BARBARA HUBER. RECHTLICHE INITIATIVEN GEGEN ORGANISIERTE KRIMINALITÄT. (Legal Initiatives Against Organized Criminality). Freiburg im Breisgau.869-931 (2001)

Article: *The Idea of a Conference on Lay Participation*, 73 REVUE INTERNATIONALE DU DROIT PÉNAL (1ST & 2ND TRIMESTERS) 19-23 (2001)

Article: *Questions of Law and Fact in Russian Jury Trials: The Practice of the Cassational Courts Under the Jury Laws of 1864 and 1993*, 73 REVUE INTERNATIONALE DU DROIT PÉNAL (1ST & 2ND TRIMESTERS) 415-50 (2001)

Chapter of Book: *Comparative Criminal Law and Enforcement: Russia*, in ENCYCLOPEDIA OF CRIME AND JUSTICE Vol. I, (Joshua Dressler, ed. 2002).

Article: *La protección de derechos humanos en el procedimiento penal de los E.E.U.U.*, (The Protection of Human Rights in the Criminal Trial in the US) 29 CAPÍTULO CRIMINOLÓGICO (Venezuela) 37-70 (2001).

Newspaper Article: *What Kind of Mixed Court Should Japan Adopt?* YOMIURI SHIMBUN, March 22, 2002, at 12 (Japanese Translation)

Book: COMPARATIVE CRIMINAL PROCEDURE: A CASEBOOK APPROACH (Carolina Academic Press 2002).

Translation: THE GERMAN PENAL CODE (The American Series of Foreign Penal Codes, Vol. 35)(William S. Hein & Co. 2002)

Introduction: *The Jury's Role in Administering Justice in the U.S.* *Introduction to Saint Louis Public Law Review Jury Issue*, 21 SAINT LOUIS UNIVERSITY PUBLIC LAW REVIEW 3-10 (2002)

Chapter of Book: *Official Privilege: State Security and the Right to a Fair Trial in the USA* in NATIONAL SECURITY AND INTERNATIONAL CRIMINAL JUSTICE (Kluwer) (H. Roggemann & P. Šarčević eds. 2002)

Book Review. *Courts and Transition in Russia: The Challenge of Judicial Reform*, By Peter H. Solomon, Jr. and Todd S. Foglesong, in 61 SLAVIC REVIEW 178-79 (2002)

Chapter of Book: *Latin America's First Modern System of Lay*

Participation: The Reform of Inquisitorial Justice in Venezuela in STRAFRECHT, STRAFPROZESSRECHT UND MENSCHENRECHTE. FESTSCHRIFT FÜR STEFAN TRECHSEL (Schulthess 2002)

Chapters of Book: *El proceso penal norteamericano y principios que lo rigen* and *La protección de testigos en el proceso penal norteamericano* (North American Criminal Procedure and its Underlying Principles and The Protection of Witnesses in North American Criminal Procedure) in LA PROTECCIÓN DE TESTIGOS EN EL PROCESO PENAL (Juan Antonio Robles Garzón ed. 2002)

Article: *Reforma inkvizitsionnogo pravosudiia v Venesuele* (Reform of Inquisitorial Justice in Venezuela) in ROSSIYSKAIA IUSTITSIIA. Vol. 4, 2002, at 66-69 (in Russian).

Article: *Miranda u komparativnom pravu*, in 9 HRVATSKI LJETOPIS ZA KAZNENO PRAVO I PRAKSU 159-198 (2002). (translation of Miranda in Comparative Law, above) in Croatian Chronicle of Criminal Law and Practice.

Article: *Japan's New System of Mixed Courts: Some Suggestions Regarding Their Future Form and Procedures*, in 2001-2002 ST. LOUIS-WARSAW TRANSATLANTIC L. J. 89-117. (appeared 2003)

Expert Report. An Assessment of the Draft Law of the Republic of Kazakhstan "On Introducing Amendments of Certain Laws of the Republic of Kazakhstan Relating to the Prosecutor's Oversight", Resolution of the Government of Kazakhstan No. 1533, November 28, 2001. Prepared for OSCE. April 2002.

Report, *Pravovoe sotrudnichestvo rossiyskikh i amerikanskikh politikov i iuristov: novye vozmozhnosti i perspektivy* (Legal Collaboration of Russian and American Politicians and Jurists: New Possibilities and Perspectives), in SUDEBNAIA REFORMA I STANOVLENIE PRAVOVOGO GOSUDARSTVA V ROSSIYSKOY FEDERATSII (Moscow 2003) (Judicial Reform and the Creation of a State under the Rule of Law in the Russian Federation) (in Russian).

Chapter of Book: *Gerechtigkeit und Verfahrensvielfalt. Logik der beschleunigten, konsuellen und vereinfachten Strafprozessmodelle* (Justice and Procedural Diversity: the Logic of Expedited, Consensual and Simplified Criminal Procedure Models) in RECHT-GESELLSCHAFT-KOMMUNIKATION. FESTSCHRIFT FÜR KLAUS F. RÖHL 306-20 (Stefan Machura & Stefan Ulbrich eds. 2003) (Law-Society-Communication. Festschrift for Klaus F. Röhl). (in German)

Commentary on Presumption of Innocence, Plea-Bargaining and Jury Trial in *Strafrecht: Zur Reform des strafprozessualen Hauptverfahrens* (Criminal Law: On the Reform of the Criminal Trial), in VERHANDLUNGEN DES FÜNFZEHNTEEN ÖSTERREICHISCHEN JURISTENTAGES, INNSBRUCK 2003, Vol. IV/2 78-80, 127-29, 139-43 (Vienna 2004)

Expert Report. *Analiz proekta zakona Kyrgyzskoy respubliki 'O vnesenii izmeneniy i dopolneniy v ugovovno-protsessual'nyy kodeks Kyrgyzskoy Respubliki v svete mezhdunarodnogo prava o pravakh cheloveka i sravnitel'nogo ugovovno-protsessual'nogo prava* (Analysis of the Draft Law of the Kyrgyz Republic 'On Introducing Changes and Modifications to the Criminal Procedure Code of the Kyrgyz Republic' in the Light of International Human Rights and Comparative Criminal Procedure) in ANALIZ PROJEKTOV ZAKONOV KYRGYZSKOY RESPUBLIKI 'O VNESENI IZMENENIY I DOPOLNENIY V UGOLOVNO-PROTSESSUAL'NIY KODEKS KYRGYZSKOY RESPUBLIKI' I 'O VNESENI IZMENENIY I DOPOLNENIY V UGOLOVNIY KODEKS KYRGYZSKOY RESPUBLIKI' 6-76 (OSCE/ODIHR Warsaw 2004).

Chapter of Book: *La decisión sobre la culpabilidad en el Jurado Norteamericano*, (The Guilt Decision in the North American Jury System) in LEY DEL JURADO: PROBLEMAS DE APLICACIÓN PRÁCTICA (The Jury Law: Problems of Practical Application)(written in Spanish). Consejo General del Poder Judicial. Madrid. 2004.

Article, *Vozrozhdenie narodnogo uchastiia v otpravlenii pravosudiia v sovremennykh prabobykh sistemakh* (The Rebirth of Lay Participation in the Administration of Justice in Contemporary Legal Systems), in YURIST'. No. 9, 2004 (Kazakhstan).

Cover Story and Interview, *Sud prisiazhnykh polozhitel'no izmenit ugovovnyy protsess v Kazakhstane*, in YURIST'. No. 10, 2004, at 10-16.

Article: *Wahrheit oder Rechtsstaatlichkeit? Die Verwertung von verfassungswidrig erlangten Beweisgegenständen im Strafverfahren*, in MENSCHENGERECHTES STRAFRECHT. Festschrift für Albin Eser zum 70. Geburtstag 1041-1055 (Jörg Arnold et al eds. 2005) (Truth or Due Process? The Use of Unconstitutionally Obtained Physical Evidence in the Criminal Trial). (in German).

Chapters of a Book included in SUDOPROIZVODSTVO S UCHASTIEM PRISIAZHNYKH ZASEDATELEY I PERSPEKTIVY EGO VVEDENIYA V RESPUBLIKE KAZAKHSTAN (Almaty, OSCE, D.I. Nurumov ed. 2005)(Jury Procedure and Perspectives for Its Introduction in the Republic of Kazakhstan).

Chapter 4: “Analiz proektov zakonov o vozrozhdenii narodnogo uchastiia v otpravlenii pravosudiia v Respublike Kazakhstan” at 55-81 (Analysis of the Draft Laws on Resurrecting Popular Participation in the Administration of Justice in the Republic of Kazakhstan); Chapter 9: “Opyt vozrozhdeniia suda prisiazhnykh v Ispanii” at 110-122 (Experience in the Resurrection of Jury Trial in Spain).

Chapter of Book: *La dicotomía acusatorio-inquisitivo en la jurisprudencia constitucional de Estados Unidos*, in CONSTITUCIÓN Y SISTEMA ACUSATORIO (Kai Ambos & Eduardo Montealegre Lynett eds. 2005), Bogotá, Colombia., at 157-75 (The Accusatorial-Inquisitorial Dichotomy in U.S. Constitutional Jurisprudence).

Report: “Draft Law of the Republic of Kazakhstan “On Anti-Money Laundering and Combating the Financing of Terrorism” of 2005. An Assessment.” Prepared for Internal Use for OSCE in November 2005.

Article: *Abd’de 11 Eylül açısından önleyici ve baskılayıcı tedbirler* (Preventive and Repressive Measures in Reaction to September 11th) in HUKUKI PERSPEKTİFLER DERGİSİ (Journal for Legal Perspectives), Istanbul, Turkey, at 110-15 (2005)

Chapter in Book: *L’autocondamnation dans la procédure pénale, la dialectique entre l’aveu et la reconnaissance de culpabilité*, (Self-Condensation in Criminal Procedure: The Dialectic Between the Confession and the Guilty Plea), in LE DROIT PÉNAL À L’AUBE DU TROISIÈME MILLÉNAIRE, MÉLANGES OFFERTS À JEAN PRADEL 939-951(Cujas, Paris 2006) (written in French)

Article: *L’impatto dell’11 Settembre sulla procedura penale americana*, (The Impact of September 11th on American Criminal Procedure), CASSAZIONE PENALE, No. 1 (2006), at 251-64 (written in Italian); also published in REVISTA ULTIMA RATIO (Rio de Janeiro 2006), Vol. 0, at 135-57.

Article: *Europe’s New Jury Systems: The Cases of Spain and Russia*, republished in THE JURY SYSTEM: CONTEMPORARY SCHOLARSHIP 99-126 (Valerie Hans ed. 2006)

Article: *Analiz proekta zakona RK “O protivodeystvii legalizatsii (otmyvaniuu) dokhodov, poluchennykh nekonnym putem, i finansirovaniuu terrorizma”*, (Analysis of Draft Law of the Republic of Kazakhstan “On Fighting the Legalization (laundering) of Illegal Income and the Financing of Terrorism”), in YURIST’ (Kazakhstan), No. 4 (2006), at 12-19 and No. 5 (2006), at 44-53.

Article: *Rußland: Rückkehr der fehlfreien Justiz* (Russia: Return of Errorless Justice) in TRANSFORMATION DES RECHTS IN OST UND WEST. FESTSCHRIFT FÜR PROF. DR. HERWIG ROGGMANN ZUM 70. GEBURTSTAG 203-07 (Dirk Fischer ed. 2006)

Article: *A Comparative Approach to Teaching Criminal Procedure and its Application to the Post-Investigative Stage*, 56 JOURNAL OF LEGAL EDUCATION 459 (2006)

Chapter: *Plea-Bargaining, Negotiating Confessions and Consensual Resolution of Criminal Cases*, GENERAL REPORTS OF THE XVIIITH CONGRESS OF THE INTERNATIONAL ACADEMY OF COMPARATIVE LAW 951-1011 (Katharina Boele-Woelki & Sjef van Erp eds. 2007)

Chapter: *Länderbericht: Vereinigten Staaten von Amerika*, in ORGANISIERTE KRIMINALITÄT UND KRIMINELLE ORGANISATIONEN: PRÄVENTIVE UND REPRESSIVE MAßNAHMEN VOR DEM HINTERGRUND DES 11. SEPTEMBER 2001 433-475 (Walter Gropp & Arndt Sinn eds. 2006) (Country Report: USA: in "Organized Criminality and Criminal Organizations: Preventive and Repressive Measures in the Wake of September 11, 2001").

3 Entries in: ENCYCLOPEDIA OF LAW & SOCIETY: AMERICAN AND GLOBAL PERSPECTIVES (David S. Clark ed. 2007): *Consensual Penal Resolution*, Vol. I at 247-49; *Legality and Discretion*, Vol. II, at 944-45; and *Penal Court Procedures: Doctrinal Issues in*, Vol. III, at 1096-1102.

Article: *The Nullification of the Russian Jury: Lessons for Jury-Inspired Reform in Eurasia and Beyond*, 40 CORNELL INT'L L.J. 357-428 (2007).

Article: *The Good, the Bad, or the Indifferent: "12 Angry Men" in Russia*, Part of *Symposium: The 50th Anniversary of "12 Angry Men"* 82 CHICAGO-KENT L. REV. 791-808 (2007).

COMPARATIVE CRIMINAL PROCEDURE: A CASEBOOK APPROACH (2nd ed. 2008) (Carolina Academic Press)

Chapter: *Jury Trial and Adversary Procedure in Russia: Reform of Soviet Inquisitorial Procedure or Democratic Window-Dressing?* in RUSSIA AND ITS CONSTITUTION 141-80 (Gordon B. Smith & Robert Sharlet eds. 2008) (Martinus Nijhoff, Leiden, Boston)

Article: *Dokinuće ruske porote: pouke za porotom inspiriranu reformu u Euroaziji i šire* (translation of *The Nullification of the Russian Jury*:

Lessons for Jury-Inspired Reform in Eurasia and Beyond into Croatian), 15 HRVATSKI LJETOPIS ZA KAZNENO PRAVO I PRAKSU 357-438 (2008)

Chapter of Book: *The Two Faces of Justice in the Post-Soviet Legal Sphere: Adversarial Procedure, Jury Trial, Plea-Bargaining and the Inquisitorial Legacy*, in CRIME, PROCEDURE AND EVIDENCE IN COMPARATIVE AND INTERNATIONAL CONTEXT. ESSAYS IN HONOUR OF PROFESSOR MIRJAN DAMASKA 99-118 (John Jackson, Máximo Langer, Peter Tillers, eds. 2008): Oxford, Portland: Hart.

Chapter of Book: *Aspectos Adversariales, Acusatorios y Inquisitivos en el Proceso Penal de los Estados Unidos*, in LORENA BACHMAIER WINTER ET AL, PROCESO PENAL Y SISTEMAS ACUSATORIOS (Marcial Pons, Madrid 2008)(Adversarial, Accusatorial and Inquisitorial Aspects of Criminal Procedure in the US)

Chapter of Book: *The Role of Plea and Confession Bargaining in International Criminal Courts*, in ICTY: TOWARDS A FAIR TRIAL? 341-50 (Thomas Kruessmann ed. 2008), Neuer Wissenschaftlicher Verlag, Vienna

Chapter of Book: *Trends of Criminal Justice Reform in Europe*, in COMPARISONS AND LESSONS: VIEWING THE REFORM OF CHINA'S CRIMINAL PROCEDURE LAW FROM THE PERSPECTIVE OF OTHER COUNTRIES' EXPERIENCES , Beijing (2008)(In Chinese).

Article: co-authored with Katherine Barnes and David Sloss. *Place Matters (Most): An Empirical Study of Prosecutorial Decision-Making in Death-Eligible Cases*, 51 ARIZ. L. REV. 305-379 (2009)

Article: *Verdad o legalidad: los límites del blanqueo de pruebas ilegalmente recogidas en un Estado de derecho* (Truth or legality: the limits of the laundering of illegally gathered evidence in a state under the rule of law). DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA (Bogotá, Colombia). Vol. 30, No. 89 113-45 (July-Dec. 2009).

Article: *La situación precaria de los derechos humanos en Estados Unidos en tiempos normales y después de 11 de septiembre de 2001* (The precarious situation of human rights in the US in normal times and after September 11, 2001). DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA (Bogotá, Colombia). Vol. 30, No. 89 163-207 (July-Dec. 2009).

Article: "*Fruits of the Poisonous Tree*" in *Comparative Law*, 16 SOUTHWESTERN J. OF INT'L LAW 333-384 (2010)

Editor of Book: *WORLD PLEA BARGAINING: CONSENSUAL PROCEDURES AND THE AVOIDANCE OF THE FULL CRIMINAL TRIAL*. Carolina Academic Press. (2010). Wrote Introduction (pp. xvii-xxxvii) and Chapter 11: *A Typology of Consensual Criminal Procedures: An Historical and Comparative Perspective on the Theory and Practice of Avoiding the Full Criminal Trial* (pp.297-396).

Chapter of Book: *Russia* in *THE HANDBOOK OF COMPARATIVE CRIMINAL LAW* 414-54 (Kevin Jon Heller & Markus D. Dubber eds. 2010)(Stanford Univ. Press).

Article: *Should Juries Give Reasons for Their Verdicts?: The Spanish Experience and the Implications of the European Court of Human Rights Decision in Taxquet v. Belgium*, 86 CHICAGO-KENT L. REV. 613-668 (2011).

Chapter of Book: *Königin Absprache. Erzwungene oder konsensuelle Justiz in Russland und den postsowjetischen Republiken* (Queen Plea Bargaining: Coerced or Consensual Justice in Russia and the Post-Soviet Republics) in *VON KONTINUITÄTEN UND BRÜCHEN: OSTRECHT IM WANDEL DER ZEITEN. FESTSCHRIFT FÜR FRIEDRICH-CHRISTIAN SCHROEDER ZUM 75. GEBURTSTAG* 23-44(Herbert Küpper ed 2011) (On Continuity and Breaks: Eastern Law in Times of Change)

Chapter of Book: *Criminal Law and Procedure in the U.S.* In Bin Liang & Hong Lu, (Eds.), *Jurisprudence* (法学分卷: [当代西方社会学前沿研究及发展综述]). Renmin Daxue Chubanshen [Renmin University of China Press]. 2012.

Article: *Constitutional Rights in the Balance: Modern Exclusionary Rules and the Toleration of Police Lawlessness in the Search for Truth*. 61 UNIV. OF TORONTO L. J. 691-735 (2011)

Chapter of Book: *The Exclusionary Rule*, in *GENERAL REPORTS OF THE XVIIIITH CONGRESS OF THE INTERNATIONAL ACADEMY OF COMPARATIVE LAW* 657-704 (Karen B. Brown & David V. Snyder eds. 2012).

Chapter of Book: “Vereinigte Staaten von Amerika” (United States Country Report) in *JURISDIKTIONSKONFLIKTE BEI GRENZÜBERSCHREITENDER ORGANISierter KRIMINALITÄT* (Arndt Sinn ed.).(Conflicts of Jurisdictions with Cross-Border Criminality) Universitätsverlag Osnabrück (2012), pp. 475-498 (in German).

Chapter of Book: *The Penal Order: Prosecutorial Sentencing As a Model for Criminal Justice Reform?*, in *THE PROSECUTOR IN TRANSNATIONAL PERSPECTIVE* 156-175 (Erik Luna & Marianne Wade eds 2012). Oxford

University Press, at 156-175.

Chapter of Book: *Criminal Courts and Procedure*, in COMPARATIVE LAW AND SOCIETY (David S. Clark ed. 2012). Edward Elgar, pp. 235-253.

Edited book: EXCLUSIONARY RULES IN COMPARATIVE LAW. Springer. 2013. Wrote chapter 17: “Balancing Truth Against Human Rights: A Theory of Modern Exclusionary Rules” pp. 409-52.

Chapter of Book: *Report on USA*, in TRANSNATIONAL INQUIRIES AND THE PROTECTION OF FUNDAMENTAL RIGHTS IN CRIMINAL PROCEEDINGS 509-529 (Stefano Ruggeri ed. 2013). Springer Press.

Chapter of Book: *Legal Systems: Adversarial and Inquisitorial*, in ENCYCLOPEDIA OF FORENSIC SCIENCES, (Siegel & Sauko eds. 2d Ed. Elsevier (2013)

Article: *Conflitti transnazione di giurisdizione in materia penale: il sistema statunitense* (Transnational jurisdictional conflicts in criminal cases: the U.S. system), 33 LEGISLAZIONE PENALE 451-62 (2013).

Comment on Claire Saas, *Exceptional Laws in Europe with Emphasis on ‘Enemies’* in PREVENTING DANGER: NEW PARADIGMS IN CRIMINAL JUSTICE (Michele Caianiello & Michal Louis Corrado eds.). Carolina Academic Press. 2013, pp. 63-67.

Chapter of Book: *The Model Penal Code and the Dilemma of Criminal Law Codification in the United States*, in CODIFICATION IN INTERNATIONAL PERSPECTIVE 165-183 (Wen-Yeu Wang ed. 2014). Springer.

Chapter of Book: *Marxist and Soviet Criminal Law*, in THE OXFORD HANDBOOK OF CRIMINAL LAW 295-325 (Markus D. Dubber & Tatjana Hörnle eds. 2014). Oxford.

Conference Paper: “The Transformation of the Elements of the Crime of Rape and the Procedural Protections of Rape Victims in the U.S. as a Result of the Feminist Inspired Reform Movement,” in VIOLENCE AND DISCRIMINATION AGAINST WOMEN. PAPERS OF THE 2ND INTERNATIONAL CRIME & PUNISHMENT FILM FESTIVAL 565-574 (Adem Sözüer ed. 2014)

Chapter of Book: *L’esperienza statunitense nella lotta alla corruzione* (The U.S. Experience in the Fight Against Corruption), in IL CONTRASTO ALLA CORRUZIONE NEL DIRITTO INTERNO E NEL DIRITTO INTERNAZIONALE 575-585 (Angela del Vecchio & Paola Severino eds. 2014). CEDAM. Milano. (in Italian).

Chapter of Book: *Scheinbare Freisprüche: Die Unschuldsvermutung und*

die Aufhebung von Freisprüchen wegen Begründungsmängeln (Apparent Acquittals: the Presumption of Innocence and the Reversal of Acquittals Based on Inadequate Judgment Reasons), in *SCRIPTA AMICITIAE: FREUNDSCHAFTSGABE FÜR ALBIN ESER UM 80. GEBURTSTAG AM 26. JANUAR 2015* 77-109 (Björn Burkhardt et al eds. 2015).

Chapter of Book: “Außerprozessuale Erhebung von Beweisen und ihre Bewertung im Strafverfahren: Länderbericht: Vereinigte Staaten von Amerika (U.S.), (Extra-procedural Gathering of Evidence and Its Evaluation in Criminal Proceedings), in *AUßERPROZESSUALE BEWEISERHEBUNG UND IHRE VERWERTUNG IM STRAFPROZESS* (Piotr Hofmański, Dobrosława Syumiło-Kulczykcka, Paweł Cyarnecki eds.). Beck: Warsaw (2015), pp. 701-39.

LANGUAGES English, German, Russian, French, Spanish, Italian.

Date: June 8, 2016.

Cours de Stéphane Pinon

Professeur habilité à l'Université de La Rochelle

Membre du CERCOP de Montpellier 1

« Théorie et pratique de la démocratie dans l'espace européen »

Syllabus :

Le concept de « démocratie » a donné lieu de la part des juristes à de grands travaux : ceux de James Bryce, de Carl Schmitt, d'A. Kelsen, de C.J. Friedrich, d'A. Ross, plus près de nous de N. Bobbio ou de B. Ackerman. Il est aujourd'hui soumis à la concurrence, pour ne pas dire à l'hégémonie du concept d'« Etat de droit ». Un éclaircissement méthodologique s'impose, d'autant plus que l'argumentaire démocratique – le fameux « déficit démocratique » – est au cœur des attaques que subit l'Europe des vingt-huit aujourd'hui. Mieux réformer l'Europe, mieux la critiquer aussi, suppose donc d'identifier un référent commun de démocratie.

L'alternative est selon nous la suivante. Soit le concept est maintenu dans son contenu idéal, étymologique, et il faut constater que la démocratie n'existe nulle part ou qu'il n'existe désormais que des formes modernisées de « gouvernement mixte » ; soit on accepte d'adopter une vision plus empirique de la démocratie, plus réaliste, ce qui permet de rétablir le contact entre le concept et la réalité des régimes contemporains. Cette dernière hypothèse sera privilégiée. Dès lors, en évaluant le fonctionnement institutionnel de l'Union à l'aide de critères plus réalistes, en se rapportant aux standards démocratiques que les citoyens acceptent à l'échelle nationale, on aboutirait à la conclusion d'un faible déficit.

Mais pour que cette démarche soit scientifiquement valable, encore faut-il entrer de plain-pied dans une étude de droit constitutionnel comparé. Le cadre géographique des pays membres de l'Union sera pris pour champ d'investigation. Et pour mesurer le degré d'équilibre entre l'impératif de la protection des droits dans les Etats et le poids accordé au pouvoir du suffrage, ce cours orientera la comparaison en direction des différents modèles de justice constitutionnelle et les différents mécanismes de participation populaire directe (à la législation ordinaire ou constitutionnelle).

PINON Stéphane - Curriculum Vitae

Professeur habilité de droit public

Université de La Rochelle. Membre du CERCOP, le Centre de recherche en droit constitutionnel de Montpellier.

Coordonnées professionnelles :

Université de La Rochelle

UFR Droit, 45 rue François de Vaux de Foletier,
17 024 La Rochelle cedex 01.

Mail : stephane.pinon@univ-lr.fr

Principaux titres universitaires :

- 2009 : **Habilitation à diriger des recherches**

Travaux : « Fixité et mutations de la doctrine constitutionnelle française ».

Soutenue le 30 avril 2009 à l'Université de Cergy-Pontoise.

- 2013 : **Recrutement en qualité de Maître de conférences** à l'Université de Cergy-Pontoise

- 2002 : **Doctorat en droit public**

Thèse : *Les réformistes constitutionnels des années trente. Aux origines de la V^e République.*

(Soutenue le 7 décembre 2002), Université François Rabelais de Tours, sous la direction du professeur Jean Rossetto. Prix de l'Assemblée nationale en 2003.

- 1996 : Diplôme d'Etudes Approfondies (DEA) de « droit public général »,
Université François Rabelais de Tours.

- 1995 : Diplôme de l'« Institut d'Etudes Politiques » de Toulouse,
Université des Sciences sociales de Toulouse.

Etablissement d'affectation :

- **Université de Cergy-Pontoise** du 1^{er} sept. 2003 au 31 août 2009.
- **Université de La Rochelle** à partir du 1^{er} sept. 2009.

Groupes de recherches :

- Membre du CERCOP de l'Université de Montpellier 1.
- *Association Française de Droit Constitutionnel* : membre du « Comité scientifique » depuis janvier 2008.

Membre élu du Conseil National des Universités (CNU) en droit public, 2011-2015.

Nommé « Expert » hispanophone en Justice constitutionnelle pour les « *Amériques et Caraïbes* » par le Ministère de la Justice, Service affaires internationales.

I. PRINCIPAUX ENSEIGNEMENTS

Enseignements dispensés à l'Université de La Rochelle, de Montpellier, de Paris I Sorbonne (CAVEJ), de Granada (en langue espagnole) et de Lisbonne.

1. Droit constitutionnel

Précisions sur les différentes branches de la discipline enseignée :

- Théorie de l'Etat et de la démocratie ;
- Les « écoles » de la pensée constitutionnelle française ;
- L'histoire des régimes français de 1789 à 1958 ;
- La constitution de la V^e République ;
- Les modèles de Justice constitutionnelle ;
- Le Droit constitutionnel comparé (les régimes des 27 pays de l'Union européenne avec un accent mis sur l'Italie, l'Allemagne, l'Espagne et le Portugal).
- Droit constitutionnel européen et droit de la globalisation.

2. Droit des collectivités territoriales

Précisions sur les différentes branches de la discipline enseignée :

- Histoire de la décentralisation ;
- Les institutions locales (communes, départements, régions, intercommunalité) ;
- Le droit européen des collectivités locales ;

3. Droit des services publics

Précisions sur les différentes branches de la discipline enseignée :

- Droit des services publics locaux ;
- Le régime des délégations de services publics ;
- L'influence communautaire sur le droit des SP (SIG, SIEG, SSIG, service universel).

4. Droit de l'Union européenne

- Droit institutionnel de l'Union ;
- Articulation des ordres juridiques ;
- Droit du contentieux communautaire.

II. PRINCIPAUX TRAVAUX UNIVERSITAIRES

Thèse de doctorat :

Les réformistes constitutionnels des années trente.

Aux origines de la V^e République

(Soutenue le 7 décembre 2002, sous la direction du Professeur J. Rossetto)

Premier prix de l'Assemblée nationale

Thèse publiée aux éditions de la L.G.D.J en octobre 2003.

Ouvrages publiés :

5. *Les régimes constitutionnels dans l'Union européenne. Italie, Allemagne, Portugal, Espagne.*

Editions Larcier, coll. Manuels, octobre 2015, 446 p.

4. *Le droit constitutionnel européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe*

Editions Institut Universitaire Varenne, coll. Colloques et Essais, sept. 2015, 268 p.

(Actes du Congrès international organisé à Montpellier les 12-13 décembre 2013). Sous la direction de F. Balaguer Callejón, A. Viala et S. Pinon.

Contribution personnelle : « L'éclosion d'un "fédéralisme exécutif" au sein de l'Union. Les réponses du droit constitutionnel ».

3. *Maurice Deslandres et le droit constitutionnel. Un itinéraire*

Editions Universitaires de Dijon, coll. Institutions, nov. 2012, 194 p.

2. *La démocratie entre multiplication des droits et contre-pouvoirs sociaux*

Editions Kimé, déc. 2011, 168 p.

(Actes du colloque organisé à Cergy-Pontoise le 12 novembre 2009). Sous la dir. de C.M._Herrera et de S. Pinon.

Contribution personnelle : « La représentation parlementaire des groupes sociaux et des intérêts professionnels : une perspective à oublier ? », pp. 115-134.

1. *Le droit constitutionnel d'Adhémar Esmein*

Montchrestien, coll. « Les grands colloques », janvier 2009, 285 p.

(Actes du colloque organisé à l'Université de Cergy-Pontoise le 26 janvier 2006). Sous la dir. de S. Pinon et de P.-H. Prélôt.

Contribution personnelle : « Adhémar Esmein et la doctrine constitutionnelle de son temps », pp. 209-227.

Ouvrage à paraître :

Le pouvoir constituant au XXI^e siècle,

Editions Institut Universitaire Varenne, coll. Colloques et Essais, 1^{er} semestre 2017.

(Actes du Congrès international organisé à Montpellier le 13 mai 2015). Sous la direction de F. Balaguer Callejón, A. Viala et S. Pinon.

Principaux articles publiés :

1. « Le déficit démocratique de l'Union européenne : mais quel déficit ? », in F. Lanchester (dir.), *Parlamenti nazionali e Unione Europea nella governance multilivello*, ed. Giuffrè, coll. Quaderni di Nomos, fév. 2016, pp. 537-553.
2. « Le constitutionnalisme global en question », in V. Pereira da Silva, F. Balaguer Callejón (dir.), *O Constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global. Congresso em honra de Peter Häberle* (Lisboa, 13 de maio de 2012), ebook, mai 2015, pp. 179-188 (http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_haberle2014_v1-1_final.pdf)
3. « Le statut du Président de la République : quelle loi organique pour l'article 68 de la Constitution ? », revue *Constitutions*, n°3 juillet-sept. 2013, pp. 358-366.
4. « Crise économique européenne et crise institutionnelle à tous les étages », *Revue de l'Union Européenne*, n°567, avril 2013, pp. 218-230.
5. « Formas de gobierno en la obra de León Duguit » (Les formes de gouvernement dans l'œuvre de León Duguit), in Dr. Andry Matilla Correa, Luis Gerardo Rodriguez Lozano (dir.), *Duguit, homenaje a la luz de las problemáticas del Derecho Público*, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Mexico, éd. Porrúa (1er sem. 2013).
6. « La forma de gobierno en los Estados miembros de la Unión Europea », in *Revista de Derecho Constitucional Europeo (ReDCE)*, n°16-2011, pp. 135-171. Consultable également sur : <http://www.ugr.es/~redce/REDCE16/articulos/04SPinon.htm>.
7. « Le positivisme sociologique dans l'œuvre de León Duguit », *Revue Interdisciplinaire d'Etudes Juridiques*, n°67-2011 (reprise des Actes du colloque organisé sous la dir. d'A. Viala "Les positivismes : d'Auguste Comte au Cercle de Vienne"), pp. 69-93.
8. « Le droit constitutionnel européen, une discipline autonome ? », *Annuaire de Droit Européen*, vol. VI-2008, Bruylant, sept. 2011, pp. 61-73.
9. « Le nouveau droit constitutionnel à travers les âges », in K. Mavrias et F. Mélin-Soucramanien (dir.), *Constitution, enseignement et doctrine*, Editions Ant. N. Sakkoulas et Bruylant, janvier 2011, pp. 1-15.
10. « La interacción constitucional entre Unión Europea y los Estados miembros. El sistema constitucional de Francia », in *Revista de Derecho Constitucional Europeo (ReDCE)*, n°14-2010, pp. 17-73.
11. « Démocratie et contre-pouvoirs sociaux », in A. Delcamp, A.-M. Le Pourhiet, B. Mathieu, D. Rousseau (dir.), *Nouvelles questions sur la démocratie*, Dalloz, « Thèmes et commentaires », octobre 2010, pp. 45-55.
12. « El derecho constitucional europeo : una disciplina autónoma » in *Revista de Derecho Constitucional Europeo (ReDCE)*, n°14-2010, pp. 267-290.
13. « Le Conseil économique, social et environnemental, entre évolution et révolution », revue *Droit Administratif*, n°juillet 2010, pp. 16-20.
14. « Léon Duguit face à la doctrine constitutionnelle naissante », *Revue du Droit Public*, n°2-2010, pp. 523-548.
15. « Improbable loi organique, impossible initiative populaire », *A.J.D.A.* Numéro spécial du 2 novembre 2009 (les lois organiques suite à la révision du 23 juillet 2008), pp. 2002-2006.

16. « Vers une *rationalisation* du pouvoir présidentiel ». Numéro spécial de la Revue *Politeia* consacré à « La révision constitutionnelle du 23 juillet 2008 », n° 15-2009, pp. 321-347.
17. « La Constitution de 1958 vue par Sartre et Aron », *Politeia*, n°15-2009, pp. 617-626.
18. « L'encadrement des pouvoirs de nomination du Président dans la révision du 23 juillet 2008 », revue *Droit Administratif*, n° 2 février 2009, pp. 7-10.
19. « La V^e République toujours plus *parlementaire* », *Recueil Dalloz*, 25 décembre 2008, « Point de vue ».
20. « Note de lecture » sur l'ouvrage de S. Baume et B. Fontana, *Les usages de la séparation des pouvoirs* (éd. M. Houdiard, 2007). Publiée dans la *Revue du Droit public*, n°6-2008, pp. 1728-1738.
21. « L'effectivité de la *primauté* du droit communautaire sur la Constitution (regards sur la jurisprudence récente du Conseil constitutionnel et du Conseil d'Etat) », *Revue Trimestrielle de Droit Européen*, n°2-2008, pp. 263-287.
22. « Boris Mirkin-Guetzévitch et la diffusion du droit constitutionnel », *Droits. Revue française de théorie, de philosophie et de culture juridiques*, 2007, n°46, pp. 183-212.
23. « Regard critique sur les leçons d'un « maître » du droit constitutionnel : le cas Adhémar Esmein », *Revue du Droit Public*, 1^{er} numéro – 2007, pp. 193-229.
24. « La notion de *démocratie* dans la doctrine constitutionnelle française », *Revue Politeia*, n°10 – 2006, pp. 407-468.
25. « La pensée constitutionnelle de Boris Mirkin-Guetzévitch », in C.M. Herrera (dir.), *Les juristes face au Politique*, tome II, éditions Kimé, 2005, pp. 61-123.
26. « Le pouvoir exécutif chez Maurice Hauriou », publié à la *Revue d'Histoire des Facultés de droit et de la science juridique*, 2004, n°24, pp. 119-164.

Article à paraître :

1. « Les visages cachés du constitutionnalisme global », *Revue Française de Droit Constitutionnel*, accord de publication donné pour le 1^{er} numéro de 2017.
2. « Itinéraire du couple *démocratie* et *référendum* dans l'espace européen », *Percorsi costituzionali*, Rome, accord de publication donné pour fin 2016.
3. « La Charte des droits fondamentaux de l'Union européenne et les juges espagnols », in L. Burgorgue-Larsen (dir.), *La Charte saisie par les juges en Europe*, Paris, éd. Pédone, coll. Cahiers européens, 1^{er} semestre 2017.
4. « La participation populaire au pouvoir constituant dans une perspective comparatiste », in F. Balaguer Callejón, S. Pinon et A. Viala (dir.), *Le pouvoir constituant au XXI^{ème} siècle (El poder constituyente al siglo XXI)*, Editions Institut Universitaire Varenne, coll. Colloques et Essais, 1^{er} semestre 2017.

Chronique :

Responsable depuis 2010 de la chronique « Actualité bibliographique – Ouvrages et thèses » dans la revue trimestrielle *Constitutions. Revue de droit constitutionnel appliqué*. Pour les ouvrages non francophones, le travail s'effectue en collaboration avec Sébastien Platon (Professeur à l'Université de Bordeaux IV) et avec Sarah Teweleit (ATER à l'Univ. de Bordeaux IV).

III. ORGANISATION DE MANIFESTATIONS SCIENTIFIQUES

1. *Le pouvoir constituant au XXI^{ème} siècle (El poder constituyente al siglo XXI)*, Congrès international organisé à l'Université de Montpellier le 13 mai 2016, en collaboration avec le CERCOP et la Fondation Peter Häberle (sous la direction de F. Balaguer Callejón, S. Pinon et A. Viala).

2. Congrès international sur *Le droit constitutionnel européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe*. Organisé à l'Université de Montpellier 1, en association avec l'Université de Grenade, les 12-13 décembre 2013 (sous la direction de F. Balaguer Callejón, S. Pinon et A. Viala).

- Parmi les intervenants étrangers : Antonio D'Atena, Gregorio Cámara Villar, Enrique Guillén López, Peter Häberle, Jörg Luther, Vasco Pereira da Silva, Paulo Ramos Barbosa, Paolo Ridola, Mariana Rodrigues Canotilho, Angelo Schillaci, Fausto Vecchio. - Parmi les intervenants français : Jordane Arlettaz, Laurence Burgorgue-Larsen, Xavier Magnon, Fanny Malhière, Francesco Martucci, Stéphane Pinon, Jacobo Ríos, Alexandre Viala.

3. Journée d'études : « *Faut-il maintenir l'élection au suffrage universel du Président de la République ?* ». Organisée le 26 avril 2012 à l'Université de La Rochelle, avec le soutien de l'Institut Pierre Pescatore.

- Intervenants : G. Carcassonne, D. Chagnollaude, A. Le Divellec, B. François, P. Jan, S. Milacic, V. Pereira da Silva, J.-B. Pointel, P.-H. Prélot.

4. Colloque sur « *La démocratie entre multiplication des droits et contre-pouvoirs sociaux* », co-dirigé avec le professeur C. M. Herrera. Organisé le 12 novembre 2009 à l'Université de Cergy-Pontoise. Avec la collaboration de l'Association Française de Droit Constitutionnel.

- Intervenants : B. Bachofen, I. Boucobza, V. Champeil-Desplats, C.M. Herrera, S. Pinon, M.-C. Ponthoreau, P.-H. Prélot, Ph. Raimbault, D. Rousseau.

5. « Conférence-débat » sur *Les enjeux de la révision du 23 juillet 2008*, en présence du professeur Guy Carcassonne. Organisé le 26 mars 2009 à l'Université de Cergy-Pontoise, avec le soutien de l'Ecole Doctorale de droit et des sciences humaines.

6. « Conférence-débat » sur *La question de la VI^e République*, en présence des professeurs Jean Gicquel et Dominique Rousseau. Organisé le 4 avril 2007 à l'Université de Cergy-Pontoise, avec le soutien de l'Ecole Doctorale internationale de droit et des sciences humaines.

7. Colloque sur « *Le droit constitutionnel d'Adhémar Esmein* » co-dirigé avec le professeur Pierre-Henri Prélot. Organisé le 26 janvier 2007 à l'Université de Cergy-Pontoise avec le soutien du Centre de philosophie juridique et politique.

- Intervenants : J. Boudon, J.-C. Colliard, J.-M. Denquin, A. Le Divellec, J.-L. Halpérin, E. Maulin, C.M. Pimentel, S. Pinon, P.-H. Prélot, Th. Rambaud, G. Sacriste.

Prochaine manifestation scientifique :

Le droit comparé, de la périphérie au centre ?, Colloque organisé à l'Université de La Rochelle les 29-30 septembre 2016, avec le financement du CEJEP (sous la direction d'I. Boucobza et de S. Pinon).

PHILOSOPHIE DU DROIT

Alexandre VIALA

Professeur à l'Université de Montpellier

1 - Problématique :

Le cours a pour finalité d'inviter les étudiants en droit à aborder leur objet familier, le droit, non plus dans une perspective technique et compartimentée comme l'exige la division académique de la discipline en diverses branches qui correspondent chacune à un secteur de la vie sociale, mais sous un angle théorique et global. Il s'adresse donc autant aux privatistes qu'aux publicistes, comme il peut intéresser aussi bien les internistes que les internationalistes. Mais l'une des vertus majeures de la philosophie du droit est d'aider surtout les juristes, très tôt plongés dans l'étude appliquée des mécanismes et du *comment ?* du phénomène juridique, à prendre un peu de hauteur et à s'interroger sur le *pourquoi ?* de leur objet. Pour appréhender celui-ci de la façon la plus globale qui soit comme le commande la démarche philosophique dont se réclame le cours, il conviendra de le saisir sous deux angles différents qui alimenteront chacun les deux parties.

Le premier champ de réflexion renverra au statut ontologique du droit, c'est-à-dire qu'il portera sur la nature et l'essence du droit comme objet livré à l'examen de l'observateur. Le droit est alors conçu comme un ensemble normatif qui accorde des droits et fixe des obligations et se matérialise par un discours, législatif ou juridictionnel, dont la teneur diverge selon les conceptions qu'en livrent les différentes écoles philosophiques. On verra notamment qu'à l'ontologie *réaliste* et *objectiviste* des Anciens qui pensaient que le législateur et le juge n'avaient qu'à restituer passivement, de façon indicative, ce que raconte la nature des choses dont serait issu le droit, s'oppose l'ontologie *idéaliste* et *subjectiviste* des Modernes selon lesquels le droit, fruit de l'esprit, n'est que le produit intellectuel de la volonté humaine et se décline, dès lors, en termes prescriptifs. Ces deux approches antagonistes de l'ontologie juridique feront ainsi l'objet des deux temps forts de la première partie sachant que la première, dite anté ou pré-moderne et née sous l'Antiquité gréco-romaine pour se poursuivre jusqu'au Haut Moyen Age, ne sera abordée que rétrospectivement à l'occasion de l'examen, dès le Titre premier, de sa rivale réputée moderne qui, dès le XIV^{ème} siècle, s'est inscrite en rupture par rapport à elle. L'ontologie réaliste occupera à nouveau certains développements du Titre second à travers l'étude d'une post-modernité laquelle, depuis le XX^{ème} siècle, œuvre par certains côtés à sa réhabilitation.

La seconde partie du cours sera consacrée au statut épistémologique du droit. Autrement dit, il s'agira cette fois de regarder le droit non comme discours-objet du législateur et du juge mais comme méta-discours portant sur cet objet. Au lieu de saisir directement le droit, la question visera, de façon médiate, la science du droit. Dès lors, le discours qui matérialise le droit selon ce point de vue épistémologique n'est plus celui du législateur et du juge car il est prononcé par d'autres juristes dont le statut, que revêtent les professeurs de droit, relève du monde académique et non pas politique. Puisque ce méta-discours est censé être un discours de connaissance, toute la problématique qui animera cette

seconde partie consistera à s'interroger sur ses conditions de scientificité. Or, on verra qu'elles ne sont pas déterminées pareillement selon la philosophie du droit sous la bannière de laquelle on se place. Selon une épistémologie dite prescriptive ou idéaliste qui correspond en général aux conceptions de type jusnaturaliste, il ne serait pas indu de faire de la science du droit tout en s'autorisant à émettre des jugements de valeur et à dire ce que devrait être le droit. C'est à l'aune du droit naturel, regardé comme idéal et objectivement connaissable aux yeux d'une telle épistémologie, que s'effectuerait cette évaluation dont le caractère prescriptif n'enlèverait rien à sa scientificité. Au contraire, pour une épistémologie dite descriptive ou empiriste qu'ont l'habitude d'adopter les tenants du positivisme juridique, il est absolument nécessaire, sous peine de méconnaître les limites de la neutralité axiologique de la science du droit, de bien faire le départ entre le droit tel qu'il est et le droit tel qu'il devrait être et de se garder de promouvoir celui-ci sous couvert de la science. L'examen de ces deux épistémologies rivales, étudiées l'une après l'autre, rythmera ainsi cette seconde partie. Plus précisément, le Titre premier consistera à mettre dos à dos ces deux méthodologies qui, observées chacune dans leur plus pure radicalité, ne constituent rien d'autre que des obstacles épistémologiques. Le Titre second se présentera, dès lors, comme la promotion d'une voie médiane dont la vertu est d'éviter les deux écueils respectifs de l'idéalisme et de l'empirisme en encourageant, pour expliquer le droit, l'utilisation de modèles abstraits porteurs d'une fonction critique et non idéologique. C'est cette voie médiane qu'on appelle le recours à la théorie du droit.

De manière générale, le but de cette présentation duale est de montrer que l'histoire de la pensée juridique est celle d'une série de courants dont l'identité dépend, pour chacun, tant du parti pris ontologique que de l'option épistémologique retenus ce qui donne une succession de combinaisons qui seront analysées en détail et qui confèrent à la philosophie du droit toute sa richesse (aristotélisme, thomisme, nominalisme, école du droit naturel moderne, légalisme, positivisme juridique, positivisme sociologique, normativisme, réalisme juridique, néo-thomisme, néo-positivisme...)

2 - Plan :

Introduction

Première partie - La question ontologique : qu'est-ce que le droit ?

Titre I – La métaphysique subjectiviste de la modernité : la volonté représentée comme fondement de l'ordre juridique (du XIV^{ème} au XIX^{ème} siècle)

Chapitre I – Un tournant paradigmatique : la révolution nominaliste

Section I – Une approche idéaliste du droit

Section II – Les théories du contrat social

Chapitre II – Une normativité triomphante : le culte de la loi

Section I – Le glissement du droit naturel moderne vers le positivisme juridique

Section II – La confusion du droit et de la loi

Titre II – Le réalisme objectiviste de la post-modernité : la volonté représentée comme simple moteur de l'ordre juridique (du XX^{ème} siècle à nos jours).

Chapitre I – Une réaction ontologique : la contre-révolution objectiviste

Section I – Une approche réaliste du droit

Section II – Une entreprise d'autonomisation du droit

Chapitre II – Une normativité en mutation : le culte du droit
Section I – La dévalorisation de la loi
Section II – L'émergence de la figure du juge

Seconde partie - La question épistémologique : qu'est-ce que la science du droit ?

Titre I - Les deux obstacles épistémologiques : l'idéalisme et l'empirisme
Chapitre I - L'idéalisme : l'épistémologie prescriptive
Section I – Présentation
Section II – La critique positiviste de l'idéalisme épistémologique
Chapitre II – L'empirisme : l'épistémologie descriptive
Section I – Présentation
Section II – Les impasses de l'empirisme

Titre II – La recherche d'une voie médiane : la construction d'une théorie du droit
Chapitre I – Une fonction de dévoilement de la réalité
Chapitre II – Une fonction de prévention contre le dogmatisme

Conclusion

Bibliographie recommandée :

Ouvrages :

- Alexandre Viala, *Philosophie du droit*, Ellipses, coll. « Cours magistral », 2010.
- Simone Goyard-Fabre, *Les fondements de l'ordre juridique*, PUF 1992
- René Sève, *Philosophie et théorie du droit*, Dalloz 2007.
- Paul Amselek (sous la dir. de), *Controverses autour de l'ontologie du droit*, PUF 1988
- Michel Troper, *Philosophie du droit*, PUF-Que sais-je ?, 2003
- Michel Troper, *Pour une théorie juridique de l'Etat*, PUF-Léviathan, 1994
- Michel Troper, *La théorie du droit, le droit, l'Etat*, PUF-Léviathan, 2002
- Michel Troper, *Le droit et la nécessité*, PUF-Léviathan, 2011
- Pierre Bouretz (sous la dir. de), *La force du droit*, Ed. Esprit, 1991
- Michel Villey, *La formation de la pensée juridique moderne*, PUF-Léviathan, 2003
- Léon Duguit, *L'Etat, le droit objectif et la loi positive*, Dalloz (rééd.), 2003
- Raymond Carré de Malberg, *Contribution à la Théorie générale de l'Etat*, Dalloz (rééd.), 2003
- Hans Kelsen, *Théorie pure du droit*, trad. Ch. Eisenmann, 2^{ème} éd. (rééd. LGDJ-Bruylant, 1999)
- Carl Schmitt, *Théorie de la Constitution*, 1928, PUF-Léviathan (rééd.), 1996
- Eric Millard et Olivier Jouanjan (sous la dir. de), *Les théories réalistes du droit*, Presses Universitaires de Strasbourg, 2000.
- Jean-Cassien Billier et Aglaé Maryioli, *Histoire de la philosophie du droit*, Armand Colin, 2001
- Rémy Libchaber, *L'ordre juridique et le discours du droit. Essai sur les limites de la connaissance du droit*, LGDJ, 2013.
- Lucien François, *Le cap des tempêtes. Essai de microscopie du droit*, Bruylant, 2012.

Reuves :

- Archives de philosophie du droit
- Revue de la recherche juridique et de droit prospectif
- Droits (Revue Française de théorie, de philosophie et de culture juridiques)
- Cahiers de philosophie politique et juridique
- Droit et société
- Revue interdisciplinaire d'études juridiques
- Juspoliticum (revue en ligne)
- Droit et philosophie (Annuaire de l'Institut Michel Villey)

Syllabus of the course Jean-Louis Halpérin (professor at the Ecole Normale Supérieure, Paris):

"Legal Revolutions since the 17th century"
(inspired by *Five Legal Revolutions since the 17th century*, Dordrecht, Springer, 2014):

Thursday 13th of October: 1) Continuity and change in legal history. The notion of legal revolution. The emergence of the modern State in the 17th century and its legal criteria.

Friday 14th of October: 2) The revolution of codifications from the 18th century. The different policies of codifications. Codification and case law. Comparison with the common law systems.

Monday 17th of October: 3) The revolution of constitutions. From the American and French models of the 18th century to the post-1945 constitutions. Constitutional adjudication and constitutional review.

Tuesday 18th of October: 4) The revolutions of international and European laws. International law history since the 19th century. History of Federations and History of European Law.

HALPÉRIN, Jean-Louis

Né le 30 octobre 1960 à Paris, nationalité française
Marié, trois enfants (1993, 1995 et 2002)

Professeur (classe exceptionnelle) à l'École Normale Supérieure (Paris)
Membre de l'Unité mixte de recherche 7074 – Centre de Théorie et Analyse du Droit
(CNRS- Université Paris X-ENS and EHESS)

Formation et diplômes:

Baccalauréat, section C, mention “ très bien ”, 1977

Second prix du “ *concours général en histoire* ”, 1976

5^e prix du *concours des historiens de demain*, Archives Nationales, 1977

classé premier au concours d'entrée à l'École Normale Supérieure (Ulm), 1979

élève à l'E.N.S. de 1979 to 1982

Service militaire dans la marine nationale, 1982-1983 (aujourd'hui hors des cadres de la réserve après avoir été lieutenant de vaisseau de réserve)

Diplômes en histoire : *Licence ès lettres*, mention histoire, Paris IV, 1980; Maîtrise en

histoire, mention “ très bien ”, Université Paris IV, 1981 ; Diplômé d'études

approfondies “ *Histoire et civilisation de l'Antiquité* ”, Université Paris IV, 1982 ;

Diplômé de l'*Ecole Pratique des Hautes Études*, 4^e section, 1984

Diplômes en droit : *Licence en droit*, Université Paris I, 1981; Maîtrise en droit public, Université Paris II, 1982; Diplômé d'études approfondies en histoire du droit, Université Paris II, 1982.

Doctorat d'État en droit, mention “ très honorable ”, Université Paris II, 1985, prix de thèse de l'Université Paris II

Fonctions d'enseignement :

1983-1986 *Assistant* à l'Université Paris II

1986-1988 *Maître de conférences* à l'Université Paris II

1986-1989 *Chargé de conférences* à l'Institut d'Études Politiques, Paris

1988 *Agrégé d'histoire du droit*, nommé professeur à l'Université Lyon III 1988-1998,

puis professeur à l'Université de Bourgogne 1998-2003, doyen de la Faculté de droit (2000-2003)

1994 élu membre junior de l'*Institut Universitaire de France*

Professeur de droit à l'École normale supérieure depuis septembre 2003

Membre senior de l'Institut Universitaire de France depuis octobre 2013

Missions et séjour à l'étranger:

1996 Enseignant dans l'Académie d'été Franco-Allemande à La Rochelle (histoire du droit européen) organisée par la *Studienstiftung des Deutschen Volkes*

1997-2000 cours à Lausanne sur l'histoire du droit de la consommation

1998 Première visite comme invité au Japon pour le colloque de Fukuoka (sur les 100 ans du Code civil japonais) et conférences aux universités de Tokyo et Nagoya

Juillet 2001 séjour de recherche à Münster financé par le *Deutscher Akademischer*

Austauschdienst

Février 2002 Cours à l'Université de Lancaster (programme Erasmus-Socrates)
2000-2004 Conférences à Münster (sur les sociétés coopératives), Berlin (sur l'édition en allemand du *Code Napoléon*), Francfort (sur l'histoire du droit comme discipline); à Bologne (sur l'histoire des avocats d'affaires en France), Padoue (sur les délits économiques dans le Code pénal français de 1810); à Bonn, Francfort, Münster, Lisbonne, Porto sur le Bicentenaire du Code Napoléon

Avril 2005 Deuxième visite comme invité au Japon: conférences à Tokyo, Nagoya and Niigata, participation au Congrès des historiens du droit japonais.

Février 2007 Troisième visite comme professeur invité au Japon, cours et conférences à Nagoya et Tokyo

Avril 2008 Première visite comme invite en Inde, conférences à Jawaharlal Nehru University et à l'Asiatic Society (Kolkata)

Juin et décembre 2008 Participations à des colloques à Jerusalem et Birzeit (Palestine)

Avril 2009 Conférence (séjour de recherché) à Cornell Law School sur la coutume

2010 Quatrième visite comme professeur invité au Japon, cours et conférences à Nagoya et Tokyo; Visite au Chili (École Michel Foucault avec l'Université du Chili)

Août - septembre 2011 Deuxième visite comme professeur invité en Inde (New Delhi University, department of sociology)

Septembre 2012 Cinquième visite comme professeur invité au Japon, conférences à Tokyo et Nagoya, participation à un colloque franco-japonais de droit public à Kyoto

Juin 2014 Sixième visite comme professeur invité au Japon, conférences à Tokyo et Nagoya

Octobre 2014 Conférence à la Faculté de droit de Münster (Allemagne)

Langues pratiquées : Anglais, Allemand, Italien

Fonctions administratives et fonctions d'animation de la recherche :

Directeur du premier cycle en droit à l'Université Lyon III (1988-1991)

2000-2001 Membre de la commission de réforme des études de droit (Ministère de l'Éducation)

2000-2003 Doyen de la Faculté de droit de Dijon (plus de 4 000 étudiants et de 1 00 enseignants, j'ai été en même temps membre du Conseil de gestion de la Faculté de droit, du Conseil d'administration de l'Université de Bourgogne et président de la Commission disciplinaire)

2004 Président du comité scientifique pour l'exposition sur le Bicentenaire du Code Napoléon

Directeur du département de sciences sociales de l'ENS, 2006-2010 (120 étudiants, 15 enseignants titulaires)

Membre de la section 03 du Conseil National des Universités 2005-2007

Membre de la Section 36 (et de son bureau) du Comité National du CNRS 2008-2012

Membre du Conseil scientifique du GIP Mission de recherche Droit et Justice 2010-2014

Depuis 2003, responsable d'un axe de recherche au sein du Centre de Théorie et Analyse du Droit dirigé par Pierre Brunet, directeur-adjoint du Centre depuis 2011 (*UMR 7074 CNRS*)

Membre du Conseil scientifique de l'École normale supérieure 2011-2014

Rédacteur en chef de la revue électronique *Clio @ Thémis*, membre du Comité scientifique des *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*

English Curriculum Vitae

HALPERIN, Jean-Louis

Born on the 30th of October 1960 in Paris, French Nationality

Married, three children (1993, 1995 and 2002)

Professor (exceptional class) at the École Normale Supérieure (Paris)

Member of the “Unité mixte de recherche 7074 – Centre for Legal Theory and Analysis” (CNRS-University Paris X-ENS and EHESS)

Formation and degrees:

Baccalauréat, section C, mention “très bien”, 1977

Second prize of the “*concours général en histoire*”, 1976

5th prize of the *concours des historiens de demain*, National Archives, 1977

Classed first for the competition to the entrance in the École Normale Supérieure (Ulm), 1979

Student in the E.N.S. from 1979 to 1982

Military duty in the French Navy, 1982-1983

Degrees in history : Bachelor of Arts (*Licence ès lettres*), University Paris IV, 1980;

Master in history, mention “très bien”, University Paris IV, 1981 ; Degree of specialized studies “*Histoire et civilisation de l'Antiquité*” (Ancient History), University Paris IV, 1982 ; Degree of the *Ecole Pratique des Hautes Études*, IVth section, 1984

Degrees in Law: Bachelor in Law (*Licence en droit*), University Paris I, 1981; Master in public Law, University Paris II, 1982; Master in legal history, University Paris II, 1982

State Doctorate (Ph. D.), mention “très honorable”, University Paris II, 1985, thesis price from University Paris II

Teaching functions :

1983-1986 Assistant at the University Paris II

1986-1988 Lecturer (*Maître de conférences*) at the University Paris II

1986-1989 Lecturer at the Institut d'Études Politiques, Paris

1988 *Agrégé d'histoire du droit*, nominated professor at the University Lyon III 1988-1998, then professor at the University of Burgundy 1998-2003, dean of the Law Faculty 2000-2003

1994 Elected junior member of *the Institut Universitaire de France*

Law professor at the Ecole normale supérieure since september 2003

Elected senior member of the Institut Univesitaire de France (October 2013)

Missions and stays abroad :

1996 German-French Summer Academy in La Rochelle (teaching about European Law) organized by the *Studienstiftung des Deutschen Volkes*

1997-2000 courses in Lausanne about consumer Law

1998 First visit to Japan for a congress in Fukuoka (Hundred Years of the Japanese Code) and conferences in the universities of Tokyo and Nagoya

July 2001 Research stay in Münster thanks the *Deutscher Akademischer Austauschdienst*

February 2002 Lectures at the University of Lancaster (Erasmus-Socrates program)

2000-2004 Conferences in Münster (about cooperative companies), Berlin (about the German edition of the *Code Napoléon*), Frankfurt (about legal history in the academic life today); in Bologna (about the history of business lawyers in France), Padova (about economic offences in the French penal Code of 1810); in Bonn, Frankfurt, Münster, Lisbon, Porto, Turin about Two Hundred Years of the French Civil Code.

April 2005 Second Visit in Japan: conferences in Tokyo, Nagoya and Niigata, participation in the Congress of Japanese legal historians.

February 2007: Third visit to Japan, courses and conferences at Nagoya and Tokyo

April 2008: First visit to India, lectures at Jawaharlal Nehru University and at the Asiatic Society (Kolkata), comparisons between Indian and French Law, Impact of International Law upon French Law

June and December 2008 Participations in Congresses in Jerusalem and Birzeit (Palestine)

April 2009 Lecture at Cornell Law School about custom

2010 Fourth visit to Japan, courses and conferences in Nagoya and Tokyo; Visit to Chile (School Michel Foucault with the University of Chile)

2011 Second Visit to India, conferences in New Delhi

2012 Fifth visit to Japan, conferences in Tokyo, Nagoya and Kyoto

Languages practised: English, German, Italian

Administrative functions and research functions :

Director of the two first years program in law in University Lyon III (1988-1991)

2000-2001 Member of the official commission (Ministry of Education) about legal education

2000-2003 Dean of the Law Faculty in Dijon

2004 Chairman of the scientific commission for the exhibition celebrating two hundred years of the French Civil Code

Director of the social sciences department of the ENS (including sociology, economics and political science), 2006-2010

Member of the 36th section of the National Comity of the Centre National for Scientific Research since 2008-2012

Since 2003, responsible of a research team in the Centre of Analysis and Theory of Law directed by Pierre Brunet, deputy-director of the Centre since 2011 (*UMR 7074 CNRS*)

Member of the section 03 of the National Council of Universities 2005-2007

Member of the Scientific Council of the *Mission de recherche Droit et Justice* since 2010

Member of the Scientific Council of the *École normale supérieure* since 2011

Director of the redaction board of the electronic review *Clio @ Thémis*

Travaux publiés

Livres

- 1) Le Tribunal de cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799), Paris, LGDJ, 1987.
- 2) L'impossible Code civil, Paris, PUF, coll. " Histoires ", 1992.
- 3) Histoire du droit privé français depuis 1804, Paris, PUF, coll. " Droit fondamental ", 1996 et 2e éd. coll. " Quadrige ", 2001 ; rééd. complétée "Quadrige", 2012.
- 4) Le Code civil, Paris, Dalloz, coll. " Connaissance du droit ", 1996, english translation, The French Civil Code, Cavendish, 2006.
- 5) Entre nationalisme juridique et communauté de droit, Paris, PUF, coll ; " les voies du droit ", 1999.
- 6) Histoire des droits en Europe de 1750 à nos jours, Paris, Flammarion, 2004, éd. Champs 2006.
- 7) Avec Naoki Kanayama, Droit japonais et droit français au miroir de la modernité, Paris, Dalloz, 2007.
- 8) Histoire du droit des biens, Paris, Economica, 2008.
- 9) Profils des mondialisations du droit, Paris, Dalloz, 2009.
- 10) Portraits du droit indien, Paris, Dalloz, 2012.
- 11) Avec Frédéric Audren, La culture juridique française. Entre mythes et réalités (XIXe-XXe siècles), Paris, éd. du CNRS, 2013.
- 12) Five Legal Revolutions since the 17th century. An Analysis of a Global Legal History, Springer, 2014.

Direction de travaux collectifs :

- 1) Avocats et notaires en Europe. Les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporaine, Paris, LGDJ, coll. " Droit et société ", 1996.
- 2) Les structures du barreau et du notariat en Europe : de l'Ancien Régime

à nos jours, Presses Universitaires de Lyon, 1996.

3) Avec J.-J. Clère, *Ordre et désordre dans le système napoléonien*, Paris, Éditions La Mémoire du Droit, 2003.

4) *200 ans de Code civil, catalogue de l'exposition du Bicentenaire*, Dalloz, 2004.

5) Avec Patrick Arabeyre et Jacques Krynen, *Dictionnaire historique des juristes français*, Paris, PUF, 2007 (rédaction de 106 notices et co-direction).

6) Avec Olivier Cayla, *Dictionnaire des grandes œuvres juridiques*, Paris, Dalloz, 2008 (rédaction de 21 notices et co-direction).

7) avec Eric Fassin (dir.), *Discriminations : pratiques, savoirs, politiques*, Paris, Halde, 2009.

8) *Paris capitale juridique (1804-1950). Etude de socio-histoire*, Paris, éd. rue d'Ulm, 2011.

9) *La république et son droit (1870-1930)*, codirigé avec Annie Stora-Lamarre et Frédéric Audren, Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011.

10) *Interpretation of the Law in the Age of Enlightenment. From the Rule of the King to the Rule of Law* coédité avec Yasutomo Morigiwa et Michael Stolleis, Dordrecht, Springer, 2011.

Articles et contributions :

1) *Tribunat de la plèbe et haute plèbe (493-218 av. J.-C.)*, *Revue historique de droit français et étranger*, 1984, p. 161-181.

2) *La composition du Corps Législatif sous le Consulat et l'Empire : de la notabilité révolutionnaire à la notabilité impériale*, *Revue de l'Institut Napoléon*, 1985, p. 36-57.

3) *Note sur une consultation et un discours inachevé de Tronchet*, *Revue historique de droit français et étranger*, 1986, p. 221-230.

4) *Une enquête du ministère de l'Intérieur sous le Directoire sur les cours de législation dans les écoles centrales*, *Annales d'histoire des facultés de*

droit 1986, p. 57-82.

- 5) Les décrets d'annulation des jugements sous la Convention, La Révolution française et le droit privé, Actes du colloque d'Orléans, Paris, 1988, PUF, p. 457-468.
- 6) Le juriste de la ville et l'homme des champs, le De privilegiis rusticorum de René Choppin, Mémoires de la Société pour l'histoire du droit et des institutions des anciens pays bourguignons, comtois et romands, Paris, 1988, n° 44, p. 147-182.
- 7) Le Tribunal de cassation et la naissance de la jurisprudence moderne, in Une autre Justice sous la direction de R. Badinter, Paris, 1989, p. 225-241.
- 8) L'Empire hérite et lègue, in La Révolution de la Justice sous la direction de Ph. Boucher, Paris, 1989, p. 221-252.
- 9) La composition des tribunaux de famille sous la Révolution ou " les juristes, comment s'en débarrasser ", in La famille, la loi et l'État, Paris, 1989, p. 292-304.
- 10) Le Tribunal de cassation sous la Révolution (1790-1799) in Le Tribunal et la Cour de cassation, 1790-1990, Paris, 1990, p. 25-51.
- 11) Les sources statistiques de l'histoire des avocats en France aux XVIIIe et XIXe siècles, Revue de la Société Internationale d'Histoire de la Profession d'Avocat, 1991, n° 4, p. 99-120.
- 12) Les avoués au XIXe siècle : des rentiers de la justice ? L'exemple lyonnais (1800-1870), Histoire de la Justice, 1991, n° 4, p. 99-120.
- 13) La législation de Vichy relative aux avocats et aux droits de la défense, Revue Historique, 1991, n° 286/1, p. 143-156.
- 14) La Constitution de 1791 appliquée par les tribunaux, in La première constitution française, 3 septembre 1791, actes du colloque de Dijon, Paris, Economica, 1993, p. 369-381.
- 15) La recréation du ministère de la Justice sous le Directoire, in Justice(s) et République, Lille, 1993, p. 77-89.
- 16) Haro sur les hommes de loi, Droits, 1993, n° 17, p. 55-65.
- 17) Souveraineté et propriété de 1789 à 1804, Droits, 1995, n° 22, p. 67-

78.

18) Le juge et le jugement en France à l'époque révolutionnaire, in R. Jacob (dir.), *Le juge et le jugement dans les traditions juridiques européennes*, Paris, 1996, p. 257-271.

19) 1789-1815 : un quart de siècle décisif pour les relations entre la Justice et le Pouvoir en France, *Justices*, 1996, n° 3, p. 13-23.

20) Cassation et dénonciation pour forfaiture dans les départements réunis sous le Directoire, in *Justice et institutions françaises en Belgique 1795-1815*, Lille, 1996, p. 245-257.

21) Droit de défense et droit des défenseurs en France de 1789 à 1914, in *L'assistance dans la résolution des conflits*, Recueil de la Société Jean Bodin, t. LXIV, Bruxelles, 1997, p. 99-122.

22) Adhémar Esmein et les ambitions de l'histoire du droit, *Revue historique de droit français et étranger* 1997, p. 415-433.

23) La naissance de l'obligation de sécurité, *Gazette du Palais*, 21-23 septembre 1997, n° 264-266.

24) L'émergence de l'individu dans le droit, *Cahiers de la villa Gillet*, 1998, p. 89-106.

25) Quatre avocats pour un Code civil, *Revue de la Société Internationale d'Histoire de la Profession d'Avocat*, 1988, n° 10, p. 183-199.

26) Der Einfluß der deutschen Rechtsliteratur zum Code civil in Frankreich von Lassaulx bis Zachariä, in R. Schulze (dir.), *Rheinisches Recht und europäische Rechtsgeschichte*, Berlin, 1998, p. 215-237.

27) Continuité et rupture dans l'évolution de la procédure pénale en France de 1795 à 1819, in *Révolutions et justice pénale en Europe*, Paris, 1999, p. 109-130.

28) Le fondement de l'obligation contractuelle chez les civilistes français du XIXe siècle, in H. Mohnhaupt et J.-Fr. Kervégan (dir.), *Freiheit und vertragliche Bindung*, Frankfurt am Main, 1999, p. 323-347.

29) Césarisme et droit privé, in *Du césarisme antique au césarisme moderne*, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 1999, p. 115-124.

30) L'esprit du code de commerce, in S. Goyard-Fabre (dir.), *L'État*

moderne 1715-1848, Paris, 2000, p. 223-238.

31) *Husbands, Wives and Judges in Nineteenth-Century France* in W. Steinmetz (ed.), *Private Law and Social Inequality in the Industrial Age*, Oxford University Press, 2000, p. 123-136.

32) *Forfaiture des juges et privation de l'office à la fin de l'Ancien Régime*, *Histoire de la Justice*, n° 12, " juger les juges ", 2000, p. 105-113.

33) *La connaissance du Code civil japonais et de la loi Hôrei par les juristes français de 1898 à 1945* (paru en japonais dans *Le Centenaire du Code civil japonais*, 2000).

34) *L'approche historique et la problématique du jus commune*, *Revue internationale de droit comparé*, 2000 ,n° 4, p. 717-731.

35) *Quelle histoire pour le droit des consommateurs ?*, *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte*, 2001, n° 1/2, p. 62-80.

36) *L'histoire du droit constituée en discipline : consécration ou repli identitaire ?*, *Revue d'histoire des Sciences Humaines*, 2001, n° 4, p. 9-32.

37) *L'enseignement du droit civil dans les années 1880 à travers les notes de Louis Stouff*, *MSHDB*, 57, 2000, p. 197-208.

38) *La persistance du droit successoral de l'Ancien Régime dans l'Europe du XIXe siècle*, *MSHDB*, 58, 2001, p. 455-464.

39) *La défense de la victime en France au XIXe et au XXe siècle* in B. Garnot (dir.), *Les victimes, des oubliées de l'histoire*, Presses Universitaires de Rennes, 2001, p. 59-66.

40) *De quelques apports de la jurisprudence pénale à l'évolution du droit civil français* in *Juges et criminels. Études en hommage à Renée Martinage*, Lille, 2001, p. 411-423.

41) *Les interactions au XIXe siècle entre doctrine allemande et doctrine française en matière de droit international privé* in J.-Fr. Kervégan, H. Mohnhaupt (Hg.), *Wechselseitige Beeinflussungen und Rezeptionen von Recht und Philosophie in Deutschland und Frankreich*, Frankfurt am Main, 2001, p. 211-229.

42) *Codification et continuité*, *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte*, 2001, 3/4, p. 300-303.

- 43) Codes et traditions culturelles, in P. Cappellini, B. Sordi (a cura di), Codici, Milano, 2002, p. 223-261.
- 44) L'avvocatura francese e il mondo degli affari : la costruzione di un'identità professionale tra l'avvocato e il giurista d'impresa, in Maria Malatesta, Corpi professioni tra passato et futuro, Milano, 2002, p. 115-127.
- 45) L'apparition et la portée de la notion d'ordre juridique dans la doctrine internationaliste du XIXe siècle, Droits, 33, 2001, p. 41-52.
- 46) Le codificateur au travail, Cambacérès et ses sources, in L. Chatel de Brancion (dir.), Cambacérès fondateur de la justice moderne, éd. Monelle Hayot, 2001, p. 154-165.
- 47) La lecture de Pothier par la doctrine du XIXe siècle, in J. Monéger, J.-L. Souriou, A. Terrasson de Fougères (dir.), Robert-Joseph Pothier d'hier et d'aujourd'hui, Paris, 2001, p. 65-75.
- 48) La souveraineté de la Cour de cassation : une idée longtemps contestée in O. Cayla, M.-F. Renoux-Zagamé, L'office du juge : part de souveraineté ou puissance nulle ?, Paris, 2001, p. 151-163.
- 49) Cours suprêmes, Droits, 34, 2001, p. 51-59.
- 50) La section spéciale de Dijon, Histoire de la Justice, n° 14, 2001, p. 101-112.
- 51) Le droit privé de la Révolution : héritage législatif et héritage idéologique, Annales historiques de la Révolution française 2002/2, p. 135-151.
- 52) Liberalismo e disposizioni di ordine economico nel Codice penale del 1810, in Sergio Vinciguerra (éd.), Codice dei delitti e delle pene per il regno d'Italia (1811), Padova, 2002, p. CLXXXV-CCIII.
- 53) Droit comparé et histoire du droit, Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno 30 (2001), p. 803-811.
- 54) La Cour de cassation, in Yves Ozanam, Hervé Robert, Werner Szambien et Simona Talenti (éd.), Le Palais de Justice, Paris, 2002, p. 112-131.
- 55) Les expériences éditoriales étrangères au début du 20e siècle, RTD

civ. 2002/4, p. 656-664.

56) Jean-Joseph Esmieu, une partie civile très agissante, in *La pénible et laborieuse du colporteur Esmieu*, Alpes de lumière, 2002, p. 175-178.

57) L'instrumentalisation de la preuve testimoniale dans la procédure criminelle in Benoît Garnot (dir.), *Les témoins devant la justice. Une histoire des statuts et des comportements*, Presse Universitaires de Rennes, 2003, p. 23-29.

58) *Le Play et ses continuateurs face aux exemples juridiques étrangers*, Les Études sociales, 2002, n° 135-136, p. 137-154.

59) *Ordre et désordre judiciaire à l'époque napoléonienne*, in *Ordre et désordre dans le système napoléonien*, 2003, p. 187-203.

60) *Une critique italienne du Code Napoléon en 1815*, in *Amicitiae Pignus, Studi in ricordo di Adriano Cavanna*, Milano, Giuffrè, 2003, p. 1231-1245.

61) *Text and Subtext : French Lawyers Fees in the Nineteenth Century*, in W. Pue (ed.), *Lawyers and Vampires*, Oxford, 2003, p. 211-224.

62) *L'histoire de la fabrication du Code. Le Code : Napoléon ?*, *Pouvoirs*, 2003, n° 107, p. 11-21.

63) *Les professeurs de droit entrés à la Cour de cassation (Mélanges Ponsard, paru fin 2003)*

64) *Cours suprêmes - Code Napoléon - École de l'Exégèse - Histoire du droit - Manuels et traités (époque contemporaine) - Voies de Recours*, in S. Rials et D. Alland (dir.), *Dictionnaire de la culture juridique*, Paris, PUF, 2003.

65) *L'exportation en Suisse des institutions politiques et juridiques françaises*, in *Bonaparte, La Suisse et l'Europe*, Genève-Zurich-Bâle, 2003, p. 39-55.

66) *L'Union européenne, un État en voie de constitution*, *Recueil Dalloz*, 29 janvier 2004, p. 219-221.

67) *Rechtsgeschichte in Frankreich (1982-2003)*, *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte*, 2004, 3/4, p. 282-291.

68) *Symbolik und Gerichtsrituale am Beispiel der Entwicklung der juristischen Berufe und der Gerichtsverfahren in Frankreich in der Zeit*

zwischen Ancien Régime und 19. Jahrhundert, in Reiner Schulze (Hg.),
Rechtssymbolik und Wertevermittlung, Berlin, 2004, p. 37-50.

69) La visualisation des différentes procédures en Europe, XVIIIe- XXe
siècles, in La Justice en Images, Société et Représentations, n° 18,
octobre 2004, p. 63-73.

70) Le regard de l'historien, Le Code civil 1804-2004, Livre du
Bicentenaire, Paris, 2004, p. 43-58.

71) La constitution européenne, un événement juridique ?, ERA Forum
3/2004, p. 328-336.

72) L'origine politique des codes, de l'Europe à l'Amérique latine, L'avenir
de la codification en France et en Amérique latine, Les colloques du Sénat,
2004, p. 21-27.

73) Quelques Janus au XIXe siècle entre magistrature et doctrine, Etudes
en l'honneur de Jean-Pierre Royer, Lille, 2004, p. 79-88.

74) Anecdote monégasque ou européanisation de la privacy ?, Recueil
Dalloz, février 2005

75) L'historiographie du Code civil en France, in Régine Beauthier, Isabelle
Rorive (dir.), Le Code Napoléon un ancêtre vénéré, Mélanges offerts à
Jacques Vanderlinden, Bruxelles, 2004, p. 43-60.

76) Saleilles, in Rafael Domingo (ed.), Juristas universales, Madrid-
Barcelone, 2004, III, 653-655

77) La genèse du Code civil, " prolem sine matre creatam " ? in Dirk
Heirbaut et Georges Martyns (dir.), Un héritage napoléonien. Bicentenaire
du Code civil en Belgique, Kluwer, 2005, p. 21-35.

78) Codification du droit et interprétation judiciaire : de l'expérience
française à la théorie du droit, paru en espagnol dans Sesquicentenario
del Código civil de Andrés Bello, Santiago, 2005, I, p. 319-330, traduit
également en portugais, japonais et chinois.

79) 200 ans de rayonnement du Code civil français ? in Les cahiers du
droit, Université de Laval (Québec), 2005

80) Vicissitudes du droit de résistance en Allemagne (fin XVIIIè-XIXè
siècle) in Dominique Gros, Olivier Camy (dir.), Le droit de résistance à

l'oppression, Le Genre Hulmain, éd. du Seuil, 2005, p. 73-87.

81) V° Ecole de l'Exegese et V° Ecole sociologique du droit, in Dictionnaire des Idées, Encyclopedia Universalis, 2005, p. 227-230 et p. 237-238

82) Les fondements historiques des droits de la famille en Europe, Informations sociales, Revue de la CNAF, 2005.

83) L'essor de la privacy et l'usage des concepts juridiques, Droit et Société 61/2005, p. 765-782

84) Was können wir heute von der Geschichte des Code Napoléon lernen ?, in Werner Schubert, Mathias Schmoeckel, Die napoleonische Kodifikation in Deutschland and Europa, Köln, Weimar, Wien, 2005, p. 73-83.

85) Le succès et le rayonnement du Code civil français en question, Direito, Lusiada, 2005, p. 251-259.

86) Einige Betrachtungen über die Entwicklung der Ausgestaltung der Gerichtssäle in Frankreich während des 17., 18 und 19. Jahrhunderts, in Reiner Schulze (dir.), Symbolische Kommunikation vor gericht in der Frühen Neuzeit, Berlin, 2006, p. 269-278.

87) Présentation, in Le Code civil 1804-2004, Livre du Centenaire, réédition Dalloz, 2004, 6 p.

88) Un regard historique et français sur la décision constitutionnelle qui a reconnu la laïcité de l'Etat comme un principe suprême de l'ordre juridique italien, in Luigi Labruna (dir.), Tradizione Romanistica e Costituzione, Napoli, 2006, p. 59-78.

89) Code Civil, in Albert Cordes, Heiner Lück, Dieter Werkmüller, Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte, 2 Auf., Halle, 2006, p. 861-866.

90) De quelques difficultés kelséniennes pour l'historien du droit, Mélanges Troper, 2006, p. 477-486.

91) Le projet de l'an IX, matrice du Code civil ?, Droits, 42, 2006, p. 19-29.

92) La place de la jurisprudence dans les revues juridiques en France au XIXe siècle, in Michael Stolleis, Thomas Simon, Juristische Zeitschriften in Europa, Frankfurt am Main, 2006, p. 369-383.

- 93) La première génération des agrégés d'histoire du droit, in Etudes d'histoire du droit et des idées politiques, 2006.
- 94) Le code de procédure civile de 1806 : un code de praticiens ? In Bicentenaire du Code de procédure civile, Paris, 2006, p. 23-34.
- 95) Participation à Julien Cantegreil (éd.), Pour une théorie des cas extrêmes aux limites du pouvoir juridictionnel, Editions Rue d'Ulm, 2006, p. 55-59.
- 96) The Court of Cassation in Nineteenth-Century France and the Binding Effect of Rationes Decidendi, in W. Hamilton Bryson, Serge Dauchy, Ratio Decidendi. Guiding Principles of Judicial Decision, Berlin, 2006, p. 191-201.
- 97) La diffusion des coopératives de crédit en Europe au XIXe siècle, {MSHDB} 2006/62, p. 205-219.
- 98) La représentation de la laïcité parmi les juristes français et étrangers, in P. Weil (dir.), Politiques de la laïcité au XXè siècle, Paris, PUF, 2007, p. 181-202.
- 99) L'histoire du droit de l'époque contemporaine : spécificités et exemplarité, Lettre de la Mission de recherche droit et justice, n° 26, printemps-été 2007, p. 9-10.
- 100) Préface à la réédition d'Otto von Gieke, Les théories politiques du Moyen Age, Paris, Dalloz, 2007.
- 101) 200 ans de Code civil, le regard d'un historien ; Le Code civil comme lieu de mémoire pour les Français, in M. Ishii (dir.), 200 ans de Code civil français : les regards des historiens et des civilistes (en japonais), Tokyo, 2007, p. 119-141 et p. 203-239.
- 102) Famille et entreprise en droit (1804-1945), in A. Stanziani (dir.), Dictionnaire de l'Economie-Droit XVIIIè-XXè siècles, Paris, LGDJ, 2007, p. 169-174.
- 103) L'originalité de l'oeuvre de René Garraud, in D. Deroussin (dir.), Le Renouveau des sciences sociales et juridiques sous la IIIè République La Faculté de droit de Lyon, La Mémoire du Droit, 2007, p. 51-61.
- 104) De la violence législative, Recueil Dalloz, 29 novembre 2007, p.

2957-2958.

105) Les orientations de la pensée juridique de langue allemande à l'époque des fondements a priori du droit civil, in J. Benoist, J.-Fr. Kervégan, Adolf Reinach, *Entre droit et phénoménologie*, Paris, éd. du CNRS, 2008, p. 99-112.

106) Histoire du droit et théorie du droit. Un essai de conciliation, *Archives de Philosophie du Droit*, 51, 2008, p. 281-296.

107) De l'histoire au droit constitutionnel, in Stéphane Pinon, Pierre-Henri Prétot (dir.), *Le droit constitutionnel d'Adhémar Esmein*, Paris, Montchrestien, 2009, p. 45-53

108) V° Code civil et V° Law Firms, in Palgrave Dictionary of Transnational Law, Macmillan, 2009.

109) Le Code du commerce au Japon : une brève histoire ou le code sans esprit, in Qu'en est-il du Code de commerce 200 ans après ? Etat des lieux et projections, Travaux de l'IFR, n° 8, Presses de l'Université des sciences sociales de Toulouse, 2009, p. 399-409.

110) La preuve judiciaire et la liberté du juge, *Communications*, 84, 2009, p. 21-32.

111) The Concept of Law : A Western Transplant ?, *Theoretical Inquiries in Law*, 10/2, 2009, p. 333-354.

112) Henri Lévy-Ullmann (1870-1947). Classicisme et singularités, in Nader Hakim, Fabrice Melleray (dir.), *Le renouveau de la doctrine française*, Paris, Dalloz, 2009, p. 95-122.

113) La doctrine indienne de la structure basique de la Constitution. Un socle indérogeable et flexible ? *Les Cahiers du Conseil constitutionnel*, 2009, n° 27, p. 76-79.

114) Le recul de l'Ecole historique du droit ou le déclin de la méthode savignicienne, *Annuaire de l'Institut Michel Villey*, 2009, n° 1, p. 101-116.

115) A proposito di alcune difficoltà nell'applicazione dei codici napoleonici nei dipartimenti francesi d'Italia, in Elio Tavilla (a cura di), Giuseppe Luosi, giurista italiano e europeo. Traduzioni, tradizioni e tradimenti della codificazione, Modena, Archivio Storico, 2009, p. 265-274.

116) French Legal Science in the 17th and 18th Centuries : to the limits of the theory of law, in Damiano Canale, Paolo Grossi, Hasso Hofmann (eds), A History of Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600-1900, Dordrecht, Springer, 2009, p. 43-67.

117) Les universités au sein de l'enseignement supérieur : perspectives historiques et comparées, in Charles Fortier (dir.), Université, Universités, Paris, Dalloz, 2010, p. 223-232.

118) Ambivalence des doctrines pénales modernes, Revue de sciences criminelles et de droit pénal comparé, 2010, n° 1, p. 19-26.

119) La question prioritaire de constitutionnalité : une révolution dans l'histoire du droit français ?, Cahiers du Conseil constitutionnel, 2010, n° 28.

120) L'originalité de la doctrine pénaliste en France depuis la codification napoléonienne, Archives de philosophie du droit, 2010, 53, p. 26-36.

121) Le droit et ses histoires, Droit et Société, 2010, 75, p. 295-313. 122) Western Legal Transplants in India, Jindal Global Law Review, 2010, vol. 2, p. 12-39.

123) French doctrinal writing in Nils Jansen (ed.), The Development and Making of Legal Doctrine, Cambridge University Press, 2010, p. 73-95

124) Foreign Law in French Courts from 1804 to 1945 with the Example of the Law of Trusts, in S. Dauchy, W. Hamilton Bryson, Matthew C. Mirow (eds.), Ratio decidendi. Guiding Principles of Judicial Decisions. Volume 2 : "Foreign" Law), Berlin, Duckler & Jumblot, 2010, p. 139-154.

125) La doctrine pénaliste et la récidive au XIX^e siècle, in J.-P. Allinne, M. Soula (dir.), Les Récidivistes. Représentations et traitements de la récidive XIX-XXI^e siècles, Presses Universitaires de Rennes, 2010, p. 87-95.

126) Quelle réforme pour le droit français des contrats ? trad. japonaise Mitsuo Tsuzuki, Nanzan Law Review, 2011, 34/2, p. 207-223.

127) Le dossier Henri Lévy-Bruhl. Une contribution à l'histoire des professeurs de droit pendant la Seconde Guerre mondiale, Revue d'histoire des facultés de droit et de la culture juridique, n° 29-30, 2009-2010 (paru en avril 2011), p. 189-196.

128) The Impact of Internationalization of Law upon the French Legal

Order, Policies and Practices, n° 40, March 2011, Kolkata, India, p. 9-19.

129) Un modèle français de droit républicain ? , in Annie Stora-Lamarre, Jean-Louis Halpérin, Frédéric Audren (dir.), La République et son droit (1870-1930), Besançon, Presses Universitaires de Franche Comté, 2011, p. 479-495.

130) Préface à la réédition du Traité des obligations de Pothier, Dalloz, 2011, 11 pages.

131) Jean-Louis Halpérin et Amit Prakash, "Fundamental rights, Meaning, Content and Discrimination. A Franco-Indian Comparison", Revue internationale de droit comparé, 2011/2, p. 385-402.

132) Legal Interpretation in France during the Reign of Louis XVI : A Review of the Gazette des tribunaux, in Interpretation of the Law in the Age of Enlightenment. From the Rule of the King to the Rule of Law coédité avec Yasutomo Morigiwa et Michael Stolleis, Dordrecht, Springer, 2011, p. 21-43.

133) Legal Interpretation in 18th Century Europe : Doctrinal Debates versus political changes, in Interpretation of the Law in the Age of Enlightenment. From the Rule of the King to the Rule of Law coédité avec Yasutomo Morigiwa et Michael Stolleis, Dordrecht, Springer, 2011 ; p. 181-187.

134) Laboulaye, historien du droit et/ou comparatiste ?, Revue internationale de droit comparé, 2011/3, p. 517-525.

135) French Courts and Public Intervention in the Economy during the nineteenth and the twentieth centuries, in The Financial Crisis of 2008 : French and American Responses, Proceedings of the 2010 Franco-American legal seminar, The University of Maine School of Law, 2011, p. 130-150.

136) "Normes interchangeable, normes indérogables : une double soumission du peuple ?" in Pierre Mazeaud, Catherine Puigelier (dir.), Le peuple et l'idée de norme, Paris, ed. Panthéon-Assas, 2012, p. 77-91.

137) Law Internationalization and Justice for Citizens and Non Citizens in France, in Etienne Balibar, Sandro Mezzadra, Ranabir Samaddar (ed.), The Borders of Justice, Philadelphia, Temple University Press, p. 167-180.

138) « Law in Books and Law in Action : the Problem of Legal Change »,

Maine Law Review, vol. 63, n° 3, Fall 2011, p. 45-76.

139) « La codification autrichienne comparée aux « cinq codes » français », in Barbara Dölemeyer, Heinz Mohnhaupt, 200 Jahre ABGB (1811-2011), Frankfurt am Main, Klostermann, 2012, p. 277-291.

140) "Le contrôle de la procréation par le droit dans l'histoire", in Lucette Kahiat, Cécile Marchal (dir.), La maîtrise de la vie, Toulouse, Eres, 2012, p. 59-69.

141) "La transplantation du Code Napoléon en Amérique latine : un acte révolutionnaire ?" in H. Fix-Zamudio, D. Valadés, J. Sanchez Cordero (dir.), La Codificación, La Formación de los Sistemas jurídicos en las Américas, Mexico, El Colegio nacional, 2011, publication en français et espagnol, p. 83-124.

142) Est-il temps de déconstruire les mythes de l'histoire du droit français ?, Clio @ Thémis. Revue électronique d'histoire du droit, n° 5, 2012, p. 1-19.

143) La détermination du champ juridique à la lumière de travaux récents en histoire du droit, {Droit et Société}, 2012/81, p. 405-423.

144) Mandato e rappresentanza : dalle figure romane alle problematiche moderne dell'età della codificazione, in Antonio Padoa-Schioppa (a cura di), {Agire per altri} , Napoli, Jovene, 2010, p. 637-654.

145) Montesquieu : lectures croisées en histoire et théorie du droit, {Histoire de la Justice}, 22, 2012, p. 143-156.

146) The process of codification applied to the law of delicts, {in} Michael Lobbann, Julia Moses, {The Impact of Ideas on Legal Movement}, Cambridge, Cambridge University Press, 2012, p. 167-185.

147) Lex posterior derogat priori. Lex specialis derogat generali. Jalons pour une histoire des conflits de normes centrée sur ces deux solutions concurrentes, Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis, 2012, 80 (3/4), p. 353-397.

148) Changer de constitution et par la constitution : l'exemple historique des États fédérés d'Amérique jusqu'à la Première Guerre mondiale. , Jus Politicum, n° 9, février 2013, 34 p.

149) Saleilles et les droits étrangers, {in} Frédéric Audren, Christian

Chêne, Nicolas Mathey, Arnaud Vergne, {Raymond Saleilles et au-delà}, Paris, Dalloz, 2013, p. 159-170.

150) De la méthode historique en sciences juridiques et de son avenir (coll. "Tiré à Part", Paris, Dalloz, 2013 sur E. de Laboulaye, De la méthode historique en jurisprudence et de son avenir), 40 pages

151) La mondialisation de la protection juridique des droits fondamentaux, {in} Rémy Cabrillac (dir.), {Libertés et droits fondamentaux}, Paris, Dalloz, 13e éd., 2013, p. 151-172.

152) Droit et contexte du point de vue de l'histoire du droit, {Revue interdisciplinaire d'études juridiques}, 2013, n° 70, p. 117-121.

153) Diffamation, vie publique et vie privée en France de 1789 à 1944, {Droit et Cultures}, 2013/1, n° 65, p. 145-163.

154) Des ordres juridiques sans juristes?, {Liber Amicorum, Mélanges en l'honneur de Camille Jauffret-Spinosi}, Paris, Dalloz, p. 589-598.

155) L'histoire du droit international est-elle compatible avec les théories positivistes?, in {Les fondements du droit international. Liber Amicorum Peteer Haggenmacher}, Leiden-Boston, Brill, 2014, p. 365-388.

156) Quella {scientia juris} per la storia del diritto?, in B. Sordi (a cura di), {Storia e Diritto. Esperienze a confronto}, Milano, Giuffré, 2013, p. 375-386.

157) Law Codification in East Asia Today: Japanese and Indian Examples, in Wen-Yeu Wang, {Codification in East Asia}, Springer, 2014, p. 51-57.

158) L'action en justice. Quelques rétrodictions dans l'histoire de la doctrine, in L.Cadiet, S. Dauchy, J.L. Halperin (dir.), {Itinéraires d'histoire de la procédure civile}, Paris, IRJS Éditions, 2014, p. 5-14.

159) Le pape peut-il forcer les clercs à se marier, ou peut-on tout changer dans un ordre juridique?, {Grief}, 2014, n° 1, 88-94.

160) Que peut-on apprendre de l'histoire des manuels belges de droit civil? {in} A. S. Chambost (dir.), {Histoire des manuels de droit}, Paris, Lextenso, 2014, p. 277-286.

161) From a legal order to a legal system. Scholten's contribution to a theory of legal change, Digital Paul Scholten Project (on line), 2014.

162) Transplants of European Normativity in India and in Japan: A Historical Comparison, *Rechtsgeschichte* 2014, 22, 150-157.

163) L'autonomie privée en France : un concept cantonné ou rejeté, in *Quaderni fiorentini per il pensiero giuridico moderno*, 2014, 43, p. 461-480.

164) Histoire comparée du droit (en collaboration avec Ch. Archan, S. Dauchy, M. Ortolani, S. Soleil et A. Wijffels), in J. Krynen, B. D'Alteroche (dir.), *L'histoire du droit en France. Nouvelles tendances, nouveaux territoires*, Paris, Garnier, 2014, p. 183-203.

165) L'indépendance de l'avocat en France au XIX^e et au XX^e siècle, in L. Assier-Andrieu (dir.), *L'indépendance des avocats. Le long chemin d'une liberté*, Paris, Dalloz, 2015, p. 65-76.

Préfaces : - édition informatique des versions successives du Code (par A. Wijffels et J.-C. Farcy) - édition par les Journaux officiels de lettres de juristes sur le Code civil (A. Chauleur) - édition de la thèse de J.-Fr. Niort, *Homo civilis*.

Syllabus

Evolutionary perspectives and trends of family law in Europe

Prof. Virginia Zambrano
Full professor of Comparative Law - University of Salerno

- a) Development of family law in Europe – marriage - unmarried cohabitation
- b) Filiation and the status of the child – Adoption – Regulation of human reproduction
- c) Divorce - Matrimonial property and financial provision upon divorce – Which role for private autonomy?
- d) Child custody – The status of children – The “best interest of the child” formula – Questions on financial provisions and custody of the children
- e) Domestic violence – Violence against women – Violence against children in the family – The Tort law answer.
- f) The role, in the armonization of family law, of the European Court of Justice and the European Court of Human Rights – CEDU – Nizza’s Treaty – Reg. Bruxelles II-bis – Reg. UE/1259/2010

CURRICULUM VITAE
of
VIRGINIA ZAMBRANO

PERSONAL DATA

Virginia Zambrano, lives in Salerno, Via A. Guariglia, 12, cap 84127; tel. 089/962090 - Fax 089/962089; cell. 333-8490056/3204227094; e-mail: vzambrano@unisa.it; Tax code: ZMBVGN60L58H431Q.

Orcid.org/0000-0001-6836-6357

CURRENT PROFESSIONAL POSITION

- On 1 November 2001 she won the national competition and taken in the role of Professor “Straordinario” of Comparative Private Law.
- On 1 November 2004, after three years, she received the “confirmation in the role” as Full Professor of Comparative Law, scientific sector IUS / 02, (Faculty of Law, University of Salerno).
- Member of the Board of the PhD in Legal Studies "GB Vico "University of Salerno.
- 2009-2014 Program leader of the Link Campus University
- From 2012 to June 2014 Member of the CTO Committee of the Link Campus University
- 2013-2015 President of the Foundation of the University of Salerno
- February - September 2014 Member of the High Court of Justice at CONI
- From September 2014 on - President of the V Advisory Section of the “Collegio di Garanzia high Court” CONI
 - From February 2016 on – Member of Accademic Senate at University of Salerno.

PROFESSIONAL TRAINING

- 1992 PhD in Civil Law.

- 1992 Researcher for the sector N01X, University of Salerno, Faculty of Law.

- 1996 carried out the option (at the time required by law) for the sector N02X, where she has been taken, with DR n. 3702 of 13.06.1996.

Assistant Professor from 1 April 1993 to 31 October 1998.

- 1 November 1998 Associate Professor of Comparative Law, scientific sector IUS / 02, at the Faculty of Law, University of Salerno, covering its role until October 2001.

- 1993 she has attended the Faculté Internationale de Droit Compare (in Strasbourg,) achieving, at the end of the Session de Printemps, the Diplome.
- Foreign language spoken: English (Proficiency c/o British Council); German (Grundstufe IV), French (DALF) and Spanish.
- August / October 1990, scholarship of the DAAD. for research at the Max Planck Institute for Foreign und Internationales Privatrecht Hamburg.
- September/October 1989 scholarship from the DAAD at the Göthe Institute in Bremen, where she received her certificate of merit.
- October 2001 - Scholarship of the CNR within the National Program of Short-Term Mobility (Research carried out at the Institute Max Planck Institute for Foreign und Internationales Privatrecht Hamburg).

TEACHING ACTIVITY

1997/1998 Professor of Comparative Law at the Faculty of Law of the University of Salerno.

1993-1998 Professor of "Family Law" at the School of Specialization in Civil Law at the University of Camerino;

1998/1999, holder of a supplementary teaching at the School of Specialization in Civil Law (University of Camerino), related to the course of "Personal relationships between spouses."

1999/2000 Professor of "Elements of Civil Law in Anglo-Americans' countries " at the School of Specialization in Civil Law (University of Camerino).

From the year. 2001 up to 2003 Professor of "Family Law" at the School of Specialization in Civil Law (University of Camerino).

1998/1999: 20 hours of teaching in the course for "Professional and medical responsibility in hospital", organized by Azienda Ospedaliera of Salerno - March / April 1998.

1996/1997 and 1997/1998 Professor of "The Private Law of the UE", (Second University of Naples).

1998/2003: Professor of Anglo-American Law at the Second University of Naples.

OTHER POSITIONS AT ITALIAN and FOREIGN UNIVERSITIES

- 2003 Professeur Invité pour le Droit de Famille, McGill University, Montreal, Quebec (60 hours);
- May 2002 Series of Seminars on Family Law - University of Barcelona (20 hours) Prof. Carlos Villagrassa.

- 2002 Series of Seminars on medical malpractice - Doctorate in Civil Law at the University of Salerno, Faculty of Law;
- 2004 Professor of the Master on "Mediation and trade", S. Maria Capua Vetere (Naples).
- Lecturer in the Course of Organization and Management of Enterprises and Cooperatives - Project CISvEs 2004 (20 hours).
- 2004 Fellow International Programme for non-G8 Countries on the Management of Public Procurement of Technologies in the ICT and Healthcare Areas.
- May / June 2005 Visiting Professor at the "Universidade de Santa Cruz do Sul (Brazil) and Professor of the "Mestrado em Direito" UNISC-Fapergs.
- 2007 lecturer "Tullio Ascarelli" Post-graduate School of Law. University of Roma TRE
- 2006/2007 Professor of "Company and Industrial Law" - University of Malta Campus Link-
- 2007/2008 - 2008/2009 Professor of "Commercial Law" - University of Malta Campus Link-
- 2009/2014 - Professor of "Private Law / Private Law" - University of Malta Campus Link-
- June / July 2009 Visiting Professor Universidad Buenos Aires (UBA) - Mendoza - Bahia Blanca (Argentina)
- A.a. 2007-2009 Lecturer at the School of Notaries "Emanuele Casale" - Naples
- Since 2011 Professor at the MBA in Law and Sport Management IDEMS - Link Campus University.

JOINS THE FOLLOWING ASSOCIATIONS

- Chamber for minors of Salerno
- Member of the Italian Association of Comparative Law
- Member of the International Association Henry Capitant pour le Droit Compare
- Instituto De Desarrollo Y Análisis del Derecho de Familia En España (IDADFE)
- Instituto Brasileiro de Direito de Familia (IBDFAM)
- International Society of Family Law

NATIONAL RESEARCH ACTIVITY

- Local manager of PRIN (Progetto di ricerca di interesse nazionale 40%) 2004 by coordinating the following project: "Conciliation and family mediation as alternative dispute resolution in the principal legal systems"

- She coordinated the following research projects of the University (formerly 60%):
- Conflict of interest between professionals and companies (2004)
- Family law and conflict of laws in the European Union (2006)
- Private Autonomy And the role of Terms and Condition. The English and Italian Model (2008)
- Protections and proof of evidence: the paradigm of the medical liability(2010)
- Causality between law and policy. A comparative suggestions (2012)
- Between private and public law: legal transplant and path dependency (2013)
- Separation and Divorce in the new millennium: diachronic variations and Latin American experiences (2015).

- **PO FESR Campania 2007/2013** OO 2.1, Avviso "INTERVENTI A FAVORE DELLE PMI E DEGLI ORGANISMI DI RICERCA -SPORTELLO DELL'INNOVAZIONE" D.D.N. 1 DEL 05/02/2014, CONCESSIONE DEI CONTRIBUTI AL PROGETTO CULTURAL AND CREATIVE LAB: "**VIDI VICI**" presentato dal soggetto proponente Consorzio Universitario Salernitano su Sistemi e Metodi per Aziende Competitive - CUSSMAC; CUP B58C12000580007;.

PARTNER **CRMPA** _Centro di Ricerca in Matematica Pura ed Applicata – Consorzio, PARTNER **BEYOND SRL**

- **PO FESR Campania 2007/2013** O.O. 2.1 - Avviso l'INTERVENTI A FAVORE DELLE PMI E DEGLI ORGANISMI DI RICERCA - SPORTELLO DELL'INNOVAZIONE D.D.N. 1 DEL 05/02/2014" - CONCESSIONE DEI CONTRIBUTI AL PROGETTO DI TRASFERIMENTO TECNOLOGICO COOPERATIVO E DI PRIMA INDUSTRIALIZZAZIONE PER LE IMPRESE INNOVATIVE AD ALTO POTENZIALE: "**SOS - SAFE OF SAILOR**" presentato dal soggetto proponente TECH-TRON SRL; CUP B68C12000390007;. PARTNER **CUSSMAC**

INTERNATIONAL RESEARCH ACTIVITY

Foreign project (Spain 2015) Servicios y políticas de la UE y la ONU para el proceso del envejecimiento activo: viviendas intergeneracionales y contratos atípicos convivenciales y el estatuto del mayor, MINISTERIO DE ECONOMÍA Y COMPETITIVIDAD, Número de identificador: **SPID201500X071426IV1** (Investigador principal: **M^a Fernanda Moretón Sanz e Carlos Lasarte Álvarez**)

MEETINGS ARRANGED WITHIN HER OWN RESEARCH'S ACTIVITIES

Persona, no profit, mercato – Salerno, February 2005

Family and the law: evolutive profiles of a complex relationship - Salerno 22/23 October 2006

Consumers as citizens and open democracy: models for an active participation - Rome. 1 to 2 February 2008 Great Hall of the Supreme Court of Cassation

COMMITTEES EDITORIAL

Co-director of the editorial legal series "LEGAL STUDIES AND DIALOGUES" ed. Eurilink
(with Gennaro Terracciano, Stefano Toschei)

Member of the Scientific Committee of the Journal “ Comparison and civil law:
www.comparazionedirittocivile.it

Member of the Directors and Editorial’s Board of "Sports Law" Review, directed by
F,B,Roversi and C.Bottari, Bononia University Press

Member of the Editorial Board of "Europa e diritto privato" Law Review

Member of the Scientific Committee of “Revista Chilena de derecho privado”
(<http://fundacionfueyo.udp.cl/revista-chilena-de-derecho-privado/>)

Member of the Scientific Committee of “Juris Dictio” Revista de la Universidad San francisco de
Quito”, ISSN: 2528-7834

- **Juscivile Law Review** (at www.juscivile.it - Foreign Law Observatory (cur. Prof. Virginia
Zambrano) – up until may 2016.

Member of the Scientific Committee of the Sect. Observatory - Journal “Diritto delle
successioni e della famiglia” (Edizioni scientifiche italiane)

JOINT INTERNATIONAL THESIS SUPERVISION

La responsabilidad objetiva y su funcion – Joint supervision running - University of Lisbon

La ruptura de la Promesa de matrimonio, 04.10.2014, Doctoral Thesis - UNED (Vicerectorado de
Investigación Prot. 3355 of 10 April 2014).

Salerno, 20th August 2016

Virginia Zambrano

Erasmus Intensive Course, 12-16 December 2016

Massimo La Torre

Lawyers, Professional Morality and the Concept of Law. An Introduction to Legal Ethics

- I. The Controversy About the Concept of Law: Legal Positivism, Natural law, and Legal Realism
- II. Systems of Law and the Place of Lawyers
- III. Legal Theory and Legal Ethics: Implications of the Adopted Concept of Law
- IV. The Controversy in Legal Ethics: Neutralism versus Moralism
- V. Can a Lawyer Be a Good Person?

Bibliography: Jonathan Herring, *Legal Ethics*, Oxford University Press, 2014; W. Bradley Wendel, *Ethics and Law. An Introduction*, Cambridge University Press, 2014; Cristina Garcia Pascual (ed.), *El buen jurista. Deontología del Derecho*, Tirant lo Blanc, 2014; Massimo La Torre, *Il giudice, l'avvocato e il concetto di diritto*, Rubbettino, 2011; Anthony T. Kronman, *The Lost Lawyer. Failing Ideals of the Legal Profession*, Belknap Press, 1995; David Luban (ed.), *Good Lawyer. Lawyers' Role and Lawyers' Ethics*, Rowman and Littlefield, 1984.

PROGRAMME OF THE COURSE

INTERNATIONAL AVIATION LAW

Lecturer: Assoc. prof. dr. Regina Valutyte,

Institution: Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania

Duration of the course: 10 hours

Start and end of the lectures: October 26, 2015 – October 30, 2015

Place: Lisbon University

Assessment: Exam

Contact details: e-mail r.valutyte@mruni.eu

Purpose of the course unit

The general aim of the course is to provide an insight into international aviation law, to discuss legal and regulatory issues that are being faced by the airline industry emphasizing aviation security issues and protection of passengers' rights.

Main topics to be discussed:

1. The international air law-making institutions and processes
2. The legal regime of the national and international air space
3. Aviation safety
4. Aviation security
5. Airlines & passengers (carriage operations)
6. Airlines & passengers (liability issues)
7. International aviation dispute settlement procedures

PERSONAL INFORMATION

Regina Valutyte



 Ateities 20, LT-08303, Vilnius, Lithuania
 +37052714663  +37068674967
 r.valutyte@mruni.eu

Sex Female | Date of birth 27/05/1983 | Nationality Lithuanian

WORK EXPERIENCE

- 09/2010 – until now **Vice - dean for international relations and programs at the Faculty of law, Erasmus coordinator**
 Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania
 Academic coordination of Erasmus, Nordplus, Senior lawyers programme and other study and practice mobility programmes. Representation of the Faculty in international network meetings (Rotterdam, Elpis, Nijmegen, Nordplus). Coordination of the summers schools “International protection of human rights” and “Summer School on Integrity”. Creation and coordination of joint/multiple study programmes. Coordination of joint degree doctoral programme “Contemporary Russian and Chinese Economic Law”.

[Educational institution](#)
- 02/2010 – until now **Associate professor**
 Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania
 Supervision of master thesis, lectures and seminars, conceptualising master degree programmes, coordination of the double degree programme “EU law and Governance”, review of Articles to be published in journals “Jurisprudence” and “Societal studies”, review of doctoral thesis, member of the studies programmes committee.

[Educational institution](#)
- 2007/02 – 2010/02 **Lecturer**
 Mykolas Romeris University, Vilnius, Lithuania
 Supervision of bachelor thesis, lectures and seminars

[Educational institution](#)
- 06/2005 – 10/2005 **Legal assistant – adviser**
 R. Draksas Lawyer’s office, Savanorių pr. 1-7, LT-03116 Vilnius
 Drafting of documents, advising clients on legal issues

[Private sector](#)

02/2004 – 08/2004 **Specialist, Section of International relations**

Institute of Law, Ankštoji g. 1A, LT-01109 Vilnius

Drafting of projects, opinions on projects of legal acts, communication with specialists in foreign countries

Public sector

EDUCATION AND TRAINING

10/2006 – 05/2010 **Doctor (PhD) in social sciences (law)**

Mykolas Romeris University, Faculty of Law, Vilnius, Lithuania

Doctoral thesis “State liability for the acts of the final courts”

09/2001 – 06/2006 **Master of Law**

Vilnius University, Law Faculty, Vilnius, Lithuania

Specialization - International and EU law: International Public Law, International Humanitarian Law, International protection of human rights; International Private Law, EU Institutional Law, EU Constitutional Law, CJEU Jurisprudence, etc. Master thesis “State liability under EU law“

PERSONAL SKILLS

Mother tongue(s) Lithuanian

Other language(s)

	UNDERSTANDING		SPEAKING		WRITING
	Listening	Reading	Spoken interaction	Spoken production	
English	C2	C2	C2	C2	C2
Spanish	C1	C1	B2	B2	B1
Russian	C1	A2	A2	A2	A2
French	A2	B1	A2	A2	A2
German	A1	A1	A1	A1	A1

Levels: A1/2: Basic user - B1/2: Independent user - C1/2 Proficient user
Common European Framework of Reference for Languages

Communication skills Good communication skills gained through my experience as an Erasmus coordinator and lecturer

Organisational / managerial skills Team building and motivation, leadership, strategic planning (working as vice-dean with around 250 employees grouped in different units)

Job-related skills	Sociability, adaptability in a new environment, resolution of social problems, adaptation in multicultural environment, project management skills, organisation and coordination of events (long-term and short-term in nature) (coordination of the work of professors and mobility of students in higher education, dealing with partners, representation of the faculty in various international events)
Computer skills	Good command of MS Word, MS Excel, Internet Explorer tools
Driving licence	B

ADDITIONAL INFORMATION

- Internships**
- European Parliament/Belgium, 2006 May.
 - European University institute/Italy, 2007 October.
 - University of Granada, Faculty of Political Sciences and Sociology/Spain, 2009 March.
 - University of Granada, Faculty of law/Spain, 2009 June.
 - Strasbourg University/France, 2009 October.
 - Catholic University of Buenos Aires/Argentina, 2011 June-July.

Lectures and seminars

International public law 2007 – 2012.
International human rights protection 2007 – 2012, 2014.
Resolution of International disputes 2009.
International aviation law and policy 2009 – 2010.
International air law 2010 – 2014.
EU Foreign and security policy 2011.
EU Foreign policy and external relations 2012-2014.

Guest lectures

- Cycle of lectures on “*International law as a source of EU law*”, “*State liability for the acts of judicial power*” ir “*In crisis for respect to privacy*”. Bordeaux University, France, 2014/10/13-17.
- Course on “*Right to life and prohibition of torture*”. Rouen University, France, 2014/09/08-12.
- Cycle of lectures on “*State liability for the acts of judicial power*”. University of Sofia, Bulgaria, 2013/04.
- Cycle of lectures on “*State liability for the acts of judicial power*”. University of Warmia and Mazury in Olsztyn, Poland, 2013/01/14-18.
- Course on “*Right to life and prohibition of torture*”. Rouen University, France, 2012/09/10 – 2012/09/14.
- Course on “*Protection of human rights in EU after Lisbon Treaty*”. Rouen University, France, 2012/04.
- Cycle of lectures on “*State responsibility in international law*” and “*Protection of*

- human rights in EU law*. University of Santiago de Compostela, Spain, 2011/04.
- Course on “*Right to life and prohibition of torture, inhuman or degrading treatment or punishment*”. Rouen University, France, 2010/09/25 – 2010/09/30.
 - Course on “*Prohibition of torture and inhuman or degrading treatment or punishment*”. Le Havre University, France, 2010/09/19 – 2010/09/24.
 - Lectures at International summer school on human rights on “*Right to life and prohibition of torture and inhuman or degrading treatment or punishment*”, 2010/07/24, 2011/07, 2012/07, 2014/07.

Publications

- Bonichot, Jean-Claude; Christianos, Vassili; Valutyte, Regina; and others. *L'obligation de renvoi préjudiciel à la Cour de justice: Une obligation sanctionnée?* / Sous la direction de : Laurent Coutron. Bruxelles : Bruylant, 2014. 520 p. ISBN 9782802740926.
- Cape, Ed; Namoradze, Zaza; Grovez, Yonko; Bokhashvili, Besarion; Abramavičiute, Inga; Valutyte, Regina; Hriptievschi, Nadejda; Bushchenko, Arkadiy; Tokarev, Gennadiy. *Effective criminal defence in Eastern Europe : Bulgaria, Georgia, Lithuania, Moldova, Ukraine* / Ed Cape, Zaza Namoradze. [Sofia] : Soros Foundation-Moldova, 2012. 528 p. ISBN 9789639719101.
- Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Valutyte, Regina; Gailiūtė, Dovilė. *Limitations of Expressing Religious Freedom in a Democratic Society : mokslo studija / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2012. 155 p. ISBN 9789955194781.
- Valutyte, Regina; Gailiūtė, Dovilė. *The exercise of religious freedom in educational institutions in the light of ECtHR jurisprudence // Wroclaw review of law, administration & economics*. Wroclaw : University of Wroclaw. ISSN 2084-1264. 2012, vol. 2, no. 2, p. 45-61. [DOAJ].
- Katuoka, Saulius; Ravluševičius, Pavelas; Žiobienė, Edita; Vaigė, Laima; Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Valutyte, Regina; Biekša, Laurynas; Račkauskaitė-Burneikienė, Aistė; Vyšniauskaitė-Radinskienė, Kristina; Gailiūtė, Dovilė. *Protection of ethnic minorities: international law aspects : mokslo studija / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2013. 407 p. ISBN 9789955195498.
- Katuoka, Saulius; Jarašiūnas, Egidijus; Tamavičiūtė, Vitalija; Žalimas, Dainius; Mikša, Katažyna; Račkauskaitė-Burneikienė, Aistė; Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Valutyte, Regina; Nasutavičienė, Justina. *Transnacionalinės teisinės sistemos - santykio ir sąveikos problemos : mokslo studija / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2014. 371 p. ISBN 9789955196785.
- Valutyte, Regina. Drakšas, Romualdas. *The concept of torture in International law // Teisė : mokslo darbai / Vilniaus universitetas*. Vilnius : Vilniaus universiteto leidykla. ISSN 1392-1274. 2009, T. 71, p. 7-24. [Criminal Justice Abstracts with Full Text (EBSCO); TOC Premier].
- Drakšas, Romualdas; Valutyte, Regina. *The Problems of Determination and Implementation of Criminal responsibility for torture in Lithuania // Teisė : mokslo darbai / Vilniaus universitetas*. Vilnius : Vilniaus universiteto leidykla. ISSN 1392-1274. 2010, t. 74, p. 46-56. [Criminal Justice Abstracts with Full Text (EBSCO); TOC Premier].
- Valutyte, Regina. *Possible infringements of constitutional principles and the Convention of human rights while implementing the principle of state liability for the acts of the courts of last instance // Socialinių mokslų studijos = Social sciences studies : mokslo darbai / Mykolo Romerio universitetas*. Vilnius: Mykolo Romerio universiteto Leidybos centras. ISSN 2029-2236. 2009, Nr. 3(3), p. 145-164. [IndexCopernicus; SocINDEX with Full Text].
- Valutyte, Regina. *Legal basis of state liability for the acts attributable to the courts*

of final instance // Socialinių mokslų studijos = Social sciences studies : mokslo darbai. Vilnius: Mykolo Romerio universiteto Leidybos centras. ISSN 2029-2236. 2009, Nr. 2(2), p. 137-156. [IndexCopernicus; SocINDEX with Full Text].

▪ Valutyte, Regina. *The legal consequences for the disregarding the obligation to make a reference for a preliminary ruling to the Court of Justice* // Jurisprudencija : mokslo darbai = Jurisprudence : research papers / Mykolo Romerio universitetas. Vilnius : Mykolo Romerio Universiteto Leidybos centras. ISSN 1392-6195. 2010, Nr. 3(121), p. 177–194. [IndexCopernicus; Academic Search Complete; Current Abstracts; TOC Premier].

▪ Valutyte, Regina. *Concept of court's fault in state liability action for infringement of European Union law* // Jurisprudencija : mokslo darbai = Jurisprudence : research papers / Mykolo Romerio universitetas. Vilnius : Mykolo Romerio universiteto Leidybos centras. ISSN 1392-6195. 2011, Nr. 18(1), p. 33-48. [IndexCopernicus; Academic Search Complete; Current Abstracts; TOC Premier].

▪ Valutyte, Regina. *Legal consequences for the infringement of the obligation to make a reference for a preliminary ruling under constitutional law* // Jurisprudencija : mokslo darbai = Jurisprudence : research papers / Mykolo Romerio universitetas. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas. ISSN 1392-6195. 2012, Nr. 19(3), p. 1171-1186. [Academic Search Complete; TOC Premier; IndexCopernicus].

▪ Valutyte, Regina. *State liability for the infringement of the obligation to refer for a preliminary ruling under the European Convention on Human Rights* // Jurisprudencija : mokslo darbai = Jurisprudence : research papers / Mykolo Romerio universitetas. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas. ISSN 1392-6195. 2012, Nr. 19(1), p. 7-20. [Academic Search Complete; TOC Premier; IndexCopernicus].

▪ Vitkauskaitė-Meurice, Dalia; Štarienė, Lijana; Valutyte, Regina; Gailiūtė, Dovilė; Biekša, Laurynas; Račkauskaitė-Burneikienė, Aistė; Žilinskas, Justinas. *Tarptautinės žmogaus teisių apsaugos uždavinynas : metodinė priemonė / Dalia Vitkauskaitė-Meurice ... [et al.]*. Vilnius : Mykolo Romerio universitetas, 2013. 106 p. ISBN 9789955195702.

▪ Valutyte, Regina. Drakšas, Romualdas. *Valstybės atsakomybės pagal privataus asmens ieškinį principo samprata ir įgyvendinimo sąlygos* // Justitia : teisės mokslo ir praktikos žurnalas. Vilnius : Leidykla "Justitia". ISSN 1392-5709. 2007, Nr. 2 (64), p. 67-76.

Conferences

▪ Presentation on “*State liability for neglecting EU law: legal, political and economic shortcomings to new member states*” at the International Conference “*The consequences of Membership in the EU for new Member states*” in Wroclaw, Poland. November 27, 2014.

▪ Presentation on “*Is Europe in crisis for respect to privacy*” at the International Conference “*Erasmus International conference*” in Recife, Brazil. September 26, 2014.

▪ Presentation on “*Legal Implications of ECJ's Invalidation of EU Data Retention Directive on the EU PNR System: Death before being born?*” at the International Conference “*Transnational business and human rights in the context of the United States, European Union and International law*” in Vilnius, Lithuania. May 22, 2014.

▪ Presentation on “*New horizons in the concept of torture*” at the international seminar “*Prosecuting international crimes: a multidisciplinary approach*” in Wroclaw, Poland. April 4, 2014.

▪ Presentation on “*Creation of national PNR system: problematic aspects*” at the opening conference of the project “*Development of PNR system in Lithuania*” in Trakai, Lithuania. January 27, 2014,

▪ Presentation on “*Protection of human rights in the EU while implementing the*”

resolutions of the UN Security Council” at the international conference “Transnational legal systems – the guarantee of justice, security and protection of human rights” in Vilnius, Lithuania. March 29, 2013.

- Presentation on “*Concept and legal regime of the space*” at the national conference “Business in space and law: mystique or reality” in Vilnius, Lithuania. March 21, 2013.
- Presentation on “*State liability for decisions of constitutional courts: fantasy of reality*” at the international academic conference “Liability of Public Officers” in Plock, Poland. January 15, 2013.
- Presentation on “*Effective criminal defense rights in Eastern Europe: Lithuanian Report*” at international academic-practical conference in Brussels, Belgium. July 7, 2012.
- Presentation on “*The Tangibility of the Guarantee to the Right to Defence: From Searching to Findings*” at the international academic-practical conference “State-guaranteed Legal Aid: Problems and Solutions” in Vilnius, Lithuania. May 5, 2012.
- Presentation on “*State liability for the acts of constitutional courts under EU law*” at international conference of young scholars “Comparative aspects of recent legal research in Eastern and central Europe”. Vilnius, Lithuania. May 26, 2010.
- Presentation on “*Possible infringements of the ECHR while implementing state liability for decisions of final courts under EU law*” at the national conference “Relevant questions of International law in XXI century in Vilnius, Lithuania, 17 November, 2008.
- Presentation on „*Governmental liability for damages caused by the highest courts – a guarantee or a brake?*“ at international academic conference in Riga, Latvia. September 27, 2008.

Projects

- EU funded national project „Data collection and research service on fundamental rights issues – FRANET“. Role in the project – Expert. 2014/10– 2018/10 (numatoma).
- Nordplus funded international project „NordPlus law Network/2014“, No. NPHE-2014/10340. Role in the project – manager/coordinator.
- EU funded national project “*Development of the Passenger Name Record System in Lithuania*”. Prevention of and Fight against Crime Programme (ISEC), No. HOME/2012/ISEC/AG/PNR/4000004453. Role in the project – Expert, 2014/03-2015/12 (expected).
- Nordplus funded international project „NordPlus law Network/2013“, No. NPHE-2013/10487. Role in the project – manager/coordinator.
- International studies project Erasmus IP “*International protection of human rights*”. Role in the project – manager, 2013-2014.
- National studies project “*Preparation and Implementation of Joint Study Programme*” (2012-2015), No. VP1-2.2-ŠMM-07-K-02-084. Role in the project – academic. 2013.
- National studies project “*Creation and Implementation of National Placement and Internship System for Students and Lecturers of Lithuanian Higher Education Institutions*” (2010-2013), coordinated by UNDP. Role in the project - coordinator of academic mobility for practice. 2011-2013.
- EU funded International studies project “*Erasmus Mundus Partnership for Belarus,*

Ukraine, Moldova (EMP-AIM)" (2011-2015), coordinated by Mykolas Romeris University. Role in the project - coordinator of academic mobility at the Faculty of law.

- National research project "*Limitation of the Freedom of Religion in Democratic Society*". Role in the project – academic. 2011-2012.
- EU funded International studies project "*Creation of a Cross-Disciplinary Doctoral Programme in Contemporary Russian and Chinese Economic Law in a Global Economy (RUCHIN)*". Lifelong Learning Programme - Erasmus, five partner universities: The University of Lapland (Finland), Vrije Universiteit Brussel (Belgium), University of Maribor (Slovenia), Mykolas Romeris University (Lithuania) & Ural State Law Academy (Russia) with associate partner Renmin University of China (China). Role in the project – manager // academic.
- International research project „*Effective criminal defence rights in LARN Member Countries*“, Legal Aid Reformers‘ Network. Role in the project – academic.
- National research project "*The effectiveness of state guaranteed legal aid*". Coordinator - Human Rights Monitoring Institute. Role in the project – academic. 2009-2010.
- National research project "*Individual constitutional complaint*". Coordinator - Human Rights Monitoring Institute, role in the project – academic. 2009-2010.

Proposta de um curso sobre Direito dos Tratados intitulado *An Introduction to the Law of Treaties. From the Vienna Convention on the Law of Treaties to the current work of the International Law Commission*

Com o objetivo de ser oferecido conjuntamente pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Gabinete Erasmus da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Duração: 10 horas

Língua de trabalho: Inglês

Avaliação final: Exame final ou trabalho escrito final (com a dimensão máxima de 10 páginas) sobre uma matéria lecionada no curso

O presente curso, com a duração de 10 horas, em língua inglesa, visa apresentar os principais problemas postos pelo Direito dos Tratados contemporâneo, de modo a que os seus destinatários possam entender as especificidades e a relevância prática de uma das fontes de direito mais dinâmicas na atualidade. Partindo da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 (CVDT69), procura dar conta dos correntes desenvolvimentos desta temática, com destaque para o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da International Law Commission - Comissão de Direito Internacional (CDI) - da Organização das Nações Unidas. Com efeito, embora a CVDT69 constitua um marco fundamental na compreensão desta matéria, o renovado interesse da CDI por tópicos como *Reservations to treaties*¹, *Subsequent Agreements and Subsequent Practice in Relation to Interpretation of Treaties*², *Provisional Application of Treaties*³, e ainda paralelamente sobre o *Ius Cogens*⁴, é uma clara demonstração de que se trata de um domínio do Direito Internacional em contínua evolução e desenvolvimento.

¹ Com a divulgação de um *Guide to Practice on Reservations to Treaties* (2011).

² Com relatórios desde 2013.

³ Com relatórios desde 2013.

⁴ Com um primeiro relatório de 2016.

Sendo os tratados uma fonte essencial do Direito Internacional, e um elemento estruturante do Direito contemporâneo, o curso pretende aprofundar matérias que são normalmente estudadas de uma forma muito introdutória e pouco aprofundada nas disciplinas de Direito Internacional Público lecionadas nas licenciaturas de Direito e de Relações Internacionais.

Assim, em razão da forma como pode ajudar a consolidar conhecimentos jurídicos estruturantes, são potenciais destinatários do curso todos aqueles que pretendam aprofundar os seus conhecimentos em fontes do Direito Internacional, nomeadamente como uma forma de melhor entender ramos especiais do Direito Internacional, como sejam o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Económico ou o Direito Internacional do Ambiente.

Tendo em consideração que a língua portuguesa continua a não uma das línguas em que são divulgados os trabalhos da CDI, que os tribunais internacionais desenvolvem a sua atividade em francês e em inglês, e que a parte mais significativa da bibliografia disponível sobre a matéria é identicamente neste idioma, o inglês será a língua de trabalho neste curso de aprofundamento dos principais assuntos relacionados com o Direito dos Tratados.

Lisboa, 18 de junho de 2016

Fernando Loureiro Bastos

FDUL – Curso Intensivo:

“Construction contracts in the system of German Civil law – Archetype or special case for the attribution of risks? An introduction with special regard to the amendment of the German Civil Code relating to the law of construction contracts”

Prof. Dr. Jochen Glöckner, LL.M. (USA), Universität Konstanz, Lehrstuhl für deutsches und Europäisches Privat- und Wirtschaftsrecht; Richter am Oberlandesgericht Karlsruhe

Syllabus

April 18	<ul style="list-style-type: none">• Historical development from ancient Roman law to the recent amendments of the Civil Code;• Construction contracts in legal practice:<ul style="list-style-type: none">○ established types of construction contracts (secs. 650a, 650p, 650u);○ “players”;○ hard ware of institutions: Construction law Senate at Supreme Court; new Construction law chambers and senates at lower courts• Construction contracts and public policy issues;• Protection of competition and consumers (secs. 650i-o)
April 19	<p>The risk of completion – What does the contractor owe?</p> <ul style="list-style-type: none">• Interpretation of the contract; obligation to achieve result (sec. 631);• Scope of defence of impossibility, disproportionality (secs. 275 (2), 635 (3))• Role of the employer with regard to the contractor’s performance (sec. 645)• Remedies (sec. 634 – 639)
April 20	<p>The risk arising from the lapse of time – Construction contracts as contracts with an extended period of performance:</p> <ul style="list-style-type: none">• Relationship between production and acceptance of work produced (secs. 640, 644, 650g)• Flow of remuneration (sec. 641, 632a);• Employer’s right to terminate (secs. 648, 648a, 650h);• Employer’s right to amend object of contract (sec. 650b-d);• Contractor’s and employer’s securities (sec. 650e, 650f)
April 21	<p>The risk arising from the need of co-ordination – Construction contracts as contracts involving performances of multiple parties:</p> <ul style="list-style-type: none">• Types of relations (linear, parallel, circular);• Privity of contract and interdependent contracts; the need for co-ordination• Distinction between duty and mere obligo (secs. 642, 643)• Legal instruments (secs. 278, 421, 650r)

The lecture will be taught in English language. A text version of the German Civil Code in English language (<https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_bgb/englisch_bgb.pdf>) should be available for the students in the classroom either in print or in electronic form.

Recommended preparatory reading: *Robbers*, An Introduction to German Law, 6th ed., 2017; *Schulte-Nölke*, The New German Law of Obligations: an Introduction, <<http://germanlawarchive.iuscomp.org/?p=357>>

COURSE SYLLABUS
COMPARATIVE COMPETITION LAW
(Univ. Lisbon)

European Competition Law I: The Law of Market Structure

1. Course Description

Basic understanding of law of market structure and of unfair competition law; introduction into European and national competition procedure including the leniency programs.

2. Daily course outline

Class 1 Monday, March 28, 2016, Prof. Bernd Oppermann

Topic A: personal introduction, general introduction (intro on the course structure; introduction to European competition law; methods of legal reasoning in Europe; TEU and TFEU, competence, conferral, subsidiarity, proportionality, and other principles of European law and its relationship to national law of EU member states; The EU freedom of market, competition on the market, and economic policy).

Topic B: Economic and legal concepts of competition; markets and market structure; competition theory; history of European competition law. Relationship to the law of consumer protection. Relationship to SME policy. Relationship to the law of state aid.

Topic C: European competition law as a part of European law; European competition law and National competition law.

Topic D: The so-called Airline Cargo Cartel as a more recent example of theoretically possible horizontal trade restraints

Assigned reading: course script, introductory part, essay on the political content of competition law

Class 2 Tuesday, March 29, 2016, Prof. Bernd Oppermann

Topic A: Competition law and cartel law: horizontal trade restraints, concerted practices. The structure of a European statute (Art. 101 TFEU) under the Lisbon Treaty.

Topic B: Exemptions and block exemption of Art. 101 (1) in European and national cartel law.

Topic C: Legal consequences of Art. 101 in administrative cartel law, criminal law, and private law (some basics in competition procedure).

Topic D: European cartel law: vertical trade restraints, distribution systems, licensing.

Assigned reading: course script, provisions of the Lisbon Treaty (TEU, TFEU), provisions of Reg. 1/2003, more cases on cartels, case on vertical trade restraints

Class 3 Wednesday, March 30, 2016, Prof. Bernd Oppermann

Topic A: The structure of general and specific exemptions of European cartel law; examples as for licensing, franchising. Commission Regulation No. 330/2010 esp.

Topic B: Art. 101 and its relationship to European jurisdiction on the prohibition of measures having equivalent effect (Cassis / Keck); the Leclerc Case and other case studies

Assigned reading: course script, Reg. 330/2010, more cases on vertical trade restraints, cases on the Cassis jurisdiction

Class 4 Thursday, March 31, 2016, Prof. Bernd Oppermann

Topic A: Repetition of prior Topics.

Topic B: Merger and acquisition control in European competition law. History and Dir. Conglomerate concentration. SIEC test. Relationship to national law of concentration. Other details.

Topic C: Introductory remarks on Art. 102 and more general concepts of market dominance

Assigned reading: course script, Reg. 139/2004, cases on concentration control

Class 5 Friday, April 1, 2016, Prof. Bernd Oppermann

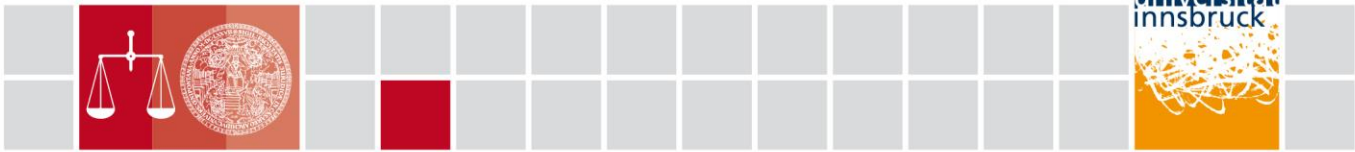
Topic A: Art. 102 and anti-discrimination clauses under European law and national law; basic concepts; the rise and fall of “doctrine of essential facilities” and its present application, dumping and other examples of case law under Art. 102. Differences between Art. 102 and national law of EU member states.

Topic B: European market law; basic liberties of the European market and the Competition Law; fundamental rights and substantial competition law.

Topic C: some more basics in competition procedure.

Assigned reading: course script, provisions of the Lisbon Treaty (TEU, TFEU), cases on Art. 102 and anti-discrimination clauses

Final written examination as assigned by the Faculty



Univ.-Prof. Dr. Andreas Schwartze, LL.M. (EUI)
Head of Department / Department of Private Law
Faculty of Law, University of Innsbruck

Erasmus Intensive Course – 2 hours per class

Introduction to European Private Law - From national rules on Contract and Tort to supranational EU Obligation Law

Course syllabus

Class 1

Introduction: Differences of national private laws in Europe / legal families / Common Law – Civil Law; the problems of diverging legal rules within the EU

Class 2

Approximation of Private Law – Competences and instruments of EU-law

Class 3

Traditional European Contract Law – Harmonization by directives;

an example: Unfair Contract Terms Directive 93/13/EEC; Revival: Two proposals for directives on contracts for the online and other distance sales of goods and contracts for the supply of digital content

Class 4

A new Strategy: Development, format and functions of the (Draft) Common Frame of Reference/DCFR; Structure and contents of the DCFR; the four Principles and the General Part of the DCFR

Class 5

Unified EU Principles on Contracts and Tort: DCFR Book IV.A “Sales” / Proposal of Common European Sales Law (CESL); Principles of European Tort Law (PETL) vs. DCFR Book VI “Non-contractual liability arising out of damage caused to another“

Reading List

Antoniolli/Fiorentini (Eds), A factual assessment of the draft common frame of reference (2011)

Bussani/Werro (Eds), European Private Law: A Handbook Vol I (2009) / Vol. II (2014)

Hartkamp/Hondius (Eds), Towards a European civil code, 4th ed. (2011)

Howells/Schulze (Eds), Modernising and Harmonising Consumer Contract Law (2009)

Micklitz/Cafaggi (Eds), European Private Law after the Common Frame Of Reference (2010)

Moccia (Ed), The making of European private law: why, how, what, who (2013)

Larouche (Ed), Economic analysis of the DCFR - The work of the Economic Impact Group within CoPECL (2010)

Sagaert / Storme / Terryn (Eds), The Draft Common Frame of Reference: national and comparative perspectives (2013)

Schulze (Ed.), Common Frame of Reference and Existing EC Contract Law² (2009)

Schulte-Nölke/Tichy (Eds), Perspectives for European Consumer Law - Towards a Directive on Consumer Rights and Beyond (2010)

Twigg-Flesner (Ed), European Union Private Law (2010)



CURRICULUM VITAE

SCHWARTZE, Univ.-Prof. Dr. Andreas

27th of April 1956 (Celle, Germany)

DEGREES AND DIPLOMAS:

Habilitation - *venia legendi*: Bürgerliches Recht, Zivilprozessrecht, Deutsches und Europäisches Wirtschaftsrecht, Rechtsvergleichung und Internationales Privatrecht
University of Hannover, 1997

Doctorate (*summa cum laude*)
University of Hannover
1990

LL.M. (Master of Legal Studies in Comparative, European and International Law)
European University Institute, Florence, Italy
1990

State Examination
Judicial Authorities of Lower Saxony / University of Hannover
1982

PRESENT POSITION:

Professor, Chair of European Private Law, Comparative Law and Private International Law,
University of Innsbruck (A) since 2002

Head of the of the Department of Private Law, University of Innsbruck (A) since 2006

PROFESSIONAL EXPERIENCE:

Guest Professor, Chair of Civil Law, Commercial Law and Company Law,
University of Rostock (D) 2001 / 2002

University Professor, Professorship for Private and Business Law
Bergische Universität Wuppertal (D) 2000 / 2001

Guest Professor, Professorship for Private and Business Law,
University of Magdeburg (D) 1999 / 2000

Guest Professor, Professorship for Civil Law
European University Viadrina Frankfurt (Oder) (D) 1997 / 1999

Assistant / since 1991 Assistant Professor, Law Faculty
University of Hannover (D) 1984 – 1997

Practicing lawyer – Rechtsanwalt, Hannover (D) 1982 – 1984

Business Torts & Economic Loss Recovery - An English and an American Perspective

Elizabeth O ' Leary, University of Augsburg, Germany Lecturer Foreign Law Program

Course Description

This intensive course examines common law torts which are frequently litigated in business by identifying the elements of the individual torts, reviewing relevant case law, applying the legal principles to fact situations and outlining differences between business torts in England and the US. These torts are unrelated to injury to person or property and are purely economic in their nature. The development of these torts and the policy considerations in limiting business torts in addition to the remedies available for such torts will be reviewed.

Teaching Method

This course will be a mixture of lecture, discussion and experiential learning. Students will be expected to participate very actively in class.

Grading Criteria

The grade will be based on a closed-book final exam which will take place after the intensive course. The exam will be based on material done in class or set as homework.

Course Outline (Tentative)

20/03/2017 - Negligence and the pure economic loss doctrine

21/03/2017 - Third party interference business torts

22/03/2017 - Fraud based business torts

23/03/2017 - Reputational & intellectual property infringement torts

24/03/2017 - Remedies and risks of business torts

Contact

Email: elizabeth.oleary@jura.uni-augsburg.de

Elizabeth M. O' Leary LL.M., J.D., BCL

Foreign Law Lecturer University of Augsburg, Germany

elizabeth.oleary@jura.uni-augsburg.de

Profile

A lecturer who has studied law in Ireland, Minnesota, USA and Germany and who has worked in law firms in three jurisdictions and has over twenty-years teaching and training experience in industry and universities. My goal in lecturing is to create a stimulating learning environment where students actively participate in analyses of legal concepts, cases and rules and are motivated and inspired to engage in discussion, critical thinking and reflection on issues and to retain lasting knowledge of lecture material.

Teaching Experience

University of Augsburg, Germany 2006 - present

Foreign Law program/ Law and Language program. Courses taught included Tort Law, Case Analysis, Concepts of Law & Business, Constitutional Law, Business Mediation, Introduction to Anglo-American Legal systems and Business & Legal Communication

10 years experience in house training with focus on legal, intercultural and business issues for various banks, automobile companies, professional associations and educational institutes

Legal Experience

10 years experience with law firms in Ireland, Germany and in Minnesota, USA with emphasis on commercial law and civil litigation.

3 years experience as an international human resource consultant with an international bank in Munich, Germany.

Education

Ludwig-Maximilians-Universität, Munich, Germany LL.M. 1997

William Mitchell College of Law, St. Paul, Minnesota, USA J.D. 1989

University College Cork, Ireland BCL 1982

Admission as Solicitor/ Attorney

Roll of solicitors in England and Wales 1994

United States District Court - District of Minnesota 1991

Minnesota State Bar, USA 1989

Roll of Solicitors in Ireland 1987

Additional Training

Certificate Bavarian University Teacher - University of Augsburg, Germany

Certificate Intercultural Communication and Co-operation - Munich University of Applied Sciences

Certificate Mediation skills for Business and other Professional People -William Mitchell College of Law, St. Paul, Minnesota, USA

Curriculum Vitae of Prof. dr. Jan De Groof

Place and date of birth: Antwerp, 4 September 1953
Married, 6 children.

Address:

Home: 'Molenhof', Vredeborgstraat 2, 2530 Boechout
(Tel. & Fax: +32 (0)3/455.29.62)
Office: Arthur Goemaerelei 52, 2018 Antwerp
(Tel.: +32 (0)3/238.11.55)
Jan.degroof@uantwerpen.be; Jandegroof@live.be

- Doctorate – Faculty of Law and Canon Law, Catholic University of Louvain - "*Right to and Freedom of Education*" (1984);
- Master in Law (University of Antwerp) – *Magna Cum Laude (primus)* (1976);
- Master in Canon Law (Catholic University of Louvain) – *Summa Cum Laude* (1979);
- Bachelor in Law (University Faculties Sint-Ignatius Antwerp) – *Cum Laude* (1973);
- Bachelor in Philosophy and Arts (University Faculties Sint-Ignatius Antwerp) – *Cum Laude* (1973);
- Bachelor in Religious Studies (Catholic University of Louvain) – *Magna Cum Laude* (1977);
- Bachelor in Canon Law (Catholic University of Louvain) – *Magna Cum Laude* (1978);
- *Litterae humaniores* (Classics), Sint-Jan Berchmanscollege in Merksem (Antwerp) (1971);

Academic career

- Professor at the *Higher Institute for Public Administration* (Antwerp), 1977 – 1989, teaching administrative law;
- Professor at the *Sint-Aloysius School of Economics* (Brussels), 1988 – 1992, teaching international, comparative and national law on education;
- Professor at Ghent University: 1992 until 2002, teaching international, comparative and national law on education;
- Professor at the *College of Europe*, Bruges: from 2002, teaching i.a. international, comparative and national law on education;
- Holder of the '*Right to Education UNESCO Chair*' at the *College of Europe*: from 2010;
- Professor at the TiasNimbas School for Business and Society, *University of Tilburg* (the Netherlands): from 2002;
- Visiting Professor or invited lecturer at : Taras Shevchenko National University of Kyiv (2015); University of Bahia and University of Sao Paulo (2014); Hanyang University in Korea, Waseda University Tokio (2013); University of Padova (2011, 2010), Seton Hall University of New York (2010), University of Malaya (2010), University of Salvador-Bahia, Brazil (2009), Beijing Normal University (2008), University of Pretoria (2003), South East European University (2002, 2003), University of Lisbon (2001, 2002), Boston University (1995);
- Member of international evaluation committees for the procedure of granting tenure to academics for University of Boston, University of Southampton, University of Bloemfontein, University of Pretoria, South East European University.
- Training courses on university management for the university leadership of South Africa, (2002), of various Chinese provinces (2001), of top officials from the Russian national and regional Ministries for Education and Scientific Research (1994-2001);

Professional career

- *Legal Counsellor* of the successive Minister-President of the Flemish Government and of the Minister of Culture:

1976-1981;

- *Scientific Expert* to the *Centre for Political, Economic and Social Studies* (CEPESS), headed by Herman Van Rompuy; portfolio: education, constitutional reform, media, culture, ethics: 1979-1985;
- *Chef de Cabinet* of the Flemish Minister for Education and Training: 1985-1988;
- Appointed by Royal Decree on 6 July 1987 as *Government Commissioner for Universities* (Flemish Community, Belgium) from 1988, and previously at the *Interuniversity Institute for Tropical Medicine* (ITG).

Major Awards

- *Doctor Honoris Causa*, at the University of Pretoria (South Africa), 5 April 2015;
- *Doctor Honoris Causa*, at the South-East European University (SEEU) in Tetovo (Macedonia), 18 November 2016;
- *ANV-Visser-Neerlandia-prise*, on 8 September 2010 in Oisterwijk (Netherlands);

Other academic and policy positions and duties

a) International

- Chair of the Law Conferences in the framework of the World Conference 'Educating Today and Tomorrow. A renewing passion' (Vatican and Castel Gandolfo, November 2015);
- Deputy Chair of the Appeals Committee of the 'European Quality Assurance Register for Higher Education' (EQAR), since 2015;
- Team Leader of the EU-project 'Rule of Law - Higher Legal Education in Iraq' : May 2013-November 2014;
- UNESCO *Chargé de Mission to the Assistant Director-General for the Right to Education* (from 12/06/2007 until 30/06/2010);
- Member of the *Wissenschaftlichen Beirat des Instituts für Bildungsforschung und Bildungsrecht e.V. (IfBB)*, Ruhr-Universität Bochum, since 2011;
- *European Science Foundation*, Strasbourg : Chairman of the *Euro HESC Review Panel* on Research Projects in the Humanities concerning the higher education policy : 2007-2012;
- Founder and Chairman of the "*European Association for Education Law and Policy*" (E.L.A.), since 1993;
- Founder and editor in chief of the "*European Journal of Education Law and Policy*" published by Kluwer Law International, Dordrecht (1997) and of the "*International Journal of Education Law and Policy*" published by Legal Wolf Publishers, The Hague (2005);
- Co-chair of the Task Force of the Expert Committee of the *Commission of the African Union* on the Strategy for Innovation and Research for Africa: April 2012;
- Chairperson of the First and the Second *World Conference on the Right to Education*, Amsterdam/The Hague (2004), Brussels (2012);
- Consultancy work for national governments concerning draft legislation; Missions at the request of EU, Council of Europe, OECD, UNESCO, World Bank, Ukraine, Slovakia, Russia, Uzbekistan and Kyrgyzstan;
- At the request of the international community: Co-founder and Member of the 'International Board' of the *South East European University* (Tetovo - Macedonia);
- Assignment with the High Commissioner for Minorities former minister Max Van der Stoep (OSCE) with regard to diplomatic commissions concerning national minorities in the Balkan region, Romania and Hungary (1999-2001).
- Project Leader for South Africa with regard to preparing new legislation on education and on reform of the State (1994-1998) and with regard to the "Implementation of the Constitution" project in cooperation with the Constitutional Court of South Africa (1996-1998);
- Chairman of the *International Research Committee of Legal Experts*, which has been advising the Duma and Russian Government about the drafting of legislation with regard to education and research for the Russian Federation of Independent Republics, 1992 - 2002;
- Member of the *International Academy for Education Law* (Moscow, 1994); Reviewer for international academic journals; Member of the Editorial Board of the Russian '*Teachers Journal*', and of the *Center for Educational Policy Studies Journal* (C.E.P.S. Journal), Member of the board of *Institut für Bildungsforschung und Bildungsrecht e.V. an-Institut der Ruhr-Universität Bochum*, Juristische Fakultät;

- Member of the Committee of the "*Legislative reform in higher education*" project of the Council of Europe, Strasbourg (1992 - 1998);
- Chairman of the "Editing Board" of the Program "*Legislating for Higher Education in Europe*" of the Council of Europe, Strasbourg (since 1993);
- Belgian representative on the Board of Directors for the "*Centre for Educational Research and Innovation*" (C.E.R.I.) of the OECD. (1989 - 1995);
- National coordinator of the OECD project "*International Indicators and Evaluation of Educational Systems*" (I.N.E.S.) (1990-1995) and chairman of the Flemish interdisciplinary academic I.N.E.S. group (until 1996);

b) Federal and Flemish Community

- Founder and editor in chief of the '*Tijdschrift voor Onderwijsrecht en Onderwijsbeleid*', [*Journal for Education Law and Policy*], Kluwer Law (1990) and Die Keure Uitgeverij (2002);
- Chairperson of the Expert Committee on "*Good Governance in higher education and research*" (2010-2013) and of the similar Expert Committee on Culture (2013);
- Member of the Expert Committee installed by the *Flemish Radio and Television Broadcasting Company (VRT)* (2014-2015).
- Expert to the Advisory Commission to the Prime Minister of Belgium in preparation of "*International Conference on Federalism*" (2004), and co-chair of the 'Education Chapter'
- Vice-chair of the '*Foreign Cultural Policy Committee – the Netherlands-Flanders*' (2002 - 2012).
- Chairman of the federal "*Association for Political and Social Studies*" (Société d'Etudes politiques et sociales (S.E.P.S.) - Vereniging voor Politieke en Sociale Studies (V.P.S.S.)) (1991-1997) succeeded by the Honorary Prime Minister, Leo Tindemans;
- Co-founder and member of the General Assembly of the *Interuniversity Centre for Applied Ethics* - Catholic University of Louvain (since 1991);
- Chairman of the Official Jury which advises for the Flemish Government on the awarding of the biennial Official Prize "*Prijs van de Vlaamse Gemeenschap - Johan Fleerackers*" [*Flemish Community Award*]; Chairperson of the academic jury for the Academic Chair "*Johan Fleerackers*", State University of Leiden and Catholic University of Louvain (1989-1999);
- National Vice-Chairman (1991-1995), Member of the *Permanent National Culture Pact Committee* (1978-1986).
- Chairperson of the Board of Trustees of the *Royal Children and Youth Theatre (Het Paleis)*: (1997-2013);
- Head of the Remuneration committee and of the Board of Trustees of the *Royal Opera* and the *Royal Ballet of Flanders, Kunsthuis*: from 2012;

Seminário:

História da Teoria do Crime: *da formação da dogmática ao direito constitucional penal*

Professor Doutor CLÁUDIO BRANDÃO

Programa:

Aula 1 – História e Trajetória do Direito Penal: *linhas mestras*.

- a) Sociedades simples e o seu Direito Penal: características e principais sanções.
- b) Direito Penal Romano.
- c) Direito Penal no Medievo. Características da alta e da baixa Idade Média. O sistema penal da inquisição. Glosadores e Comentaristas.
- d) Conclusão da aula: *Comentaristas e formação da primeira parte geral do direito penal. Elementos da trajetória penal e sua utilização hodierna.*

Aula 2 – História e Trajetória do Direito Penal: *iluminismo penal e construção conceitual da dogmática*.

- a) Características do Direito e do Direito Penal na Modernidade.
- b) O Iluminismo Penal: *postulados, princípios e formação política do princípio da legalidade*.
- c) Formação Jurídica do Princípio da Legalidade Penal.
- d) Construção da Nomenclatura da Teoria do Crime: *culpa, ilícito e tipo*.
- e) Conclusão da aula: *Consequências do iluminismo para o direito penal atual, sua face política e o papel do Princípio da Legalidade*.

Aula 3 – Tipicidade Penal e Antijuridicidade.

- a) A tipicidade como conceito equivalente ao crime e como elemento constitutivo do delito.
- b) A tipicidade como condição para os elementos da teoria do crime
- c) O tipo como continente da ação
- d) Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.
- e) Conclusão da aula: *Antinormatividade e bem jurídico*.

Aula 4 – Bem Jurídico.

- a) Nascedouro do conceito de bem jurídico: a tese de Johann Birnbaum sobre a necessidade da lesão de direitos.
- b) O bem jurídico no positivismo normativo de Binding.
- c) O bem jurídico no positivismo sociológico de von Liszt.
- d) A construção do bem jurídico a partir do neokantismo.
- e) Conclusão da aula: *A função do bem jurídico no direito penal atual*.

Aula 5 – Culpa. Aplicação Constitucional da Teoria do Crime.

- a) Trajetória da Culpa: *características do positivismo, do neokantismo e do finalismo*.
- b) Concepções Funcionalistas e Finalistas da Culpa.
- c) Método Constitucional de Aplicação da Teoria do Crime.
- d) Conclusão da aula: *Princípios e valores constitucionais e sua função na aplicação da teoria do crime*.

Bibliografia básica:

- ALVES, Sílvia. “A pena de morte no pensamento jurídico setecentista”. *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva* (BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo, coordenadores). São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. “Culpabilidade: sua análise na dogmática penal e no direito penal brasileiro”. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Coimbra: Coimbra editora. A.15. N.2. Abril-junho, 2005.
- BRANDÃO, Cláudio. *Curso de Direito Penal*. Rio de Janeiro:Forense. 2008.
- BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo (coordenadores). *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. “Inconsciência de antijuridicidade – sua visão na dogmática penal e nos tribunais brasileiros”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Coimbra:Cimbra editora. A.XLI. N.1. 2000.
- BRANDÃO, Cláudio. “Interpretação constitucional do direito penal”. *Portugal, Brasil e o Mundo do Direito*. (Vasco Pereira da Silva e Ingo Wolfgang Sarlett, organizadores). Coimbra:Almedina. 2009.
- BRANDÃO, Cláudio. *Tipicidade Penal: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. Coleção: O Tempo e a Norma. Coimbra: Almedina. 2012.
- PALMA, Maria Fernanda. *Direito Constitucional Penal*. Coimbra:Almedina. 2011.

Bibliografia complementar:

- BIRNBAUM, Johann Michael Franz. “Ueber das Erfordeniss einer Rechtsverletzung zum Begriffe der Verbrechen”. *Archiv des Criminalrechts*. Halle:Schwetschte und Sohn. 1934.
- DIAS, Augusto Silva. *Delicta in se e delicta mere prohibita*. Coimbra:Coimbra editora. 2008.
- FEUERBACH, Paul Johann Anselm Ritter von. *Tratado de Derecho Penal*. Buenos Aires:Hammurabi. 1989.
- JESCHESCK, Hans-Heinrich. *Lehrbuch des Strafrechts*. Berlin:Duncker und Humblot. 1988.
- KAUFMANN, Arthur. *Schuld und Strafe*. Köln:Heymann. 1983.
- LISZT, Franz von. *Lehrbuch des Deutschen Strafrechts*. Berlin u. Leipzig:VWV. 1922.
- MENDES, Paulo de Sousa. *O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena*. Coimbra:Coimbra. 2007
- MEGZER, Edmund. *Strafrecht*. Berlin u. München:Duncker u. Humblot. 1949
- MERKEL, Adolf. *Lerhburch des Deutschen Strafrechts*. Goldbach:Keip. 1996.
- MIR PUIG, Santiago. “Bien jurídico y bien jurídico penal como límites del *Ius puniendi*”. *Estudios Penales y Criminológicos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Nº14. Jan-dez. 1991.
- MIR PUIG, Santiago. *Derecho Penal. Parte General*. Barcelona:Edição do Autor. 1998.
- MOMMSEN, Theodor. *Römisches Strafrechts*. Leipzig:Duncker & Humblot. 1899.
- PALMA, Maria Fernanda. *O princípio da desculpa em direito penal*. Coimbra:Almedina. 2005.
- PETROCELLI, Biagio. *Principi di Diritto Penale*.Napoli:Eugenio Joveni. 1950.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *Derecho Penal. Modernas bases dogmaticas*. Buenos Aires:Grijley. 2004.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *El injusto tipico en la teoria del delito*. Corrientes:Mave. 2000.
- ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa:Vega. 1993.
- ROXIN, Claus. *Strafrecht Allgemeiner Teil*. München: Beck. 2006.
- SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta juris permissione*. Rio de Janeiro:Revan. 2006.
- TAVARES, Juarez. *Teoria do Injusto Penal*. Belo Horizonte:Del Rey. 2000.
- WELZEL, Hans. *Das Deutsche Strafrecht. Eine systematische Darstellung*. Berlin: De Gruyter. 1958.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema del derecho penal*. Montevideo:BdF. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et alli*. *Derecho Penal. Parte General*. Buenos Aires:Ediar. 2002.
ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em torno de la cuestión penal*. Buenos Aires:BdeF. 2005
ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Tratado de derecho penal*. T. III. Buenos Aires:Ediar. 1981.

Professor Doutor CLÁUDIO BRANDÃO – Currículo resumido:

A) Atividades Docentes

- a.1.) Professor Catedrático da Faculdade de Direito do Recife – Universidade Federal de Pernambuco
- a.2.) Professor Catedrático e Coordenador da Faculdade de Direito Damas da Instrução Cristã
- a.3.) Professor Colaborador do Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos – Instituto de História e Teoria das Idéias da Universidade de Coimbra
- a.4.) Professor Visitante, ao abrigo do Programa Erasmus, da Licenciatura em Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa (2007)
- a.5.) Professor Visitante, ao abrigo do Programa Erasmus, da Licenciatura em Direito da Universidade de Lisboa (2010)
- a.6.) Professor Convidado no Instituto de Filosofia e Sociologia do Direito da Universidade de Salzburg (2012)

B) Atividades de Regulação do Ensino Superior

- b.1.) Membro da Comissão de Avaliação da Área do Direito da CAPES/MEC (2005-2007)
- b.2.) Avaliador do INEP/MEC e SESu/MEC para os cursos de Direito (2001-atualmente)

C) Participação em Bancas Examinadoras de Concursos Públicos

- c.1.) Elaborador do Exame de Direito Penal e Direito Processual Penal no Concurso de Ingresso para o cargo de Juiz Federal Substituto – Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2007 -)
- c.2.) Participação em Banca de Ingresso na carreira docente na área de Direito Penal nas Universidades Federais de Pernambuco, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Alagoas.

D) Principais Publicações

- d.1.) BRANDÃO, Cláudio . Tipicidade Penal – Dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático. Coimbra:Almedina. 2012.
- d.2.) BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nelson; FREITAS, Ricardo (Organizadores). História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva. São Paulo:Atlas. 2012.
- d.3.) BRANDÃO, Cláudio. Curso de Direito Penal. Parte Geral.. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- d.4.) BRANDÃO, Cláudio (Org.) ; CAVALCANTI, Francisco (Org.) ; ADEODATO, João Maurício (Org.) . Princípio da Legalidade: da dogmática jurídica à teoria do direito. 1. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2009. v. 1. 613 p

- d.5.) CAVALCANTI, Francisco (Org.) ; BRANDÃO, Cláudio (Org.) .
Constitucionalização do Direito Positivo: Teoria Hermenêutica e Aplicação. 1. ed.
Recife: Nossa Livraria, 2009.
- d.6.) BRANDÃO, Cláudio (Org.) ADEODATO, João Maurício (Org.). Direito ao
Extremo. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 550 p.
- d.7.) BRANDÃO, Cláudio . Teoria Jurídica do Crime. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense,
2002. 272 p
- d.8.) BRANDÃO, Cláudio . Introdução ao Direito Penal - Análise do sistema penal à
luz do Princípio da Legalidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 199 p.
- d.9.) BRANDÃO, Cláudio . Legalidade e Cristianismo: aproximação hermenêutica.
In: Brandão, Cláudio; Cavalcanti, Francisco; Adeodato, João Maurício. (Org.).
Princípio da Legalidade: dogmática jurídica à teoria do direito. 1 ed. Rio de
Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 43-54.
- d.10) BRANDÃO, Cláudio . Comentários ao art. 5º 4º da Constituição Federal. In:
Bonavides, Paulo; Miranda, Jorge; Agra, Walber. (Org.). Comentários à Constituição
Federal de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. 1, p. 339-351.
- d.11.) BRANDÃO, Cláudio . Interpretação Constitucional do Direito Penal. In:
Pereira de Silva, Vasco; Sarlet, Ingo. (Org.). Portugal, Brasil e o Mundo do Direito. 1
ed. Coimbra: Almedina, 2009, v. 1, p. 50-65.
- d.12.) BRANDÃO, Cláudio . Comentários à Vigência da Lei Penal no Espaço. In:
Gamil Föppel. (Org.). Novos Desafios do Direito Penal no Terceiro Milênio. 1 ed. Rio
de Janeiro: Lumen Juris, 2008, v. 1, p. 373-384.
- d.13.) BRANDÃO, Cláudio . Significado Político-Constitucional do Direito Penal. In:
Luiz Regis Prado. (Org.). Direito Penal Contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Revista dos
Tribunais, 2007, v. 1, p. 120- 130.
- d.14.) BRANDÃO, Cláudio . O Homicídio na Cultura Greco-Romana e sua Posição na
Dogmática Penal. In: Claudio Brandão; João Maurício Adeodato. (Org.). Direito ao
Extremo. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PROGRAMA DEL CURSO “*La libertad religiosa como derecho fundamental, en perspectiva estatal, internacional y europea*”. Prof. Dr. J. M^a Porrás Ramírez. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada

24 de ABRIL: Garantía multinivel y objeto específico del derecho.

1. El ámbito constitucional interno.
2. El ámbito internacional, con especial referencia al Convenio Europeo para la Protección de los Derechos Humanos y las Libertades Fundamentales.
3. El ámbito de la Unión Europea.

26 de ABRIL: La relevancia jurídico-subjetiva del interés religioso. La titularidad del derecho.

1. La dimensión individual. Especial referencia a la problemática que afecta a los extranjeros y a los menores.
2. La dimensión colectiva. El estatus de las confesiones religiosas.
3. Los límites del derecho fundamental.

27 de ABRIL: La dimensión institucional u objetiva del derecho fundamental.

1. El principio de libertad religiosa como supremo principio informador de la actuación de los poderes públicos en materia religiosa.
2. El principio de neutralidad o laicidad del Estado. Neutralidad, igualdad y multiculturalismo.

28 de ABRIL: El principio de cooperación con las confesiones religiosas.

1. Fundamento y límites.
2. Ámbitos.
3. Instrumentos.

BIBLIOGRAFÍA MÍNIMA BÁSICA

Burleigh, M., “Earthly powers. The conflict between Religion and Politics from the French Revolution to the Great War”. 2005.

Evans, C., “Freedom of religion under the European Convention of Human Rights”, Oxford University Press, 2015.

Guedes Soriano, A., “Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional”, São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 2002.

Habermas, J., “Die Einbeziehung des Anderen” .1996.

- Kymlicka, W. "Multicultural citizenship. A liberal theory of minority rights". 1995.
- Kriele, M., "Einführung in der Staatslehre. Die geschichtlichen Legimitätsgrundlagen des demokratischen Verfassungsstaates". Última edición.
- Lariccia, S., "La rappresentanza degli interessi religiosi", Milano, Giuffré, última edición.
- Listl, J., & Pierson (Hrsg.), "Handbuch des Staatskirchenrechts der Bundesrepublik Deutschland", Berlin, Duncker & Humblot, última edición.
- Massi, T., "La liberté religieuse et la Convention européenne de Droits de l'Homme", Bruylant, 2014.
- Ortega y Gasset, J., "Ideas y creencias", Buenos Aires, 1940.
- Porras Ramírez, J. M^a: "Libertad religiosa, laicidad y cooperación con las confesiones en el Estado democrático de Derecho", Madrid, Thomson Reuters Aranzadi, 2006.
- Robbers, G., "Staat un Kirche in der europäische Union", Baden Baden, Nomos, última edición
- Taylor, C., "Multiculturalism and the politics of recognition". 1992.
- Tedeschi, M. (a cura di), "Il principio di laicità nello Stato modern", Messina, Rubbertino editore 1996.,

PROF. DR. JOSE MARIA PORRAS RAMIREZ

1. DATOS PERSONALES, FORMACIÓN ACADÉMICA Y DESTINO

FORMACION ACADEMICA: Doctor “cum laude” en Derecho (1993) por la Universidad de Granada.

CATEGORIA PROFESIONAL: Catedrático de Universidad (2007).

DEDICACION: Tiempo completo.

DESTINO: Departamento de Derecho Constitucional. Facultad de Derecho. Universidad de Granada.

2. ACTIVIDAD DOCENTE DESEMPEÑADA

Docencia ininterrumpida, desde el Curso académico 1990-1991, en Licenciaturas, Diplomaturas, Grados y Posgrados de la Universidad de Granada en los que se imparten las materias adscritas al Departamento de Derecho Constitucional.

Cursos de Doctorado impartidos pertenecientes al Programa “Derecho Constitucional Jurisprudencial”, desde 1993 a 2002; al Programa “Derecho Constitucional Europeo”, desde 2003 a 2006; y al Programa de Cooperación “Universidad de Granada MADOC de las Fuerzas Armadas”, desde 2000 a 2002.

Cursos de Posgrado impartidos en el Máster en Derecho Constitucional Europeo” de la Universidad de Granada, desde el Curso 2006-2007 hasta el presente; y en el “Máster en Derecho Constitucional” de la Universidad de Sevilla (Curso 2009-2010).

Cursos de Posgrado impartidos en el Máster en Derecho de la Universidad Federal de Maranhão (Brasil), Curso 2012-2013.

Cursos de Posgrado impartidos en el Máster (Universidad de Granada-Colegio de Abogados) de Acceso al Ejercicio Profesional de la Abogacía desde 2013 hasta el presente

3. PARTICIPACIÓN EN PROYECTOS DE INVESTIGACIÓN FINANCIADOS:

Miembro del grupo de investigación *“Andalucía, el Estado social y la Unión Europea”* (SEJ-106), de la Universidad de Granada, financiado por la Consejería de Educación y Ciencia de la Junta de Andalucía, desde el año 1992 hasta la fecha presente.

Investigador adscrito al proyecto *“Sistematización y creación de una base de datos de jurisprudencia del Tribunal Constitucional”*. Proyecto financiado por la Dirección General de Ciencia y Tecnología del Ministerio de Educación y Ciencia durante los años 1989 y 1990.

Miembro de la Acción Integrada de investigación científica entre las Universidades de Granada y Regensburg (RFA): *“El derecho al medio ambiente en España y Alemania en el marco del derecho comunitario”*. Investigadores responsables: Prof. F. Balaguer Callejón y Prof. R. Arnold. Ref. HA-116, BOE de 23 de Noviembre de 1993.

Investigador adscrito al proyecto *“Relaciones entre ordenamientos en la jurisprudencia del Tribunal Constitucional: Derecho europeo, Derecho estatal y Derecho autonómico”* (PB97-0801), del Programa Sectorial de Promoción General del conocimiento del Ministerio de Ciencia y Tecnología, dirigido por el Prof. F. Balaguer Callejón y subvencionado por el Ministerio de Educación y Ciencia, entre los años 1998 y 2001.

Investigador adscrito al proyecto de investigación *“El proceso de constitucionalización de la Unión Europea”* (BJU2003-06526), financiado por el Ministerio de Ciencia y Tecnología, en el marco del Plan Nacional de Investigación Científica, Desarrollo e Innovación Tecnológica, dirigido por el Prof. F. Balaguer Callejón, entre los años 2003 y 2006.

Investigador adscrito al proyecto de investigación *“Las reformas constitucionales y estatutarias en el marco de la Unión Europea”* (SEJ-00939), dirigido por el Prof. F. Balaguer Callejón, financiado por la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía, en el marco de Proyectos de investigación de Excelencia en equipos de investigación de la convocatoria de 2005-2006, durante el período 2005-2007.

Miembro de la Acción Integrada de investigación científica entre las Universidades de Granada y Pisa (Italia): Jurisdicción ordinaria y jurisdicción constitucional en el proceso de integración europea”. Investigadores responsables: Prof. F. Balaguer y Prof. R. Romboli. Ref.: HH12007-0028 2008-2009.

Investigador adscrito al proyecto de investigación *“La interacción constitucional entre Unión Europea y Estados miembros como factor de desarrollo del Derecho Constitucional europeo”* (SEJ2007-66427/JURI), dirigido por el Prof. F. Balaguer Callejón, financiado por el Ministerio de Educación y Ciencia, con una duración de tres años (2007-2010).

Investigador adscrito al proyecto de investigación conjunto 2007-3 entre la Universidad de Granada y el Mando de Adiestramiento y Doctrina de las Fuerzas Armadas *“Funciones de las Fuerzas Armadas en el interior. Versatilidad y apertura en el contexto de las nuevas necesidades de la sociedad española”*, financiado por el Ministerio de Defensa, y desarrollado entre enero de 2008 y diciembre de 2010.

Investigador adscrito al proyecto de investigación *“Los derechos fundamentales en el contexto de un mercado único”* (DER2010-19863). Investigador responsable: Prof. M. Azpitarte Sánchez. Financiado por el Ministerio de Educación y Ciencia en 2010.

Investigador adscrito al proyecto de investigación de excelencia *“Reformas estatutarias y desarrollo estatutario en el marco de la Unión Europea” (SEJ-4931)*, financiado por la Secretaría General de Universidades, Investigación y Tecnología de la Consejería de Economía, Innovación y Ciencia de la Junta de Andalucía, en 2010, y del que es investigador principal el Prof. Dr. Francisco Balaguer Callejón.

Investigador adscrito al proyecto de investigación de excelencia *“Estudio jurídico integral del fenómeno de la violencia en el ámbito de las relaciones familiares. Análisis de sus dimensiones interna (constitucional, civil y penal) e internacional” (SEJ-5842)*, financiado por la Secretaría General de Universidades, Investigación y Tecnología de la Consejería de Economía, Innovación y Ciencia de la Junta de Andalucía en 2010, y del que es investigadora principal la Profa. Dra. Elena Blanca Marín de Espinosa Ceballos.

Investigador adscrito al proyecto de investigación *“La dimensión constitucional del proceso de integración europea en el contexto de la globalización DER2013-42960-P)*, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad en 2013 y del que es investigador principal el Prof. Dr. Juan Francisco Sánchez Barrilao.

4. PUBLICACIONES

A. MONOGRAFIAS

- * Título: "Principio democrático y función regia en la Constitución normativa". (Prólogo de F. Balaguer).
Fecha: 1995.
Editorial: Tecnos, Madrid, 234 págs.
- * Titulo: "El conflicto en defensa de la autonomía local ante el Tribunal Constitucional". (Prólogo de P. Häberle).

- Fecha:** 2001.
Editorial: Cívitas, Madrid, 129 págs.
- * Título:** "Libertad religiosa, laicidad y cooperación con las confesiones en el Estado democrático de Derecho".
Fecha: 2006.
Editorial: Cívitas-Thomson, Madrid, 256 págs.
- *Título:** "Las reformas estatutarias y el nuevo sistema autonómico de fuentes del Derecho".
Fecha: 2007.
Editorial: Civitas-Thomson, Madrid, 216 págs.
- *Título:** "*Integraçãõ supranacional: dimensões da proteçãõ multinivel dos direitos e sistema de governo na União Europeia*". (Prólogo de P. R. Barbosa Ramos).
Fecha: 2015.
Editorial: Saraiva, São Paulo, 212 págs.

B. OBRAS COLECTIVAS (Dirección y Coordinación de Manuales):

- *Título:** "*Derecho y factor religioso*".
Fecha: 2011. Primera edición.
Editorial: Tecnos, Madrid. 256 págs.
- *Título:** "*Derecho de la libertad religiosa*".
Fecha: 2013. Segunda edición.
Editorial: Tecnos, Madrid, 278 págs.
- *Título:** "*Derecho de la libertad religiosa*".
Fecha: 2014. Tercera edición. Reimpresión en 2015.
Editorial: Tecnos, Madrid, 290 págs.

C. CAPITULOS DE LIBROS

*** Título:** “El acatamiento formal de la Constitución en la doctrina del Tribunal Constitucional”. En colaboración con M. Bonachela Mesas, en *VVAA, “XIII Jornadas de estudio. Los Derechos Fundamentales y las Libertades Públicas (II)”*, págs. 1677-1703.

Fecha: 1993.

Editorial: Ministerio de Justicia, Madrid

*** Título:** “Monarquía parlamentaria, función regia y poder de reserva de la Corona en la Constitución”, en *VVAA, “Estudios de Derecho Público. Homenaje a Juan José Ruiz-Rico (I)”*, págs. 194-209.

Fecha: 1997.

Editorial: Tecnos, Madrid.

*** Título:** “La potestad reglamentaria del Presidente del Gobierno: realidad y perspectivas”, en *M. A. García Herrera (ed.), “El constitucionalismo en la crisis del Estado social”*, págs. 417-433.

Fecha: 1997.

Editorial: Universidad del País Vasco. Bilbao.

*** Título:** “La posición constitucional de los entes locales. La oportunidad del Pacto local”, en *VVAA, “Modificaciones y panorama actual del régimen local en España”*, págs. 37-77.

Fecha: 2000.

Editorial: Centro de Estudios Municipales y de Cooperación Internacional, Granada.

*** Título:** “El principio de irresponsabilidad regia y el instituto del referendo. Apuntes para un estudio en claves histórica y jurídico-positiva”, en *A. Torres del Moral (dir.), “Monarquía y Constitución” (I)*, págs. 373-388.

Fecha: 2001.

Editorial: Colex. Madrid.

*** Título:** “Breve historia de la formación y evolución del Derecho constitucional, con particular referencia a su desarrollo en España”, en R. Morodo y P. de Vega (dirs.), *“Estudios de Teoría del Estado y Derecho constitucional en honor a Pablo Lucas Verdú” (II)*”, págs. 1247-1260.

Fecha: 2002.

Editorial: Universidad Complutense de Madrid-Universidad Autónoma Nacional de México.

*** Título:** “La Corona: naturaleza, sucesión, regencia y tutela”, en M. Aragón Reyes (coord.), *“Materiales para el estudio del Derecho. Derecho constitucional II”*,

Fecha: 2002.

Editorial: www.iustel.com

*** Título:** “Idea y valor de la Constitución”, en M. Aragón, J. Jiménez Campo, y J. J. Solozábal (eds.), *“La democracia constitucional. Estudios en homenaje al Prof. Francisco Rubio Llorente” (I)*, págs. 57-71

Fecha: 2002.

Editorial: Congreso de los Diputados, Tribunal Constitucional. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Boletín Oficial del Estado, Madrid.

*** Título:** “El régimen estatutario y legal de funciones del Gobierno andaluz, en relación con las restantes instituciones de autogobierno de la Comunidad Autónoma”, en F. Balaguer Callejón (coord.), *“El sistema de gobierno de la Comunidad Autónoma de Andalucía”*, págs. 109-132.

Fecha: 2003.

Editorial: Parlamento de Andalucía-Comares, Granada.

*** Título:** “El Tribunal Superior de Justicia de la Comunidad Autónoma de Andalucía”, en G. Cámara Villar (coord.), *“El Poder Judicial y la*

- Fecha:** 2003.
Editorial: Parlamento de Andalucía-Comares, Granada.
- * Título:** “Caracterización y garantía de los derechos de prestación en el Estado constitucional”, en F. Balaguer Callejón (coord.), *“Derecho constitucional y Cultura. Estudios en homenaje a Peter Häberle”*, págs. 659-673.
- Fecha:** 2004.
Editorial: Tecnos. Madrid.
- *Título:** “Régimen jurídico de los partidos políticos en la historia constitucional española”, en M^a. L. Balaguer Callejón (ed.), *“XXV aniversario de la Constitución española. Propuestas de reforma”*, págs. 335-351.
- Fecha:** 2004.
Editorial: Diputación Provincial. Málaga.
- * Título:** “La tutela constitucional del autogobierno local en España”, en G. Rolla (cur.), *“La difesa delle autonomie locali”*, págs. 107-146.
- Fecha:** 2005.
Editorial: Editrice Giuffré. Milano.
- * Título:** “El autogobierno local en el Estado autonómico: Perspectivas de reforma”, en J. M^a. Vidal Beltrán y M. A. García Herrera (coords.), *“El Estado autonómico: integración, solidaridad, diversidad”*. Volumen I. págs. 583-604.
- Fecha:** 2005.
Editorial: Instituto Nacional de Administración Pública/Colex. Madrid.
- *Título:** “La Monarquía parlamentaria”, en Y. Gómez Sánchez (ed.), *“XXV años de Monarquía parlamentaria en España”*, págs. 17-28.
- Fecha:** 2006.

- Editorial:** Sanz y Torres. Madrid.
- *Título:** “Los partidos políticos como instrumentos al servicio de la formación y manifestación de la voluntad popular”, en M. A. *García Herrera* (ed.), “*Constitución y Democracia. XXV años de Constitución democrática en España*”, Volumen I, págs. 425-432.
- Fecha:** 2006.
- Editorial:** Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. Madrid.
- *Título:** “Régimen local”, en F. *Balaguer Callejón* (ed.), “*Reformas estatutarias y distribución de competencias*”, págs. 219-236.
- Fecha:** 2007.
- Editorial:** Instituto Andaluz de Administración Pública. Sevilla.
- *Título:** “El mandato de interpretación, desarrollo y aplicación de los derechos, deberes y principios rectores conforme a la Constitución, el Derecho europeo y las normas internacionales”, en F. *Balaguer Callejón* (dir.), “*Reformas estatutarias y declaraciones de derechos*”, págs. 79-90.
- Fecha:** 2008.
- Editorial:** Instituto Andaluz de Administración Pública. Sevilla.
- *Título:** “La promoción de la convivencia social, cultural y religiosa, el respeto a la diversidad de creencias y convicciones y el fomento de las relaciones interculturales”, en F. *Balaguer Callejón* (dir.), “*Reformas estatutarias y declaraciones de derechos*”, págs. 461-477.
- Fecha:** 2008.
- Editorial:** Instituto Andaluz de Administración Pública. Sevilla.
- *Título:** “Disposición Transitoria Quinta”, en M. E. *Casas Bahamonde* y M. *Rodríguez-Piñero* y

- Fecha:** *Bravo-Ferrer (dirs.)*, “Comentarios a la Constitución española de 1978. XXX aniversario”, págs. 2835-2840.
Editorial: 2008.
Fundación Wolters Kluwer. Madrid.
- *Título:** “La reordenación estatutaria de los sistemas normativos autonómicos”, en VVAA, “Estudios sobre la Constitución española. Homenaje al Profesor Jordi Solé Tura”, Volumen II, págs. 1791-1803.
Fecha: 2008.
Editorial: Cortes Generales. Madrid.
- *Título:** “Las relaciones entre la Justicia Constitucional y el Legislador en Europa”, en VVAA, “Anais do III Congresso Internacional Revisitando o Direito Público. Relações entre os Poderes no Estado Contemporâneo”, págs. 78-100.
Fecha: 2009.
Editorial: Escola Superior de Advocacia Pública. Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (Brasil).
- *Título:** “De cómo se definen las Comunidades Autónomas. Identidades político-territoriales y derecho al autogobierno”, en F. Balaguer Callejón (dir.), “Reformas estatutarias y organización institucional”, págs. 47-59.
Fecha: 2010.
Editorial: Instituto Andaluz de Administración Pública. Sevilla.
- *Título:** “El Tribunal Superior de Justicia”, en F. Balaguer Callejón (dir.), “Reformas estatutarias y organización institucional”, págs. 323-333.
Fecha: 2010.
Editorial: Instituto Andaluz de Administración Pública. Sevilla.

- * Título:** “La libertad religiosa como derecho fundamental, en perspectiva estatal, internacional y europea”, en *J. M^a Porras Ramírez (coord.) “Derecho y factor religioso”*, págs. 19-59.
- Fecha:** 2011.
- Editorial:** Tecnos, Madrid.
-
- * Título:** “La libertad religiosa como principio supremo informador de la actuación de los poderes públicos en materia religiosa”, en *J. M^a Porras Ramírez (coord.) “Derecho y factor religioso”*, págs. 61-112.
- Fecha:** 2011.
- Editorial:** Tecnos, Madrid.
-
- * Título:** “Fuentes del Derecho”, en *F. Balaguer Callejón (coord.), “Manual de Derecho autonómico de Andalucía”*, págs. 133-145.
- Fecha:** 2011.
- Editorial:** Tecnos, Madrid.
-
- * Título:** “Integración europea y configuración institucional. La incidencia del Tratado de Lisboa”, en *P. R. Barbosa Ramos (org.), “Constituição e federalismo no mundo globalizado”*, págs. 48-81.
- Fecha:** 2011.
- Editorial:** Editora da Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
-
- * Título:** “La forma de gobierno de la Unión Europea: ¿un modelo en transición?”, en *VVAA, “Constitución y democracia. Ayer y hoy. Libro homenaje a Antonio Torres del Moral”, Volumen III*, págs. 3119-3156.
- Fecha:** 2012.
- Editorial:** Universitas. Madrid.
-
- * Título:** “Los Tribunales Superiores de Justicia en el Estado autonómico”, en *M. Gerpe Landín y M.*

Fecha: A. Cabellos Espiérrez (coords.), *“Poder Judicial y modelo de Estado”*, págs. 109-129. 2013.
Editorial: Atelier, Barcelona.

*** Título:** *“Reinforcement for the Position of Local Government in the New Statutes of Autonomy”*, en A. López Basaguren & L. Escajedo San Epifanio, (eds.), *“The Ways of Federalism in Western Countries and the Horizons of Territorial Autonomy in Spain”*, Vol. II, págs. 765-780.
Fecha: 2013.
Editorial: Springer, Berlin/Heidelberg.

Título: *“La territorialización del gobierno del Poder Judicial y el futuro incierto de los Consejos de Justicia autonómicos”*, en M. Gerpe Landín y M. A. Cabellos Espiérrez (ed.), *“El gobierno del Poder Judicial en el Estado autonómico. Evolución y perspectivas de reforma”*, págs. 137-152.
Fecha: 2013.
Editorial: Marcial Pons, Madrid.

*** Título:** *“La libertad religiosa como derecho fundamental, en perspectiva estatal, internacional y europea”*, en J. M^a Porras Ramírez (coord.) *“Derecho de la Libertad Religiosa”*, págs. 19-62.
Fecha: 2013.
Editorial: Tecnos, Madrid.

*** Título:** *“La libertad religiosa como principio supremo informador de la actuación de los poderes públicos en materia religiosa”*, en J. M^a Porras Ramírez (coord.) *“Derecho de la Libertad Religiosa”*, págs. 63-113.
Fecha: 2013.
Editorial: Tecnos, Madrid.

- * Título:** “Article 10: representative democracy”, en *H. J. Blanke and S. Mangiameli (eds.), “The Treaty on European Union (TEU). A Commentary”*, págs. 417-447.
- Fecha:** 2013.
- Editorial:** Springer, Berlin/Heidelberg.
-
- * Título:** “El reto constitucional de la Unión Europea en un contexto de crisis económica y financiera”, en *F. Balaguer Callejón y E. Arana García (Eds.), “Libro homenaje al Profesor Rafael Barranco Vela”*, Volumen I, págs. 557-582.
- Fecha:** 2014.
- Editorial:** Thomson Reuters-Aranzadi, Madrid.
-
- * Título:** “La libertad religiosa como derecho fundamental, en perspectiva estatal, internacional y europea”, en *J. M^a Porras Ramírez (coord.) “Derecho de la Libertad Religiosa”*, págs. 19-63.
- Fecha:** 2014.
- Editorial:** Tecnos, Madrid.
-
- * Título:** “La libertad religiosa como principio supremo informador de la actuación de los poderes públicos en materia religiosa”, en *J. M^a Porras Ramírez (coord.) “Derecho de la Libertad Religiosa”*, págs. 65-116.
- Fecha:** 2014.
- Editorial:** Tecnos, Madrid.
-
- * Título:** “La Unión Europea como comunidad política supraestatal y como desafío constitucional”, en *V. La Rosa & M. Tomarchio (ed.), “Sicilia/Europa. Culture in dialogo, memoria operante, processi formativi”*, págs. 219-241.
- Fecha:** 2014.
- Editorial:** Aracne, Roma.
-
- * Título:** “Los límites a la transparencia en la Unión Europea. El menguado alcance del derecho de los ciudadanos a acceder a la

información en poder de las instituciones europeas”, en V. Pereira da Silva & F. Balaguer Callejón (coords.), “O constitucionalismo do sec. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global”, págs. 189-216.

Fecha: 2015.
Editorial: Universidade de Lisboa, Lisboa.

* Título: “El nuevo estatuto legal de los partidos políticos europeos y la progresiva formación de un sistema de partidos en el marco de la Unión”, en M. A. García Herrera, J. Asensi Sabater y F. Balaguer Callejón (coords.), “Constitucionalismo crítico. Liber amicorum Carlos de Cabo Martín”, págs. 1189-1212.

Fecha: 2015.
Editorial: Tirant lo Blanch, Valencia.

D. ARTÍCULOS EN REVISTAS:

* Título: “La jurisprudencia del Tribunal Constitucional (1981-1989): un intento de sistematización”, en colaboración con J. A. Montilla Martos.
Revista: Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada, núm. 15, 1990.
Fecha: 1990.
Núm. págs.: 207-231.

* Título: “Fundamento, naturaleza, extensión y límites de la potestad reglamentaria del Consejo General del Poder Judicial”.
Revista: Revista de Estudios Políticos, núm. 87.
Fecha: 1995.
Núm. págs.: 239-257.

* Título: “Función de dirección política y potestad reglamentaria del Presidente del Gobierno”.

- Revista:** Revista de Administración Pública, núm. 146.
Fecha: 1998.
Núm. págs.: 337-356.
- * Título:** *“El conflicto en defensa de la autonomía local ante el Tribunal Constitucional”.*
Revista: Revista Española de Derecho Administrativo, núm. 107.
Fecha: 2000.
Núm. págs.: 373-387.
- * Título:** *“La defensa frente a leyes de la autonomía local ante el Tribunal Constitucional español”.*
Revista: Boletín Mexicano de Derecho Comparado, núm. 99.
Fecha: 2000.
Núm. págs.: 1173-1208.
- * Título:** *“Der Bereich der Regierung in der spanischen Verfassungsordnung”.*
Revista: Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Band 50.
Fecha: 2002.
Núm. págs.: 389-413.
- * Título:** *“Comentarios acerca del estatus constitucional de los partidos políticos y de su desarrollo en la Ley Orgánica 6/2002”.*
Revista: Revista de las Cortes Generales, núm. 57.
Fecha: 2002.
Núm. págs.: 7-35.
- * Título:** *“Unidad jurisdiccional y autonomía política. La posición constitucional de los Tribunales Superiores de Justicia”.*
Revista: Revista Española de Derecho Constitucional, núm. 67.
Fecha: 2003.
Núm. págs.: 69-87.

*** Título:** *“Acerca del empleo de la Ley de Bases de Régimen Local como canon de constitucionalidad. Comentario a la STC 159/2001, de 5 de julio”.*
Revista: Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada, núm. 6.
Fecha: 2003.
Núm. págs.: 275-280.

*** Título:** *“XXV aniversario de la Constitución democrática”.*
Revista: Revista del Ilustre Colegio de Abogados de Granada, núm. 3.
Fecha: 2004.
Núm. págs.: 36-38.

***Título:** *“El autogobierno local en el Estado autonómico. Premisas para una reforma necesaria”.*
Revista: Revista Española de Derecho Constitucional, núm. 75.
Fecha: 2005.
Núm. págs. 211-237.

***Título:** *“La garantía de la libertad de pensamiento, conciencia y religión en el Tratado Constitucional Europeo”.*
Revista: Revista de Derecho Constitucional Europeo, núm. 4.
Fecha: 2005.
Núm. págs. 255-276.

***Título:** *“Las Ciudades Autónomas de Ceuta y Melilla y el conflicto en defensa de la autonomía local. A propósito de la STC 240/2006, de 20 de julio”.*
Revista: Revista de Derecho Político, núm. 68.
Fecha: 2007.
Núm. págs. 77-103.

- *Título:** *“Laicidad y multiculturalismo, con especial referencia a la problemática suscitada en el ámbito educativo”.*
- Revista:** Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada, núm. 11.
- Fecha:** 2008.
- Núm. págs.** 117-137.
-
- *Título:** *“La Justicia en los Estatutos de Autonomía de segunda generación”.*
- Revista:** Teoría y Realidad Constitucional, núm. 24.
- Fecha:** 2009.
- Núm. págs.** 265-292.
-
- *Título:** *“Las relaciones Iglesia-Estado en el XXX aniversario de la Constitución española de 1978”.*
- Revista:** Boletín Mexicano de Derecho Comparado, núm. 127.
- Fecha:** 2010.
- Núm. págs.** 209-228.
-
- *Título:** *“Corrupción política y Derecho público”, en colaboración con J. M^a Bilbao Ubillos, José Cerezo Mir, Valentín Cortés Domínguez, Pablo Lucas Murillo de la Cueva y Ángel Rodríguez-Vergara Díaz.*
- Revista:** Teoría y Realidad Constitucional, núm. 25.
- Fecha:** 2010.
- Núm. págs.** 13-55.
-
- *Título:** *“Las relaciones entre la Justicia constitucional y el Legislador en Europa”.*
- Revista:** Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça, núm. 11.
- Fecha:** 2010.
- Núm. págs.** 110-122.
-
- *Título:** *“La garantía del sedicente derecho constitucional a la protección de la salud”*
- Revista:** Revista Brasileira AJURIS, núm. 10.
- Fecha:** 2010.

Núm. págs. 54-70.

*** Título:** *“El Poder Judicial en Cataluña, según el Estatut y el Tribunal Constitucional. Limitaciones y posibilidades de desarrollo de un modelo”*,

Revista: Revista d’Estudis Autònòmics i Federals, nº 12 extraordinario.

Fecha: 2011.

Núm. págs.: 331-362.

*** Título:** *“Die Institution der politischen Parteien im Königreich Spanien”*,

Revista: Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Band 59.

Fecha: 2011.

Núm. págs.: 565-602.

*** Título:** *“Aplicación práctica del concepto de autoridad a las actuaciones que desarrollan las Fuerzas Armadas en el interior”*,

Revista: Ejército, nº 846.

Fecha: 2011.

Núm. págs.: 44-53.

*** Título:** *“Diversidad religioso-cultural, laicidad y educación: la experiencia española”*,

Revista: Revista do Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão (Brasil), Anno 1, Vol. 1.

Fecha: 2011.

Núm. págs.: 47-62.

*** Título:** *“Die Gedanken-, Gewissens-, und Religionsfreiheit in der Charta der Grundrechte der Europäischen Union”*,

Revista: Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart, Band 60.

Fecha: 2012.

Núm. págs.: 69-75.

*** Título:** *“Mandato de neutralidad de las instituciones públicas y simbología religiosa”*,
Revista: Revista Española de Derecho Constitucional, nº. 94
Fecha: 2012.
Núm. págs.: 335-354.

*** Título:** *“La arquitectura institucional de la Unión Europea. Consideraciones críticas tras la reforma del Tratado de Lisboa”*.
Revista: Revista de Estudios Políticos, nº. 156
Fecha: 2012.
Núm. págs.: 125-166.

*** Título:** *“La protección de los derechos en el ámbito de la Unión Europea”*.
Revista: Revista do Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão (Brasil), Anno 2, Vol. 1.
Fecha: 2012.
Núm. págs.: 77-93.

*** Título:** *“La federación imposible. El proyecto constitucional americano en las Cortes de Cádiz”*.
Revista: Estudios Constitucionales. Revista del Centro de Estudios Constitucionales de Chile, Año 11, nº.1, primer semestre.
Fecha: 2013.
Núm. págs.: 15-36.

*** Título:** *“América en Cádiz. Las perspectivas de un acuerdo constitucional bihemisférico”*.
Revista: Revista Española de la Función Consultiva, nº. 19
Fecha: 2013.
Núm. págs.: 469-487.

*** Título:** *“El reto constitucional de la Unión Europea en un contexto de crisis económica y financiera”*.
Revista: Revista Direitos Fundamentais e Justiça, nº. 25.
Fecha: 2013.

Núm. págs.: 15-37.

*** Título:** *“El reto constitucional de la Unión Europea en un contexto de crisis económica y financiera”.*

Revista: Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº. 21.

Fecha: 2014.

Núm. págs.: 195-219.

*** Título:** *“El reto constitucional de la Unión Europea en un contexto de crisis económica y financiera”.*

Revista: Revista elettronica del Centro di Documentazione Europea dell’Università Kore di Enna.

Fecha: 2014.

Núm. págs.: 1-27.

*** Título:** *“Los límites a la transparencia. El menguado alcance del derecho de los ciudadanos a acceder a la información en poder de las instituciones europeas”.*

Revista: Teoría y Realidad Constitucional, nº 33.

Fecha: 2014.

Núm. págs.: 283-303.

*** Título:** *“Partidos y sistema de partidos a escala europea: de la frustración a la esperanza”.*

Revista: La Cittadinanza Europea, Año XI, nº 2.

Fecha: 2014.

Núm. págs.: 5-26.

E. RECENSIONES:

Recensión a la monografía de M^a. D. Cabello Fernández, “El conflicto en defensa de la autonomía local ante el Tribunal Constitucional”, Madrid, Civitas, 2003. En Cuadernos de Gestión Pública Local (ISEL), 2004, págs, 142-145.

Recensión a la monografía de G. Rollnert Liern, “El arbitraje y moderación regios en la Constitución española”, Valencia, Ed. de la Universitat, 2006. En Revista Valenciana d’Estudis Autònomics, nºs. 47-48, 2006, págs. 321-324.

Recensión a la monografía de Paulo Roberto Barbosa Ramos, “Federalismo e descentralização territorial em perspectiva comparada. Os sistemas do Brasil e da Espanha”, Porto Alegre, Sergio Antonio Frabris, 2012. En Revista de Derecho Constitucional Europeo, nº 17, 2012, págs. 761-765; en Revista do Curso de Direito. Universidade Federal do Maranhão (Brasil), Anno, II, Volume I, 2012, págs. 390-394; y en Revista Española de Derecho Constitucional, nº 97, 2013, págs. 427-430.

F. TRADUCCIONES:

- Traducción del alemán del texto “Verfassungsrecht und Kultur”, como “Derecho constitucional y Cultura. Reseña del congreso internacional en homenaje al Prof. Dr. Dr. h. c. mult. Peter Häberle”, escrita por M. Kotzur, y publicada en la Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada, núm. 3, tercera época, 2000, págs. 548 y ss.

- Traducción del italiano del capítulo de libro del que es autora E. Ceccherini, “Meccanismi istituzionali di garanzia delle identità culturale” como “Mecanismos institucionales de garantía de las identidades culturales”, publicado en la obra coordinada por F. Balaguer Callejón, “Derecho constitucional y Cultura. Estudios en homenaje a Peter Häberle”, Madrid, Tecnos, 2004, págs. 349-368.

5. DESARROLLO DE ESTANCIAS DE INVESTIGACIÓN O DOCENCIA EN CENTROS ACADÉMICOS DE RECONOCIDO PRESTIGIO INTERNACIONAL:

- Estancia investigadora en el Dipartimento di Diritto publico de la Università degli Studi di Firenze (Italia), durante el mes de diciembre de 1990, bajo la dirección de los Profs. U. di Siervo y P. Caretti, y en el Dipartimento di Diritto comparato de la Università degli Studi di Pisa (Italia), bajo la dirección del Prof. Paolo Carrozza.

- Estancia como investigador invitado en la Cátedra de Derecho Público, Filosofía del Derecho y Derecho Europeo de la Universidad de Bayreuth (Alemania), dirigida por el Prof. Dr. Dr. mult. h. c. Peter Häberle, con una ayuda del Plan Propio de la Universidad de Granada para estancias de investigación de profesores en centros extranjeros en 1997, durante cuatro meses (abril, mayo, junio y julio) de 1997.

- Estancia como investigador invitado en la Cátedra de Derecho Público, Filosofía del Derecho y Derecho Europeo de la Universidad de Bayreuth (Alemania), dirigida por el Prof. Dr. Dr. mult. h. c. Peter Häberle, con una ayuda del Plan Propio de la Universidad de Granada para estancias de investigación de profesores en centros extranjeros en 2000, durante tres meses (mayo, junio y julio) de 2000.

- Estancia investigadora en el Servicio de Estudios de la Corte Constitucional italiana, dirigida por el Prof. P. Ridola, con una ayuda del Plan Propio de la Universidad de Granada para estancias de investigación de profesores en centros extranjeros en 2002. Roma, junio y julio de 2002.

- Profesor invitado, en desarrollo de actividades docentes, en las Universidades de Regensburg (Alemania) y Siena (Italia), de acuerdo con el programa Erasmus-Sócrates de la Unión Europea, durante el mes de julio de 2002.

6. COMUNICACIONES Y PONENCIAS PRESENTADAS A CONGRESOS

* **Título:** *“El acatamiento formal de la Constitución en la doctrina del Tribunal Constitucional”.*
Lugar: “XIII Jornadas de estudio sobre los Derechos Fundamentales y las Libertades Públicas (II)”.
Organización: Dirección General del Servicio Jurídico del Estado. Ministerio de Justicia.
Fecha: Madrid, 27 a 31 de mayo de 1991.
Tipo de participación: Comunicación.
Carácter: Nacional.

* **Título:** *“Función de gobierno y competencias de dirección y coordinación presidenciales en el Estado social de derecho”.*
Lugar: Congreso: “El constitucionalismo en la crisis del Estado social”.
Organización: Departamento de Derecho Constitucional e Historia de la Teoría Política. Universidad del País Vasco.
Fecha: Oñate (Guipúzcoa) y Bilbao (Vizcaya), 27 a 29 de marzo de 1996.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

* **Título:** *“El pacto local y la reforma de la legislación de régimen local”.*
Lugar: “XIV Congreso de la Asociación española de Derecho Constitucional”.
Organización: Asociación española de Derecho Constitucional.
Fecha: Alicante, 10 a 12 de abril de 1999.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

* **Título:** *“Las aportaciones de Peter Häberle a la tutela judicial efectiva de los derechos de prestación en el Estado Social”.*
Lugar: Congreso: “Derecho Constitucional y Cultura. Homenaje al Prof. Peter Häberle”.

Organización: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía y Departamento de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada.
Fecha: Granada, 22 y 23 de junio de 1999.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

***Título:** *“Las funciones del Gobierno andaluz”*.
Lugar: “Jornadas sobre el XX aniversario del Estatuto de Autonomía de Andalucía. El sistema de gobierno”.
Organización: Parlamento de Andalucía.
Fecha: Granada, 8 y 9 de noviembre de 2001.
Tipo de participación: Comunicación.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“El Tribunal Superior de Justicia de Andalucía”*.
Lugar: “Jornadas de Estudio XX Aniversario del Estatuto de Autonomía para Andalucía, el Poder Judicial y la Comunidad Autónoma de Andalucía”.
Organización: Parlamento de Andalucía.
Fecha: Granada, 21 y 22 de enero de 2002.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

***Título:** *“La protección de los intereses colectivos y difusos en el sistema de garantías constitucional”*.
Lugar: Congreso: “XXV aniversario de la Constitución española de 1978”.
Organización: Universidad de Málaga.
Fecha: Málaga, 16 y 17 de octubre de 2003.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional

Título: *“Los partidos políticos como instrumento al servicio de la formación y expresión de la voluntad popular”*.
Lugar: Congreso: “Constitución y democracia. Veinticinco años de Constitución democrática en España”.

Organización: Universidad del País Vasco.
Fecha: Bilbao, 19 a 21 de noviembre de 2003.
Tipo de participación: Comunicación.
Carácter: Internacional.

Título: *“El conflicto en defensa de la autonomía local ante el Tribunal Constitucional”*.
Lugar: “IV Jornadas de Derecho Constitucional: Constitución y Gobierno local”.
Organización: Universidad de La Coruña.
Fecha: La Coruña, 29 y 30 de enero de 2004.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

Título: *“La Monarquía parlamentaria”*.
Lugar: Congreso: “XXV años de Monarquía parlamentaria en España”.
Organización: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Consejería de Presidencia de la Generalitat Valenciana, Universidad de Valencia y Universidad Nacional de Educación a Distancia.
Fecha: Valencia, 8, 9 y 10 de marzo de 2004.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

***Título:** *“La autonomía local en el Estado autonómico: perspectivas de reforma”*.
Lugar: Congreso internacional: “El Estado autonómico, integración, solidaridad, diversidad. 25 Aniversario del Estatuto de Autonomía del País Vasco”.
Organización: Universidad del País Vasco. Departamento de Derecho Constitucional e historia de la Teoría Política.
Fecha: Bilbao, 24, 25 y 26 de noviembre de 2004.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

*** Título:** *“El tratamiento de la autonomía regional en el Tratado Constitucional Europeo”*.
Lugar: Jornadas Intercontinentales sobre la Constitución en la Unión Europea y sus

implicaciones para las entidades sub-estatales. Constitución europea y Constitución interna: perspectivas desde las Comunidades Autónomas y desde los Estados de estructura compleja.

Organización: Escuela Gallega de Administración Pública.
Fecha: Santiago de Compostela, 17 y 18 de febrero de 2005.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

*** Título:** *“El autogobierno local en el Estado Autonómico. Premisas para una reforma necesaria”.*

Lugar: Seminario de Derecho Constitucional Local.
Organización: Instituto Andaluz de Administración Pública. Conserjería de Justicia y Administración Pública.
Fecha: Sevilla, del 16 al 20 de mayo de 2005.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“Derechos y obligaciones de las personas en situación de dependencia”.*

Lugar: Curso: “La Ley de Dependencia en el Estado social de Derecho”.

Organización: VIII edición de los Cursos Internacionales de Verano de la Universidad de Extremadura.
Fecha: Mérida (Badajoz), del 16 al 19 de julio de 2007.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“Estatutos de Autonomía y derechos”.*

Lugar: Jornadas “España en Europa: XXX aniversario de la Constitución española”.

Organización: Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Constitucional y Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)
Fecha: Madrid, 6 y 7 de noviembre de 2008.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“Relaciones Iglesia-Estado”*.
Lugar: Jornadas “Sobre luces y sombras de la democracia española. Jornadas en conmemoración del 30 aniversario de la Constitución española de 1978”.
Organización: Cátedra Fernando de los Ríos. Secretariado de Extensión Universitaria de la Universidad de Granada.
Fecha: Granada, 3 y 4 de diciembre de 2008.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“Los principios generales del Derecho público europeo”*.
Lugar: “La construcción del Derecho Constitucional Europeo. Congreso Internacional en Homenaje a Peter Häberle, con motivo de su 75 aniversario”.
Organización: Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo.
Fecha: Granada, 14 y 15 de mayo de 2009.
Tipo de participación: Comunicación.
Carácter: Internacional.

*** Título:** *“Constitución y Crisis en el Derecho comparado”*.
Lugar: “XII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional”
Organización: Instituto Brasiliense de Direito Público-IDP.
Fecha: Brasilia D.F., (Brasil), 17 de septiembre de 2009.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

*** Título:** *“Relaciones entre el Poder Legislativo y el Poder Judicial”*.
Lugar: “III Congreso Internacional Revisitando o Direito Público. Relações entre os Poderes no Estado contemporâneo”.
Organización: Escola Superior de Advocacia Pública-Procuradoria Geral do Estado de Rio Grande do Sul.
Fecha: Porto Alegre (Brasil), 18 de septiembre de 2009.

Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

*** Título:** *“El derecho a la protección de la salud”.*
Lugar: “VIII Seminário Internacional de Direitos Fundamentais. Socioambientalismo e Directo à Saúde”.
Organización: Escola Superior da Magistratura-Escola Superior de Advocacia Pública-Ministerio Público de Rio Grande do Sul-Pontificia Universidade Católica de Rio Grande do Sul.
Fecha: Porto Alegre (Brasil), 19 de septiembre de 2009.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

*** Título:** *“La forma de gobierno de la Unión Europea. La aportación del Tratado de Lisboa”.*
Lugar: Jornadas “España en Europa: la Presidencia española de 2010”.
Organización: Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo-Secretaría de Estado para la Unión Europea-Universidad Nacional de Educación a Distancia.
Fecha: Madrid, 12 de noviembre de 2009.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“El sistema de gobierno de la Comunidad Autónoma de Andalucía”.*
Lugar: “Jornada sobre el Estatuto de Autonomía de Andalucía”.
Organización: Instituto Andaluz de Administración Pública. Consejería de Justicia y Administración de la Junta de Andalucía.
Fecha: Granada, 26 de noviembre de 2009.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** *“Funciones de las Fuerzas Armadas en el interior. El modelo de Italia”.*
Lugar: Jornadas MADOC-Universidad de Granada.
“Funciones de las Fuerzas Armadas en el

interior. Versatilidad y apertura en el contexto de las nuevas necesidades de la sociedad española”.

Organización: MADOC (Ministerio de Defensa) y Universidad de Granada.

Fecha: Granada, 26 de noviembre de 2009.

Tipo de participación: Ponencia.

Carácter: Nacional.

*** Título:** *“El papel de los Tribunales Superiores de Justicia y su relación con el Tribunal Supremo”.*

Lugar: Jornadas “Poder Judicial i Comunitats Autòmes: de les reformes estatutàries a la de la LOPJ”.

Organización: Proyecto de investigación del Ministerio de Educación SEJ 2005-07644, con la colaboración de la Cátedra de Cultura Jurídica de la Universitat de Girona.

Fecha: Girona, 4 de diciembre de 2009.

Tipo de participación: Ponencia.

Carácter: Nacional.

*** Título:** *“El concepto de autoridad y su aplicación práctica a las actuaciones que desarrollan las Fuerzas Armadas en el interior”.*

Lugar: Jornadas MADOC-Universidad de Granada. “Funciones de las Fuerzas Armadas en el interior. Versatilidad y apertura en el contexto de las nuevas necesidades de la sociedad española”.

Organización: MADOC (Ministerio de Defensa) y Universidad de Granada.

Fecha: Granada, 16 de octubre de 2010.

Tipo de participación: Ponencia.

Carácter: Nacional.

*** Título:** *“El impacto del Tratado de Lisboa en la forma de gobierno de la Unión Europea”.*

Lugar: VII Jornadas sobre la Constitución Europea

Organización: Cátedra Jean Monnet de Derecho Constitucional Europeo, Cátedra Jean Monnet “ad personam” de Derecho Constitucional Europeo y Globalización, Proyecto de

Investigación DER 2010-19863 “Los derechos fundamentales en el contexto de un mercado único”

Fecha: Granada, 15 de marzo de 2011.

Tipo de participación: *Ponencia.*

Carácter: *Internacional.*

* Título: “*Position Reinforcement of the Local Governments by the New Statutes of Autonomy*”.

Lugar: “*International Conference ‘The Ways of Federalism and the horizons of the Spanish State of Autonomies’*”.

Organización: University of the Basque Country (Spain).

Fecha: Bilbao, 19-21 octubre de 2011.

Tipo de participación: *Comunicación.*

Carácter: *Internacional.*

* Título: “*Integración europea y configuración institucional. La incidencia del Tratado de Lisboa*”

Lugar: “*4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e 1º Congresso Internacional de Direito Constitucional em São Luís: ‘Constituição e federalismo no mundo globalizado’*”.

Organización: Universidade Federal do Maranhao (Brasil).

Fecha: São Luís, 16, 17 y 18 de noviembre de 2011.

Tipo de participación: *Ponencia.*

Carácter: *Internacional.*

* Título: “*Integración supranacional e Federalismo na União Européia. Singularidade e Contradições de su Forma de Governo*”.

Lugar: Seminario “*Sistemas Federativos e Globalização*”.

Organización: Instituto Brasiliense de Direito Publico (IDP).

Fecha: Brasilia, 21 de noviembre de 2011.

Tipo de participación: *Ponencia.*

Carácter: *Internacional.*

- * Título:** *“Integração europeia e organização institucional: o papel da integração europeia na realização dos direitos fundamentais”.*
- Lugar:** Seminario “O novo Direito administrativo e os directos fundamentais: reflexões sobre os desafios da Comunidade Européia na atualidade”.
- Organización:** Escola de Directo do Brasil (EDB) y Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).
- Fecha:** São Paulo, 22 de noviembre de 2011.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Internacional.*
-
- * Título:** *“Incidência da crise econômica européia no Direito Constitucional”.*
- Lugar:** Seminario “Temas, problemas e tendências do Directo Constitucional Contemporâneo”. Curso de Pós-Graduação em Directo da Universidade de São Paulo.
- Organización:** Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- Fecha:** São Paulo, 23 de noviembre de 2011.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Internacional.*
-
- * Título:** *“Il Diritto Costituzionale Europeo nel contesto della globalizzazione”.*
- Lugar:** Congreso Internacional: *“Linee tematiche di sviluppo del Diritto Costituzionale Europeo”.*
- Organización:** Università di Catania, Italia.
- Fecha:** Catania, 29-30 de noviembre de 2011.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Internacional.*
-
- * Título:** *“Cádiz o el fracaso del proyecto americano de creación de una confederación hispánica de ambos hemisferios”.*
- Lugar:** Curso de Verano: *“La Constitución de Cádiz de 1812”.*
- Organización:** Universidad de Málaga.
- Fecha:** Málaga, 10 de julio de 2012.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Nacional.*

* **Título:** *“El constitucionalismo liberal”.*
Lugar: Curso de Verano: *“La Constitución de Cádiz de 1812”.*
Organización: Universidad de Málaga.
Fecha: Málaga, 10 de julio de 2012.
Tipo de participación: *Mesa Redonda.*
Carácter: *Nacional.*

* **Título:** *“América en Cádiz”.*
Lugar: Congreso internacional: *“Luces y sombras del primer constitucionalismo español: las Españas de 1812”.*
Organización: Universidad de Valencia.
Fecha: Valencia, 3 de octubre de 2012.
Tipo de participación: *Ponencia.*
Carácter: *Internacional.*

* **Título:** *“Teoría general de las fuentes del Derecho”.*
Lugar: Congreso nacional: *“Constitucionalismo crítico”.*
Organización: Universidad de Granada.
Fecha: Granada, 18 de octubre de 2012.
Tipo de participación: *Ponencia.*
Carácter: *Nacional.*

* **Título:** *“La protección de los derechos en el ámbito de la Unión Europea”.*
Lugar: Congreso internacional: *“Institucionales nacionales y supranacionales del sistema de justicia”.*
Organización: Universidad Federal de Maranhão (Brasil).
Fecha: São Luis de Maranhão, 25 de octubre de 2012.
Tipo de participación: *Ponencia.*
Carácter: *Internacional.*

* **Título:** *“Utilidad y perspectivas de los consejos de justicia previstos en los Estatutos de Autonomía tras la STC 31/2010”.*
Lugar: Congreso: *“El gobierno del Poder Judicial en el Estado autonómico”.*
Organización: Escuela Judicial.
Fecha: Barcelona, 27 de noviembre de 2012.
Tipo de participación: *Ponencia.*

- Carácter:** *Nacional.*
- * Título:** *“Europa como comunidad política supraestatal y como desafío constitucional”.*
- Lugar:** Congreso internacional: *“Sicilia/Europa: cultura in dialogo, memoria operante, processi formativi”.*
- Organización:** Centro Studi Paolo Borsellino/European Parliament/Regione Siciliana/Città di Palermo/Dottorato di ricerca in Studi linguistici e di educazione interculturale.
- Fecha:** Palermo (Sicilia), 19 de enero de 2013.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Internacional.*
-
- * Título:** *“El déficit democrático de la Unión en un contexto de crisis económica y financiera”.*
- Lugar:** Congreso internacional: *“Oltre il déficit democratico : il diritto di voto fra democrazia partecipativa e democrazia rappresentativa”.*
- Organización:** Università degli Studi di Enna “Kore”
- Fecha:** Enna (Sicilia), 1 de abril de 2014.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Internacional.*
-
- * Título:** *“La exigencia democrática de apertura y déficit democrático de la Unión en un contexto de crisis económica y financiera”.*
- Lugar:** Congreso internacional: *“O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global. Congresso em honra de Peter Häberle por ocasião do seu 80º aniversário”.*
- Organización:** Universidade de Lisboa. Faculdade de Direito.
- Fecha:** Lisboa (Portugal), 13 de mayo de 2014.
- Tipo de participación:** *Ponencia.*
- Carácter:** *Internacional.*
-
- * Título:** *“Conflictos constitucionales y en defensa de la autonomía local”.*
- Lugar:** *Jornadas sobre Justicia Constitucional.*
- Organización:** Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de Granada.

Fecha: Granada, 16 de abril de 2015.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Nacional.

*** Título:** “Il graduale emergere di un sistema partitico europeo”.
Lugar: Congreso Internacional “Parlamenti nazionali e Unione Europea nella governance multilivello”.
Organización: Dipartimento di Scienze Politiche (La Sapienza, Università di Roma e Camera dei Deputati della Repubblica Italiana).
Fecha: Roma, 12 y 13 de mayo de 2015.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

*** Título:** “La exigencia democrática de buen gobierno en el constitucionalismo multinivel: apertura, transparencia y participación ciudadana en el ejercicio del poder público”.
Lugar: IV Congreso Internacional sobre la Unión Europea: nuevos problemas, nuevas soluciones”.
Organización: Master of European Law (UNED) y European Integration and Globalization Centre of Excellence (Universidad de Granada).
Fecha: Bruselas, 24 y 25 de septiembre de 2015.
Tipo de participación: Ponencia.
Carácter: Internacional.

7. TESIS DOCTORALES DIRIGIDAS

En curso de realización por parte del Lcdo. D. Fulgencio Parra Rojas: “Las nuevas misiones de las Fuerzas Armadas en apoyo de la seguridad interior”.

8. MIEMBRO DE CONSEJOS EDITORIALES DE REVISTAS CIENTÍFICAS

Miembro del Consejo Editorial Internacional de la Revista de Derecho Constitucional Europeo desde 2004.

Miembro del Consejo Editorial Internacional de la Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça desde 2010.

Miembro del Consejo Editorial Internacional de la Revista Brasileira AJURIS desde 2010.

Miembro del Consejo Editorial Internacional de la Revista do Curso de Direito de la Universidade Federal do Maranhão (Brasil), desde 2012.

Miembro del Consejo Editorial de la Revista electrónica Koreuropa de Estudios Europeos (Italia), de 2014.

9. EXPERTO EVALUADOR DE REVISTAS CIENTÍFICAS

Revista Española de Derecho Constitucional.

Revista de Estudios Políticos.

Revista de Derecho Político.

Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Andina del Cusco (Perú)

European Law Journal

Granada, 28 de septiembre de 2015.

AS TENSIONES SECESIONISTAS NO FEDERALISMO ACTUAL: ESPECIAL REFERENCIA AO PROCESO SOBERANISTA CATALÁN

Vicente A. Sanjurjo Rivo. Prof. Dr. de Dereito Constitucional da Universidade de Santiago de Compostela.

Duración: 10 horas.

Idioma: español.

OBXECTIVOS DO CURSO:

Este curso pretende ofrecer unha formación básica con relación ao federalismo como forma de organización política. Na primeira parte do curso se abordarán as cuestións relacionadas coa teoría xeral do federalismo e mesmo tamén con aspectos históricos relativos á súa orixe e evolución posterior.

Baixo a forma federal se organizan unha grande diversidade de países que, a súa vez, gardan moitas diferenzas entre si dende o punto de vista demográfico, social, económico, cultural, xeopolítico ou de extensión territorial. Sen perder de vista esa gran heteroxeneidade dos países que se organizan de xeito federal, se analizan os elementos comúns a todos eles de orde institucional e funcional e as súas variantes, que a súa vez definen ao federalismo e ás súas distintas modalidades.

Dende o punto de vista metodolóxico, se analizarán ao longo do curso o modo en que eses distintos elementos teóricos e as súas distintas particularidades se plasman no funcionamento dos países que se organizan de xeito federal. Ao respecto, e ante a imposibilidade de abranguer todos os países de corte federal, se reducirá o campo de análise, e por razóns que se xustificarán ao longo do curso, a un grupo de países, sinaladamente, Estados Unidos, Australia, Brasil, México, Alemaña, Bélxica e España.

A globalización leva aparellada a formación e consolidación de organizacións de ámbito supraestatal que pretenden dar resposta aos novos retos que aquela presenta. Aínda que na súa orixe respondeu a outro tipo de necesidades, se analizará a Unión Europea como forma de organización federal difusa, e os problemas de integración que comporta para os países membros que comparten estruturas de tipo federal.

A pesar da súa expansión e do seu éxito como forma de organización política, o federalismo non está exento de riscos. Se estudarán algúns dos máis significativos, e entre eles e de forma moi sinalada, os desafíos nacionalistas á unidade federal. Neste senso, se fará unha pormenorizada análise do caso de Cataluña e o denominado problema catalán.

TEMARIO

I.- Teoría constitucional do federalismo

- 1.- A natureza do Estado federal
- 2.- Estado federal, confederación de Estados e Estado rexional
- 3.- A diversidade de Estados federais

II.- Orixe e expansión do federalismo

- 1.- A experiencia fundadora: os Estados Unidos de Norteamérica
- 2.- O federalismo unificador
- 3.- O federalismo descentralizador

III.- O Estado autonómico español: ¿unha modalidade de Estado federal?

- 1.- A construción do Estado autonómico español
- 2.- O Estado autonómico e os nacionalismos periféricos
- 3.- En particular, o caso catalán: o proceso soberanista
 - 3.1.- Antecedentes
 - 3.2.- A "consulta"
 - a) O proceso previo á "consulta"
 - b) ¿Constitucionalidade da eventual celebración dun referendo consultivo?
 - c) Celebración da "consulta", 9 de novembro de 2014
 - i) SSTC sobre o "proceso participativo"
 - i') STC 31/2015, de 25 de febreiro
 - i'') STC 32/2015, de 25 de febreiro
 - i''') STC 138/2015, de 11 de xuño
 - 3.3.- O proceso soberanista tras as eleccións do 27 de setembro de 2015
 - a) Declaración de inicio do proceso de independencia aprobada polo Parlamento de Cataluña, de 9 de novembro de 2015
 - i) SSTC 107/108/109, de 7 de xuño de 2016: Recursos de amparo dos deputados de Ciudadanos, PSC y PP
 - ii) Recurso de inconstitucionalidade do Goberno de España
 - iii) STC, de 1 de decembro de 2015 que declara nula e inconstitucional a declaración de inicio do proceso soberanista
 - b) O proceso de construción do Estado catalán
 - i) Moción 50/XI do Parlamento de Cataluña sobre a Axencia Tributaria de Cataluña, de 14 de xullo de 2016
 - ii) Moción 62/XI do Parlamento de Cataluña, sobre a futura banca pública catalana e O Instituto Catalán de Finanzas, de 28 de xullo de 2016
 - iii) Resolución 5/XI do Parlamento de Cataluña, de 20 de xaneiro de 2016, de creación de comisións parlamentarias
 - Auto TC de 19 de xullo de 2016
 - iv) Resolución 263/XI do Parlamento de Cataluña, de 27 de xullo de 2016
 - Providencia TC de 1 de agosto de 2016
 - v) Auto TC de 6 de outubro de 2016
 - c) Convocatoria de referendo para setembro de 2017

i) Resolucións (dúas) do Parlamento catalán, de 6 de outubro de 2016 que abren a vía para a celebración dun referendo en setembro de 2017

BIBLIOGRAFÍA BÁSICA

- AJA, E., (2014): *Estado autonómico y reforma federal*. Madrid: Alianza Editorial.
- ALBERTINI, M. *et al*, (1979): *Il federalismo*. Bologna: Il Mulino.
- BEER, S., (1993): *To Make a Nation. The Rediscovery of American Federalism*. Cambridge-Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press.
- BIRD, R. A., (1986): *Federal Finance in Comparative Perspective*. Toronto: Canadian Tax Foundation.
- BLANCO VALDÉS, R. L., (2012): *Los rostros del federalismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- BURGESS, M., (2006): *Comparative Federalism in Theory and Practice*. London: Routledge.
- CRUZ VILLALÓN, P., (1982): «La estructura del Estado o la curiosidad del jurista persa», *RDUCM*, núm. 4: 53-63.
- DUCHACEK, I., (1987): *Comparative Federalism*. Lanham: University Press of America.
- ELAZAR, D. J., (1994): *Federal Systems of the World. A Handbook of Federal, Confederal and Autonomy Arrangements*, 2.^a ed. London: Longman.
- FLÓREZ TURRADO, F. J., (2012): *¿Hacia un Estado autonómico desconstitucionalizado? El futuro del modelo territorial español en el marco de la integración europea*. Oñati: Instituto Vasco de Administración Pública.
- GRIFFITHS, A. Y NERENBERG, K. (eds.), (2002): *Handbook of Federal Countries*. Montreal-Kingston: McGill Queen`s University Press.
- HAMILTON, A; MADISON, J. y JAY, J., (1957): *El federalista*. México: FCE.
- RUBIO LLORENTE, F., (1993): *La forma del poder*. Madrid: CEC.
- TARLTON, CH. D., (1965): «Symmetry and Asymmetry as Elements of Federalism: a Theoretical Speculation», *The Journal of Politics*, 27 (4): 861-874.
- TUDELA ARANDA, J. y KNÜPLING, F. (eds.), (2010): *España y modelos de federalismo*. Madrid: Fundación Manuel Giménez Abad, Centro de Estudios Políticos y Consitucionales.
- WATTS, R. L., (2006): *Sistemas federales comparados*. Madrid: Marcial Pons.

INTRODUCTION TO THE AMERICAN CONSTITUTION
PROFESSOR WEAVER
MAY, 2014

Course Goals and Objectives: This course is designed to give students a comprehensive introduction to the U.S. constitutional system, as well as to the U.S. approach to “rights,” in particular the right to freedom of expression.

Topics to be Covered.

- I. The U.S. Declaration of Independence in historical perspective.
- II. The Events That Led to the Creation of the U.S. Constitution.
- III. The Structure of the Federal Government (separation of powers, checks and balances, judicial review, and the role of the courts).
- IV. The Relationship between the Federal Government and the States (the system of dual competencies, and the Supremacy Clause).
- V. The American Concept of Rights (the Bill of Rights) and Due Process (both procedural and substantive).
- VI. The American Approach to Freedom of Expression.
 1. Justifications and Philosophical Approach.
 2. Categorical Approach and Balancing (child pornography, obscenity & fighting words).
 3. American Exceptionalism (defamation, privacy, advocacy of illegal action, intentional infliction of emotional distress, content neutrality).
 4. Prohibition Against Prior Restraints.
 5. Public Forum Doctrine
 6. Evolving Standards Regarding Media and New Technologies (the press, radio, television, satellite and cable television).
 7. The Implications of the Internet for Democracy.
- VII. The Religion Clauses (the Establishment Clause and the Free Exercise Clause).

Syllabus Intensive Course Prof. Dr. Marine Toullier

Globalisation and international protection of Human rights

1. Monday:

Definition of globalisation: a multidimensional phenomenon. Study of the notion of globalisation from different perspective: sociological, economical, political, industrial and finally from a law perspective. It is revealing of new elements phenomenon: new markets, new actors, new rules, new instruments of faster and cheaper communication. Globalisation as a set of shocks, of challenges and of fears: Human, commercial, Industrial, financial, technological shocks.

Raise of new problems from globalisation: questions raised by globalisation, Relations between economy and Human rights; The Human Right's place in the globalisation phenomenon.

2. Tuesday

Globalisation and the notions of unity and diversity. Does globalisation constraint to standardisation or is there still place for the diversity? Should we aim to have the same rights all over the world? Or is tolerance to what is different, a value superior than the aim of insuring the "minimum standard" of the ECHR for example to all human beings despite different cultures? Globalisation and the controversial universality of the rights.

3. Wednesday:

Globalisation and international protection of human rights: failure of the institution of an effective international system of protection of human rights; Reasons of failure: universality confronted with pluralism of the cultures; the weakness of the international law: principle: the will of the state, the exception: the *jus cogens*.

4. Thursday:

Embryo of an international protection of human rights; The Charter of the United Nations; the Universal Declaration of Human Rights; The international Covenants (1966): their juridical strength, their content and their mechanism of control.

5. Friday

The embryo of international justice: Permanent Court of International Justice, International Court of justice, Special international criminal courts: criminal courts *ad hoc* (TPIY, TPIR) and internationalised courts: the Special Court for the Sierra Leone; the High Iraqi criminal court; the extraordinary Chambers in the Cambodian jurisdictions; the special court for the Lebanon.

Literature:

Doctrine on Globalisation:

- AUDRETSCH (David B.) & SANDERS (Mark), « [Globalization and the Rise of the Entrepreneurial Economy](#) », [Working Papers](#) 08-21, Utrecht School of Economics, 2008.
- LANE (Ph.), MILESI- FERETTI (G.-M.), “Financial globalization and exchange rates”, *Dollars, Debt, and Deficits: Sixty Years after Bretton Woods* International Monetary Fund, 2005.
- LANE (Ph.), MILESI- FERETTI (G.M.), *The external wealth of nations, mark II: revised and extended estimates of foreign assets and liabilities, 1970–2004*, *Journal of International Economics* 73, 2007, p. 223–250.
- SCHOLTE (Jan Aart), [Globalization: A Critical Introduction](#), Mac Millan Press LTD, 2000.

Marine TOULLIER

French Nationality.

E-mail : marine.toullier@univ-rouen.fr

Tél/Fax : (00 33) 2 32 76 98 20



Professional activity

Management

Since 2007 **Director of the International Relations** of the Law Faculty (University of Rouen): Management of the relations with the partners universities in Europe and in the world; establishing exchange strategies (both professors/students); activate partnerships, as co-awarding with French speaking countries (Vietnam, Canada, Burkina Faso) ; personal management (pedagogical and logistic) of each student going abroad and coming from abroad; leading the service of the International Relations in coordination with administrative services of the University.

Director of the Master “LL. M European Legal Practice”. Choice of the subjects taught, of the external interveners; coordination with the European Union and the Erasmus Mundus Consortium (Hanover, Lisbon, Vilnius): selection of excellent students from all over the world, together with our embassies and Campus France; personal management of each student coming or going abroad.

Teaching

In France

- Since 2005 **Senior Lecturer** at Rouen University.
Major subjects taught: International and European Fundamental Rights and Freedoms (Seminar Master2), European Protection of Human Rights (Master1), European Union Litigation and European Convention on Human Rights litigation (Master1), Legal Methodology (Master1), Fundamental rights and freedoms (Licence 3).
- 2004-2003 **Capavocat school**: personal coaching to students for entrance examination to the Parisian Bar.
- 1998-1996 (2 years) **Paris I Pantheon-Sorbonne University** as Teaching and Research assistant.
Teach to students a reasoning structure, a method of comprehension and argumentation from jurisdictional culture and specific knowledge in Constitutional Law.

Abroad

- 2015 July **Mykolo Romerio Universiteto Vilnius, Lithuania**, teaching in English, leading the French delegation and co-management of the « International Human Rights law **summer study** » (2 weeks). Experience renewed since 2009.
- 2015 May **Facoltà di Giurisprudenza dell’Università di Sassari, Sardinia, Italy**, teaching in Italian on « La protezione Europea dei diritti fondamentali: nel Concilio d’Europa e nell’Unione europea ». Experience renewed since 2009.
- 2015 April **Faculdade de Direito de Lisboa, Lisbon, Portugal**, teaching in English 2 intensive courses on « Globalisation and International protection of Human Rights » (10 hours on a weeks basis) and “Regional Fundamental Rights Protections : American, African and European systems », (10 hours on a weeks basis). Experience renewed since 2010.
- 2014 (1 month) Scholar of **Erasmus Mundus’ Program Battuta**, teaching EU Law, European Law, international, European and French Human rights law, Research methodology, Globalisation, Fez, Marocco.
- 2012 June **Università Roma 3, Italy**, teaching in Italian to PHD students on “I diritti della CEDU nella dottrina e la giurisprudenza francese”.

- 2010 Nov. **Leibniz Universität Hannover, Germany**, “The paradox of the right to life: the most important right with a relative protection in the ECHR”, Intervention at the congress organised for the Erasmus Mundus diploma awarding ceremony.
- 2010 April **Università La Sapienza, Rome, Italy**, teaching in Italian to PHD students on « I diritti della CEDU nella dottrina e la giurisprudenza francese ».
Università Roma 3, Italy, teaching in Italian to PHD students on « I diritti della CEDU nella dottrina e la giurisprudenza francese » and at the Master students on « Protezione dei diritti in Europa » ;
- 2009 July **Universidade Católica Portuguesa Lisbon, Portugal**, teaching in English (one week) Summer Academy on « Trafficking in Humans Beings » and "Legal issues on globalisation". Experience renewed since 2007.
- 2009 June **Università Roma 3, Italy**, teaching in Italian to Master students on “La responsabilità da danno ambientale”.
- 2008 (4 months) Scholar of **Erasmus Mundus’ Program, teaching** in English EU Law, European Law and Environmental Law at Symbiosis Law College, Pune, **India**.
- 2007 May **Università Roma 3, Italy**, teaching in Italian to Master students on « Dell’Europa del diritto all’Europa dei diritti ».
- 1999-1995 **Urbino’s University and Teramo’s University (Italy): Teaching** in Italian on French constitutional’s justice and Human Rights Law.

Lawyer

- 2002 (6 months) **Barrister’s office** generalist in Paris
Researches, redaction of writ of summons, conclusions, consultations, clients’ reception, court proceedings

Court of justice (Tribunal d’Instance) of Antony
Following police audiences (Petty offences), civil audiences and private sitting
- 1999-1995 (4 years) **Jurist/researcher** – Department of Comparative Law of the Italian Constitutional Court, Rome (Italy)
Within the framework of integration of French Law in mechanisms of Italian jurisdictional decisions, analyse the interpretation of legal texts by judges and conditions of their application.
- 1995 (6 months) **Internship – French Constitutional Council’s legal department (Paris)**
Work on case law, doctrine and law’s analysis to elaborate a Constitutional Council’s international position on freedom of thinking.
- 1995-1994 (1 year) Scholarship from the Italian Ministry of Foreign affairs
Researches in Italian law for the Italian C.N.R. (National centre for researches).

Languages

Italian : Bilingual
English : Speaking: Excellent ; Writing: Good; Reading Good ; Understanding : Good.
French : Mother tongue

Education

- 2003 **European Thesis Prize** by **European public law Centre**, (Athens) (recompense one of the best law thesis in Europe)
- 2002 **French Thesis prize “Paul Deschanel”** from **French Chancellery** (rewarding one of the best law thesis in France)
- 2002 “ *Certificat d’aptitude à la profession d’avocat* ” (C.A.P.A.) enter the **Parisian bar**

- 2001 **PHD in Comparative Law - University Paris I Pantheon-Sorbonne**
Theme : "Resolving conflicts between fundamental Rights in Constitutional comparative Franco-Italian Law" grade: **very honourable and congratulations unanimous jury, allowed to be published and nominated for an award of PhD** (best grade).
- 1992 **Master 2** Post graduate diploma (D.E.A.) of **Public Comparative law of the European states- University Paris I Pantheon-Sorbonne** (grade: Good-enough).
- 1991 **Master 2** Post graduate diploma (D.E.A.) **Philosophy of Law - University Paris II Pantheon-Assas** (grade: **Good**)
- 1991 **Master 2** Post graduate diploma (D.E.A.) of **Doctrines and political philosophy Policies - University Paris I Pantheon-Sorbonne** (grade: Good-enough).
- 1990 **Master 1 ("Maîtrise") of Public Comparative law** within the framework **Erasmus European programme** – University Paris II Pantheon-Assas and **Bologna** (Italy)

Data processing

Good skills applications such as in Word, Excel, PowerPoint, Access, Outlook; Regular use of the Internet for research

Publications

- 2015 Writing of two articles: EU Charter of fundamental rights and "The paradox of the right to life: the most important right with a relative protection in the ECHR" (ongoing)
- 2014 « Globalisation and Fundamental Rights», participation in conference December at Le Havre publication pending by Erasmus Mundus Consortium.
- 2004 **Publication of an article** on « Administrative supreme judge facing balance between forms of commerce », **Revue A.J.D.A.**, n°15/2004, 19 April 2004, p.801-810
- 2003 **Publication of an article** on « Forcing back foreigners to boundary : what is new ? », **Revue Petites affiches**, 23 août 2005.
- 2001 **Thesis in comparative law** – University Paris I Panthéon-Sorbonne.
"Resolving conflicts between fundamental Rights in Constitutional comparative Franco-Italian Law", director: Etienne Picard, 666 p, publication pending at LGDJ editor.
- 1999 **Intervention in Italian** at **Falcone's association conference** on "**fair trial in France**", Palermo, publication still pending!
- 1998 **Intervention** in Italian at **Italian Senate** on "Sexual exploiting and minors' work : French experience", published in *Rivista dei diritti dell'uomo*, 1998, p. 28-52
- 1991 Participation to **redaction of French national report** at Xth Conference of the European Constitutional courts on **freedom of thinking** and **freedom of speech**.

Researches

- 1992 **Thesis** for the **Master** Public Comparative law of the European states - University Paris I
Subject : "linguistic minorities' law in Italy" (15,5/20), director F. Moderne
- 1991 **Thesis** for the **Master** Law philosophy - University Paris II
Subject : "Law and history in Giambattista Vico" (17,5/20), director S. Rials
- 1992 **Thesis** for the **Master** Political Sciences - University Paris I
Subject : "Poetic politic of Vico" (16/20), director Ph. Raynaud

Translations

- 1997 Translation of the G. Vassalli's work (president emeritus of the Italian Constitutional court), « State of penal trial in Italy », Librairie de l'Université, 1997, Chêne Bourg, 392 p.

1991 Translation of the national Italian report - international comparative law association's conference, Athens, 1994 : "Fortune of goods and allowance for board in the divorce by mutual consent", Milano, Giuffrè, p. 73-100

Interests

Lessons and training on brain functioning: to improve it. Travelling : to be in a new environment and understand better the world. Practice sport, especially Breton's dances: to feel well balanced. Participate to cultural events: to transcend reality and help me changing it.

II.

Syllabus

Workplace and Board-level Representation : European minimum standards for Labour Participation in Decision Making (Information and Consultation Rights in Member States of the European Union)

The narrow definition of corporate governance focuses on the control of management by shareholders. The broader definition looks at the role of stakeholders in making and implementing strategic decisions in the company: especially from the trade union perspective, employees should have a “voice” in the decision-making process to ensure that a reasonable balance is achieved in the goals pursued by the company, not just the maximization of shareholder profits. Corporate governance must be understood as a system in which there is an interplay of different regulations and market forces. Therefore corporate governance deals with multiple issues in the field of corporate law, securities regulation, corporate finance and industrial relations. In 17 of the 27 EU member states employees are represented in the companies' supervisory or administrative board.

Each time proposals for legislation creating company forms at the European level or for regulating cross-border company restructuring are made, the issue of *worker involvement* is raised. Significantly different provisions for information, consultation and participation rights for employees are contained in the legislation proposed or already passed. The European trade union movement has therefore raised the demand of creating a *European minimum standard* for worker involvement, which would apply to all European company legal forms and to cross-border restructurings regulated at the European level.

1. Trade Unions

1.1 Union density

1.2 Union structures

2. Collective Bargaining

2.1 Collective bargaining coverage

2.2 The level of collective bargaining

3. Workplace Representation

3.1 The formal structures

3.2 The role of unions

4. Board-level Representation

4.1 Employee representatives at board level

4.2 [Employee participation and corporate governance](#)

5. Health and Safety

6. European-level Representation - [Worker involvement and European company law](#)



UFR Droit et Science Politique

Otmar Seul, *Professeur des universités émérite*

Master bilingue des droits de l'Europe – spécialisation « Droit allemand »

Cursus intégrés franco-allemands en sciences juridiques (*Université Franco-Allemande*)

Université Paris Ovest-Nanterre-La Défense

UFR LCE / UFR Droit et Science politique

200 Avenue de la République, F. 305

F-92 001 Nanterre

FRANCE

Tél. 00 33 1 40 97 77 70 (Secrétariat)

FAX 00 33 1 40 97 76 57

Mail : otmar seul@hotmail.com

<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/>

em. Professor Dr. Dr. h. c. Otmar SEUL

born: August 30, 1943 in Trier (Germany)

I.

C.V.

***Educational and scientific activities
at the University of Paris Ovest-Nanterre-La Defense
(Paris X-Nanterre)
since 1989***

Director of bilingual Masters' Program:

French Law / German Law : 1989-2011

Coordinator of integrated courses French-German in Law Paris Ovest/Potsdam (Germany)

(French-German University) : 1993-2011

1.

Principal Studies, diplomas and Titles

-Doctor in Economics and Social Sciences (Dr. rer. pol.); Carl-von Ossietzky University, Oldenburg/Germany: 1988 : specialization in *economics and law*

-Habilitation for direction of research (HDR); Université de Paris X–Nanterre/France: 1998 : specialization: *Law and practice of worker involvement in company decision-making*

-Doctor of Law *honoris causa* (Dr. jur. h. c.); Law Faculty of the University of Potsdam/Germany: 2002

2.

Main Courses at Paris Ouest-Nanterre-La Défense :

-Legal German

-Collective Labor Law : Labor Relations and Collective Bargaining

-German and European Civilization.

3.

Principal Works (books) in the field of *industrial democracy* and *Rights and Practices of Employee Participation in Decision Making*.

-*Arbeitnehmerpartizipation* im Urteil der französischen Gewerkschaften: Sozialreformen unter der Präsidentschaft François Mitterrands (1982-1985), Südwestdeutscher Verlag für Hochschulschriften, Saarbrücken 2012 (réédition *thèse* 1986);

-La *solidarité* dans l'Union européenne (direction en collaboration avec Tomas Davulis), Actes de l'Université d'été franco-allemande et européenne Vilnius/Lituanie, juin/juillet 2008), Ed. Peter Lang Berne, Francfort s. M., New York, Oxford, Vienne, 300 pages 2012 ;

-Théories, droits et pratiques de la *participation directe* des salariés aux décisions dans l'entreprise en France et en Allemagne : synthèse des travaux 1970-2000, Editions universitaires européennes, Sarrebruck, 2011, 122 pages ;

-L'Europe élargie : la participation des salariés aux décisions dans l'entreprise. Traditions à l'Ouest, innovations à l'Est ? (dir. en coll. avec Peter Jansen), Ed. Peter Lang Berne, Francfort s. M., New York, Oxford, Vienne, 2009, 430 pages;

-Information, Consultation et Cogestion : droits et pratiques de la participation des salariés aux décisions dans l'entreprise en France et en Allemagne / Unterrichtung, Anhörung und Mitbestimmung : Rechte und Praktiken der Beteiligung der Arbeitnehmer an der Entscheidungsfindung im Unternehmen in Deutschland und Frankreich. Recueil de textes en langues française et allemande (dir. en coll. avec Peter Jansen) ; no. 15 de la collection *Allemand juridique-Langues et cultures juridiques et politiques européennes* ; publications des Formations « Droit allemand » de l'Université Paris Ouest-Nanterre-La Défense, 2008, 235 pages ;

-De la communication interculturelle dans les relations franco-allemandes : Institutions – Enseignement – Entreprises (dir. en coll. avec Bernd Zielinski et Uta Dupuy), Ed. Peter Lang, Berne, Francfort s. M., New York, Oxford, Vienne, 2003, 344 pages;

-Les nouveaux Länder dans le processus d'unification (dir.), Actes des 2èmes et 4èmes *Rencontres franco-allemandes de Nanterre sur l'Allemagne unifiée*, Editions Chlorofeuilles, Nanterre 2000, 2 volumes, 561 pages;

-Implications juridiques et politiques de l'unification allemande (dir.), textes choisis des 1ères *Journées d'information sur l'Allemagne unifiée*, Editions Chlorofeuilles (Collection *L'Allemagne unifiée*), Nanterre 1998, 184 pages;

-Démarches participatives et travail en groupe : l'impact du modèle japonais sur l'organisation du travail et les relations de travail en France et en Allemagne (dir.), Editions Chlorofeuilles (Collection *La France et l'Allemagne en Europe*), Nanterre 1998, 441 pages;

-Participation par délégation et participation directe des salariés dans l'entreprise. Aspects juridiques et socio-économiques de la modernisation des relations industrielles en Allemagne, en France et dans d'autres pays de l'Union européenne (dir.), Editions Chlorofeuilles (Collection *La France et l'Allemagne en Europe*), Nanterre 1994, 365 pages;

-Gewerkschaften in Frankreich : Geschichte, Organisation und Programmatik (en coll. avec Peter Jansen, Leo Kibler, Peter Kühne, Claus Leggewie), Editions Campus (*Deutsch-französische Studien zur Industriegesellschaft*), tome 2, Francfort-sur-le-Main et New York 1986, 288 pages.

4.

Editorial activities:

-Founder (1994) and Director of the collection *Legal German/Languages and legal cultures and European politics*, published by the French-German program in legal sciences at the University of Paris Ouest-Nanterre–La Défense.

-Co-founder (2010) and Codirector of the collection *Legal and Political Cultures* published by Peter Lang in Bern, Berlin, Frankfurt a. M., New York, Oxford, Vienna.

5.

Activities regarding *French–German and European university cooperation*:

- (1) Since 1990, creation and direction of more than 40 ERASMUS / SOCRATES programs (Germany, Austria, Switzerland, Baltic countries, Poland, Turkey) in Law and Politics (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/echanges-erasmus-socrates>)
- (2) In 1990, the initiator and then coordinator of the **European Network of University Cooperation in Law and Political Science** established on the ERASMUS / SOCRATES partnerships: Today it encompasses more than 35 European universities and gives occasion for the **Annual Meeting** of those responsible for the before-mentioned network (Zurich 2015, Dresden 2014, Vienna 2013, Lisbon 2012, Berlin 2011, Barcelona/Andorra 2009, Seville 2009, Florence 2008, Istanbul 2007, Fribourg/Switzerland 2006, Nanterre 2005...). The network takes the initiative in favoring the harmonization of studies in Europe (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/reseau-europeen-de-cooperation-universitaire>)
- (3) Creation of **introductory programs to French law** in 3 partner Universities: Münster (Germany) 1991, Potsdam (Germany) 1994, Vilnius (Lithuania) 2003 favoring the mobility of the students from Paris Ouest-Nanterre-La Défense and partner universities.
- (4) Creation and co-direction of 2 **integrated French-German Courses** in law in cooperation with the University of Potsdam (Germany), under the tutelage of the *Collège Franco-Allemand pour l'Enseignement supérieur* (since 1995/1996) and finally of *Université Franco-Allemande (UFA)* (since 2000/2001) (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/les-cursus-bilingues-franco-allemands>)
- (5) Organization / co-organization, direction / co-direction of more than 20 **French-German and European Colloquies** since 1990, at Paris X-Nanterre and at the European partner universities: Especially on German unification, Franco-German relations, European integration, harmonization of studies and of law in Europe, labor relations in Europe (<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/journees-detudes-et-colloques>)
- (6) In July of 2004 creation and then co-direction of a **tri-national Summer University** (French-German-Lithuanian and European) in law **at the University of Vilnius (Lithuania)** applying to **doctorates and students at the Masters' level** (first *Université d'été* created by Paris Ouest-Nanterre)

<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/universite-dete-franco-germano-lituanienne-vilniuslituanie-depuis-2004/>

- (7) In June 2011, creation and then co-direction of a **French-German and European Summer University** in Law applying to **doctorates and students at the Masters' level at the University of Minsk (Belarus)**; themes:
<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/universite-dete-franco-germano-bielorusse-minskbelarus-depuis-2011/>
- (8) Other creations of **French-German and European Summer Universities** in Law :
<http://www.droit-fr-all-paris-ouest.fr/universites-dete-et-ateliers-de-recherche-franco-allemands-et-europeens/>

=====

Course title	Area of Freedom, Security and Justice of the European Union: Justice and Home Affairs cooperation in the European Union , with a special focus on Asylum and Immigration matters (Migration Crisis)
Duration	5 days of 2 hours each – 10 hours
Dates	13 March – 17 March 2017
Lecturer	Prof. Dr. Jaap W. de Zwaan Em. Professor of the Law of the European Union Erasmus University Rotterdam dezwaan@law.eur.nl
Course objectives	
<p>In the course an analysis will be provided of all dimensions of the Area of Freedom, Security and Justice (AFSJ).</p> <p>The Area is a concept introduced by the Treaty of Amsterdam (1999). At that time the concept covered, as to substance, the elements of Justice and Home Affairs cooperation, a policy domain introduced by the Maastricht Treaty (1993).</p> <p>The Area also contains the contents of the Schengen Implementing Convention (1995) with regard to the abolishment of internal border controls/the establishment of external border controls in the legal order of the European Union (EU).</p> <p>At present all dimensions of the Area are included in the texts of the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union, as agreed upon in the Lisbon Treaty (2009). As to contents the reference essentially is to:</p> <ul style="list-style-type: none"> - internal market/free movement of persons, - internal/external border controls (Schengen) and visa policy, - asylum and immigration policy (the Migration crisis) as well as - police and criminal law cooperation <p>During the course all these subject matters will be discussed. In view of the current Migration Crisis special attention will be given to the dimensions external border controls, asylum and migration policies, access to the labor market in the EU Member States as well as integration.</p>	

The EU-law context of the Area

The concept of the Area of Freedom, Security and Justice (AFSJ) has been included in the EU treaties by the **Amsterdam Treaty** which entered into force on 1 May 1999.

The AFSJ builds further on the principle of **free movement of persons**, one of the fundamental freedoms of the **internal market**. The treaty objective concerning the establishment of an internal market, in its turn, was already introduced in the **EEC Treaty** of 1958.

What does **free movement** imply and why the modalities of its application are under discussion at the moment, for example in the framework of 'Brexit'?

The abolishment of **internal border controls** between the Member States, originally achieved in the context of the –intergovernmental- Schengen cooperation, required the establishment and enforcement of common arrangements concerning the **control of external borders** of the European Union.

Free movement of persons also implied the development of a common **visa policy** as well as common policies regarding **asylum** and **immigration**. What has been achieved so far and what are the future objectives and perspectives regarding these policy fields?

At the same token -the reference here is to the current **Migration Crisis**- measures have to be taken to 'share' the burdens (the physical and the financial ones) with regard to the relocation and reception of the massive influx of refugees and other migrants coming from the Middle East, Africa and Asia and looking for protection respectively a better future in Europe.

Certainly, free movement of persons can provide opportunities to commit crime and other irregular activities. For that purpose, next to forms of bilateral cooperation between the Member States, common approaches had to be developed regarding **criminal law** and **police cooperation**, especially with regard to acts of international crime: terrorism, fraud, corruption, human trafficking, sexual abuse, cyber-crime and the like.

Finally but not least, as to the **regional scope of the cooperation** it is noted that **Denmark** does not participate in the AFSJ cooperation, whereas the **United Kingdom** and **Ireland** have been granted a so-called 'opt out/opt in' regime in these areas.

On the contrary, a number of third countries (**Norway, Iceland, Liechtenstein** and **Switzerland**) do participate not only in the internal market cooperation –so, including the dimension of free movement of persons- but in the Schengen cooperation as well.

Course description

The Course will start –**first lecture**- with an analysis of the rationale and origins of Justice and Home Affairs cooperation (JHA) at EU level. The relevant basic texts and structures which have been drawn up over the time –the institutional and the substantive ones- will be dealt with.

In that context also the ordinary procedures for decision making in the EU will be addressed.

In the **second lecture** first of all the modalities of the fundamental principle of free movement of persons will be discussed, as well as the relevant ‘acquis’ in that domain. Also the position of family members on the internal market and the concept of European citizenship will be looked at.

Secondly the basic principles of the common system of external border controls will be touched upon, in connection with the essentials of the common visa policy. In the last context notably the list of third countries whose nationals have to be in the possession of a visa before coming to the European Union, is of importance.

In the **third lecture** the elements of the common asylum and immigration policy are on the programme. As to the first substance matter the acquis of the UN Refugee Convention of Geneva of 1951 is the point of departure.

However, in the EU context an impressive number of specific common measures has been adopted in this policy area. The second subject matter will focus on the position of legal as well as illegal immigrants coming to Europe from third countries.

The **fourth lecture** will essentially deal with the developments in the context of the current Refugee crisis. How will the European Union be able to cope with the massive influxes from refugees coming to Europe from the Middle East, Africa and Asia? What are the achievements so far and what are the deficiencies, and what still has to be done?

During the **fifth and final lecture** the achievements so far of the common policies in the areas of police and criminal law cooperation will be discussed. As to police cooperation the existence and responsibilities of Europol and Eurojust are of importance.

As to criminal law cooperation the focus will be on important instruments developed in the combat of acts of crime having a cross boundary character (such as terrorism, human trafficking, corruption and fraud).

Finally but not least, we will take a look into the future of the AFSJ cooperation (future perspectives).

Educational Outcomes

At the end of the course students will have acquired knowledge about the **origins** of Justice and Home Affairs cooperation of the EU respectively the **achievements** of the Area of Freedom, Security and Justice as laid down in the '**acquis**' –legislation and policies- developed on the basis of the Treaties of Amsterdam (1999), Nice (2003) and Lisbon (2009).

In view of the most recent developments regarding the current **Migration Crisis** students will be able to assess the potential for improvement and reform of the existing policies and principles of the Area.

<p>Basic Bibliography (selection)</p>	<p>Treaty on European Union and Treaty on the Functioning of the European Union, OJ C 326 26 October 2012 pp. 13-390</p> <p>Title V Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Area of Freedom, Security and Justice</p> <p>Charter of Fundamental Rights of the European Union, OJ C 326 26 October 2012 pp. 391-407</p> <p>Directive 2004/38 on the right of citizens of the Union and their family members to move and reside freely within the territory of the Member States, OJ L 158 30 April 2004 pp. 77-123 and OJ L 229 29 June 2004 pp. 35-48</p> <p>Schengen acquis https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/SCH.ACQUIS-EN.pdf</p> <p>European Agenda on Migration COM(2015)240 final of 13 May 2015 http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf</p> <p>Conclusions European Council of 20/21 October 2016 on Migration http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/10/21-european-council-conclusions/</p>
--	--

<p>Monday 13 March</p>	<p>Website Council: Justice and Home Affairs http://www.consilium.europa.eu/en/council-eu/configurations/jha/</p> <p>Website Commission: Migration and Home Affairs https://ec.europa.eu/home-affairs/index_en</p> <p>INTRODUCTION: AREA OF FREEDOM, SECURITY AND JUSTICE Book Freedom, Security and Justice – After Lisbon and Stockholm, Chapter 2 (digital version available)</p> <p>Title V Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Area of Freedom, Security and Justice</p>
<p>Tuesday 14 March</p>	<p>MOVEMENT OF PERSONS: INTERNAL MARKET, FAMILY MEMBERS, EUROPEAN CITIZENSHIP AND THIRD COUNTRY NATIONALS</p> <p>Titles I and IV Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union</p> <p>- <i>Movement of Persons</i></p> <p>Directive 2004/38 on the right of citizens of the Union and their family members to move and reside freely within the territory of the Member States, OJ L 158 30 April 2004 pp. 77-123 and OJ L 229 29 June 2004 pp. 35-48</p> <p>Regulation 492/2011 of the European Parliament and of the Council of 5 April 2011 on freedom of movement for workers within the Union, OJ L 141, 27.5.2011, p. 1–12</p> <p>- <i>Borders and Visa</i></p> <p>Title V Chapters 1 and 2 Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – General Provisions + Policies on Border Checks</p> <p>Council regulation 539/2001 listing third countries whose nationals must be in possession of visas when crossing the external borders and those whose nationals are exempt from that requirement, OJ L 81 21 March 2001, as amended</p>

Visa Information System

https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/visa-information-system_en

- *Schengen*

Schengen acquis

<https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/SCH.ACQUIS-EN.pdf>

Schengen Information System

https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen-information-system_en

Schengen Borders Code

Regulation 2016/399 of the European Parliament and of the Council of 9 March 2016 on a Union Code on the rules governing the movement of persons across borders, OJ L 77/1 of 23 March 2016

Temporary reintroduction of border control

Regulation 2016/399 of 9 March 2016, already cited, **Articles 25-35**.

NB. Generally speaking the reintroduction of controls is allowed in case of exceptional circumstances, whereas the measures taken should be proportional and temporary. Moreover, such a reintroduction has to be notified to the Commission and the other Member States in advance.

- *External Border control*

Frontex

Regulation (EC) No 2007/2004 of 26 October 2004 establishing a European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union (Frontex), OJ L 349, 25.11.2004, p. 1.

Regulation 1168/2011 of European Parliament and Council establishing a European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union, OJ 304 22 November 2011 pp. 1-17

Regulation 656/2014 of European Parliament and Council establishing rules for the surveillance of the external sea borders in the context of operational cooperation coordinated by the European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union, OJ L 189 27 June 2014 pp. 93-107

<p>Wednesday 15 March</p>	<p>Eurosur Regulation 1052/2013 of European Parliament and Council establishing the European Border Surveillance System, OJ L 295 6 November 2013 pp. 11-26</p> <p>European Border and Coast Guard Regulation 2016/1624 of The European Parliament and of The Council of 14 September 2016 on the European Border and Coast Guard and amending Regulation (EU) 2016/399 of the European Parliament and of the Council and repealing Regulation (EC) No 863/2007 of the European Parliament and of the Council, Council Regulation (EC) No 2007/2004 and Council Decision 2005/267/EC, text available at: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32016R1624&from=EN</p>
	<p>ASYLUM AND IMMIGRATION Title V Chapter 2 Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Policies on Asylum and Immigration</p> <p><i>Legislation (selection):</i></p> <p>- <i>Asylum</i></p> <p>Eurodac, Regulation 603/2013 OJ L 180 29 June 2013 pp. 1-30</p> <p>Responsible Member State (Dublin), Regulation 604/2013 OJ L 180 29 June 2013 pp. 31-59</p> <p>Asylum procedures, Directive 2013/32, OJ L 180 29 June 2013 pp. 60-95</p> <p>Reception, Directive 2013/33 OJ L 180 29 June 2013 pp. 96-116</p> <p>Qualification, Directive 2011/95 OJ L 337 20 December 2011 pp. 9-26</p> <p>Temporary protection, Directive 2001/55 OJ L 212 7 August 2001 pp. 12-23</p> <p>- <i>Immigration</i></p> <p>Long term residents, Directive 2003/109 OJ L 16 23 January 2004 pp.</p>

<p>Thursday 16 March</p>	<p>44-53 as amended by Directive 2011/51 OJ L 132 19 May 2011 pp. 1-4</p> <p>Family reunification, Directive 2003/86 OJ L 251 3 October 2003 pp.12-18</p> <p>Blue Card (highly qualified employment), Directive 2009/50 OJ L 155 18 June 2009 pp. 17-29</p> <p>Seasonal workers, Directive 2014/36 OJ L 94 28 March 2014 pp. 375-390</p> <p>Intra-corporate transfer, Directive 2014/66 OJ L 157 27 May 2014 pp. 1-22</p> <p>Single Permit, Directive 2011/98 OJ L 343 23 December 2011 pp. 1-9</p> <p>Returning illegal migrants, Directive 2008/115 OJ L 348 24 December 2008 pp. 98-107</p> <p>MIGRATION CRISIS</p> <p>European Agenda on Migration COM(2015)240 final of 13 May 2015 http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf</p> <p>Refugee crisis: European Commission takes decisive action of 9 September 2015 Emergency relocation proposal, Permanent relocation proposal, European list of safe countries of origin, Return policy, Public procurement rules, External dimension and Trust Fund for Africa http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-is-new/news/news/2015/20150909_1_en.htm</p> <p>Commission proposals of 15 December 2015 Borders package and Voluntary admission scheme with Turkey. Reports on Migration in Greece, Italy and Western Balkans http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-is-new/news/news/2015/20151215_1_en.htm</p> <p>Communication from the Commission to the European Parliament and the Council on the State of Play of Implementation of the Priority Actions under the European Agenda on Migration COM(2016)85 final of 10 February 2016</p>
------------------------------	--

Back to Schengen

Communication from the Commission 'Back to Schengen – A Roadmap', COM(2016) 120 final of 4 March 2016.

COMMUNICATION of 20 April 2016 from the Commission to the European Parliament, the European Council and the Council, First Report on the progress made in the implementation of the **EU-Turkey Statement, COM/2016/0231 final**

Internal border controls

The Council adopted a decision on 12 May 2016, allowing five countries (Austria, Denmark, Germany, Norway and Sweden) to maintain the **temporary internal border controls** for another six months, followed by a decision on a further prolongation of the temporary border controls for another three months, adopted on 11 November 2016:

- Council Implementing Decision setting out a RECOMMENDATION for temporary internal border control in exceptional circumstances putting the overall functioning of the Schengen area at risk Text available at: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-8835-2016-INIT/en/pdf>
- Council Implementing Decision (EU) 2016/1989 of 11 November 2016 setting out a recommendation for prolonging temporary internal border control in exceptional circumstances putting the overall functioning of the Schengen area at risk OJ L 306/13, 15 November 2016, text available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016D1989&from=EN>

Common European Asylum System (CEAS)

Communication from the Commission 'Towards a reform of the Common European Asylum System and enhancing Legal Avenues to Europe, COM(2016)197 final of 6 April 2016

On **4 May 2016**, the Commission presented the first legislative package aimed at reforming the Common European Asylum System (CEAS), proposing to amend the Dublin Regulation,¹ create a European Union

¹ Commission Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person (COM(2016)270 recast) , text available at: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160504/dublin_reform_proposal_en.pdf

	<p>Agency for Asylum,² and reinforce the Eurodac system for fingerprinting migrants.³</p> <p>This first package was complemented on 13 July 2016 with the publication of three further proposals:</p> <ul style="list-style-type: none"> • to replace the Asylum Procedures Directive⁴ and the Qualification Directive⁵ with directly applicable regulations, • and to reform the Reception Conditions Directive,⁶ following a 2015 Commission's proposal establishing a list of third countries considered 'safe countries of origin'. <p>Implementing the EU-Turkey Statement – Questions and Answers European Commission Fact Sheet, Brussels, 8 December 2016, available at: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-16-4321_en.htm</p> <p>Commission report of 8 December 2016 on progress made under the European Agenda on Migration. Text available at: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20161208/eighth_report_on_relocation_and_resettlement_en.pdf</p> <p>Communication of 8 December 2016 from the Commission to the European Parliament, the European Council and the Council The Eighth report on relocation and resettlement, Brussels, text</p>
--	--

² Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the European Union Agency for Asylum and repealing Regulation 439/2010 COM(2016)271 final

³ Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the establishment of 'Eurodac' for the comparison of fingerprints for the effective application of Regulation (EU) No 604/2013 establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person, for identifying an illegally staying third-country national or stateless person and on requests for the comparison with Eurodac data by Member States' law enforcement authorities and Europol for law enforcement purposes (Recast), text available at [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1485250294958&uri=CELEX:52016PC0270\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1485250294958&uri=CELEX:52016PC0270(01))

⁴ Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL establishing a common procedure for international protection in the Union and repealing Directive 2013/32/EU, COM/2016/0467 final - 2016/0224 (COD). Text available at <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2016%3A0467%3AFIN>.

⁵ Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on standards for the qualification of third-country nationals or stateless persons as beneficiaries of international protection, for a uniform status for refugees or for persons eligible for subsidiary protection and for the content of the protection granted and amending Council Directive 2003/109/EC of 25 November 2003 concerning the status of third-country nationals who are long-term residents, COM/2016/0466 final - 2016/0223 (COD). Text available at <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2016:0466:FIN>.

⁶ Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL laying down standards for the reception of applicants for international protection (recast), COM/2016/0465 final - 2016/0222 (COD). Text available at <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2016%3A0465%3AFIN>.

available

at: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20161208/eighth_report_on_relocation_and_resettlement_en.pdf

Communication of 8 February 2017 from the Commission to the European Parliament, the European Council and the Council
The **Ninth** report on **relocation and resettlement**, Brussels, text available at: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20170208_ninth_report_on_relocation_and_resettlement_en.pdf

Back to Schengen:

Commission proposes that the Council allows Member States to maintain **temporary border controls** for another three months

European Commission Press Release 25 January 2017, Brussels, available at: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-124_en.htm

Text available at: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20170125_recommendation_for_prolonging_temporary_internal_border_control_en.pdf

The European Commission recommended for the Council to allow Member States to maintain the temporary controls currently in place at certain internal Schengen borders in Austria, Germany, Denmark, Sweden and Norway for a further period of three months. Despite the progressive stabilisation of the situation and the implementation of a series of measures proposed by the Commission to better manage the external borders and protect the Schengen area, the Commission considers that the conditions of the "Back to Schengen" Roadmap allowing for a return to a normally functioning Schengen area have not yet been entirely fulfilled.

**Friday 17
March**

POLICE AND CRIMINAL LAW COOPERATION

Title V Chapters 4 and 5 Third Part - Treaty on the Functioning of the European Union – Judicial cooperation in Criminal Matters + Police cooperation

Article 83(1) TFEU: minimum rules on Euro-crimes

Article 83(2) TFEU: Criminal law for enforcement of EU policies

Legislation (selection):

- *Organs/Networks*

Europol, European Police Office, Council Decision 6 April 2009 OJ L 121 15 May 2009 pp. 37-66

Eurojust, Council Decision 2009/426 16 December 2008 OJ L138 4 June 2009 pp. 14-32

Joint Investigation Teams, Council Framework Decision 2002/465 OJ L 162 20 June 2002

European Judicial Network, Council Decision 2008/976 OJ L 348 24 December 2008 pp. 130-134

European Anti-Fraud Office (OLAF), Commission Decision 1999/352 OJ L 136 31 May 1999 pp. 20-22 as amended by Commission Decision 2013/478 OJ L 257 28 September 2013 pp. 19-20 and Commission Decision 2015/512 OJ L 81 26 March 2015 p. 4

European Public Prosecutor, proposal for a Council Regulation on the establishment of the European Public Prosecutor's Office COM(2013)534 17 July 2013

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013PC0534&from=EN>

- *Substance*

European Arrest Warrant, Council Framework Decision 2002/584 OJ L 190 18 July 2002 pp. 1-20

Terrorism, Council Framework Decision 2008/919 amending Council Framework Decision 2002/475 OJ L 330 9 December 2008 pp. 21-23

	<p>Sexual exploitation of children, Directive 2011/92 OJ L 335 17 December 2011 pp. 1-14</p> <p>- Cooperation/Procedures/Mutual recognition</p> <p>Mutual Assistance in Criminal Matters, Council Act + Convention OJ C 197 12 July 2000 pp. 1-23</p> <p>European Evidence Warrant, Council Framework Decision 2008/978 OJ L 350 30 December 2008 pp. 72-92</p> <p>Mutual Recognition of judgments in criminal matters, Council Framework Decision 2008/909 OJ L 327 5 December 2008 p. 27 as amended by Council Framework Decision 2009/299 OJ L 81 27 March 2009 p. 24</p> <p>Prüm (police cooperation, combat of terrorism and cross-border crime), Council Decision 2008/615 OJ L 210 6 August 2008 pp. 1-11</p> <p>European Investigation order in criminal matters, Directive 2014/41 OJ L 130 1 May 2014 pp. 1–36</p>
Language	English

CURRICULUM VITAE

Prof Dr JAAP WILLEM DE ZWAAN

Born on 9 February 1949 in Amsterdam

Married, three children

Professional activities

2012- Lector European Integration at the The Hague University of Applied Sciences

2005-2011 Director of the Netherlands Institute of International Relations (Clingendael), The Hague

1998-2014 Professor of the Law of the European Union at the Law School of Erasmus University Rotterdam and holder of the EU Jean Monnet Chair 'Future developments of the European Union'. In the period 1998-2005 on a full time basis, in the period 2005-2014 on a part time basis. Served also as:
Dean of International Relations (1999-2001)
Dean of the Law School (2001-2004)

1979-1998 Ministry of Foreign Affairs

1979-1981 Staff member of the Department on European Integration, The Hague

1981-1983 Member of the Legal Service, The Hague

1983-1988 Legal Advisor of the Netherlands Permanent Representation to the European Communities, Brussels

1988-1995 Senior Member of the Legal Service, The Hague

1995-1998 Legal Advisor and Head of Division Justice and Home Affairs of the Netherlands Permanent Representation to the European Union, Brussels

Acted during his work as member of the Legal Service of the Ministry of Foreign Affairs (1981-1983 and 1988-1995) as Agent for the Netherlands Government in numerous cases, covering all aspects of the institutional and substantive Law of the European Union, before the Court of Justice of the European Union in Luxembourg.

Was involved as Legal Advisor of the Permanent Representation (1983-1988) in the negotiations on and the drafting of the Single European Act. Was furthermore involved in the negotiations on and the drafting of the

Treaties of Accession of Spain and Portugal to the European Communities.

Was involved as Legal Advisor of the Permanent Representation (1995-1998) in the negotiations on and the drafting of the Treaty of Amsterdam. Chaired during the Netherlands Presidency (first half of 1997) the Group 'Friends of the Presidency'/'Amis de la Présidence'. Was involved as Head of Division Justice and Home Affairs in the development of the Third Pillar cooperation.

1979-1985 Substitute Judge in the District Court of the Hague

1973-1979 Member of the Bar of The Hague (Office Pels Rijcken & Droogleever Fortuijn)

Education

1993 Doctor's degree in Law at the University of Groningen ('The Permanent Representatives Committee, its role in European Union decision making')

1972-1973 Postgraduate studies at the College of Europe, Bruges in Belgium. Main courses in European Law (Institutional law, Substantive law, Legal protection, Competition law), optional courses: Political Sciences and Economy

1972 Traineeship at the Commission of the EC, Brussels, Belgium (DG VI, Agriculture)

1967-1972 Study at the Law School of the University of Leiden. Main courses in Dutch Civil Law, optional courses: European Law and Public Finances

1961-1967 Secondary Education (Gymnasium B) at 'Het Amsterdams Lyceum' in Amsterdam

Other activities

2015- Member of the Dutch Helsinki Committee (OSCE, Organization for Security and Co-operation in Europe)

2014- Member of the European Group of Public Law (EGPL) of the European Public Law Organisation (EPLO), having its seat in Athens, Greece

2014- Secretary-general of the Trans European Policy Studies Association (TEPSA), a network organization for Institutes for European Studies in the Member States and candidate-Member States of the European Union, having its seat in Brussels, Belgium

2013-2015 Member of the Council of Employees (Hogeschoolraad),

of the The Hague University of Applied Sciences,
Chair of the Committee on Personal and Organizational
matters (P&O)

- 2011-2015 Member of the Foresight Advisory Council of the Alfred Herrhausen Gesellschaft, the International Forum of Deutsche Bank, Berlin, Germany
- 2009- Member of the Board of the Trans European Policy Studies Association (TEPSA), a network organization for Institutes for European Studies in the Member States and candidate-Member States of the European Union, having its seat in Brussels, Belgium
- 2009- Member of the Advisory Board ('Wissenschaftlichen Direktorium') of the Institut für Europäische Politik, Germany, Berlin
- 2008-2011 Chairman of the Board of the 'Haagse Academische Coalitie' (the 'Hague Academic Coalition'), a foundation serving as framework for cooperation between academic institutions in The Hague in the context of the profile of the city of The Hague as UN 'Legal Capital' of the World
- 2007-2015 Member of the Board of the Amsterdam Institute of German Studies in Amsterdam ('Duitsland Instituut Amsterdam')
- 2006- Member of the Governing Board of the European Studies Institute, established by the European Union and the Russian Federation in the framework of the Partnership and Cooperation Agreement (PCA-cooperation), in Moscow, Russia.
As from April 2012 also member of the Executive Committee of the Governing Board.
- 2005-2010 Editor-in-chief of the 'Internationale Spectator', the monthly periodical for international affairs published on behalf of the Netherlands Institute of International Relations ('Clingendael') in The Hague
- 2005- Member of the French-Dutch Cooperation Council ('Conseil de coopération franco-néerlandais')
- 2005-2010 Member of the Board of the Netherlands Association for European Law ('Nederlandse Vereniging voor Europees Recht')
- 2004-2015 Member of the Board of Directors of the European Public Law Organisation (EPLO), having its seat in Athens, Greece
- 2004-2008 Member of the General Board of the 'Europese Beweging Nederland' ('EBN', European Movement, section of The

Netherlands

- 2004 Member of the Commission 'European Union' instituted in January 2004 by the Government of the Kingdom of the Netherlands to review the modalities of cooperation between the Dutch Antilles and Aruba on the one hand, and the European Union on the other
- 2002- Member of the Board of the 'Rotterdams Juridisch Genootschap' (Rotterdam Law Association)
- 2002- Member of the Board of the Foundation 'Nederland-Roemenië' (The Netherlands - Romania)
- 2002-2005 Vice President of the Executive Board ('Dagelijks Bestuur') of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 2002-2005 Member of the General Board ('Algemeen Bestuur') of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 2000-2012 Member of the Commission on European Integration (CEI), which is one of the committees of the Advisory Council on International Affairs (AIV) of the Minister of Foreign Affairs
- 1999-2002 President of the Scientific Council (Wetenschappelijke Raad) of the T.M.C. Asser Instituut, Institute for International Private and Public Law and European Law, in The Hague
- 1998-2000 Member of the Administrative Council of the Salvador Madariaga Foundation, research foundation for the College of Europe in Bruges (Belgium)
- 1997-2002 Member of the Advisory Board (Curatorium) of the Europa Institute of the Law School of the University of Leiden
- 1991-1994 Lecturer in the European Law courses of the Rijks Opleidingsinstituut ('State Training School') in The Hague. Main target group: members of the Legal and Legislative Departments of all Ministries of the Government in The Hague
- 1984-1988 President of the Association of Former Students of the College of Europe in Bruges (Belgium). In the period 1988-1995 regional representative of the Association in the Netherlands
- 1976-1978 Member respectively President of the Board of the Young Bar Association to the Supreme Court in The

Hague

1967-1972 Several functions in student associations, such as President of the Liberal Student Association in Leiden (1969-1971)

Foreign languages

English fluent: orally and in writing
 French fluent: orally and in writing
 German good: orally and in writing

Miscellaneous

- 2015 'Diploma van Excellentie', granted on 24 November 2015 by the Romanian Ambassador to the Netherlands, Mrs Ireny Comaroschi, at the occasion of the celebration of 135 years diplomatic relations between Romania and The Netherlands, in recognition of the outstanding contribution to the development of good Romanian-Dutch relations
- 2014 Decorated, on 14 March 2014, by the Alderman Korrie Louwes of the Municipality Rotterdam, with the Dutch Royal decoration 'Officier in de Orde van Oranje-Nassau'
- 2014 Decorated, on 14 March 2014, by the President of the Board of the Erasmus University Rotterdam, Pauline van der Meer Mohr, with the 'Ad Fontes'-medal (penning)
- 2010 Decorated, on 21 October 2010, with the 'Commemorative Medal' of the Faculty of Law of Comenius University Bratislava, Slovak Republic
- 2009 'Award of Excellence', granted on 10 December 2009 by the Romanian Ambassador to the Netherlands, Dr Calin Fabian, in recognition of the outstanding contribution to promoting Romanian values in The Netherlands and to supporting assistance projects for Romania throughout the 20 years after 1989
- 2004 Decorated, by the Rector Magnificus of the Erasmus University Rotterdam, Steven Lamberts, with the 'Erasmus met de Reispet'-statue
- 2004 Decorated, on 21 April 2004, with the 'Imrich Karvas' medal of the University of Economics in Bratislava, Slovak Republic

1998 Decorated with the 'Diplôme d'Officier dans l'Ordre
du mérite français', signed by the President of the
French Republic, Mr Jacques Chirac

-.-.-

LIST OF PUBLICATIONS

Prof Dr Jaap Willem de Zwaan

- The Single European Act: conclusion of a unique document, Common Market Law Review 1986, pp. 747-765
- Le Collège d'Europe, pionnier de l'éducation européenne, Septentrion, Revue de culture néerlandaise, Rekkem België, 20e année, numéro 4 1991, pp. 17-22
- Eindredacteur van de bijdrage van de Nederlandse Vereniging Europees Recht voor het FIDE-Congres te Lissabon 1992 inzake het onderwerp: 'The imposition of sanctions for breaches of Community Law' (redacteuren: J.C.M. Montijn-Swinkels, K. Sevinga, T.M. Snoep en G. van der Wal), gepubliceerd in SEW april 1992, 40e jaargang no. 4, pp. 256-276
- Institutional problems and free movement of persons, the legal and political framework for cooperation, in: Free movement of persons in Europe, Legal problems and experiences, Asser Instituut, The Hague 1993, pp. 335-352.
- Het Comité van Permanente Vertegenwoordigers, Ontstaan, Werkwijze en Rol in de besluitvorming van de Europese Gemeenschappen, Europese Monografieën nr 42, Kluwer Deventer 1993 (proefschrift)
- Europees Parlement en Uitbreiding: de ontwikkeling van het democratisch karakter van het besluitvormingsproces van de Unie. Het belang van Nederland, in: Institutionele toekomstverkenningen, de plaats van Nederland in de Europese Gemeenschap (EG) bij de toetreding van nieuwe leden, Sdu Uitgeverij, Den Haag 1993, pp. 29-36
- The configuration of the European Union, The Community dimensions of institutional interaction (co-auteur Prof Dr T. Heukels), in: Institutional Dynamics of European Integration, Essays in Honour of Henry G. Schermers, Volume II, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht Boston London 1994, pp. 195-228
- Het voorstel van de European Constitutional Group voor een Europese Grondwet: blauwdruk voor een intergouvernementeel Europa, SEW april 1995, 43e jaargang no. 4, pp. 252-267
- Diversiteit van besluitvormingsprocedures in de Europese Unie: de Raad en het Comité van Permanente Vertegenwoordigers, in: Diversiteit van de besluitvorming van de Europese Unie. Enkele suggesties voor de IGC 1996, T.M.C. Asser Instituut, Den Haag 1995, pp. 17-33

- The Permanent Representatives Committee: Its role in the decision-making of the European Union, T.M.C. Asser Institute - The Hague, Elsevier - North Holland, 1995 (Engelse vertaling/bewerking van het proefschrift van 1993)
- De Intergouvernementele Conferentie van 1996, Nederlands Tijdschrift voor Europees Recht, maart 1996, nr 3, pp. 29-33
- Het Verdrag van Amsterdam: een overzicht, Nederlands Tijdschrift voor Europees Recht, januari/februari 1998, nr 1/2, pp. 30-40
- Een ruimte van vrijheid, veiligheid en rechtvaardigheid, en het Europese Burgerschap, Contribution to the Colloquium 'The European Union after Amsterdam' organised by the International Foundation 'Christians for Europe', 25 September 1997, Brussels, published by the Christians for Europe Foundation, 1998
- Negotiating the Amsterdam Treaty, Contribution to the Seminar 'Legal and Constitutional Implications of the Amsterdam Treaty', 27 November 1997, published by Institute of European Studies, Dublin, Ireland, 1998
- The future of the Third Pillar and the Fight against EU Fraud: Evaluation of the IGC and the Treaty of Amsterdam, Contribution to the 'Conference on Legal Instruments against EU Fraud in the Post-Maastricht Period', 23-24 October 1997, published in: J.A.E. Vervaele (ed.), Transnational Enforcement of the Financial Interests of the European Union, Developments in the Treaty of Amsterdam and the Corpus Juris, Intersentia Law Publishers, Antwerpen-Groningen-Oxford, 1999, pp. 13-28
- Community Dimensions of the Second Pillar, Contribution to the 40th Anniversary Colloquium of the Europa Institute of the University of Leiden 'Institutional and Constitutional Dimensions of European Integration: the legal Debate after Amsterdam', 6-7 November 1997, The Hague, published by the Europa Institute: T. Heukels, N. Blokker and M. Brus (Eds), The European Union after Amsterdam, A legal Analysis, Kluwer Law International 1998, pp. 179-193
- The future of the Third Pillar: an evaluation of the Treaty of Amsterdam (co-author M. Vrouwenraets), Contribution to the 40th Anniversary Colloquium of the Europa Institute of the University of Leiden 'Institutional and Constitutional Dimensions of European Integration: the legal Debate after Amsterdam', 6-7 November 1997, The Hague, published by the Europa Institute: T. Heukels, N. Blokker and M. Brus (Eds), The European Union after Amsterdam, A legal Analysis, Kluwer Law International 1998, pp. 203-214

- Schengen and its incorporation into the new Treaty: the negotiating process, contribution to the Sixth Colloquium of the European Institute of Public Administration (EIPA) "Schengen's final days? Incorporation in the New TEU, External Borders and Information Systems", 5-6 February 1998, published by EIPA, Maastricht, 1998, pp. 13-25
- Wat betekent Europees burgerschap voor gemeenteraadsverkiezingen?, Staatscourant 39 van 26 februari 1998, pp. 6-7
- Het recht als fundament van de Europese Unie, Schets van belangrijke beginselen en recente vernieuwingen, rede uitgesproken bij de aanvaarding van het ambt van gewoon hoogleraar in het Recht van de Europese Unie aan de Faculteit der Rechtsgeleerdheid van de Erasmus Universiteit Rotterdam op vrijdag 8 mei 1998, Kluwer Deventer 1998
- Opting out and Opting in: problems and practical arrangements, Contribution to the Conference Implementing Schengen, organised by the Centre for European Legal Studies (CELS) of the Faculty of Law of the University of Cambridge, 20 June 1998, published in the A. Dashwood and A. Ward (eds), Cambridge Yearbook of European Legal Studies, Volume 1 1998, Hart Publishing 1999
- Haagse Post-Securitel coördinatie, De doorwerking van de Securitel-affaire op de Haagse coördinatie met betrekking tot Europees recht, SEW oktober 1998, 46e jaargang no. 10, pp. 362-367
- Gavin Barrett (Ed.), Justice cooperation in the European Union, Institute of European Affairs, Dublin, Ireland, 1997, 237 pages, ISBN 1-874109-33-8 (bookreview), Common Market Law Review, Vol.36 No.1 February 1999, pp. 249-250
- Kroniek Europees Recht, verslagperiode januari-augustus 1998 (co-author Mr A.J. Bultena), NJB 11 september 1998, afl. 32, pp. 1441-1447.
- Flexibiliteit en het Verdrag van Amsterdam, contribution to the Asser Instituut Colloquium Europees Recht -28th Session- 'Flexibiliteit en het Verdrag van Amsterdam,' 4 September 1998, 1999 T.M.C. Asser Press The Hague.
- Martti Koskenniemi (Ed.), International Law Aspects of the European Union, Kluwer International Law, 1998, The Hague/London/Boston, ISBN 90-4110488-7 (bookreview), Maastricht Journal of European and Comparative Law 1998, Volume 5 Number 4, pp. 415-419.
- Case note on C-345/95 French Republic v. European Parliament, Judgment of 1 October 1997 [1997] I-5215 (seat

of the European Parliament - European Parliament - part-sessions), Common Market Law Review, Vol.36 No.2 April 1999, pp. 463-470

- Het Verdrag van Amsterdam, Etappe in het proces van Europese Integratie, NJB 19 maart 1999, afl. 11, pp. 492-500.
- Rechtsvraag (276) Europees recht, Sancties tegen Moldonië, Ars Aequi 1999, Jaargang 48 - 3/maart 1999, pp. 194-195
- De publieke en private verantwoordelijkheid van de overheid; een aantal Europeesrechtelijke beschouwingen, in: Derksen e.a. (red.), Over publieke en private verantwoordelijkheden, Voorstudies and Achtergronden, Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid, Sdu Uitgevers Den Haag 1999, pp. 175-204.
- Annotatie arrest EG-Hof van Justitie van 17 september 1997 in de Zaak C-54/96, Dorsch Consult, Jur. 1997 I-4961, SEW november 1999, 47e jaargang no. 11, pp. 423-426
- Beantwoording Rechtsvraag (276) Europees recht, De sancties tegen Moldonië, Jaargang 48 - 12/december 1999, pp. 949-954
- De totstandkoming van artikel 95 EG-Verdrag: de onderhandelingen van het Verdrag van Amsterdam, in: Artikel 95 EG-Verdrag, De (on)mogelijkheden voor lidstaten om af te wijken van geharmoniseerd EG-beleid, Publicaties van de Vereniging voor Milieurecht, Boom Juridische uitgevers, Den Haag 2000, pp. 11-25
- Boekbespreking 'J.W. van de Gronden, De implementatie van het EG-milieurecht door Nederlandse decentrale overheden', Rechtsgeleerd Magazijn Themis, Jaargang 161 maart 2000, pp. 118-120
- The Netherlands (judiciary and authorities) and Article 10 of the EC-Treaty, contribution to the FIDE-Congress in Helsinki of June 2000, SEW april 2000, 48e jaargang no. 4, pp. 132-154
- The legal personality of the European Communities and the European Union, in: Netherlands Yearbook of International Law, Volume XXX 1999, Martinus Nijhoff Publishers 2000, pp. 75-113
- Het Comité van Permanente Vertegenwoordigers, Onmisbare schakel in de Raadsorganisatie, in: M. Krop en H. Swarttouw (red.), De Groothoeklens, Europa in dertien bedrijven, Liber amicorum Ronald van Beuge, Scorpio Eckelrade 2001, pp. 81-92
- De toekomst van de Derde Pijler: intergouvernementele of

communautaire samenwerking?, in: Grensverkenningen in het recht, SI-EUR reeks deel 26, Sanders Instituut 2001, pp. 101-108

- Het Verdrag van Nice, Een bescheiden stap in het proces van Europese Integratie, SEW februari 2001, 49e jaargang no. 2, pp. 42-52
- De toekomst van de Europese Unie, Een aantal constitutionele kanttekeningen, Ars Aequi 2001, Jaargang 50 - 3/mei 2001 (Bijzonder nummer 'De toekomst van de Europese Integratie'), pp. 5-15
- Alfred E. Kellermann, Jaap W. de Zwaan, Jenö Czuczai (ed.), EU Enlargement, The Constitutional Impact at EU and National Level, T.M.C. Asser Press, The Hague 2001. In this book also: Foreword, p. V-VI as well as Summing-up and Conclusions, pp. 481-498
- J.W. de Zwaan en A.J. Bultena, Ruimte van Vrijheid, Veiligheid en Rechtvaardigheid, De samenwerking op het gebied van Justitie en Binnenlandse Zaken in de Europese Unie, Sdu Den Haag 2002, 545 pagina's, ISBN 90 1209 69 87
- The Common Foreign and Security Policy of the European Union, Characteristics and Prospects, in: A. Petchsiri, P. Sutthisripok, P. Thontiravong (eds), Comparative Regional Integration: ASEAN and the EU, Monographs Series Vol. 2 (2002), Chulalongkorn University, Bangkok, Thailand, pp. 185-194
- Annotatie bij: Hoge Raad 10 september 1999, nr C98/012HR, Emesa Sugar (Free Zone) NV tegen de Staat der Nederlanden; en Hoge Raad 10 september 1999, nr C98/013HR, De Nederlandse Antillen tegen 1. de Staat der Nederlanden en 2. Emesa Sugar (Free Zone) NV, Nederlandse Jurisprudentie, Jaargang 2003 - 15 februari 2003, Aflevering 7, nrs. 94 en 95. Annotatie afgedrukt op pp. 652-655
- Nederlandse Staatscourant, Officiële uitgave van het Koninkrijk der Nederlanden sinds 1814. Bijdragen aan de rubriek 'Staat van de Unie':
 - Kwestie Oostenrijk toont aan dat EU worstelt met mensenrechten, dinsdag 15 februari 2000, nr 32, p. 6
 - Gezond verstand volstaat om de Europese Gemeenschap te behouden, vrijdag 31 maart 2000, nr 65, p. 6
 - Het Europese Hof van Justitie en het Verdrag van Nice, vrijdag 1 december 2000, nr 234, p. 5
 - Het Nederlandse parlement en zijn recht van instemming met Europese besluitvorming, vrijdag 23 maart 2001, nr 59, p. 5
 - Nationale parlementen en de Europese Unie, maandag 23 april 2001, nr 78, p. 5

- Unie zonder gekozen Commissievoorzitter, maandag 18 juni 2001, nr 114, p. 5
- De toetreding: nieuwe kansen voor een 'Europa van de burger', maandag 16 juli 2001, nr 134, p. 5
- Een forum voor de Europese Unie, vrijdag 7 september 2001, nr 173, p. 5
- Terrorismebestrijding vereist coherent beleid, dinsdag 2 oktober 2001, nr 190, p. 5
- De 'rule of law' in een uitgebreide Unie, vrijdag 2 november 2001, nr 213, p. 4
- Unie na 2004 op weg naar een federatie?, dinsdag 27 november 2001, nr 230, p. 6
- Europese Raad als 'schakel', maandag 7 januari 2002, nr 4, p. 5
- Supranationaal of intergouvernementeel, dinsdag 29 januari 2002, nr 20, p. 6
- Het halfjaarlijks roulerend voorzitterschap, dinsdag 26 februari 2002, nr 40, p. 5
- Randvoorwaarden voor Europese Unie, dinsdag 26 maart 2002, nr 60, p. 5
- Srebrenica en het GBVB, dinsdag 23 april 2002, nr 78, p. 5
- Een ontwerp voor de Europese Unie, dinsdag 4 juni 2002, nr 103, p. 6
- EU moet slagvaardiger en democratischer, maandag 9 september 2002, nr 172, p. 5
- Europa: een vitaal belang voor Nederland, maandag 21 oktober 2002, nr 202, p. 5
- Europese Grondwet is geen 'doel op zich', dinsdag 26 november 2002, nr 228, p. 7
- Wisselend voorzitterschap zo gek nog niet, donderdag 2 januari 2003, nr 1, p. 3
- Een president voor Europa?, vrijdag 31 januari 2003, nr 22, p. 5
- Ook gestuntel met 'grote' voorzitter, dinsdag 18 maart 2003, nr 54, p. 5
- Wordt de Europese Commissie overbodig?, dinsdag 10 juni 2003, nr. 108, p. 4

- Na de Gemeenschap een Unie: Hoe verder?, in: I. de Jong, B.J. Drijber, D. Kopmels, C. Kole (red), Liber Amicorum Bernard Bot, Rêves européens face aux réalités quotidiennes, Opmeer/De Bink/TDS vof (OBT), maart 2003, pp. 81-95

- J.W. de Zwaan en F.A.N.J. Goudappel, 'Een Europese Grondwet: het onderscheid tussen primaire en secundaire teksten in de Europese Unie', in: J. Pelkmans, M. Sie Dhian Ho en B. Limonard, Nederland en de Europese grondwet, uitgave van de Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid (serie WRR Verkenningen nr 1), Amsterdam

University Press 2003, pp. 19-49

- De Europese Grondwet: bijdrage aan het Europa van de burger? *Ars Aequi*, Jaargang 53, April 2004, pp 253-258
- The effectiveness of European Union Law: the Role of the National Judiciary, in: *The Role of European Union Law in the Internal Legal Order of Member States*, International Conference on European Law, 2004, Warsaw, ISBN 83-7416-268-6, pp. 127-139
- Gemeenschappelijk asiel- en immigratiebeleid, De relevantie van het jaar 2004, Studie in opdracht van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken en de Adviesraad voor Internationale Vraagstukken, 38 pagina's, uitgave van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken, Den Haag 2004, ISBN 90-8521-008-9, ook op website www.acvz.com
- De bestuurbaarheid van de Europese Unie, *Efficiency Voorop*, *Publiek Management* jaargang 7 nummer 4/2004, p. 25
- De Europese Unie en de Burger: Het belang van een hecht partnerschap, in: P.L. Meurs en M. Sie Dhian Ho (red.), *Democraat met Beleid*, *Liber Amicorum* ter gelegenheid van het afscheid van Michiel Scheltema als Voorzitter van de WRR, Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid, Den Haag 2004, ISBN 90 808997 1 2, pp. 183-198
- EU-wetgeving, rechtspraak en documentatie, deel 14 A en B: Strafrecht, Prof R. Barents, *SEW*, 52^e jaargang, nr 11 van november 2004, pp. 488-498
- The role of the European Commission over the years: changes and challenges, in: Jaap W. de Zwaan, Jan H. Jans, Frans A. Nelissen and Steven Blockmans (eds), *The European Union, An Ongoing Process of Integration*, *Liber Amicorum* Alfred A. Kellermann, T.M.C. Asser Press The Hague 2004, ISBN 90 6704 187 4, pp. 53-70
- Jaap W. de Zwaan, Jan H. Jans, Frans A. Nelissen and Steven Blockmans (eds), *The European Union, An Ongoing Process of Integration*, *Liber Amicorum* Alfred A. Kellermann, T.M.C. Asser Press The Hague 2004, ISBN 90 6704 187 4, 371 pages
- European Citizenship: origin, contents and perspectives, in: Deirdre Curtin, Alfred E. Kellermann and Steven Blockmans (eds), *The EU Constitution: the best way forward?*, T.M.C. Asser Press The Hague 2005, ISBN 90 6704 2005, pp. 245-264
- De Europese Grondwet, verantwoorde stap in het integratieproces, *Internationale Spectator*, Jaargang 59, nr 3, maart 2005, pp. 123-131

- De samenwerking tussen de Nederlandse Antillen, Aruba en de Europese Unie, in: Rogier en Hoogers (redactie), 50 jaar Statuut voor het Koninkrijk der Nederlanden, uitgegeven door Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties in Den Haag, 2005, pp. 123-138
- Grondwet verbetert samenwerking, NRC-Handelsblad, vrijdag 29 april 2005, p. 7
- Even pauze, veel debat en wie weet toch nog een ja, De Verdieping, Trouw/Podium, zaterdag 18 juni 2005, p. 17
- Europese Unie moet beter op de kaart, Internationale Spectator, Jaargang 59, nr 9, september 2005, pp. 448-451
- De Europese Unie en het draagvlak bij de burger (column), Internationale Spectator, Jaargang 60, nr 1, januari 2006, pp. 1-2
- CDA doet te moeilijk over uitbreiding EU. Hoe meer lidstaten, hoe meer welvaart, NRC.Next, maandag 20 maart 2006, p. 19
- Jaap W. de Zwaan en Flora A.N.J. Goudappel (eds), Freedom, Security and Justice in the European Union, Implementation of the Hague Programme, TMC Asser Press - The Hague, 2006 ISBN 10: 90-6704-225-0, 280 pages
- EU asylum and immigration law and policy: state of affairs in 2005, in: Jaap W. de Zwaan en Flora A.N.J. Goudappel (eds), Freedom, Security and Justice in the European Union, Implementation of the Hague Programme, TMC Asser Press - The Hague, 2006 ISBN 10: 90-6704-225-0, pp. 91-150
- Trapsgewijs toetreden tot de Unie (column), Internationale Spectator, Jaargang 60, nr 6, juni 2006, pp. 289-290
- Bij een jubileum, Ten geleide bij jubileumnummer Internationale Spectator, Jaargang 60, nr 11, november 2006, pp. 545-546
- Ramen open naar 't buitenland, NRC-Handelsblad, woensdag 22 november 2006, p. 7
- Nieuw elan voor het Europa-debat? (column), Internationale Spectator, Jaargang 61, nr 3, maart 2007, pp. 125-126
- De toekomst van het Gemeenschappelijk migratiebeleid, in: Nederland migratiesamenleving 2005, uitgave van de Adviescommissie voor Vreemdelingenzaken, Den Haag 2007, Hoofdstuk 3, pp. 41-54
- Nederland moet zijn plaats in Europa snel hervinden, Volkskrant vrijdag 1 juni 2007, Rubriek Forum, p. 12

- 40 Years of European Law, in: Forty Years of International Law, on the occasion of 40 years of the T.M.C. Asser Institute, T.M.C. Asser Press - The Hague, 2007, pp. 23-27
- 2003-2007 De Europese Unie, Uitgebreid en hervormd, ook voorbereid op de toekomst?, Internationale Spectator, Jaargang 62, nr 1, januari 2008, pp. 19-25
- Security as an International Phenomenon, How to deal with Security at international and local level, contribution to: Vriesendorp, Nelissen and Wladimiroff (eds), The Hague Legal Capital? Liber in Honorem W.J. Deetman, Hague Academic Press - The Hague, 2008, pp. 171-177
- The future of the European Union, limits of Integration/l'Avenir de l'Union européenne, les limites de l'intégration, public lecture Sofia 7 June 2007, Bulgarian Diplomatic Institute, Ministry of Foreign Affairs, Sofia, 2008, pp. 71-79.
- Foreign Policy and Defence Cooperation in the European Union: Legal Foundations, in: S. Blockmans (Ed.), The European Union and Crisis Management, Policy and legal Aspects, TMC Asser Press - The Hague, 2008, pp. 17-36
- EU moet relatie met Rusland koesteren, Volkskrant woensdag 20 augustus 2008, Rubriek Forum, p. 11
- Nederland in de wereld: een agenda voor de toekomst (column), Internationale Spectator, Jaargang 63, nr 1, januari 2009, pp. 1-2
- Jaap de Zwaan, Edwin Bakker and Sico van der Meer (Eds.), Challenges in a Changing World, Clingendael Views on Global and Regional Issues, on the occasion of the twenty-fifth anniversary of the Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael', TMC Asser Press - The Hague, 2009, 259 pages
- Reflecting the World: Impressions from a Dutch Perspective, in: Jaap de Zwaan, Edwin Bakker and Sico van der Meer (Eds.), Challenges in a Changing World, Clingendael Views on Global and Regional Issues, on the occasion of the twenty-fifth anniversary of the Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael', TMC Asser Press - The Hague, 2009, pages 1-14
- Turkey's EU Accession and the European identity, in: Peter M.E. Volten (Ed.), Perceptions and misperceptions in the EU and Turkey: stumbling blocks on the road to accession, ISBN 978-90-76301-25-9, Harmonie Papers, published by the Centre of European Security Studies (CESS) in Groningen, The Netherlands, 2009, pp. 179-188

- Preface: the End of a divided Europe, in: Leon Marc, *What's so eastern about Eastern Europe?, Twenty Years after the Fall of the Berlin Wall*, Oldcastle Books, ISBN 978-1-84243-340-9, 2009, pp. 11-14
- Burger wil best meer Europa (column), *Internationale Spectator*, Jaargang 63, nr 11, november 2009, pp. 545-546
- De Europese Unie na Lissabon. Voldoende op haar toekomst voorbereid? *Fiat Justitia*, uitgegeven door Juridische Faculteitsvereniging Rotterdam, Jaargang 23, nummer 5, september 2010, pp. 20-24
- Europese samenwerking buiten Europa. De geografische grenzen van de EU samenwerking, in: Doeko Bosscher en Yuri van Hoef (Ed), *Koning Nobel, Liber Amicorum voor Prof Dr Hans Renner*, Van Denderen-Groningen 2011, pp. 213-221
- Sarah Wolff, Flora A.N.J. Goudappel en Jaap W. de Zwaan (Editors), *Freedom, Security and Justice after Lisbon and Stockholm*, T.M.C. Asser Press - The Hague 2011, ISBN 978-90-6704-317-5, 281 pages
- Editorial - The Area of Freedom, Security and Justice after the Lisbon Treaty and the Stockholm Programme: From myth to reality (co-authors: Sarah Wolff and Flora Goudappel), in: Sarah Wolff, Flora A.N.J. Goudappel en Jaap W. de Zwaan (Editors), *Freedom, Security and Justice after Lisbon and Stockholm*, Chapter 1, T.M.C. Asser Press - The Hague 2011, pp. 1-5
- The New Governance of Justice and Home Affairs: towards further supranationalism, in: Sarah Wolff, Flora A.N.J. Goudappel en Jaap W. de Zwaan (Editors), *Freedom, Security and Justice after Lisbon and Stockholm*, Chapter 2, T.M.C. Asser Press - The Hague 2011, pp. 7-25
- European Citizenship and free movement of persons (co-author: Flora Goudappel), in: Sarah Wolff, Flora A.N.J. Goudappel en Jaap W. de Zwaan (Editors), *Freedom, Security and Justice after Lisbon and Stockholm*, Chapter 3, T.M.C. Asser Press - The Hague 2011, pp. 27-39
- The Treaty of Lisbon, Towards a more supranational legal order of the European Union, in: Marie-Claire Foblets, Mireille Hildebrandt, Jacques Steenbergen (Editors), *Liber Amicorum René Foqué*, Larcier - Boom Juridische Uitgevers, 2012, ISBN 978-2-8044-4982-7, pp. 301-319
- De toekomst van de Europese Unie-samenwerking, Op zoek naar een hervormd en duurzaam samenwerkingsmodel waaraan ook niet-Europese landen kunnen meedoen, *SEW Tijdschrift voor Europees en economisch recht*, Uitgeverij Paris, 60^e Jaargang, nr 11 van november 2012, pp. 438-450

- Europa en de Burger, Hoe verder met de Europese Unie-samenwerking? Intreerede De Haagse Hogeschool 24 januari 2013, 56 pagina's, ISBN 978-90-73077-48-5
- The New Institutional Balance of Power in the European Union, in: Which Way Forward, Present Challenges, Strategic Choices and Future Perspectives of the EU, Theseus publication, Fritz Thyssen Stiftung, September 2013, ISBN 978-3-487-14831-1, pp. 32-38
- Europese integratie en de beroepspraktijk, in: C.M.A. van der Meule (Ed.), Onderzoekend op weg, Een essaybundel over opdrachten voor de toekomst, bijdrage aan Liber Rob Brons, ter gelegenheid van zijn afscheid als voorzitter van het College van Bestuur van De Haagse Hogeschool te Den Haag, 2014, De Haagse Hogeschool 2014, ISBN 978-90-73077-53-9, pp. 41-49
- Editorial TEPSA Newsletter (Trans European Policy Studies Association) <http://www.tepsa.eu/>
 - February 2014: European Union cooperation: The Art of Explaining
 - April 2014: Democracy in the European Union: the importance of the European elections
 - July 2014: TEPSA, new opportunities in spite of setback
 - July 2014: The European Parliament, the winner takes it all (column)
 - September 2014: The neighbouring policy of the European Union: it is Soft Power that is needed
 - November 2014: European Parliament and National Parliaments: partners or competitors?
 - February 2015: Speaking with one voice
 - April 2015: The tragedies in the Mediterranean and the European Neighbourhood Policy
 - July 2015: The Greek people deserves our support.
 - October 2015: Need for Solidarity means 'more Europe'
 - February 2016: Schengen has imploded, how to save Schengen?
 - April 2016: The European Union and the United Kingdom: Brexit? Or United Forward!
 - June 2016: After the Referendum of 23 June
- De voortgang van de Europese Integratie, Wisselwerking tussen recht en beleid ('Progress of the European integration process, Interaction between Law and Policy'), valedictory lecture of 14 March 2014 at the Erasmus University Rotterdam, Erasmus Law lectures 35, Boom Juridische Uitgevers 2014, ISBN 978-90-8974-996-3
- The relationship European Union-Russia, A story of missed opportunities, april 2014-edition of the periodical International Affairs (Mezhdunarodnaya Zhizn) of the Russian Ministry of Foreign Affairs in Moscow

- Europese Verkiezingen, Heel belangrijk, Editors Jaap de Zwaan en Chris Aalberts, De Haagse Hogeschool, Lectoraat European Integration, mei 2014, ISBN/EAN 978-90-73077-56-0, 92 pagina's
- Inleiding: de relevantie van de Europese Verkiezingen, in: Europese Verkiezingen, Heel belangrijk, Editors Jaap de Zwaan en Chris Aalberts, De Haagse Hogeschool, Lectoraat European Integration, mei 2014, pagina's 7-8
- De Europese Unie-samenwerking: hoe leggen we het uit?, in: Europese Verkiezingen, Heel belangrijk, Editors Jaap de Zwaan en Chris Aalberts, De Haagse Hogeschool, Lectoraat European Integration, mei 2014, pagina's 31-37
- European Integration and Democracy: A gradual process, with certain limits, contribution to the European Group of Public Law (EGPL) Conference of 13-14 September 2014 in Spetses, Greece, dedicated to 'New Challenges of Democracy/Nouveaux défis à la démocratie' and organised by the European Public Law Organisation (EPLO) in Athens, Greece, European Public Law Series/Bibliothèque de droit public européen, Volume CXVI, EPLO 2015, ISBN 978-618-81949-1-5, pages 219-266
- Governance and Security Issues of the European Union, Challenges Ahead, Editors Jaap de Zwaan, Martijn Lak, Abiola Makinwa, Piet Willems, Asser Press/Springer, 2016 (in process)
- Flexibility, Differentiation and Simplification in the European Union: Remedies for the Future?, in: Governance and Security Issues of the European Union, Challenges ahead, Editors Jaap de Zwaan, Martijn Lak, Abiola Makinwa, Piet Willems, Asser Press/Springer, 2016 (in process)

-.-.-

"El estado de derecho en Europa"

"Rule of law in Europe"

- El artículo 3 TUE y los valores de la UE
- La crisis constitucional húngara
- La crisis constitucional polaca
- Las reacciones de las instituciones europeas

Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa

Intensive Course
Transnational Constitutional Law (in the Italian Perspective)

Instructor

Professor Anna CIAMMARICONI

aciammariconi@unite.it

Beginning - 08-05-2017

End - 12-05-2017

from 4.00 PM to 6.00 PM

Faculdade de Direito
Universidade de Lisboa

Lessons	Meetings	Topic
1	Monday, May 8 th 4.00-6.00	<ul style="list-style-type: none"> - Introduction. - Transnational constitutional law: the crisis of old models of constitutional adjudication and the emergence of hybrid models.
2	Tuesday, May 9 th 4.00-6.00	<ul style="list-style-type: none"> - The European Convention on Human Rights and the European Court on Human Rights (ECHR): general outlines. - The European Union legal order and the Court of Justice of the European Union (CJEU): general outlines.
3	Wednesday, May 10 th 4.00-6.00	<ul style="list-style-type: none"> - The Italian Constitutional Court: structure and powers (general outlines). -The relationship between the Italian Constitutional Court and the European Court on Human Rights. - The relationship between the Italian Constitutional Court and the Court of Justice of the European Union (the indirect dialogue and the direct dialogue).
4	Thursday, May 11 th 4.00-6.00	Judicial horizontal dialogue : the Court of Justice of the European Union and the European Court of Human Rights.
5	Friday, May 12 th 4.00-6.00	<p>Final exam and discussion</p> <p>Written exam: 5 multiple choice questions and 2 open questions (1 hour).</p> <p>Discussion about final exam items.</p>

European Securities and Financial Markets Regulation

An Introduction

Prof. Doutor A. Barreto Menezes Cordeiro

Syllabus

I

Foundations of European Securities Law
(2 hours)

1. History
2. Concept of Securities Law
3. The Two Principles: Market Integrity and Transparency

II

Basics of Securities Law
(2 hours)

4. Capital Markets
5. Financial Instruments
6. Markets Participants

III

Market Integrity
(4 hours)

7. Market Manipulation
8. Insider Dealing

IV

Transparency
(2 hours)

9. Prospectus Disclosure
10. Periodic Disclosure



EUROPEAN INDIRECT TAXES
24-27 April 2017

PROFESSOR RITA DE LA FERIA
(UNIVERSITY OF LEEDS, UK)

OUTLINE

This course will focus on the EU law rules governing indirect taxation, namely VAT, a general tax on consumption which is one of the biggest collectors of revenue across Europe. Problematic areas regarding the legal design of the EU VAT systems, such as rate structures, exemptions will be discussed, and the phenomena of VAT planning, avoidance and fraud will also be analysed.

DAY	TOPIC
1	Introduction to VAT and the European VAT Experience
2	Problematic VAT Areas: Rates
3	Problematic VAT Areas: Exemptions
4	VAT Planning, Avoidance and Fraud

READING

(a) Legislation:

Consolidated version of Council Directive 2006/112/EC of 28 November 2006, available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:02006L0112-20150101>

(b) Literature:

Copenhagen Economics, *Study on reduced VAT applied to goods and services in the Member States of the European Union*, Taxation Papers, Working Paper No. 13, 2008

*I. Crawford, M. Keen and S. Smith, "Value-Added Tax and Excises" in IFS (ed.), *Dimensions of Tax Design – the Mirrlees Review* (Oxford: Oxford University Press, 2010)

*R. de la Feria, "EU VAT Principles as Interpretative Aids to EU VAT Rules: The Inherent Paradox" in M. Lang et al (ed.), *Recent VAT Case Law of the CJEU* (Vienna: Linde, 2016)

— "Blueprint for Reform of VAT Rates in Europe" (2015) *Intertax* 43(2), 154-171

— "The 2011 Communication on the Future of VAT: Harnessing the economic crisis for EU VAT reform" (2012) *British Tax Review* 2, 119-133



- “The EU VAT Treatment of Public Sector Bodies: Slowly Moving in the Wrong Direction” (2009) *Intertax* 37(3), 148-165
- “VAT and the EC Internal Market: The Shortcomings of Harmonisation” Oxford University Centre for Business Taxation Working Paper Series, WP 09/29, available at: <http://www.sbs.ox.ac.uk/centres/tax/papers/Pages/PaperWP0929.aspx>
- “The EU VAT Treatment of Insurance and Financial Services (Again) Under Review” (2007) *EC Tax Review* 2, 74-89
- “Prohibition of Abuse of (Community) Law – The Creation of a New General Principle of EC Law Through Tax” (2008) *Common Market Law Review* 45(2), 395-441
- *— “HMRC v Weald Leasing Ltd. Not only artificial: The abuse of law test in VAT” (2008) *British Tax Review* 5, 556-563
- “Giving themselves extra VAT? The ECJ ruling in Halifax” (2006) *British Tax Review* 2, 119-123
- *— and R. Foy, “Italmoda: the birth of the principle of third-party liability for VAT fraud” (2016) *British Tax Review* 4
- *— and R. Krever, “Ending VAT Exemptions: Towards A Post-Modern VAT” in R. de la Feria (ed.), *VAT Exemptions: Consequences and Design Alternatives* (The Hague: Kluwer Law International, 2013), Chapter 1
- *— and B. Lockwood, “Opting for Opting In? An Evaluation of the Commission’s Proposals for Reforming VAT for Financial Services” (2010) *Fiscal Studies* 31(2), 171-202
- *— and R. Ness, “The EU Financial Transactions Tax as An Unsuitable and Unnecessary Proxy Tax” (2016) *Canadian Tax Journal* 2
- L. Ebrill et al, *The Modern VAT* (International Monetary Fund, Washington DC, 2001), 1-49
- European Commission, *VAT in the Public Sector and Exemptions in the Public Interest*, TAXUD/2011/DE/334, 10 January 2013
- *— *Communication on an action plan on VAT: Towards a single EU VAT area - Time to decide*, COM(2016) 148 final, 7 April 2016, available at: https://ec.europa.eu/taxation_customs/sites/taxation/files/com_2016_148_en.pdf
- *Communication on the Future of VAT—Towards a simpler, more robust and efficient VAT system tailored to the single market*, COM(2011) 851 final, December 6, 2011
- *Proposal for a Council Directive amending Directive 2006/112/EC on the common system of value added tax, as regards the treatment of insurance and financial services*, COM(2007) 747 final, 28 November 2007
- *Proposal for a Council Directive amending Directive 77/388/EEC as regards reduced rates of value added tax*, COM(2003) 397 final, 23 July 2003



— *Proposal for a Council Directive amending Directive 77/388/EEC as regards Value Added Tax on services provided in the postal sector, COM(2003) 234 final, 5 May 2003*

*M. Keen and S. Smith, "VAT Fraud and Evasion: What Do We Know and What Can Be Done?" (2006) *National Tax Journal* 59(4), 861-887

B. Terra and P. Wattel, *European Tax Law* (Kluwer Law International, The Netherlands, 2008), Chapter 4, 119-158

(c) CJEU Cases:

Case C-453/93, *Bulthuis-Griffioen*

Case C-216/97, *Gregg*

Case C-110/99, *Emsland-Stärke*

Case C-487/01, *Gemeente Leusden and Holin Groep*

*Case C-255/02, *Halifax*

*Case C-354/03, *Optigen, Fulcrum and Bond House*

Case C-452/03, *RAL*

*Case C-472/03, *Accenture*

*Case C-384/04, *Federation of Technological Industries and Others*

*Case C-439/04, *Axel Kittel and Recolta Recycling*

Case C-425/06, *Part Service*

*Case C-97/09, *Schmelz*

Case C-481/98, *Commission v France*

Case C-251/05, *Talacre Beach Caravan Sales*

*Case C-309/06, *Marks & Spencer*

*Case C-103/09, *Weald Leasing Limited*

*Case C-260/10, *Rank Group*

*Case C-44/11, *Deutsche Bank*

Case C-80/11, *Mahagében*

Case C-275/11, *GfBk*

*Case C-653/11, *Ocean Finance*

*Case C-131/13, *Italmoda*

* ESSENTIAL READING

RITA DE LA FERIA

Professor and Chair of Tax Law at the University of Leeds since January 2016. International Research Fellow at the Centre for Business Taxation, Oxford University (2012-), and Visiting Professor at the University of Lisbon (2010-).

Received law degree from the University of Lisbon (1999), and did PhD at the University of Dublin, Trinity College (2006), after a brief career in practice, working in the Lisbon and Dublin offices of Arthur Andersen. Prior to joining the School of Law at Leeds University, was the Chair in Tax Law at Durham University (2012-2015), and Senior Research Fellow at Oxford University (2007-2012); had previously held lecturing positions at both Trinity College, **Dublin and Queen's University Belfast**. Held visiting positions at New York University, Law School, USA (2008), and ATAX, University of New South Wales, Sydney, Australia (2009); and teaches on the LLM or MSc programmes offered at Católica Global School of Law, Lisbon, Portugal (2010-); Leiden University, Netherlands (2014-); and Oxford University, UK (2016-).

Research focus primarily on tax law and policy – particularly on the intersection between tax law and EU law, and between tax law and public economics – and has published widely on these areas. Most notably author / editor of 4 books, published by Kluwer Law International (2004-; 2013), Hart Publishing (2011), and IBFD (2009). Has published over 50 articles / book chapters, in EN, PT, and DE, which have been published inter alia in the *Common Market Law Review*, the *International and Comparative Law Quarterly*, and the *European Law Review*. Regularly invited to speak on tax issues at conferences and seminars around the world – including in Argentina, Australia, Austria, Belgium, Brazil, Bulgaria, Denmark, Finland, France, Germany, Ireland, Italy, Latvia, Luxembourg, Malta, Netherlands, Poland, Portugal, South Africa, Spain, Sweden, Switzerland, Timor-Leste, UK, USA – presenting to academic and practitioner audiences, having given nearly 100 presentations in the past decade. Provided training to the judiciary (Bulgaria), and to tax administrations (Spain, Netherlands, UK, Finland), the latter amongst others **within the framework of the European Commission's Fiscalis Programme**.

Research on tax law and on tax avoidance is regularly cited by courts across Europe, including the EU Court of Justice and various Supreme Courts, and has supported various policy documents emerging from the EU institutions, the IMF, the IDB, and as well as from various national Governments around the world. VAT Policy and Legal Advisor to the Portuguese Government (2011-2012); has **given evidence before the UK House of Lords'** enquiry into taxing corporations (2013); listed as an external expert (roster) to the Fiscal Affairs Department and Legal Department of the IMF (2013-); and VAT Legal Advisor to the Government of East Timor (2015-2016), with responsibility for drafting a new VAT law for the country. Currently advising the Irish Revenue Commissioners, Anti-Avoidance Branch, on the legal framework and operation of the EU principle of prohibition of abuse of law in Irish tax law, in the context of a test case before the Irish Supreme Court concerning tax avoidance.

Features regularly in media outlets discussing developments in taxation policy around the world, having appeared, amongst others, in *ABC Australia*, *BBC Radio 2*, *BBC Radio 4*, *BBC Radio 5*, *BBC WorldService*, *TBS eFM*, South Korea, *Euronet-Radio Netherlands Worldwide*, *Financial Times*, *Forbes*, *The Guardian*, *BBC News*, *BBC*

Magazine, *Jornal de Negócios*, Portugal, *Baltic News Service (BNS)*, Latvia, *Calcalist*, Israel, and *Les Echos*, France.

Listed in the Global Tax 50 2015, by the *International Tax Review*, as one of the most influential people in tax in the World; and recipient of the 2016 Outstanding Women in Tax Award, by *Tax Analysts*, as one of the ten most influential tax women in the World.